www.correiobraziliense.com.br
LONDRES, 1808, HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA. BRASÍLIA, 1960, ASSIS CHATEAUBRIAND

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, TERÇA-FEIRA, 24 DE MARÇO DE 2026 NÚMERO 23.012 • 44 PÁGINAS • R$ 5,00

AFP

Conversa entre bombas

O presidente dos EUA, Donald Trump, anunciou que dialoga com o Irã para pôr fim à guerra. Teerã desmente. Casa Branca amplia em cinco dias prazo para abertura do Estreito de Ormuz. Na colônia judaica de Peduel, na Cisjordânia, crianças brincaram com pedaço de míssil iraniano que caiu no pátio da escola.

Timothy A. Clary/AFP

Tragédia em Nova York — Um avião da companhia Air Canada com 72 passageiros e quatro tripulantes colidiu com caminhão, no Aeroporto LaGuardia. Piloto e copiloto morreram.

PÁGINA 9

CPMI do INSS terá mais prazo, decide Mendonça

Ministro do STF, André Mendonça determinou ao Congresso que prorrogue a comissão. Presidente do colegiado projeta mais 60 dias de trabalho e quer derrubar a proibição de depoimentos

PÁGINA 3. BRASÍLA-DF, 5

Bolsonaro sai da UTI, e PGR dá aval a domiciliar

Consultada pelo ministro Alexandre de Moraes, do STF, a Procuradoria-Geral da República se posicionou favorável para que o ex-presidente cumpra em casa a condenação por tentativa de golpe. Jair Bolsonaro deixou, ontem, a unidade de terapia intensiva do hospital DF Star, onde se recupera de uma pneumonia. A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro se reuniu com Moraes para pedir o benefício da Justiça ao marido.

PÁGINA 2. NAS ENTRELINHAS, 4

Ratinho Jr. desiste das eleições

Cotado no PSD para disputa da Presidência, o governador do Paraná vai cumprir o mandato até o fim, sem disputar o pleito de 2026. Partido vai escolher entre Eduardo Leite (RS) e Ronaldo Caiado (GO). PÁGINA 4

"Assassinaram meu filho pela segunda vez"

O desabafo foi de Leniel Borel, pai de Henry, após o julgamento dos acusados pela morte do menino ser adiado. Padrasto e mãe voltam ao banco dos réus em 25 de maio. PÁGINA 6

Minervino Júnior/CB/D.A Press

Morada das borboletas

No borboletário do Zoológico de Brasília, vivem 11 espécies que protagonizam um espetáculo de cores num espaço imersivo que reúne plantas e estruturas que reproduzem o habitat dos insetos. Para o biólogo Renan de Sousa, elas são os "diamantes do Cerrado". PÁGINA 35

A busca por alternativas para o BRB

Governador Ibaneis Rocha rebateu críticas, do mercado e da oposição, sobre atuação para sanear o Banco de Brasília no caso Master. "Eu fiz minha parte arrumando uma saída viável," disse o chefe do Buriti ao **Correio**.

PÁGINA 31

Um debate **urgente**

O **Correio** promove hoje, às 8h30, no Auditório do jornal, o *CB Debate* "O Brasil — pelas Mulheres: formação para uma cultura de proteção". O encontro tem entrada gratuita.

PÁGINA 34

Fotos: Júlio Noronha/CB/D.A Press

Nova direção no TRT 10

Os desembargadores José Cordeiro Leite, na presidência, e Dorival Borges de Souza Neto, na vice, vão comandar o Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (TRT 10). A posse foi ontem à noite.

PÁGINA 5

Bruna Gaston/CB/D.A Press

Obesidade — Presidente do Grupo FarmaBrasil, Reginaldo Arcuri avalia, no *CB.Poder*, o cenário após a queda da patente da semaglutida, princípio ativo do Ozempic. PÁGINA 8

Juntos na Seleção pela 1ª vez

ESPORTES
Adivinha quem voltou?

Em entrevista ao **Correio**, Endrick fala sobre o prazer de conhecer o conterrâneo Igor Thiago. Nascidos no DF, eles foram criados no Entorno e concorrem a vaga na Copa.

PÁGINA 37

Reprodução

Fertilidade ameaçada

Estudo mostra que consumo de ultraprocessados pode interferir na concepção.

PÁGINA 12

Paralisação

IML suspende serviços

Para garantir as atividades, bombeiros da Defesa Civil passam a exercer as funções.

PÁGINA 32

ISSN 1808-2661
9 771808 266035

Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.df@dabr.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)

PODER

Bolsonaro perto de ser beneficiado pela Justiça

PGR se manifesta a favor da prisão domiciliar, sob o argumento de que a saúde do ex-presidente demanda cuidados especiais. Michelle se reúne com Moraes para interceder pelo marido. Em tratamento de pneumonia, ex-chefe do Executivo deixa a UTI

» IAGO MAC CORD

Condenado por tentativa de golpe de Estado e outros crimes, o ex-presidente Jair Bolsonaro pode ser beneficiado com a prisão domiciliar. A Procuradoria-Geral da República (PGR) se posicionou favorável à medida, sob a justificativa de que o estado de saúde do ex-chefe do Executivo demanda cuidados especiais. Também ontem, a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro se encontrou com o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), para reforçar o pedido e apresentar laudos médicos. Cabe ao magistrado, relator do inquérito do golpe, decidir se manda o ex-presidente para casa.

Após 10 dias, Bolsonaro recebeu alta da UTI do hospital DF Star, ontem, e foi transferido para um quarto. Ele deve continuar com o tratamento com antibióticos para tratar pneumonia decorrente de broncoaspiração.

Em manifestação enviada ao STF, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, argumentou que "o pedido de prisão domiciliar em caráter humanitário se fundamenta no pressuposto de que a manutenção do regime fechado exacerba a vulnerabilidade do ex-presidente".

De acordo com o PGR, o ambiente prisional atual não é capaz de oferecer a atenção constante necessária para o quadro de multimorbidades de Bolsonaro, sendo o "ambiente familiar" o local apto para garantir sua integridade física e moral. "Está demonstrado que o estado de saúde do postulante da prisão domiciliar demanda a atenção constante e atenta que o ambiente familiar, mas não o sistema prisional em vigor, está apto para propiciar", afirmou.

"Sem prejuízo de reavaliações periódicas do quadro clínico relevante e dos cuidados de segurança indispensáveis para a continuidade da efetiva aplicação da sanção penal de ordem segregadora, o parecer é pelo deferimento do pedido de prisão domiciliar humanitária formulado em favor de Jair Messias Bolsonaro", enfatizou.

Bolsonaro, 71 anos, foi diagnosticado com broncopneumonia bacteriana bilateral decorrente de um episódio de broncoaspiração, além de um quadro de injúria renal aguda (IRA).

No momento da internação, apresentava bacteremia (bactérias no sangue) e uma queda acentuada na saturação de oxigênio, que chegou a 80%. Mesmo deixando a UTI, ainda não há previsão de alta do ex-presidente.

Reuniões

O encontro de Michelle com Moraes foi o segundo neste ano. Em Janeiro, ela esteve com o ministro também para pedir prisão domiciliar humanitária para o marido. Também se reuniram com o magistrado, pelo mesmo motivo, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), respectivamente, nos dias 17 e 19 deste mês.

Em outra frente, a defesa de Bolsonaro sustenta que a falta de vigilância contínua na prisão expõe o ex-presidente a um "risco progressivo" de novos eventos graves.

Em 2 de março, Moraes já havia negado um pedido similar de prisão domiciliar, decisão referendada pela Primeira Turma da Suprema Corte.

Bolsonaro foi condenado a 27 anos e três meses de prisão — sendo 24 anos e nove meses de reclusão e dois anos e seis meses de detenção — em regime inicial fechado pelos crimes de organização criminosa armada, abolição violenta do Estado de Direito, golpe de Estado, dano qualificado e deterioração de patrimônio tombado.

A condenação inclui o pagamento de 124 dias-multa — cada um valendo dois salários-mínimos da época — e uma indenização solidária de R$ 30 milhões por danos morais coletivos. Ele estava em prisão domiciliar até novembro do ano passado, quando perdeu o benefício após tentar romper a tornozeleira eletrônica com um ferro de solda.

Desde 15 de janeiro deste ano, ele está custodiado no 19º Batalhão da Polícia Militar do Distrito Federal, a Papudinha, no Complexo da Papuda.

Marcelo Camargo/Agência Brasil

Bolsonaro está internado no DF Star: ex-presidente deve manter o tratamento com antibióticos para tratar pneumonia decorrente de broncoaspiração

Intensa agenda de visitas

Moraes argumentou que prisão domiciliar se trata de medida excepcional e que Bolsonaro não preenchia os requisitos legais. O ministro destacou que o ex-presidente mantinha intensa agenda de visitas na Papudinha, incluindo encontros com políticos, o que, segundo o magistrado, indicava bom estado de saúde. Moraes também citou perícia da Polícia Federal que não identificava necessidade de transferência para cuidados hospitalares, embora o laudo registrasse que Bolsonaro apresenta "quadro clínico de alta complexidade". Na Papudinha, o ex-presidente já recebeu mais de 140 atendimentos, com consultas diárias de médicos particulares e de profissionais da própria unidade prisional.

Dino vê "descontrole e vício" em emendas

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou que há uma situação de "emergência institucional" no controle das emendas parlamentares, apontou a existência de "anomalias, descontroles e vícios" na execução desses recursos e definiu novos prazos para que órgãos federais reforcem mecanismos de transparência e rastreabilidade dos repasses.

O despacho de 17 páginas mira o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) e o Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus).

Conforme a decisão, a Advocacia-Geral da União terá prazo de 10 dias úteis para apresentar o cronograma de implementação das medidas relacionadas ao Dnocs e à Codevasf. No caso do Dnocs, a maioria das medidas previstas deverá estar concretizada até 30 de maio de 2026.

O magistrado chamou a atenção para a situação do Dnocs e afirmou que no órgão — responsável pela implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos no Nordeste Semiárido — "reina um quadro de mais anomalias, descontroles e vícios".

Ao assumir uma vaga na Corte, em fevereiro de 2024, Dino herdou mais de 300 processos de sua antecessora, Rosa Weber. Entre eles estava a ação que declarou inconstitucional o orçamento secreto, esquema de distribuição paralela de emendas parlamentares. A decisão que apertou os prazos para os órgãos públicos foi tomada no âmbito desse processo, que trata da criação de regras de transparência e para a execução das emendas.

Há um ano, o plenário do Supremo referendou a decisão do ministro que homologou o plano de trabalho elaborado em conjunto pelos Poderes Executivo e Legislativo para aumentar a rastreabilidade dos recursos.

Para a Codevasf, o ministro fixou prazo máximo de 60 dias corridos para a instauração e o andamento das Tomadas de Contas Especiais, processo administrativo utilizado para apurar danos aos cofres públicos e identificar responsáveis por eventuais irregularidades. O órgão também deverá apresentar relatório com as providências adotadas.

Dino também prorrogou por 30 dias corridos o prazo para que o Departamento Nacional de Auditoria do SUS apresente o Plano Emergencial de recomposição da capacidade de trabalho. Ele afirmou que, se não houver recomposição em prazo razoável, poderão ser adotadas medidas excepcionais de auditoria e fiscalização.

A decisão também prorrogou até 31 de março de 2026 o prazo para que os ministérios das Cidades, do Esporte, do Turismo, da Agricultura e da Educação apresentem as novas portarias conhecidas como 'portarias-cardápio', que padronizam objetos e valores de repasses via emendas.

Luiz Silveira/STF

> **Adianto que este processo de índole estrutural não será encerrado enquanto não houver o mais alto nível de eficiência nos controles preventivos e sucessivos no tocante às emendas parlamentares para o Sistema Único de Saúde"**
>
> ***Flávio Dino,*** *ministro do STF*

STF mira recursos para filme sobre ex-presidente

A Câmara e deputados do Partido Liberal terão de explicar, em cinco dias, o suposto uso de "emendas Pix" para financiar um filme sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro, preso por tentativa de golpe de Estado e outros crimes.

A determinação é do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF). Ele atendeu à Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 854, da deputada federal Tabata Amaral (PSB-SP). A parlamentar denunciou a existência de um "ecossistema" de empresas interconectadas sob o comando de Karina Ferreira da Gama, produtora do filme Dark Horse, a respeito de Bolsonaro.

A suspeita é de que recursos públicos estejam sendo usados para financiar a produção cinematográfica privada e para custear serviços de marketing eleitoral.

Segundo a denúncia, o grupo é composto pelo Instituto Conhecer Brasil (ICB), Academia Nacional de Cultura (ANC), Go Up Entertainment e Conhecer Brasil Assessoria. Essas entidades compartilhariam endereço, infraestrutura e gestão, formando um "grupo econômico por coordenação" que dificultaria a rastreabilidade do dinheiro público.

Tabata sustentou que parlamentares destinam emendas para essas entidades e, simultaneamente, figuram como clientes de serviços de marketing eleitoral prestados por empresas do mesmo conglomerado. O despacho cita a existência de um possível "duto de recurso" que desafia as diretrizes de transparência do STF, misturando o erário com interesses privados e eleitorais.

Os valores sob investigação incluem um contrato de R$ 108 milhões firmado pelo ICB com a prefeitura de São Paulo, além de R$ 2,6 milhões em emendas do tipo "Pix" recebidos pela ONG Academia Nacional de Cultura (ANC) em 2024. O documento cita ainda um repasse de R$ 200 mil proveniente de emenda do deputado estadual Gil Diniz (PL) para a mesma organização.

Os integrantes do PL mencionados como autores dos repasses de cerca de R$ 2,6 milhões são o deputado cassado Alexandre Ramagem (RJ), a ex-deputada Carla Zambelli, e os deputados Bia Kicis (DF) e Marcos Pollon (MS). Além disso, o documento cita que a empresa Conhecer Brasil Assessoria prestou serviços às campanhas eleitorais de Mário Frias e de Felipe Carmona (ex-secretário adjunto de Cultura) em 2022.

Dino enfatizou a necessidade de assegurar o cumprimento do acórdão do STF de dezembro de 2022, que estabeleceu balizas rígidas de transparência e rastreabilidade para emendas parlamentares. (**IMC**)

PODER

CPMI: relatório em 60 dias

Após aval do STF para prorrogação, presidente da comissão confia em revisão de habeas corpus para destravar investigações

» ALÍCIA BERNARDES
» EDUARDA ESPOSITO

O presidente da CPMI do INSS, senador Carlos Viana (Podemos-MG), afirmou que o colegiado deve concluir o relatório final em até 60 dias, mesmo com a possibilidade de prorrogação por até 120 dias autorizada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Segundo ele, o prazo mais enxuto é suficiente para entregar uma resposta consistente sobre as irregularidades investigadas na Previdência Social.

A prorrogação foi determinada pelo ministro André Mendonça, que concedeu liminar à comissão e fixou prazo para que o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), formalize a extensão dos trabalhos. Na decisão, o magistrado ressaltou que a Constituição assegura às minorias parlamentares o direito de investigação e classificou como indevida qualquer omissão que impeça o andamento regular de requerimentos. A decisão do magistrado será submetida à Segunda Turma do STF.

Para Viana, o aval da Corte representa uma "vitória do povo brasileiro" e reforça o caráter constitucional da CPMI. O senador avalia que a prorrogação era necessária diante dos entraves enfrentados até agora, como decisões judiciais que limitaram convocações, além da rejeição de requerimentos e quebras de sigilo consideradas estratégicas para o avanço das apurações.

Na nova fase, a comissão pretende centrar esforços na convocação de testemunhas, priorizando pessoas que participaram dos fatos, mas que não são alvo direto das investigações. A estratégia busca reduzir o risco de novos impasses judiciais e garantir a coleta de informações essenciais para embasar o relatório final.

Entre os depoimentos considerados prioritários está o do ministro da Previdência, Wolney Queiroz, além de outros servidores públicos que possam esclarecer procedimentos internos, como cancelamentos de contratos e eventuais falhas administrativas relacionadas às fraudes investigadas. A expectativa é de que esses relatos ajudem a detalhar o funcionamento dos mecanismos que permitiram os desvios.

O presidente da CPMI também afirmou que pretende recorrer ao STF para revisar decisões que concederam habeas corpus a investigados, na tentativa de viabilizar novos depoimentos. Segundo Viana, há pessoas presas em lugares como Paraíba, Sergipe e Distrito Federal que podem contribuir com informações relevantes. Com a nova estratégia e eventuais revisões judiciais, o senador aposta na consolidação de um relatório mais robusto e conclusivo dentro do prazo estipulado.

Marcos Oliveira/Agência Senado

Viana: prorrogação é necessária diante dos entraves, como decisões judiciais que limitaram convocações

Impasse

Na decisão sobre a prorrogação da CPMI, Mendonça determinou que Alcolumbre e a Mesa Diretora têm 48 horas para realizar a leitura do requerimento de ampliação dos trabalhos do colegiado. Caso o prazo não seja cumprido, a decisão judicial autoriza automaticamente a continuidade das atividades.

Com o encerramento da CPMI inicialmente previsto para o próximo sábado, Viana, com o relator da comissão, Alfredo Gaspar (União-AL), e o líder do Novo na Câmara, Marcel Van Hattem (RS), ingressou no STF com mandado de segurança para garantir a extensão da investigação. No pedido, os parlamentares alegaram omissão de Alcolumbre e da Mesa Diretora em dar andamento ao requerimento, apresentado em dezembro.

Desde então, integrantes da CPMI vinham cobrando, publicamente, a leitura do documento, sem sucesso. Nos bastidores, parlamentares relataram resistência do comando do Congresso diante dos rumos da investigação e do impacto político de novas comissões em ano eleitoral. A presidência da CPMI já havia, inclusive, elaborado um cronograma prevendo a leitura e votação de um relatório que pode ultrapassar cinco mil páginas.

» Depoimento adiado

A oitiva do presidente da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev), Rodrigo Assumpção, prevista para esta semana na CPMI do INSS, foi cancelada de última hora após a internação do dirigente. A informação foi confirmada pela assessoria da comissão e pela própria estatal. Agora, os parlamentares aguardam a apresentação de atestado médico para remarcar o depoimento. A convocação tem como objetivo esclarecer suspeitas sobre vazamentos de dados e decisões operacionais da Dataprev.

Ministro do STF no alvo

» IAGO MAC CORD

O líder da oposição na Câmara, deputado Cabo Gilberto (PL-PB), protocolou, no Senado, um pedido de impeachment contra o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF).

O documento acusa Dino de invadir competências exclusivas do Legislativo ao anular quebras de sigilo bancário decretadas pela CPMI do INSS.

A denúncia tem como base a decisão do ministro de suspender deliberações da CPMI, de 26 de fevereiro, que haviam aprovado a quebra de sigilos bancário e fiscal de pessoas investigadas por supostas fraudes previdenciárias — entre eles, Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, filho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O magistrado justificou que os requerimentos foram aprovados de forma "genérica e sem fundamentação individualizada adequada". Já a oposição alegou que o argumento é "falacioso e inconstitucional", ressaltando que a forma de votação simbólica é legítima.

Para Cabo Gilberto, a interferência de Dino comprometeu a investigação ao exigir novas deliberações, retardando o acesso a dados estratégicos. A denúncia afirmou, ainda, que houve violação à separação de Poderes, acusando o magistrado de agir como "agente político" para defender o filho do presidente.

ELEIÇÕES 2026

Contra Moro, Ratinho desiste da Presidência

Senador lidera intenções de voto no Paraná e governador não abre mão de fazer sucessor. Decisão pode facilitar caminho para o PSD lançar Caiado ao Planalto

» EDUARDA ESPOSITO
» FABIO GRECCHI

O governador Ratinho Jr. (PSD) anunciou, ontem, que desistiu da pré-candidatura à Presidência da República este ano e que continuará à frente do governo do Paraná até o fim do mandato. Em nota divulgada no fim da tarde pelo partido, ele afirmou que tomou a decisão depois de conversar com a família no domingo. Porém, nos bastidores políticos no estado, a manobra é para impedir o avanço da candidatura do senador Sergio Moro (União-PR), que deve se fliar ao PL e ter o apoio do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) — que disputará a corrida ao Palácio do Planalto.

Na semana passada, Ratinho e o grupo do filho 01 do ex-presidente Jair Bolsonaro romperam, no momento em que ele anunciou que pretende apoiar o ex-juiz da Operação Lava-Jato ao Palácio do Iguaçu. O governador ainda não decidiu quem pretende ter como sucessor, mas a disputa está entre dois nomes: o deputado estadual Alexandre Curi, presidente da Assembleia Legislativa, e Guto Silva, secretário de Cidades, ambos do PSD, são os mais cotados.

"O governador Ratinho Junior decidiu concluir seu mandato no Paraná até dezembro deste ano. Portanto, ele deixa de participar da discussão interna do PSD, que escolherá um candidato disposto a concorrer às eleições presidenciais deste ano. O fato foi levado ao conhecimento do presidente nacional do PSD, Gilberto Kassab. Ao encerrar em dezembro essa fase de sua vida, Ratinho Júnior pretende voltar ao setor privado e presidir o Grupo de Comunicação criado pelo pai, o apresentador Ratinho", observa a nota do PSD.

Se, no PSD do Paraná, aos poucos vem à tona uma estratégia para frear o avanço de Moro — a mais recente sondagem junto ao eleitorado, do IRG Pesquisas, divulgada no começo do mês, mostra o senador na liderança para o governo, com 40,8%, à frente de Rafael Greca (do MDB, com 19,7%) e Requião Filho (do PDT, com 18%) —, no plano nacional o partido de Kassab mergulha na incerteza. Isso porque, dos três pré-candidatos à Presidência, Ratinho Jr. era o que apresentava melhor desempenho nas intenções de voto. Os outros dois, os governadores Ronaldo Caiado (GO) e Eduardo Leite (RS), tinham percentuais modestos. A legenda tem até 15 de agosto para definir o nome que lançará na disputa ao Planalto e registrar a candidatura no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Ed Alves/CB/D.A.Press

Ratinho Jr. não decidiu quem apoiará, mas fará força para que Moro não conquiste o governo paranaense

Agronegócio

Fontes do PSD, porém, acreditam que a desistência de Ratinho Jr. abre a possibilidade de Caiado encorpar na corrida presidencial e praticamente definir que Leite se lança ao Senado. Isso porque o governador goiano desfruta de altos índices de aprovação no próprio estado e, também, é conhecido na Região Centro-Oeste, cuja economia gira em torno do agronegócio. Como o setor não vem demonstrando empolgação com a pré-candidatura de Flávio Bolsonaro e rejeita veementemente a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, abre-se a chance de que Caiado consiga galvanizar o poderio do agro não apenas do Centro-Oeste, mas, também, das regiões Sul e Sudeste, em torno dele. Mesmo porque, a favor do governador pesa o fato de que foi presidente da União Democrática Ruralista (UDR) e um dos porta-vozes do setor à época em que era deputado federal e, depois, senador por Goiás.

Além disso, dos até então três pré-candidatos do PSD, Caiado é o que faz mais acenos ao bolsonarismo — Ratinho Jr. sempre se manteve discreto em relação ao ex-presidente e Eduardo Leite nunca demonstrou simpatias pela extrema-direita. O governador de Goiás participou de todos os eventos que reúne apoiadores do ex-presidente e já disse que, se eleito, vai anistiá-lo da condenação de 27 anos e três meses de prisão por chefiar uma organização golpista. Além disso, várias vezes manifestou desagrado em relação às penas impostas pelo Supremo Tribunal Federal aos golpistas que vandalizaram as sedes dos Três Poderes, em 8 de janeiro de 2023.

Na mira do TSE, Castro renuncia

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA
» VICTOR CORREIA

Um dias antes de o Tribunal Superior Eleitoral retomar o julgamento, hoje, que pode decidir seu futuro político, Cláudio Castro renunciou ao governo do Estado do Rio de Janeiro para tentar se viabilizar como candidato ao Senado pelo PL. Ele está perdendo de 2 x 0 no TSE em uma ação que analisa se cometeu abuso de poder político e econômico nas eleições de 2022.

A renúncia de Castro fará com que a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) convoque eleições indiretas para definir um mandato-tampão, até dezembro deste ano. O pleito deve ocorrer em até 30 dias após a renúncia do ex-governador. Até lá, o estado será governado pelo presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ), desembargador Ricardo Couto de Castro.

Esse vácuo é porque o então vice-governador eleito na chapa de Castro, Tiago Pampolha (MDB), deixou, em maio do ano passado, o posto para assumir um cargo como conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE-RJ). Já o deputado estadual Rodrigo Bacellar (União), ex-presidente da Alerj, foi afastado da função por conta de uma investigação da Polícia Federal (PF) sobre uma possível conexão dele com o Comando Vermelho, que resultou na cassação do mandato do deputado estadual Thiego Raimundo dos Santos Silva, o TH Joias, preso em Bangu 8. Além disso, Bacellar responde pelo mesmo processo que corre no TSE contra Castro.

No TSE, o ex-governador tem dois votos pela condenação. A relatora, ministra Isabel Gallotti, e o ministro Antonio Carlos Ferreira votaram contra Castro. A tendência é que a Corte o condene. Se isso ocorrer, ele não poderá ter o cargo cassado, já que já deixou o governo fluminense, mas ficará inelegível. A dúvida é se os recursos se esgotaram até o pleito de outubro. Castro pode ter o nome incluído nas urnas e assumir a cadeira se eleito e não estiver inelegível até o momento da diplomação.

O caso em julgamento, baseado em investigação do Ministério Público Eleitoral do Rio de Janeiro (MP-RJ), se relaciona à contratação de 27 mil funcionários temporários para comporem os quadros da Universidade do Estado do Rio (Uerj) e do Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (Ceperj). Essas vagas seriam para aliados de Castro, garantindo apoio na eleição.

A decisão de deixar o governo antes da retomada do julgamento no TSE foi lida como tentativa de reduzir o impacto político de uma eventual condenação. Ele teria até o fim do mês para sair e poder concorrer a um cargo em outubro. O ex-prefeito do Rio Eduardo Paes (PSD) — que também saiu do posto na semana passada para disputar o Palácio Guanabara — criticou a decisão, em postagem nas redes sociais.

"Encerramento de mandato nada! Trata-se de um governador omisso fugindo da Justiça. Fugindo, não! Pior! Desrespeitando a Justiça com os crimes que cometeu! Não podemos mais permitir que esse tipo de impunidade aconteça. Destruiu com seu grupo o Rio de Janeiro! Não passará impune! E ainda quer fazer o sucessor para continuar aprontando!", disse Paes, pré-candidato ao governo fluminense.

Na eleição indireta para o governo do Rio de Janeiro, a indefinição aumentou depois da liminar do ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), que determinou que o voto na Alerj seja secreto, argumentando risco para os deputados por conta da criminalidade no estado. Paes tem interesse direto no pleito e pretende apoiar o deputado estadual bolsonarista Douglas Ruas (PL).

Linha do tempo das eleições indiretas

Fonte: Lei Complementar Nº 229, de 11 de março de 2026. Foto: GOVRJ

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo

luizazedo.df@dabr.com.br

Moraes deve conceder a prisão domiciliar para Bolsonaro

A qualquer momento, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), responsável pela execução penal dos condenados pela tentativa de golpe de Estado de 8 de Janeiro, deve acolher manifestação do procurador-geral da República, Paulo Gonet, opinando pelo deferimento do pedido de prisão domiciliar em caráter humanitário. O pedido é justificado pela defesa devido ao estado de saúde do ex-presidente Jair Bolsonaro, que demanda monitoramento em tempo integral. A PGR reconhece que o ambiente familiar pode fornecer os cuidados ininterruptos exigidos ao paciente.

"Está demonstrado que o estado de saúde do postulante da prisão domiciliar demanda a atenção constante e atenta que o ambiente familiar, mas não o sistema prisional em vigor, está apto para propiciar", destacou Gonet.

O procurador-geral argumentou que os Poderes Públicos têm o dever de preservar a integridade física e moral dos custodiados. Esse posicionamento da PGR ocorre em um contexto delicado: Bolsonaro segue sem previsão de alta, embora tenha deixado a Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital DF Star, em Brasília, na tarde de ontem.

O ex-presidente trata uma pneumonia bacteriana bilateral decorrente de broncoaspiração, quadro que, por sua natureza, exige cuidados intensivos, monitoramento contínuo e pronta intervenção médica em caso de agravamento. Internado desde 13 de março, Bolsonaro tornou-se, de fato, um enfermo crítico sob responsabilidade direta do Estado.

Gonet deslocou a discussão do campo político para o terreno dos direitos fundamentais. Juridicamente, a execução de pena não pode se dissociar das condições reais de saúde do condenado. A própria manifestação da PGR reconhece que o sistema prisional brasileiro, ainda que disponha de alguma estrutura médica, não está apto a oferecer o nível de assistência exigido por um quadro clínico dessa gravidade.

No julgamento dos casos relacionados aos atos de 8 de Janeiro pelo STF, houve individualização das penas e abertura para soluções humanitárias em situações excepcionais. Dos 38 condenados que pleitearam prisão domiciliar por razões médicas, 21 tiveram o benefício concedido, sendo a maioria idosos e portadores de doenças graves ou incapacitantes. É o caso, por exemplo, do general Augusto Heleno, ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), considerado um dos cabeças da tentativa de golpe e condenado junto com Bolsonaro, que cumpre pena em regime domiciliar. Portanto, não é casuísmo, mas a aplicação de critério já consolidado.

O ponto central não é a identidade do réu, mas a natureza do risco. A permanência de um paciente com pneumonia bacteriana bilateral, internado e ainda sem previsão de alta, sob custódia em regime fechado — ainda que temporariamente hospitalar —, levanta uma questão de responsabilidade estatal. Caso haja agravamento do quadro clínico, sem que tenham sido adotadas todas as medidas necessárias para garantir tratamento adequado, o Estado poderá ser responsabilizado por omissão.

Riscos institucionais

No caso de Bolsonaro, além disso, as consequências políticas dessa situação são imprevisíveis, levando-se em conta a comoção política que pode gerar e o fato de o primogênito do ex-presidente, senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), ser forte candidato à Presidência e ter, sucessivas vezes, advertido que o pai poderia morrer na prisão. Além disso, a pena privativa de liberdade não pode se converter, na prática, em pena de risco à vida por insuficiência de assistência. Não é uma questão a ser tratada pelo prisma ideológico da polarização.

A Constituição veda qualquer forma de tratamento desumano ou degradante, e isso inclui a manutenção de um paciente grave em condições incompatíveis com suas necessidades clínicas. Como sabemos, esse entendimento não é levado em conta em relação à maioria dos presos comuns, porém, uma coisa não justifica a outra.

Outra dimensão que não pode ser ignorada. A eventual morte de um ex-presidente da República sob custódia estatal, em circunstâncias que possam ser atribuídas à insuficiência de cuidados médicos, não atingiria apenas o Judiciário, mas todo o sistema de Justiça, com repercussões internas e internacionais. Por outro lado, a concessão de prisão domiciliar, longe de representar impunidade, configura medida juridicamente adequada e proporcional. O cumprimento de pena em regime domiciliar mantém a autoridade da decisão judicial. Não há, nesse caso, conflito entre punir e proteger.

Quando o próprio órgão responsável pela acusação reconhece a inadequação do sistema prisional para garantir os cuidados necessários, e quando há risco real à vida do custodiado, a omissão deixa de ser uma opção sustentável. Em última instância, trata-se de preservar não apenas a vida de um indivíduo, mas os fundamentos do Estado Democrático.

O primeiro elemento factual a ser considerado é a própria evolução do tratamento dado pelo STF aos condenados pelos atos de 8 de Janeiro. Houve clara individualização das penas. O segundo ponto é risco médico efetivo. Isso não é mero formalismo. A ausência de estrutura adequada para lidar com doenças complexas, crônicas ou degenerativas, pode transformar a pena privativa de liberdade em pena de morte indireta, o que é uma afronta à Constituição.

Brasília-DF

CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA (COM EDUARDA ESPOSITO)
carlosalexandre.df@dabr.com.br

Mendonça, CPMI e a tempestade perfeita

A determinação do ministro André Mendonça de prorrogar a CPMI do INSS vai contra tudo que muita gente em Brasília almejava: enterrar a investigação sobre a roubalheira contra os aposentados. O inquérito parlamentar comandada pelo senador Carlos Viana se aproxima perigosamente do período eleitoral, com risco de abalar candidaturas de todos os campos políticos.

Há semanas o governo vinha tentando encerrar os trabalhos, em razão das relações entre Luís Fábio Lula da Silva, filho do presidente da República, e o empresário Antônio Carlos Camilo Antunes, o Careca do INSS. Para o Centrão, a investigação incomoda porque a CPMI tem em mãos os demolidores arquivos de Daniel Vorcaro. O vazamento de mensagens do banqueiro – negado pela CPMI – mostrou, entre outras revelações, a relação com caciques como o senador Ciro Nogueira e o presidente do União Brasil, Antonio Rueda.

Forma-se, assim, uma tempestade perfeita para os próximos meses. É cada vez maior a possibilidade de uma convergência entre os escândalos do INSS e do Banco Master, com reflexos eleitorais. Soma-se a isso a interferência do Judiciário – seja a favor da CPMI, seja a favor de investigados e de testemunhas.

Reviravolta?

A decisão de André Mendonça ainda pode sofrer uma reviravolta no Supremo Tribunal Federal. O ministro submeteu a decisão dele à 2ª Turma da Corte, formada pelos ministros Gilmar Mendes, Dias Toffoli, Luiz Fux e Nunes Marques, além do próprio Mendonça. O julgamento no plenário virtual está marcado para 3 de abril.

Menos é mais

Um dos pontos centrais da decisão do ministro André Mendonça é o direito das minorias. Com a citação a autores como Philip Petti e Winfried Brugger, o magistrado analisa o conflito entre a CPMI do INSS e a Presidência do Congresso, a quem cabe autorizar a prorrogação da comissão parlamentar: "É forçoso concluir que a vontade da maioria parlamentar tem uma importância ímpar na democracia, mas ela não pode tudo".

Precedentes

Juristas acreditam que o parecer favorável da Procuradoria-Geral da República (PGR) será decisivo para o ministro do STF Alexandre de Moraes autorizar a prisão domiciliar ao ex-presidente Jair Bolsonaro. Eles lembram o caso do ex-general Augusto Heleno. Em dezembro, Moraes concedeu o benefício em razão do grave estado de saúde do militar.

Várias frentes

A Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados também planeja uma ofensiva contra o caso Master. Ao assumir a presidência, o deputado Merlong Solano (PT-PI), afirmou que vai colocar como prioridade um estudo de condições do sistema financeiro, principalmente sobre o Fundo Garantidor de Créditos (FGC). Um dos planos da CFT é convidar os dois presidentes do Banco Central durante o escândalo Master – Roberto Campos Neto e Gabriel Galípolo.

Combustíveis na mira

A nova gestão da CFT também pretende apurar a alta dos combustíveis, provocada pela guerra no Oriente Médio. Pretende chamar representantes da Agência Nacional do Petróleo (ANP), da Polícia Federal, da BR Distribuidora e outras para explicarem o aumento dos preços nos postos de abastecimento, apesar dos subsídios bancados pelo governo.

Agora vai

Após quase dois meses parado na mesa diretora do Senado, o Plano Nacional da Educação seguiu para a Comissão de Educação da Casa e está na pauta desta terça-feira. O colegiado, presidido por Teresa Leitão (PT-PE), tem a intenção de votar hoje o relatório que veio da Câmara dos Deputados e também aprovar um requerimento de urgência para levar o PNE ao plenário do Senado amanhã.

Bolsa bet

Uma pesquisa da Associação Nacional de Jogos e Loterias (ANJL), realizada em outubro de 2025 na região metropolitana de São Paulo, demonstra que 17,3% dos apostadores, que recebiam algum benefício social do governo, apostavam em bets piratas. E 45,1% dos entrevistados assumiram que jogariam em casas de apostas clandestinas caso o governo proibisse acesso de beneficiários às bets.

Legal e ilegal

Para o Bernardo Cavalcanti Freire, sócio do Betlaw e consultor jurídico da ANJL, é surpreendente o alto percentual de beneficiários que jogariam em bets irregulares para continuar a ter acesso ao jogo. "As pessoas continuam jogando, e o governo não vai arrecadar", afirma. O setor estima que cerca de 53% do mercado é ilegal.

Proteção digital

Ocorre hoje e amanhã no Superior Tribunal de Justiça (STJ) a VII Conferência Ibero-Americana: Infância e violência em ambientes digitais. O evento é promovido pela corte em parceria com o Centro Iberoamericano de los Derechos de la Niñez (Cideni) e com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Direitos da infância

O encontro reúne especialistas, autoridades judiciais e pesquisadores do Brasil, Chile, México e Espanha para debater como proteger crianças e adolescentes nos ambientes digitais. A conferência segue diretriz do Comitê dos Direitos da Criança das Nações Unidas, que determina que os direitos da infância devem ser plenamente garantidos no ambiente digital.

PODER

Novo comando no TRT-10

Desembargadores José Leone Cordeiro Leite e Dorival Borges de Souza Neto assumem a direção do Tribunal Regional do Trabalho

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

Os desembargadores José Cordeiro Leite e Dorival Borges de Souza Neto assumiram, ontem, a presidência e a vice-presidência, respectivamente, do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (TRT-10). Eles ficaram nas funções por dois anos.

A cerimônia contou com representantes de órgãos da Justiça do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho (MPT), além da Ordem dos Advogados do Distrito Federal (OAB-DF).

Considerado a "segunda" instância da Justiça do Trabalho, o TRT-10 abrange Distrito Federal e Tocantins. Na avaliação do presidente do TRT-10, os próximos dois anos da instituição serão marcados pela continuidade dos "projetos exitosos" iniciados nas gestões passadas.

"Tanto na gestão passada, como na gestão retrasada (...), em relação aos projetos exitosos, nós vamos dar orientação para que esses projetos tenham continuidade. Já a segunda problemática que o TRT tem a resolver é a questão da sede", afirmou o desembargador José Leite, ao destacar que a aquisição de um prédio novo para alocar a sede do tribunal está nos planos para o próximo biênio.

Corregedoria

Assim como José Leite, o vice-presidente do TRT-10, desembargador Dorival Neto, que também é corregedor da instituição, destacou que pretende otimizar as atividades da corregedoria da instituição. "A gente pretende implementar corregedoria mais humanizada, com transparência e com dados precisos para auxiliar os magistrados", ressaltou Neto, após tomar posse.

Presente no evento, que ocorreu no auditório do TRT-10, o governador do DF, Ibaneis Rocha (MDB), corroborou a necessidade de a Justiça do Trabalho no Distrito Federal ter "uma estrutura melhor". "Temos de avançar nessas pautas e destacar que a capital da República merece uma Justiça bem localizada, em um prédio moderno e com estrutura, para que preste serviços à comunidade", destacou, ao cobrar que essas demandas devem envolver todos os parlamentares federais do DF e de Tocantins.

Na cerimônia de passagem do comando do TRT-10, o governador do Distrito Federal ainda lembrou sua atuação enquanto advogado trabalhista, há mais de 30 anos. "Comecei a advogar na Justiça do Trabalho em 1994. De lá para cá, acompanho todo o desenrolar da Justiça do Trabalho."

Na avaliação de Ibaneis Rocha, os novos presidente e vice do tribunal têm competência para seguir os projetos do tribunal. "São pessoas extremamente inteligentes e que vão dar sequência ao trabalho realizado", pontuou.

Fotos: Júlio Noronha/CB/D.A Press

José Leone Cordeiro Leite e Dorival Borges de Souza Neto assumem o tribunal por dois anos

Antonio Augusto/STF

Galípolo, Fachin e Mercadante se reuniram no STF para tratar do tema

Esforço conjunto para combater o crime organizado

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, recebeu, ontem, os presidentes do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, e do BNDES, Aloizio Mercadante, e o diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues. A reunião ocorreu no gabinete do ministro e teve como tema central o combate à lavagem de dinheiro e o "estrangulamento financeiro" de organizações criminosas, segundo a assessoria da Corte.

De acordo com a nota divulgada pelo Supremo, Galípolo disse a Fachin que o BC está finalizando um pacote de medidas regulatórias para mitigar riscos ao sistema financeiro diante de novas ameaças digitais.

Fachin, por sua vez, defendeu a "inteligência coordenada" e uma "resposta estratégica unificada entre as instituições". Segundo a nota, a Polícia Federal (PF) vai prestar apoio técnico "para assegurar que as novas diretrizes do Banco Central tenham plena eficácia jurídica e operacional".

Na manhã de ontem, Fachin afirmou que o crime organizado vem se tornando uma ameaça à democracia e citou pesquisa que indica que ao menos 19% da população brasileira diz viver em locais com presença explícita dessas organizações. Ele discursou na abertura do Seminário Desafios do Poder Judiciário ante o Crime Organizado, no Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

"Essa realidade reinante gera imensa preocupação e incerteza. É direito fundamental do cidadão viver sem medo e opressão, onde possa exercer o direito de locomoção e de manifestação do pensamento. Não há Estado de Direito em localidades dominadas por facções", disse o ministro.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) informou que, ao final de 2025, havia 12.448 ações penais contra organizações criminosas pendentes de julgamento no Brasil. O dado foi apresentado por Fachin, que também comanda o CNJ.

Segundo o ministro, pelo menos duas grandes organizações criminosas estão presentes em todos os estados e no Distrito Federal.

Os números são obtidos pelo Painel Nacional do Crime Organizado, ferramenta desenvolvida pelo CNJ, e indicam ainda que parte relevante desses processos termina sem condenação. Segundo Fachin, o panorama reforça a necessidade de identificar gargalos e aprimorar a atuação judicial.

"Embora estejamos diante de uma ameaça à integridade do território brasileiro, as estratégias de enfrentamento ao crime organizado precisam se ajustar à heterogeneidade regional", afirmou.

Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.df@dabr.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)

VIOLÊNCIA

Caso Henry Borel: defesa se retira e júri é adiado

Advogados de um dos réus têm pedido negado pela juíza e abandonam a sessão, que será retomada em 25 de maio. Pai do menino morto após agressões do padrasto, com leniência da mãe, desabafa: "Assassinaram meu filho pela segunda vez"

» RAFAELA BOMFIM*

O julgamento dos réus pelo assassinato do menino Henry Borel, de quatro anos, em 8 de março de 2021, foi adiado para 25 de maio depois que os advogados de Jairo Souza Santos Júnior, o Jairinho — acusado de torturar e agredir a criança, o que teria causado a morte —, abandonaram, ontem, o plenário do 2º Tribunal do Júri do Rio de Janeiro, alegando cerceamento de defesa. Isso porque a juíza Elizabeth Machado Louro negou a eles o pedido de suspensão da sessão, que alegavam não terem obtido acesso a todas as provas do processo — queriam o conteúdo completo extraído de um notebook do pai de Henry, Leniel Borel.

"É conduta que fere os princípios que norteiam as sessões de julgamento, além dos direitos dos acusados e da família da vítima (...) Declaro como ato atentatório contra a dignidade da Justiça a conduta dos referidos patronos. Condeno os cinco advogados presentes a esta sessão ao ressarcimento dos prejuízos causados pelo adiamento", frisou a magistrada, que, inicialmente, remarcou o julgamento para 22 de junho, mas foi antecipada para 25 de maio. Além disso, mandou oficiar a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para que avalie a aplicação de sanções ético-disciplinares aos defensores.

Por causa da nova data, a juíza determinou o relaxamento da prisão da mãe de Henry, Monique Medeiros, também ré no processo e acusada de possibilitar que o menino fosse maltratado por Jairinho, com quem era casada à época do crime. "Entendo que diante de tal quadro processual, a custódia da ré de agora figura-se manifestamente ilegal por excesso claramente despropositado de prazo na prisão, razão pela qual relaxo a prisão", afirmou a juíza.

O promotor Fábio Vieira, do Ministério Público do Rio de Janeiro (MP-RJ), afirmou que vai recorrer contra o relaxamento da prisão de Monique, que ainda classificou a manobra da defesa de Jairinho — que continuará preso na penitenciária de Bangu 8 — como "completamente ilegal".

A advogada Florence Rosa, que representa Monique, disse que a medida era a adequada do ponto de vista processual. "A decisão da juíza foi a mais acertada, tanto que foi endossada pela acusação e pela assistência de acusação, porque processualmente era a mais correta", afirmou

O júri começou com o sorteio do Conselho de Sentença, formado por seis mulheres e um homem, e a leitura da denúncia. Em seguida, os advogados de Jairinho pediram o adiamento do julgamento, o que foi negado pela magistrada. Os cinco defensores de Jairinho anunciaram, então, que deixariam a sessão. Sem a presença da defesa, o julgamento não poderia continuar. Diante disso, a juíza dispensou os jurados e encerrou os trabalhos.

Fotos: Reginaldo Pimenta/Agência O Dia/Estadão Conteúdo

O que foi feito aqui é um assassinato, um terrorismo contra uma família que luta. É um desrespeito com a memória do Henry e com a minha família. O Henry não está aqui mais para contar a história dele"

Leniel Borel, *pai do menino Henry*

Declaro como ato atentatório contra a dignidade da Justiça a conduta dos referidos patronos. Condeno os cinco advogados presentes a esta sessão ao ressarcimento dos prejuízos causados pelo adiamento"

Trecho da decisão da juíza Elizabeth Machado Louro

Crítica

O pai de Henry criticou o adiamento. "Assassinaram meu filho pela segunda vez. Meu sentimento como pai é que mataram meu filho novamente". "O que foi feito aqui, hoje (ontem), é um assassinato, um terrorismo contra uma família que luta. É um desrespeito com a memória do Henry e com a minha família. Aqui tem um pai, aqui tem um coração de carne, aqui tem uma pessoa. O Henry não está aqui mais para contar a história dele, mas eu estou aqui para continuar esse legado. E aí, fazem, novamente, uma palhaçada. Uma estratégia protelatória", acusou.

Henry morreu no apartamento onde morava com a mãe e o padrasto, na Barra da Tijuca, Zona Oeste do Rio. O menino foi levado ao Hospital Barra D'Or, onde o casal alegou que ele havia sofrido um acidente doméstico. Porém, o laudo de necropsia do Instituto Médico-Legal apontou 23 lesões por ação violenta, entre elas laceração hepática e hemorragia interna.

As investigações da Polícia Civil concluíram que Henry era submetido a agressões e que Monique tinha conhecimento do que acontecia. O padrasto à época era vereador pela capital fluminense e atendia pelo nome político de Dr. Jairinho, já que era médico de formação. Com o crime, teve o mandato cassado.

Ele e Monique foram presos em abril de 2021 e denunciados pelo Ministério Público do Rio de Janeiro (MP-RJ). Jairinho responde por homicídio qualificado e a mãe de Henry é acusada de homicídio por omissão, sob a acusação de não ter impedido as agressões e de ter deixado de proteger o filho.

Segundo a denúncia, no dia da morte da criança, Jairinho causou as lesões que resultaram no óbito. O MP-RJ também sustenta que, em outras três ocasiões, em fevereiro de 2021, Henry foi submetido a sofrimento físico e mental pelo padrasto.

A defesa de Jairinho sustenta que existem contradições entre os laudos periciais sobre a causa da morte. Os advogados afirmam que mensagens obtidas a partir de relatório do aplicativo israelense Cellebrite indicariam conversa entre um perito e a então chefe do IML antes da finalização de um dos documentos. Para a banca, isso levou à alteração do conteúdo para favorecer a acusação.

"O conteúdo das mensagens comprova, sem quaisquer dúvidas, que os laudos de necropsia foram manipulados por interesses de terceiros", afirmou o advogado Rodrigo Faucz, que não compareceu ao Tribunal do Júri. Outro defensor, Fabiano Lopes, afirmou: "A prova é muito objetiva. A fraude aconteceu. Se tratar isso da forma que merece, esses laudos são nulos".

Os advogados também voltaram a dizer que Henry não morreu em decorrência de agressões e levantaram, novamente, a hipótese de que manobras de ressuscitação realizadas no Hospital Barra D'Or tenham causado parte das lesões. "A gente está dizendo que a criança comprovadamente não foi vítima de agressões", disse Faucz.

A Polícia Civil e o Hospital Barra D'Or, no entanto, sustentam que Henry chegou morto à unidade. Para a assistência de acusação, o conjunto reunido no processo aponta a responsabilidade dos réus. "Não há dúvida alguma de que Jairo torturou de forma cruel o Henry Borel. Esse crime aconteceu pelo fato de Monique Medeiros ter abdicado do seu dever sagrado de proteger o seu filho", afirmou o advogado Cristiano Medina da Rocha.

*** Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi**

Em Vitória e Recife, duas vítimas de relações abusivas

» FABIO GRECCHI

Dois casos de feminicídio ganharam repercussão nacional. Em Vitória, a comandante da Guarda Municipal da capital capixaba, Dayse Barbosa, foi morta a tiros na madrugada, no bairro Caratoíra, pelo namorado dela, o policial rodoviário federal Diego Oliveira de Souza, que em seguida tirou a própria vida. Em Recife, o empresário Silvio Souza Silva assassinou a ex-companheira, Isabel Cristina Oliveira dos Santos e também se suicidou.

No caso de Dayse, mãe de uma menina de oito anos, o crime ocorreu dentro da residência da comandante. A perícia encontrou sinais de arrombamento na porta que dá acesso ao quarto e indícios de planejamento por parte de Diego.

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) informou que o agente era lotado na Delegacia da PRF em Campos dos Goytacazes, município do Rio de Janeiro. A corporação lamentou a morte da comandante e afirmou que está à disposição para colaborar com as investigações.

A delegada Raffaella Aguiar, titular da Delegacia de Homicídios e Proteção à Mulher, afirmou que os elementos apontam para feminicídio. "As informações são de que ele não aceitava o fim do relacionamento", disse. Segundo a policial, após o crime, parentes de Dayse relataram que o suspeito era "ciumento, possessivo e extremamente controlador".

Ainda conforme a investigação, não havia registros formais de denúncia contra o policial. "A comandante nunca tinha relatado para os companheiros dela lá da Guarda Municipal, bem como não tinha um registro junto à Polícia Civil", disse a delegada.

Vestígios recolhidos no local indicam que a ação pode ter sido premeditada. "Ele levou ferramentas, levou uma escada, ferramentas para romper, abrir a porta", afirmou a policial. Em nota, a Prefeitura de Vitória lamentou a morte da comandante e destacou a atuação que ela tinha na defesa dos direitos das mulheres e no combate à violência de gênero. A administração municipal decretou luto oficial de três dias.

Fotos: Reproduções/Instagrams pessoais

Diego arrombou a casa em que Dayse morava para matá-la

Isabel tinha relacionamento com Silvio desde os 14 anos

Medida protetiva

Em Recife, o assassinato de Isabel Cristina foi o fim, segundo parentes dela, de uma relação marcada por desentendimentos frequentes. Segundo informações do boletim de ocorrência (BO) registrado no Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), ela manteve um relacionamento com Silvio por cerca de oito anos e tinha uma filha de três anos.

Ainda de acordo com o BO, Isabel tinha uma medida protetiva contra o empresário, mas ele continuava frequentando o imóvel do casal, na Torre 9 do condomínio Le Parc, na capital pernambucana. A irmã e a cunhada da vítima estavam com a filha do casal no momento do crime e foram as primeiras a encontrar os corpos.

Segundo o BO, Isabel contou à irmã, no domingo, que Silvio foi ao local, discutiu com ela, e a agraediu ao arremessar uma sandália. O empresário teria retornado posteriormente para cometer o feminicídio. No apartamento, a polícia apreendeu três celulares e um revólver calibre 38, cujo tambor continha duas munições deflagradas.

Parentes disseram que o relacionamento entre eles teria começado quando Isabel tinha apenas 14 anos e ele, 40. Natural de Campina Grande (PB), a jovem estudava Medicina na Universidade Católica de Pernambuco. Silvio era cantor e atendia pelo nome artístico de Dom Silver. Era, também, dono de uma fábrica de portas e janelas. (**Com AE**)

CB DEBATE

O BRASIL PELAS MULHERES

Formação para uma cultura de proteção

É HOJE

A violência contra a mulher não surge de forma isolada. Ela é construída e naturalizada ao longo do tempo por meio de padrões culturais, desigualdades históricas e silêncios sociais. Nesse contexto, o Correio Braziliense promove um debate para falar sobre a importância da educação como um motor de mudança e da necessidade de promover o enfrentamento nos espaços de formação humana.

Acompanhe a transmissão do evento no YouTube do Correio Braziliense

CONFIRMADOS:

Márcia Lopes
ministra das Mulheres

Delaíde Miranda
ministra do TST e vice-diretora da Escola Nacional de Formação da Magistratura Trabalhista Nacional

Celina Leão
vice-governadora do Distrito Federal

Jaceguara Dantas
desembargadora e conselheira do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

Lia Zanotta Machado
professora de Antropologia e pesquisadora do NEPeM/UnB

Katharine Bernardes
diretora executiva da Escola Multi-Integral (EMI)

Camila Guerin
juíza do TJRJ e presidente do Fórum Nacional de Juízas e Juízes de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher (Fonavid)

Cristina Tubino
assessora no Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Nildete Santana
diretora da diretoria da Mulher da OAB-DF

Isabelle Duarte
vice-presidente da Comissão de Combate à Violência Doméstica e Familiar da OAB-DF

Promoção: CORREIO BRAZILIENSE | Realização: CB Brands ESTÚDIO DE CONTEÚDO

Bolsas
Na segunda-feira
3,24% São Paulo
1,38% Nova York

Pontuação B3
IBovespa nos últimos dias
179.640 — 181.932
18/3 19/3 20/3 23/3

Na segunda-feira
R$ 5,240
(- 1,29%)

Dólar

Últimos	
17/março	5,200
18/março	5,246
19/março	5,215
20/março	5,309

Salário mínimo
R$ 1.621

Euro
Comercial, venda na segunda-feira
R$ 6,086

CDI
Ao ano
14,65%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)
14,64%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Outubro/2025	0,09
Novembro/2025	0,18
Dezembro/2025	0,33
Janeiro/2026	0,33
Fevereiro/2026	0,70

» Entrevista | **REGINALDO ARCURI** | PRESIDENTE DO GRUPO FARMABRASIL

Vencimento da patente referente à semaglutida abre caminho para ampliar oferta de canetas emagrecedoras, observa o executivo. Mas, segundo ele, a redução de preço não será imediata. Baixa renda do brasileiro dificulta maior acesso

"Temos entre 15 e 17 pedidos na Anvisa"

» CAETANO YAMAMOTO*

O Ozempic, remédio que trata doenças como diabetes e obesidade, criado pela Novo Nordisk, teve a patente exclusiva do seu princípio ativo, a semaglutida, encerrada na última sexta-feira. A medida representa um novo caminho para que medicamentos genéricos e similares sejam comercializados no Brasil, desde que aprovados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Ao CB.Poder, *uma parceria entre o* ***Correio*** *e a TV Brasília, o presidente do Grupo FarmaBrasil, Reginaldo Arcuri detalhou o cenário que se desenha no combate à obesidade e ao diabetes. Leia, a seguir, os principais trechos da entrevista aos jornalistas Sibele Negromonte e Roberto Fonseca.*

Qual a avaliação do senhor com o término da patente da semaglutida?

Sobre o fenômeno da semaglutida, é importante esclarecer que houve o vencimento da patente, e não quebra ou extensão. A patente garante ao inventor o privilégio de exclusividade no mercado por 20 anos, mas, ao fim desse prazo, a sociedade tem o direito de ter mais produtores disputando o mercado, o que reduz o preço. Estamos entrando justamente nessa fase. Esses medicamentos são complexos, de descoberta e uso recentes, com um processo de produção sofisticado, caro e demorado. Haverá redução de preço, mas não será imediata.

O que influi no preço?

O custo é influenciado pela própria caneta aplicadora e, nos casos de comprimidos, pelo uso de mais princípio ativo para resistir ao processo digestivo. A boa notícia é que muitas empresas já protocolaram pedidos na Anvisa para fabricar medicamentos à base de semaglutida, o que garantirá a entrada sucessiva de competidores no mercado brasileiro.

Estimativas indicam que a queda de preço inicial variará entre 20% e 35%. Há uma grande demanda reprimida. O senhor acredita que essa queda será suficiente para ampliar o acesso ou o início será tímido?

Vejo duas dimensões. Na compra privada, o preço reduzido ampliará o acesso, mas o nível de renda do brasileiro ainda é um limitador para as classes de menor remuneração. A outra questão é a incorporação ao SUS. A tendência é de que o sistema ofereça o que há de melhor, mas o valor ainda será alto, mesmo com as reduções por volume de compra. O Ministério da Saúde e a Conitec (Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS) analisam como atingir um valor suportável para o sistema público.

Como isso afeta o combate à obesidade?

Esses medicamentos foram desenvolvidos para diabetes, mas há um foco crescente na obesidade, tratada como doença. A obesidade exige fronteiras delimitadas. Mesmo com o uso de moléculas como semaglutida, liraglutida ou tirzepatida, médicos e cientistas concordam que é indispensável manter uma vida e alimentação saudáveis. Caso o tratamento seja interrompido e o paciente retorne ao sedentarismo, não há o que impeça o retorno ao sobrepeso. Há uma expectativa real, pois já existe um número significativo de pedidos de registro na Anvisa. Não é apenas uma possibilidade futura; é uma entrada previsível de competidores que barateará a compra privada e abrirá caminhos para o sistema público.

O Brasil detém toda a tecnologia da semaglutida ou depende de transferência externa?

O Brasil ainda importa grande parte da tecnologia. No caso da liraglutida, a empresa brasileira EMS já desenvolveu a molécula e produz o IFA (Insumo Farmacêutico Ativo). Quanto à semaglutida, as empresas se prepararam através da "Cláusula Bolar", que permite o desenvolvimento antes do fim da patente. Por isso, já temos entre 15 e 17 pedidos na Anvisa.

Em quanto tempo após a liberação da Anvisa o medicamento chega ao mercado?

O Ministério da Saúde solicitou prioridade na análise desses registros em outubro passado. A Anvisa já possui três ou quatro processos avançados. Acredito que, até o final deste primeiro semestre, já teremos concorrentes no mercado. É essencial que a Anvisa mantenha seu rigor para garantir segurança e eficácia. Embora o quadro de funcionários tenha sofrido com o esvaziamento, os esforços atuais indicam uma entrada cadenciada de novos concorrentes ao longo deste ano.

Bruna Gaston/CB/D.A Press

> Na compra privada (do medicamento), o preço reduzido ampliará o acesso, mas o nível de renda do brasileiro ainda é um limitador para as classes de menor remuneração. A outra questão é a incorporação ao SUS. A tendência é de que o sistema ofereça o que há de melhor, mas o valor ainda será alto"

A questão das patentes enfrenta questionamentos jurídicos no STJ, no STF e em projetos no Congresso que propõem mudanças de formato. Qual a sua posição sobre a legalidade das patentes e essas discussões?

Primeiramente, manifesto meu total respeito ao Congresso Nacional, que é a casa da democracia brasileira e o fórum onde o debate sobre os grandes temas nacionais deve ocorrer. Respeito os parlamentares que propuseram projetos com a intenção de, sob a ótica deles, melhorar o sistema brasileiro. No entanto, estamos seguros de que a atual legislação — a Lei de Propriedade Industrial de 1996, que completa 30 anos este ano — tem funcionado perfeitamente e não demanda modificações.

Por quê?

A lei estabelece o que o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio (Trips) e a Constituição Brasileira definem como pilar do sistema de patentes: a previsibilidade. Tanto o tratado quanto a nossa lei respeitam a Constituição de 1988. No Brasil, a patente possui um prazo certo definido em lei. Isso é a base de tudo: privilegia-se e incentiva-se o inventor, mas, a partir de um prazo determinado, a sociedade beneficia-se dessa invenção por meio da concorrência de mercado.

É o caso da semaglutida?

Sim. O caso da semaglutida demonstra que o sistema está funcionando. As discussões judiciais estão sendo superadas, as ações não foram procedentes e o sistema operou com eficácia. Além disso, há outra questão em debate no Congresso à qual nos opomos: a chamada "quebra de patente", cujo nome técnico é licenciamento compulsório. Em casos de emergência de saúde pública, pode-se justificar a interrupção da exclusividade para permitir a produção por terceiros. O Brasil já vivenciou um caso emblemático nesse sentido com o Efavirenz (antirretroviral utilizado para o tratamento do HIV).

Isso foi em 2007. O que houve naquele momento?

Naquela ocasião, tratava-se de uma epidemia. O governo brasileiro tentou negociar, mas a empresa não reduziu os preços; por isso, o governo adotou essa medida e, posteriormente, houve um acordo. Contudo, somos contrários à aplicação dessa medida de forma casuística. Não faz sentido desrespeitar a patente sem uma justificativa extrema, pelas mesmas razões de previsibilidade: é preciso garantir segurança jurídica tanto para quem inventa quanto para quem entrará no mercado com produtos genéricos ou similares futuramente.

Hoje há mais segurança jurídica?

Acreditamos que a decisão do Supremo Tribunal Federal de 2021, na ADI 5529, efetivamente equacionou esse problema. O parágrafo único da Lei de Propriedade Industrial, que permitia a extensão do prazo de patentes em caso de demora administrativa, foi julgado inconstitucional e retirado da lei por confrontar a Constituição. Portanto, operamos hoje em um sistema sólido e operacional, o que representa um grande ativo para o país.

Mas ainda há problemas.

Para o avanço das patentes, necessitamos de uma medida administrativa imprescindível: assegurar que o INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial) funcione perfeitamente. O INPI gera, por meio de taxas e emolumentos, cerca de três a quatro vezes o valor que lhe é transferido via orçamento federal. Com enorme esforço da equipe, o instituto tem reduzido o atraso na análise de processos, o chamado backlog. Essa carência não pode se perpetuar, pois o atraso gera argumentos para compensações de prazo. O problema central do INPI é a carência de pessoal, infraestrutura tecnológica e capacidade de interlocução.

Por que essa dificuldade do Inpi é ruim para o Brasil?

Embora seja um valor reduzido em relação ao orçamento federal, esse investimento trata da capacidade do Brasil de desenvolver inovação. Sem a garantia da patente, não há estímulo ao desenvolvimento tecnológico. Por todos esses motivos, reafirmamos nossa posição: somos contrários aos projetos que tentam estender os prazos de patentes e aos que buscam facilitar a quebra de patentes. Defendemos a manutenção do bom funcionamento da lei atual para que toda a população seja beneficiada.

*** Estagiário sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza**

COMBUSTÍVEIS

Plantão para combater alta de até 300% no posto

» RAPHAEL PATI

A Secretaria Nacional do Consumidor, que integra o Ministério da Justiça, anunciou, ontem, que vai reforçar a atuação do Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon) em todo o país contra aumentos abusivos nos preços de combustíveis. A força-tarefa deve começar amanhã, com o objetivo de tirar dúvidas das instituições a nível estadual e municipal. "Os estaduais têm uma estrutura mais robusta, nós temos municipais, como a gente está falando de uma ação nacional, em escala nacional, a gente quer estar junto com os Procons para realizar essa atividade", destacou o secretário Ricardo Morishita, em entrevista realizada após reunião com membros dos Procons.

A princípio, os plantões devem se concentrar nas quartas-feiras, e em caso de necessidade pela demanda, podem ser ampliados para as sextas-feiras, a depender de avaliação da Senacon. Durante a reunião, a secretaria repassou diretrizes para os órgãos estaduais e municipais sobre a autuação e a caracterização da abusividade no aumento dos preços de combustíveis.

"Isso não é custo"

Um episódio que chamou a atenção da própria secretaria foi a de um posto de combustível não informado que teria aumentado os preços dos produtos em até 300%. "Isso não é custo, porque não se demonstra custo de 300% de aumento. O que houve foi uma elevação da margem de lucro", emendou o secretário. Além dos plantões, a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) também vai criar, a partir da próxima quinta-feira, grupos especiais de Procons para fiscalizar os preços de combustíveis nas distribuidoras e refinarias, de acordo com Morishita.

O secretário explicou que, a princípio, esses grupos técnicos devem atuar nas regiões Norte e Nordeste, onde há refinarias nos estados do Amazonas e na Bahia. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, as multas para quem comete abusos na precificação de combustíveis podem chegar a até R$ 13 milhões. No caso da ANP, as multas para casos comprovados de preços abusivos e retenção irregular de estoques variam entre R$ 50 mil e R$ 500 milhões.

Isaac Amorim/MJSP

Ricardo Morishita: "Não se demonstra custo de 300% de aumento"

» Barril fecha a menos de US$ 100

A trégua por cinco dias nos ataques a alvos energéticos no Irã, anunciada pelo presidente Donald Trump, animou o mercado financeiro. As Bolsas voltaram a fechar em alta e houve forte queda do barril de petróleo, que ficou abaixo do patamar de US$ 100 pela primeira vez desde o último dia 11. O regime de Teerã negou qualquer tipo de negociação com os EUA, mas ainda assim o mercado manteve o otimismo. Em Nova York, o Dow Jones fechou em alta de 1,38%. O Ibovespa também terminou o dia em alta — 3,24%, aos 181,9 mil pontos. O dólar, por sua vez, terminou o pregão em baixa de 1,29%, a R$ 5,24.

Editora: Ana Paula Macedo
anapaula.df@dabr.com.br
3214-1195 • 3214-1172

Irã reage a Trump e desmente diálogo

Presidente dos Estados Unidos amplia para cinco dias ultimato à reabertura do Estreito de Ormuz e fala em "conversas muito boas" com o regime teocrático islâmico. Benjamin Netanyahu, premiê de Israel, defende manutenção da guerra

» RODRIGO CRAVEIRO

Pouco depois de Donald Trump anunciar a ampliação, em cinco dias, do prazo de 48 horas para o Irã reabrir do Estreito de Ormuz, sob a justificativa de manter "conversas muito boas" com um alto representante do regime iraniano, Teerã desmentiu o presidente dos Estados Unidos. "Não houve negociações com os Estados Unidos, e fake news são usadas para manipular os mercados financeiros e de petróleo e escapar do atoleiro em que os EUA e Israel estão presos", escreveu, na rede social X, Mohammed-Bagher Ghalibaf, líder do Parlamento do Irã. "O povo iraniano exige punição completa e o repleto arrependimento dos agressores. Todas as autoridades iranianas apoiam firmemente seu líder supremo e seu povo até que esse objetivo seja alcançado", acrescentou.

Teerã ameaçou espalhar minas navais pelo Golfo Pérsico, caso os EUA e Israel ataquem suas ilhas. "Qualquer tentativa do inimigo de atacar as costas ou ilhas iranianas provocará, naturalmente e de acordo com a prática militar estabelecida, que em todas as rotas de acesso e nas linhas de comunicação no Golfo Pérsico e nas zonas costeiras sejam instalados diversos tipos de minas navais", afirmou o Conselho de Defesa.

Pela manhã, o presidente dos EUA usou a plataforma Truth Social para anunciar o suposto progresso na diplomacia e ordenar a suspensão dos bombardeios a instalações energéticas do Irã. "Com base no teor e no tom dessas conversas aprofundadas, detalhadas e construtivas, que seguirão ao longo da semana, instruí o Departamento de Guerra a adiar todos e quaisquer ataques militares contra usinas de energia e infraestrutura energética iranianas por cinco dias."

O presidente americano assegurou que as negociações focam-se em 15 pontos — os três primeiros tratam da desistência de Teerã de fabricar armas nucleares. "Não queremos que o Irã enriqueça seu urânio, (...) mas também queremos o urânio enriquecido (de Teerã)", avisou Trump. Ele disse que dialoga com "o homem" que considera "o mais respeitado e líder do país", mas descarta envolvimento do aiatolá Mojtaba Khamenei. Segundo o republicano, Mojtaba estaria "indisponível".

Apesar de a mensagem da Casa Branca sinalizar um recuo, Israel, seu principal aliado na região, avisou que manterá os ataques ao Irã. O primeiro-ministro Benjamin Netanyahu conversou com Trump e disse que o republicano acredita que avanços militares conjuntos podem resultar em acordo negociado para proteger os interesses de Israel. "O presidente Trump acredita que existe uma oportunidade de aproveitar as enormes conquistas que alcançamos em conjunto com as Forças Armadas dos EUA para concretizar os objetivos da guerra por meio de um acordo que salvaguarde nossos interesses vitais", declarou Netanyahu, por meio de vídeo. Na noite de domingo, um pedaço de míssil iraniano caiu no pátio de uma escola do assentamento israelense de Peduel, na Cisjordânia.

Pesquisador do Programa sobre Ciência e Segurança Global da Universidade de Princeton, o iraniano Seyed Hossein Mousavian entende que a decisão de Trump de adiar um potencial ataque à infraestrutura energética do Irã pode ter sido influenciada por uma combinação de fatores diplomáticos, regionais e domésticos. "A troca de mensagens entre Washington e Teerã, por meio dos chanceleres de Turquia, Egito, Omã e Paquistão, pode ter criado uma boa oportunidade para o presidente dos EUA recuar de escalar as tensões e se mover em direção ao fim da guerra", explicou ao **Correio**. "Além disso, a unidade do povo iraniano e a continuação dos bombardeios do Irã contra bases israelenses e americanas na região levaram Washington e Tel Aviv a concluírem que um plano para derrubar o regime iraniano não é realista."

AFP

Fachada de prédio residencial danificado por bombardeio israelense na região norte de Teerã

Preocupação

Ainda segundo Mousavian, os aliados árabes dos EUA no Golfo estão "profundamente preocupados" com as consequências de uma guerra em larga escala, especialmente o risco de instabilidade nos mercados financeiros e de interrupção dos suprimentos de energia. Por fim, ele citou a pressão pública nos EUA contra a guerra e as chances cada vez menores de vitória republicana nas eleições de meio de mandato, em novembro.

Para Habib Malik, professor aposentado de história da Universidade Libanesa Americana (em Beirute), não está claro o que Trump quer fazer. "Muitos sugerem que isso tem a ver com acalmar os mercados de energia globais, ante a escassez de petróleo e gás no Vietnã, em Bangladesh e nas Filipinas. Outros dizem que se trata de manobra para ganhar alguns dias até que um contingente de fuzileiros navais chegue ao Golfo e Trump possa enviá-los para o Estreito de Ormuz e para a ilha de Kharj. Alguns também veem nessa ação uma pressão sobre a liderança iraniana para que apresente negociadores confiáveis, visto que muitos de seus principais líderes foram eliminados", afirmou ao **Correio**.

Eu acho...

Fotos: Arquivo Pessoal

"Espero que dessa vez os EUA atuarão com honestidade na diplomacia e que essa guerra sangrenta chegue ao fim. Alguns acreditam que essa decisão de Trump é tática, visando permitir que milhares de soldados americanos cheguem ao Golfo Pérsico nos próximos cinco dias. Depois disso, os Estados Unidos atacariam usinas de energia no sul do Irã e abririam caminho para a ocupação da Ilha de Khark. Se tais objetivos estão de fato sendo perseguidos, então a diplomacia deve ser considerada efetivamente morta — e os próprios Estados Unidos ficariam presos em um atoleiro ainda pior."

SEYED HOSSEIN MOUSAVIAN, pesquisador do Programa sobre Ciência e Segurança Global da Universidade de Princeton

AVIAÇÃO

Colisão mata pilotos de avião em NY

O primeiro acidente fatal no Aeroporto LaGuardia em 34 anos fechou o terminal, em Nova York, durante várias horas. Por volta das 23h40 de domingo pelo horário local (0h40 de ontem em Brasília), um avião modelo CRJ-900 da companhia Jazz Aviation, que operava para a empresa Air Canada, colidiu com um caminhão que atendia outro incidente. O impacto destruiu a parte frontal da aeronave, matou o piloto e o copiloto, e deixou dezenas de feridos. "LaGuardia está aberto; espere atrasos e/ou cancelamentos", informou o aeroporto na rede social X. De acordo com uma gravação de controladores aéreos divulgada pelo site LiveATC.com, o caminhão foi autorizado a cruzar a pista, mas não parou a tempo, enquanto um controlador repetia "pare" várias vezes.

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, classificou o ocorrido como "terrível". "Cometeram um erro. É um trabalho perigoso", disse a jornalistas. Kathryn Garcia, diretora da autoridade portuária de Nova York, confirmou as mortes dos pilotos e acrescentou que "41 pessoas, incluindo passageiros, tripulantes e bombeiros, foram levadas ao hospital". "Algumas delas estão gravemente feridos", comentou.

Segundo a autoridade portuária, nove pessoas permaneciam hospitalizadas na manhã de ontem, inclusive as duas que estavam no caminhão de bombeiros — elas não correm risco de morte. Imagens feita pela agência de notícias France-Presse mostram o avião com o logotipo da Air Canada Express ainda na pista, com a cabine e a parte dianteira gravemente danificadas. O veículo de resgate, também danificado, estava tombado sobre a grama atrás da aeronave.

Timothy A. Clary/AFP

Aeronave da Air Canada teve frente destruída em choque com caminhão

Um passageiro, Jack Cabot, contou que a aeronave "bateu imediatamente em alguma coisa" após o pouso. "Todo mundo estava encolhido, todo mundo gritava, não tínhamos nenhuma orientação, porque a cabine de comando tinha sido destruída", declarou. Outra passageira relatou que uma comissária de bordo foi catapultada para fora.

Segundo a Jazz Aviation, o avião aterrissou em Nova York após decolar de Montreal com 72 passageiros e quatro tripulantes. Em nota, a Air Canada afirmou estar "profundamente entristecida pela perda de dois funcionários".

Cancelamento

Todos os voos com saída de LaGuardia foram atrasados ou cancelados na manhã de ontem, e passageiros aguardavam nas terminais com suas bagagens. O incidente ocorreu no momento em que LaGuardia enfrentava interrupções em seus voos devido ao mau tempo, informou a administração do aeroporto nova-iorquino.

Hércules cai na Colômbia

Um avião militar caiu, no sudoeste da Colômbia, com 125 pessoas a bordo. Segundo as autoridades colombianas, o acidente deixou oito mortos e dezenas de feridos. A aeronave, um Hércules C-130, de fabricação americana, caiu pouco depois de decolar às 10h pelo horário-local (meio-dia em Brasília), próximo à cidade de Puerto Leguízamo, perto da fronteira com o Equador, por causas ainda desconhecidas. Equipes de resgate trabalham na região, marcada pela atuação de grupos rebeldes e pela presença de muitos hectares de cultivos de narcóticos.

Daniel Ortiz/AFP

Chamas nos destroços do Hércules C-130, em Puerto Leguizamo: "estrondo" no ar

Até o fechamento desta edição, o governo de Putumayo, departamento onde ocorreu o acidente, contabilizava oito mortos e 83 feridos. "O aeroporto (de Puerto Leguízamo) é pequeno e há grandes dificuldades" para a retirada das vítimas, disse Jhon Gabriel Molina, governador de Putumayo. Imagens da agência France-Presse registraram os destroços do avião envoltos em chamas, em meio à vegetação. Camponeses da região disseram ter ouvido um "estrondo". "Senti uma explosão no ar e, quando olhei, o avião vinha perto da casa do meu lote", disse o camponês Noé Mota.

Mais cedo, o presidente colombiano, Gustavo Petro, compartilhou no X um vídeo no qual a aeronave aparece tentando ganhar altitude antes de cair.

VISÃO DO CORREIO

Hora da verdade para a ONU

A guerra de Estados Unidos e Israel contra o Irã, com seus desdobramentos pelo Oriente Médio, avança pela quarta semana com uma entre poucas certezas, em meio ao bombardeio de notícias falsas e versões conflitantes. Variáveis e incógnitas à parte, desfila pelos noticiários, aos olhos de governos, autoridades, estudiosos e quem mais acompanhe os acontecimentos, a absoluta impotência do sistema multilateral de relações internacionais para responder a mais um conflito.

São agravantes, no caso, as implicações imediatas sentidas pela economia global. Em especial, a instabilidade extrema no mercado de petróleo e derivados e, por tabela, das demais commodities exerce desde logo pressões inflacionárias em escala planetária. A trava nos índices de crescimento acende sinais de alerta para todos os extratos: desde as potências industriais aos bolsões de pobreza extrema, passando pelos países emergentes, todos refazem as contas.

No fim de semana, em sua fala durante encontro entre países latino-americanos e africanos, na Colômbia, o presidente Lula voltou a bater na tecla da impotência da ONU para fazer frente a mais uma guerra — desta vez, com potencial evidente para abarcar toda uma região do globo e, eventualmente, o conjunto do planeta. Desde seus primeiros mandatos, a política externa brasileira tem entre seus focos o esforço pela reforma das Nações Unidas, em especial de seu centro de decisões, o Conselho de Segurança.

É fato, confirmado e reforçado a cada episódio, que o modelo atual, moldado para responder à realidade do pós-Segunda Guerra Mundial, parece vencido. E não faltam razões aos que clamam pela demolição pura e simples do sistema ONU. A realidade cotidiana do mundo, porém, sugere que uma solução do tipo, sob a aparência de tratamento "radical" e "profundo" para o problema, pode dar legitimidade ao que se manifesta de mais grave no presente: a aplicação, na prática, da "lei do mais forte".

Iniciativas como a lançada e articulada pelo presidente dos EUA, Donald Trump, na forma de uma "ONU" em que ele próprio — ou os EUA — detenha o comando vitalício terão pouco ou nada a aportar para o verdadeiro impasse. O chamado da realidade, do ponto de vista dos interesses humanos globais, é para quebrar o "cartel" dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança, com seu poder de veto exclusivo. Não será solução oficializar o monopólio de apenas um deles sobre as decisões de interesse comum.

Na arena das relações internacionais, o desafio lançado para todas e cada uma das nações é resgatar o espírito sob o qual a ONU foi fundada, em 1945, sobre as ruínas, as cicatrizes e os milhões de cadáveres legados pelo maior conflito armado da história humana.

Que as primeiras oito décadas de vida das Nações Unidas tenham servido, ao menos, para plantar as raízes de um mundo verdadeiramente multipolar. Onde problemas de alcance global, como a miséria, a fome e as mudanças climáticas, sejam tratados efetivamente como questões de todos. O contrário, o retorno fácil ao "cada um por si", ao "quem pode mais chora menos", é promessa de sofrimento certo para muitos, com o risco de falência segura — esta, para todos.

IRLAM ROCHA LIMA
irlam.rochabsb@gmail.com

Pequena notável

A história da música popular brasileira tem, entre os maiores destaques, cantoras com uma trajetória de sucesso. Isso vem desde a época de ouro do rádio, na década de 1950, representada por Ângela Maria, Emilinha Borba, Marlene, Dalva de Oliveira, Nora Ney, Elizeth Cardoso, Ademilde Fonseca, Dircinha e Linda Batista.

Depois, entre os anos 1960 e 1980, surgiu a geração de extraordinárias intérpretes: Elis Regina, Maria Bethânia, Gal Costa, Rita Lee e Marina Lima, Cássia Eller, Zélia Duncan e Rosa Passos. Na sequência, vieram Marisa Monte, Elba Ramalho, Ivete Sangalo, Daniela Mercury, Margareth Menezes e Maria Rita, entre outras — cada uma com suas respectivas características e importância.

Nos tempos de agora, se sobressaem nomes como AnaVitória, Anitta, Duda Beat, Isa, Liniker, Ludmila, Luedji Luna, Marina Sena, Melim, Sandy e Teresa Cristina, com forte presença na mídia e no gosto dos seguidores.

Mas, antes de todas elas, houve uma grande estrela do nosso cancioneiro que brilhou também no universo das artes cênicas, inclusive fora dos limites do país, principalmente nos Estados Unidos, com relevante atuação na Broadway e Hollywood. Lá, passou a ser chamada de The Brazilian Bombshell.

Embora nascida em Portugal, a brasileiríssima Maria do Carmo Miranda da Cunha ganhou fama como Carmen Miranda e recebeu o apelido de Pequena Notável, em função de sua estatura mediana.

O primeiro grande momento da futura estrela teve como palco o Cassino da Urca, na Zona Sul do Rio de Janeiro, na década de 1940. Ali, foi descoberta pelo produtor norte-americano Lee Shubert, à época diretor da maioria dos teatros da Broadway, que a convidou a se transferir para os Estados Unidos, onde teve presença magnética em rádios, palcos, telas e no imaginário popular.

Durante estadia recente no Rio, finalmente fui conhecer o Museu Carmen Miranda, um prédio com designer circular, projetado pelo arquiteto Eduardo Reidy, localizado na área do Aterro do Flamengo. Naquele espaço cultural, inaugurado em 19 de outubro de 1957, com a presença do presidente Juscelino Kubitschek , está em cartaz a exposição *Carmen — Luz e Ação*, que reúne 980 itens.

São peças como os icônicos turbantes e fantasias que a cantora usava, roteiros de programas radiofônicos e televisivos, fotografias e cópias de matérias publicadas em jornais e revistas da época. A maior parte do acervo foi doada pela irmã Aurora Miranda. Ao ter acesso, o visitante recebe um programa, que é uma espécie de guia da mostra.

» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» **E-mail:** ***sredat.df@dabr.com.br***

Falta de infraestrutura

O administrador do Guará precisa assumir com mais responsabilidade o cuidado com a cidade. A população tem enfrentado problemas recorrentes, como ruas cheias de buracos e praças em estado de abandono, o que compromete a qualidade de vida e a segurança de todos. É fundamental que haja mais atenção, manutenção e ações efetivas para garantir uma infraestrutura digna para quem vive na região.

» **Izabel Santana**
Guará

Cães sem guia

Os donos de cachorros precisam se conscientizar e passear com seus pets sempre na coleira. Essa é uma atitude simples, mas essencial para garantir a segurança de todos. Animais soltos podem fugir, se envolver em brigas ou até atacar outros cães que estão sendo conduzidos de forma adequada pelos seus tutores. Além disso, é importante lembrar que nem todas as pessoas se sentem confortáveis perto de animais. Há crianças, idosos e pessoas que têm medo de cachorros, e situações inesperadas podem causar sustos ou acidentes. Cuidar de um pet também é ter responsabilidade com o espaço coletivo. Respeitar as regras de convivência é fundamental para manter um ambiente seguro, tranquilo e harmonioso para todos.

» **Luana Araújo**
Park Way

Os filhos... da elite

A cada dia que passa, o Brasil toma conhecimento de que jovens advogados e publicitários conseguem contratos milionários com empresas como a JF, dos irmãos Batista. O filho do ministro do STF Nunes Marques conseguiu, aos 25 anos, um contrato de "apenas" R$ 18 milhões! Ou é um gênio na advocacia — o que não é o caso — ou tem a proteção do pai. Essa, infelizmente, é a triste realidade do país, que precisa ser passado a limpo.

» **Ana Souza**
Planaltina

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Prisão domiciliar com limites: deveria ser aplicada apenas para tratamento de saúde, e não para servir de escritório político do apenado.

Marcos Paulino — Vicente Pires

Se foram capazes de praticar racismo contra um magistrado do CNJ e uma juíza auxiliar do STF, sem qualquer pudor ou temor, imagine do que são capazes de fazer com qualquer outro cidadão? Enquanto o Brasil não tratar o racismo com a seriedade devida e com todos os rigores possíveis, nossa legislação continuará sendo letra morta.

Ricardo Henrique — Brasília

Guerras intermináveis: eu acredito em fantasmas, espíritos e assombrações; mas, na ONU, não.

Abrahão F. do Nascimento — Águas Claras

Comandante da Guarda Municipal de Vitória é morta a tiros por policial rodoviário. Mais um caso. Já podemos considerar que, neste país, ocorre um extermínio de mulheres. Aonde vamos parar?

Neide Oliveira — Brasília

O técnico Carlo Ancelotti, um treinador que foi campeão em quatro países e detém o recorde de conquistas na Liga dos Campeões da Europa, precisa ser centro das atenções no Brasil?

José R. Pinheiro Filho — Brasília

Delação e devolução

Para que a delação de Vorcaro seja séria, consistente e não seletiva (atributos que o ministro Mendonça admite para a homologação), é por demais evidente que ele terá que informar (e devolver) onde estão os R$ 60 bilhões que evaporaram nas suas mãos, descontados os ativos já localizados — incluindo os pessoais — que deverão retornar para as vítimas de Vorcaro. Na verdade, é esse o espólio que está sendo disputado nos subterrâneos da organização criminosa "Bando Master", por ele liderada.

» **Milton Cordova Junior**
Vicente Pires

Uma só diplomacia

O impasse sobre o acordo firmado entre Goiás e os EUA expõe um problema recorrente no país, que é a falta de clareza e de respeito aos limites federativos. Um estado negociando diretamente com outra nação ultrapassa não apenas a Constituição, mas a lógica mínima de coordenação institucional. A política externa não é vitrine regional, mas é estratégia nacional. Se cada governo estadual agir por conta própria, o Brasil perde a coerência, a previsibilidade e a força internacional. O Planalto não deveria apenas questionar o acordo, deveria reafirmar que a diplomacia é uma só.

» **Paccelli M. Zahler**
Sudoeste

Inteligência e soberania

O Primeiro Comando Vermelho está inserido perigosamente em nossa sociedade. Ele consegue infiltrar-se até o ponto, pasmem, de formar bacharéis em nossas universidades e atingir até nosso Legislativo. É o domínio de uma casta de terroristas que assombra o país. Os EUA, por meio de sua inteligência, não podem abusar de nossa privacidade e de nossa soberania. É preciso evitar essa ingerência, e nos capacitarmos para rechaçar essa atitude beligerante que somente nos atormenta. Nossa inteligência precisa entrar em ação. Nos capacitarmos para tal missão, que é a de defender nosso território, muito visado por outras nações. Inteligência e soberania, eis a questão.

» **Enedino Corrêa da Silva**
Asa Sul

CORREIO BRAZILIENSE

"Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara"
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

VENDA AVULSA

Localidade	SEG/SÁB	DOM
DF/GO	R$ 5,00	R$ 7,00

ASSINATURAS*
SEG a DOM
R$ 1.187,88
360 EDIÇÕES
(promocional)

Assine
(61) 3342.1000 – Opção 01 ou (61)99966.6772 Whatsapp

*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.

Consulte a Central de Relacionamento **(3342-1000) ou (61) 99158.8045 Whatsapp,** para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.

Anuncie
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edilson Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.

Endereço na Internet: http://www.correioweb.com.br
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A Press.
Tel: (61) 3214-1131

DIÁRIOS ASSOCIADOS

D.A Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo – CEP: 70610-901 – Brasília – DF,
de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 /1582/1568.
E-mail: *dapress@dabr.com.br* Site: *www.dapress.com.br*

Inclusão de raça no IR pode marcar virada na agenda de pró-equidade

» RACHEL QUINTILIANO
Jornalista, autora do livro Negra percepção: sobre mim e nós na pandemia e membro-fundadora da Cojira-DF

Uma hora, a reivindicação do povo se transforma em política pública. Desde esta segunda, 23 de março, é possível informar a raça e a cor de quem declara o Imposto de Renda (IR) no Brasil. Esse avanço é resultado de uma agenda histórica sustentada pelo movimento social negro brasileiro — que, desde o processo de redemocratização, intensificou a pressão para que o Estado produza dados capazes de revelar quem são os brasileiros, como vivem e, sobretudo, como o racismo estrutura desigualdades.

A discussão é antiga, assim como a coleta dessa informação. O quesito raça/cor é aplicado no Brasil desde a década de 1870. Naquela época, antes da abolição da escravatura, a consulta era dividida entre população livre e escravizada e utilizava as categorias branco, preto, pardo e caboclo. Ao longo do tempo, o processo de coleta desse dado se modernizou até que, quase 100 anos depois, a partir de 1990, passou a adotar o quesito como conhecemos hoje, com cinco categorias: branco, preto, pardo, amarelo e indígena. Recentemente, o IBGE tem realizado pesquisas específicas para comunidades tradicionais e/ou originárias, como quilombolas e indígenas.

Menos de 10 anos após a redemocratização, ocorreu mais um marco de mobilização do movimento social negro: a Marcha Zumbi contra o racismo, pela cidadania e a vida, realizada em Brasília, em 1995, que apresentou entre as reivindicações o aperfeiçoamento e a aplicação cada vez mais ampla da informação sobre raça/cor. Segundo o documento do Movimento Negro Unificado daquela época, o recado era direto: "(...) inclusão do quesito cor em todo e qualquer sistema de informação sobre a população, cadastros do funcionalismo, usuários de serviços, internos em instituições públicas, empregados, desempregados, inativos e pensionistas e, particularmente, nas declarações de nascimentos, prontuários e atestados de óbito para que se conheça o perfil da morbidade e da mortalidade da população negra no país". O objetivo foi — e ainda é — saber como cada pessoa, segundo sua raça/cor, acessa ou não direitos e serviços, de modo a orientar a própria administração pública a promover políticas universais, equitativas e integrais.

O movimento social negro, ao mesmo tempo em que exigia do Estado brasileiro a universalização da coleta e do tratamento desse dado, colocou em curso campanhas educativas e de sensibilização para que os cidadãos soubessem responder e para que o quesito raça/cor pudesse ser aplicado de forma autodeclaratória nos processos de consulta do Censo e, posteriormente, em qualquer instrumento capaz de subsidiar políticas públicas.

Tudo a seu tempo — e de forma letárgica, convenhamos. Em 2012, o país finalmente adotou o quesito raça/cor nos registros administrativos do governo federal, como resposta às diretrizes do Estatuto da Igualdade Racial (2010).

Agora, 31 anos depois do levante daquele novembro e também após a proposição do projeto de lei da deputada federal Benedita da Silva (ainda em tramitação), que altera o art. 7º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para incluir campo para autodeclaração racial na Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda, a inclusão do quesito raça/cor chega ao popular Leão, um dos principais instrumentos para compreender como ocorre a distribuição de renda no país — algo muito além de "apenas" registrar ganhos, pagamentos e recolhimento de impostos.

As informações coletadas e processadas nesse procedimento permitirão que o Estado brasileiro compreenda como a renda é distribuída em um dos países mais desiguais do mundo, que tem o racismo como um marcador dessa diferença. Com a possibilidade de que contribuintes informem sua raça/cor, o país não poderá mais se desculpar por ignorância, tampouco pela apatia na formulação de políticas de enfrentamento ao racismo e promoção da equidade em todos os campos, inclusive no econômico.

Outro dia, já alertava um amigo meu, mestre em economia e pós-doutor em políticas públicas, Elias Sampaio: "(...) o desafio está em fazer políticas públicas que vão ao encontro de um desenvolvimento econômico em que a equidade racial seja central". Ele quer dizer, com isso, que é preciso construir políticas de equidade racial em todos os espaços, não apenas nos organismos com essa finalidade específica para que uma transformação real e efetiva entre em curso.

A coleta de informação de raça/cor no IR certamente jogará luz para que gestores públicos desenhem e executem políticas que, de fato, considerem essa centralidade, necessária para o bem viver do povo brasileiro. Já é hora de fazer novas e contundentes cobranças.

Violência de gênero e a urgência em proteger o amanhã

» ANDRÉA JÁCOMO
Pediatra, professora de medicina do Ceub e coordenadora do Departamento de Pediatria Ambulatorial da Sociedade de Pediatria do DF

No 8 de março celebramos o Dia Internacional da Mulher, confesso que foi difícil comemorar este ano. Desconfio que por estar acompanhando de perto as mudanças físicas, psicológicas, sociais e os questionamentos tanto da minha filha de 15 anos quanto do meu filho de 12 anos diante das notícias estarrecedoras envolvendo adolescentes da idade deles. Não há como celebrar quando o cenário epidemiológico da violência de gênero apresenta indicadores tão letais e devastadores.

Nas salas de aula do curso de medicina, quando discutimos gravidez na adolescência, ensino meus alunos a observar o cenário e identificar fatores de risco para trabalhar a prevenção. No entanto, as manchetes recentes não exigem um olhar clínico treinado para serem lidas como sintomas de um colapso civilizatório. O aumento dos índices de feminicídio no Brasil não é apenas um dado estatístico; é a prova de que o domicílio, as escolas e até universidades, que deveriam ser o porto seguro para o desenvolvimento infantil e juvenil, tornaram-se, para muitas, o local de maior vulnerabilidade.

Como processar a notícia da absolvição de um homem que se casa com uma criança de 12 anos? Na pediatria, baseamo-nos em evidências para afirmar que a maturação neurológica e emocional nessa idade é incompatível com qualquer forma de consentimento para uniões conjugais. Validar isso juridicamente é institucionalizar o abuso e retroceder décadas na proteção da infância. É dizer às nossas meninas que seus corpos são territórios negociáveis antes mesmo de serem compreendidos por elas mesmas.

O horror ganha contornos ainda mais sombrios quando o inconformismo com o término de um relacionamento transborda em filicídio. O caso do pai que retira a vida dos dois filhos e a própria, apenas para punir a ex-companheira, é a manifestação mais cruel da posse tóxica. Para mim, no consultório, o bem-estar da criança é absoluto. Ver crianças sendo usadas como ferramentas de vingança contra mulheres é, para além de triste, um trauma coletivo que ecoará por gerações.

E o que dizer do estupro coletivo de uma jovem de 17 anos no Rio de Janeiro, perpetrado por seus colegas de escola? Aqui, o ambiente educativo, que deveria ser o berço do respeito e da alteridade, transformou-se em palco de uma barbárie que nos interroga: que tipo de masculinidade estamos ajudando a construir? Como mãe, olho para minha filha e sinto um aperto no peito que a medicina não cura; como professora, penso nas dificuldades que minhas alunas já superaram e no que vão enfrentar. Elas estão entrando na vida adulta em um mundo em que o convívio acadêmico e profissional pode esconder predadores disfarçados de pares.

A prática baseada em evidências nos ensina que a prevenção primária é o melhor caminho. Isso significa que não basta punir; é preciso reeducar. Precisamos de políticas públicas que não sejam apenas reativas, mas que atuem na raiz do problema: a desconstrução da ideia de que a mulher é um objeto sob domínio masculino. Neste mês de março, o meu "parabéns" é substituído por um manifesto de urgência. Brasília, como centro das decisões políticas, precisa liderar essa resposta. Não podemos aceitar que a violência contra a mulher seja tratada como um ruído de fundo na nossa rotina.

À minha filha, às minhas pacientes e às minhas alunas, tento ensinar a importância da valorização da vida, da autonomia e da liberdade como o seu bem maior. Ao meu filho, aos meus pacientes e aos meus alunos, ensino que a saúde de uma mulher começa pela garantia de sua integridade física e psicológica. E à sociedade, deixo o alerta: uma nação que enterra suas mulheres e negligencia o abuso de suas crianças está falhando em sua função biológica e ética mais básica: a preservação da vida. Não tenho dúvida de que devemos a reversão da absolvição no caso do casamento das meninas de 12 anos, aconteceu em muito graças à pressão da opinião pública.

Que o meu luto e de tantas mulheres deste ano se transforme na força motriz para mudanças estruturais. Que a justiça seja o remédio que cura a impunidade e que a educação seja a vacina contra a violência estruturada contra nossas meninas. Somente assim, quem sabe em um futuro próximo, o Dia da Mulher poderá ser, enfim, uma celebração plena e não um grito de socorro.

Energia e desenvolvimento: oportunidade para o Brasil avança

» DANIELA COUTINHO
Vice-presidente da Abrace Energia, associação que representa os grandes consumidores de energia elétrica e gás natural

A história mostra que energia e geopolítica caminham juntas. Em diferentes momentos, conflitos internacionais tiveram na energia um de seus elementos centrais — seja pela disputa por recursos, seja pela dependência de determinadas fontes. Mais uma vez, o mundo acompanha uma guerra em que o tema energético aparece no centro das atenções, influenciando preços, cadeias produtivas e decisões estratégicas de governos e empresas.

Essa realidade reforça uma lição importante: energia não é apenas um insumo produtivo. É um fator determinante de competitividade econômica e de soberania nacional.

No atual contexto de transição energética, reorganização das cadeias globais e corrida tecnológica, países capazes de oferecer energia abundante, limpa e a preços competitivos tendem a sair na frente. Energia tornou-se um ativo estratégico para atrair investimentos, fortalecer cadeias industriais e liderar novas tecnologias — uma verdadeira alavanca para o desenvolvimento.

Sob esse aspecto, poucos países no mundo estão tão bem posicionados quanto o Brasil. Nossa matriz elétrica é majoritariamente renovável, e o país possui um dos maiores potenciais do planeta para expandir a geração de energia limpa. Esse diferencial deveria nos colocar em posição privilegiada para liderar a transição energética global e impulsionar uma nova etapa de desenvolvimento industrial.

Mas vivemos um grande paradoxo: temos uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo, mas ainda não conseguimos transformar essa vantagem comparativa em competitividade econômica. Hoje, uma parcela significativa do custo da energia no país não está relacionada à geração, mas a encargos, subsídios cruzados e ineficiências do próprio setor.

O impacto vai muito além da conta de luz. A energia está presente em praticamente tudo que consumimos. Levantamentos indicam que 41,5% do custo da energia está embutido no preço das mercadorias e 26,9% nos serviços. Energia cara não pesa apenas na conta de luz: ela encarece produtos, serviços e pressiona diretamente o custo de vida da população.

Para a indústria, esse problema é ainda mais crítico. Os setores representados pela Abrace respondem por quase 40% do consumo industrial de eletricidade no país e têm papel central na geração de investimentos, empregos e inovação.

Sem energia competitiva, o Brasil perde capacidade de produzir, investir, inovar e gerar empregos. E desperdiça justamente o que poderia ser sua maior vantagem comparativa: uma matriz energética limpa e abundante.

Esse debate precisa ganhar centralidade no cenário político. Em um ano eleitoral, é fundamental que os candidatos incorporem a agenda da energia em seus planos de governo.

Garantir energia a preços justos não é apenas uma pauta setorial, é uma estratégia de desenvolvimento nacional. Reduzir o custo da energia para a indústria significa ampliar a competitividade do país, atrair novos investimentos e fortalecer cadeias produtivas. Significa também criar as condições necessárias para acelerar a descarbonização da produção industrial, gerar empregos de qualidade e promover crescimento sustentável.

O Brasil tem todas as condições para liderar a transição energética global e transformar energia em um poderoso motor de desenvolvimento. O que falta não é potencial — é decisão política para remover distorções, reduzir custos e permitir que a energia cumpra um papel estratégico para a economia.

A energia pode — e deve — ser um dos pilares do desenvolvimento brasileiro nas próximas décadas.

FERTILIDADE começa no prato

Estudo holandês com quase 1,5 mil pessoas associa o consumo masculino de alimentos ultraprocessados com maior dificuldade para conceber, e a ingestão desses produtos pelas mulheres a alterações no crescimento do embrião

» PALOMA OLIVETO

Cada vez mais incorporados no dia a dia, os alimentos ultraprocessados podem estar interferindo na fertilidade de homens e no desenvolvimento embrionário, segundo um estudo publicado na revista *Human Reproduction*, da Sociedade Europeia de Reprodução Humana e Embriologia. Segundo os autores, do Centro Médico da Universidade Erasmus, em Roterdã, na Holanda, essa é a primeira pesquisa a investigar o impacto combinado do consumo desse tipo de produto alimentício por mães e pais na concepção.

O estudo acompanhou 831 mulheres e 651 homens desde o período pré-concepcional até o início da gravidez. Os resultados mostram associação entre a ingestão maior de ultraprocessados pelos participantes do sexo masculino à redução da fertilidade. Nas mulheres, o padrão alimentar relacionou-se com alterações no crescimento embrionário inicial.

Embora a pesquisa seja observacional — não aponta uma conexão de causa e efeito —, os autores acreditam que reduzir o consumo de itens industrializados ricos em gordura trans, açúcar, sal e aditivos, como embutidos, sorvetes, refrigerantes, comida pronta, biscoitos e salgadinhos, é uma opção melhor tanto para os casais quanto para o embrião. Eles observam que, em países de alta renda, os ultraprocessados já respondem por 60% da alimentação diária. No Brasil, esses produtos compõem 23% da dieta, segundo um estudo da Universidade de São Paulo (USP).

"Nossos resultados sugerem que uma dieta com baixo teor de ultraprocessados seria a melhor opção para ambos os parceiros, não apenas para a saúde deles, mas também para as chances de gravidez e para a saúde do bebê", disse, em nota, Romy Gaillard, pediatra que liderou o estudo. Os dados usados na pesquisa são do programa Generation Study Next, que acompanham os pais desde antes da concepção até a infância dos filhos. Os casais foram incluídos durante o período pré-concepcional ou durante a gravidez, entre 2017 e 2021.

Média

Os pesquisadores avaliaram a dieta dos pais por meio de um questionário no início da gravidez, por volta da 12ª semana. Os alimentos foram classificados como não ultraprocessados ou ultraprocessados, e a ingestão dos produtos foi calculada de acordo com o total de gramas ingeridos por dia. O consumo médio desses itens foi de 22% e 25%, da alimentação das mulheres e dos homens, respectivamente.

Wikimedia Commons/Divulgação

O consumo de alimentos ultraprocessados chega a 60% em países mais industrializados. No Brasil, os produtos correspondem a quase um quarto da ingestão calórica diária

O questionário forneceu ainda informações sobre o tempo necessário para engravidar, a fecundidade (a probabilidade de conceber em um mês) e a subfertilidade (tempo para engravidar de 12 meses ou mais, ou o uso de tecnologia de reprodução assistida). O estudo também contém dados do tamanho do embrião e do volume do saco vitelino, medidos por ultrassom transvaginal às sete, nove e 11 semanas de gestação.

Os resultados mostraram que, embora o consumo elevado de ultraprocessados por mulheres não tenha impactado na fertilidade, houve uma relação com o crescimento menor do embrião e do saco vitelino na sétima semana de gestação. "Nos homens, observamos que um maior consumo de alimentos ultraprocessados estava relacionado a um maior risco de subfertilidade e a um maior tempo até a obtenção da gravidez, mas não com o desenvolvimento embrionário inicial", disse Gaillard. "A conexão pode ser explicada pela sensibilidade dos espermatozoides à composição da dieta, enquanto o consumo materno de alimentos ultraprocessados pode influenciar diretamente o ambiente uterino no qual o embrião se desenvolve desde o início da vida."

A pediatra lembra que outros estudos demonstraram que o crescimento embrionário mais lento no primeiro trimestre está associado a um risco aumentado de desfechos adversos no nascimento, incluindo parto prematuro, baixo peso ao nascer e maior risco de problemas cardíacos e vasculares na infância. Já o desenvolvimento inadequado do saco vitelino pode elevar a probabilidade de aborto espontâneo e nascimento antes de 37 semanas.

Inflamação

"O raciocínio é simples: o testículo é um tecido muito sensível a estresse oxidativo, inflamação, resistência à insulina e déficits de micronutrientes", esclarece Eduardo Rauen, médico especialista em nutrologia e medicina do exercício do esporte, de São Paulo. "E uma dieta baseada em ultraprocessados costuma caminhar exatamente com esse pacote: mais açúcar e gordura de pior qualidade, menos fibras, menos vitaminas e minerais, mais aditivos e, muitas vezes, mais exposição a compostos vindos de embalagem", diz.

O impacto do consumo materno de ultraprocessados no desenvolvimento embrionário, explica Rauen, está associado à alta demanda biológica característica do começo da gestação. "O embrião está em intensa divisão celular e depende muito do ambiente metabólico e nutricional materno", lembra. O médico aponta quatro mecanismos principais implicados na relação encontrada no estudo holandês: deficiências nutricionais; pior ambiente metabólico, com aumento de inflamação sistêmica, o que pode atrapalhar a sinalização hormonal no início da gestação; exposição a compostos tanto do ultraprocessado quanto da embalagem, como ftalatos e bisfenol, e o efeito de aditivos. "O problema não é um ingrediente isolado, mas o combo repetido, dia após dia."

Segundo o nutrólogo Sandro Ferraz, CEO do Instituto Evollution, em São Paulo, não existem níveis seguros de consumo de ultraprocessados. "Cuidar da alimentação é, hoje, uma das estratégias mais poderosas e acessíveis para quem deseja formar uma família. A fertilidade não começa no consultório, começa no prato", diz. "Cada escolha alimentar feita antes da concepção pode influenciar não apenas a chance de engravidar, mas também a qualidade do desenvolvimento do futuro bebê." Ele recomenda que casais que desejam conceber devem reduzir ao máximo a ingestão desses produtos e priorizar alimentos naturais ricos em nutrientes, como com frutas e vegetais, proteínas de qualidade e gorduras boas.

Três perguntas para...

ROBERTO ANTUNES, presidente da Associação Brasileira de Reprodução Assistida (SBRA)

Arquivo pessoal

O alto consumo de ultraprocessados já deve ser considerado em protocolos clínicos de avaliação de infertilidade masculina?

Os achados do estudo são consistentes com um corpo crescente de evidências que relaciona dieta de pior qualidade à função espermática e à fertilidade masculina. Nesse estudo, o maior consumo de ultraprocessados esteve associado a menor fecundabilidade e maior risco de subfertilidade. No entanto, trata-se de uma associação observacional, que não permite estabelecer causalidade. Na prática clínica, ainda não incorporamos esse fator como critério formal em protocolos diagnósticos, mas ele deve, sim, ser considerado na avaliação global do estilo de vida do paciente. Orientações nutricionais já fazem parte do cuidado em reprodução, e esses dados reforçam a importância de incluir o homem de forma mais ativa nesse processo.

As alterações observadas no embrião e no saco vitelino podem antecipar riscos obstétricos mais graves ao longo da gestação?

Existe plausibilidade biológica para essa hipótese. Alterações precoces no crescimento embrionário e no desenvolvimento do saco vitelino já foram associadas, em outros contextos, a desfechos como baixo peso ao nascer e parto prematuro. No entanto, esse estudo não avaliou diretamente desfechos obstétricos, o que limita essa inferência. Portanto, os achados devem ser interpretados como sinais iniciais de possível impacto no desenvolvimento, mas ainda não permitem prever, de forma individual, riscos gestacionais mais graves.

O acompanhamento de casais que tentam engravidar deveria incluir avaliação mais rigorosa da dieta de ambos os parceiros?

Sem dúvida, esse é um dos pontos mais relevantes do estudo. Ele reforça que a fertilidade e o desenvolvimento embrionário são influenciados por fatores de ambos os parceiros, e não apenas da mulher. Embora não seja necessário um rastreamento nutricional complexo para todos os casais, a avaliação do padrão alimentar e a orientação para redução de ultraprocessados devem ganhar mais espaço na consulta pré-concepcional. Trata-se de uma intervenção de baixo custo, potencialmente impactante e alinhada a uma abordagem mais moderna e integral da reprodução humana. (**PO**)

Palavra de especialista

Período crítico

Até o segundo ano de vida, existe um período crítico nos processos biológicos definindo as bases do crescimento e da saúde. Atualmente, o período pré-concepcional e início da gravidez também são considerados como potenciais momentos críticos, onde as influências ambientais adversas podem se refletir no projeto de fertilidade de indivíduos, assim como na prole. O estudo holandês mostrou que o maior consumo de ultraprocessados pelos pais foi associado à fertilidade reduzida. Esse tema está no radar dos especialistas, visto que, recentemente, a revista The Lancet *publicou uma série de artigos enfatizando que os ultraprocessados são uma ameaça global, e que deve haver políticas públicas para limitar seu consumo.*

MARIA DO CARMO BORGES DE SOUZA, diretora médica da Fertipraxis (RJ), membro da Associação Brasileira de Reprodução Assistida (SBRA) e da Rede Latino-Americana de Reprodução Assistida (REDLARA)

CLIMA

Onze anos de calor

Os últimos 11 anos foram os mais quentes já registrados, com 2025 sendo o segundo ano com as temperaturas mais altas — cerca de 1,43°C acima da média de 1850-1900 —, segundo o relatório *Estado do Clima Global* da Organização Meteorológica Mundial (OMM). O documento também ressalta o aumento de eventos extremos em todo o globo, como calor intenso, chuvas torrenciais e ciclones tropicais.

"O estado do clima global é de emergência. O planeta Terra está sendo levado além de seus limites. Todos os principais indicadores climáticos estão em alerta máximo", disse o secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), António Guterres. "A humanidade acaba de passar pelos 11 anos mais quentes já registrados. Quando a história se repete 11 vezes, não é mais uma coincidência. É um chamado à ação", afirmou.

Pela primeira vez, o relatório incluiu o desequilíbrio energético da Terra como um dos principais indicadores climáticos. O indicador refere-se à taxa na qual a energia entra e sai do sistema terrestre. Em um clima saudável, essa relação é estável, com entrada e saída em quantidades iguais.

AFP

"Quando a história se repete 11 vezes, não é mais uma coincidência", diz Guterres

Perturbação

No entanto, o aumento das concentrações de gases de efeito estufa que retêm calor — dióxido de carbono, metano e óxido nitroso — para o nível mais alto em pelo menos 800 mil anos, perturbou essa relação, diz o relatório. O desequilíbrio energético da Terra aumentou desde o início das observações em 1960, particularmente nos últimos 20 anos, atingindo um novo pico em 2025.

"Os avanços científicos aprimoraram nossa compreensão do desequilíbrio energético da Terra e da realidade que nosso planeta e nosso clima enfrentam atualmente", disse a Secretária-Geral da OMM, Celeste Saulo. "As atividades humanas estão perturbando cada vez mais o equilíbrio natural e conviveremos com essas consequências por centenas e milhares de anos."

"Os avanços científicos aprimoraram nossa compreensão do desequilíbrio energético da Terra e da realidade que nosso planeta e nosso clima enfrentam atualmente", disse a secretária-Geral da OMM, Celeste Saulo. "As atividades humanas estão perturbando cada vez mais o equilíbrio natural e conviveremos com essas consequências por centenas e milhares de anos." Segundo Saulo, o relatório pode subsidiar tomadas de decisões. "Quando observamos o presente, não estamos apenas prevendo o tempo, estamos protegendo as pessoas e o planeta de amanhã", disse.

CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA **FAZENDA**

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

À sociedade brasileira, empregados, colaboradores, investidores e clientes, apresentamos o Relatório da Administração relativo ao quarto trimestre de 2025, de acordo com as práticas e normas contábeis estabelecidas no país, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Destaques

O ano foi marcado por avanços no movimento da nossa mudança estratégica, que englobou as frentes institucionais de transformação organizacional, digital e cultural, mobilizando milhares de empregados, clientes e toda a alta liderança com foco em nosso propósito de transformar a vida das pessoas. Com a clareza de que a nossa visão é ser indispensável ao Brasil, atuando com agilidade, eficiência e centralidade no cliente.

Norteados pelo valor que nosso resultado importa, destacamos o **Lucro Líquido Contábil de R$ 16,1 bilhões em 2025**, crescimento de 18,7% em relação a 2024. O Lucro Líquido Recorrente foi de R$ 15,5 bilhões, crescimento de 10,4% em relação ao mesmo período do ano anterior, alinhado a um aumento contínuo do Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) recorrente, que alcançou 10,7%, alta de 0,3 p.p. nos últimos doze meses.

Seguimos avançando na modernização tecnológica com a implementação de plataformas habilitadoras, melhoria na estabilidade dos canais digitais e evolução contínua das jornadas digitais prioritárias. Conforme pesquisa divulgada em Dez25 pela consultoria RankMyApp, **o App CAIXA foi eleito como o 2º melhor aplicativo entre 21 instituições financeiras participantes**. Essa conquista reflete nosso trabalho para que cada acesso seja simples, seguro e eficiente, colocando o cliente no centro da experiência digital.

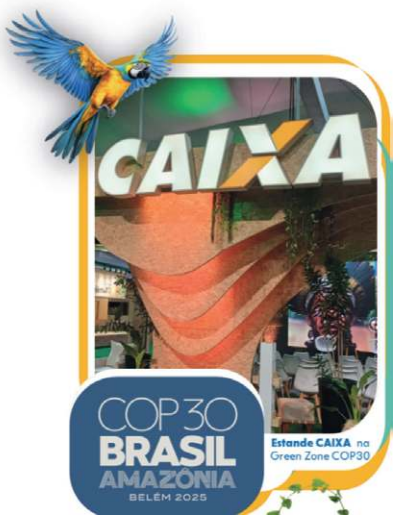
Nossa atuação estratégica apresenta conquistas relevantes, reconhecendo que fazemos a diferença para a sociedade. Em Out25, **fomos eleitos como a marca mais lembrada pelos consumidores na categoria Bancos no *ranking* Marcas Mais 2025,** elaborado pelo jornal O Estado de São Paulo e pela Troiano Branding. O estudo avaliou a relevância da marca para o consumidor a partir de critérios como grau de envolvimento, preferência de compra, familiaridade com a marca e confiança em nossos produtos e serviços. Essa conquista evidencia o êxito das ações implementadas para aprimorar continuamente as jornadas dos nossos clientes.

Ainda em outubro, fomos **reconhecidos pela 24° vez consecutiva com o Prêmio Folha Top of Mind na categoria Poupança**, evidenciando a consistência de uma trajetória construída ao longo do tempo e a consolidação de comportamentos organizacionais orientados à confiança, à credibilidade e à centralidade no cliente. Esse reconhecimento reflete a força da marca e a efetividade das mudanças organizacionais, reafirmando nossa atuação como principal referência nacional em poupança e como instituição que transforma estratégia em valor percebido pelo cliente.

Em Nov25, **figuramos no *ranking* "As Marcas Mais Valiosas do Brasil 2025"**, realizado pela InfoMoney e pela TM20 Branding, no qual alcançamos o primeiro lugar como a marca mais forte do país. A pesquisa destacou atributos como a confiança e a lealdade dos clientes, o avanço das soluções digitais e a baixa rejeição, evidências de nossa solidez e competitividade em crédito, investimentos e serviços financeiros.

Com uma atuação focada no aprimoramento contínuo das experiências dos clientes, destacamos o **recebimento do selo "O Cliente Recomenda", concedido em Nov25 pelo Experience Awards** nas categorias Contas Bancárias e Crédito Consignado. Esse certificado é atribuído às marcas mais recomendadas pelos consumidores, evidenciando as ações orientadas para centralidade no cliente.

Reforçando as ações implementadas ao longo do ano para alcançar nosso propósito de transformar a vida das pessoas, em Nov25 participamos ativamente da COP30, ratificando nosso posicionamento como agente relevante na transição para uma economia de baixo carbono, ao mesmo tempo que fomentamos debates sobre desigualdades sociais e justiça climática, impulsionando a prospecção de novas oportunidades de negócio alinhadas à agenda sustentável. Com a **maior carteira de finanças sustentáveis do mercado**, que atingiu R$ 867,5 bilhões em Dez25, seguimos conectando inovação, inclusão e responsabilidade socioambiental.



Reafirmamos nossa atuação como principal parceiro estratégico do governo na operacionalização de políticas públicas e na gestão de programas sociais. **Foram R$ 428,7 bilhões em pagamentos de benefícios sociais em 2025**, totalizando 455,7 milhões de parcelas.

Em 2025, **concluímos a análise de 4,6 mil propostas de projetos para o Novo PAC**, totalizando o valor de R$ 37,8 bilhões em investimentos, possibilitando a abertura do processo licitatório e, na sequência, o início dessas obras. Os recursos para esses projetos provêm do Orçamento Geral da União (OGU)

O crescimento sustentável dos nossos resultados está diretamente associado ao fortalecimento contínuo de práticas estruturantes de transparência, governança corporativa, gestão de riscos, controles internos, *compliance* e integridade, evidenciando a internalização desses princípios como elementos centrais da cultura organizacional. Evidenciando a efetividade dessa trajetória de mudança, em Dez25 **conquistamos a categoria Diamante em transparência pública ao recebermos o Prêmio Nacional de Transparência Pública do Tribunal de Contas da União (TCU)**, reconhecimento máximo concedido às instituições que se destacam na ampliação do acesso à informação e na promoção da transparência.

A premiação na categoria Diamante destaca nossas iniciativas voltadas à qualidade, clareza e usabilidade das informações prestadas à sociedade, reafirmando nosso compromisso permanente com a governança, a integridade institucional e a prestação de contas aos cidadãos.

Em Nov25, **recebemos pelo segundo ano consecutivo o Selo de Prevenção a Fraudes**, atestando a adoção rigorosa de boas práticas e padrões elevados de segurança. Essa conquista reforça nosso posicionamento entre os líderes do setor financeiro em segurança e integridade digital, consolidando a confiança da sociedade e a resiliência dos nossos modelos de atuação em um ambiente cada vez mais complexo e desafiador.

O selo é uma certificação oficial do setor financeiro, criada pela Confederação Nacional das Instituições Financeiras (FIN) em parceria com a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), tendo como finalidade reconhecer as instituições que comprovam o cumprimento rigoroso dos requisitos e a adoção de boas práticas no enfrentamento a fraudes e golpes. A obtenção do selo reforça nossa atuação contínua para a integridade das operações financeiras, a confiança da sociedade e a oferta de um ambiente seguro e confiável aos clientes.

Em 2025, alcançamos **19 posições de destaque nos principais *rankings* de projeções macroeconômicas do Brasil**, consolidando nossa atuação como uma das instituições mais precisas nesse campo, reafirmando a excelência do nosso corpo técnico na formulação de projeções e no acompanhamento dos principais indicadores econômicos do país.

Os reconhecimentos estão amparados por ações consistentes de treinamento e desenvolvimento junto aos nossos colaboradores. Nesse contexto, destacamos a premiação em 2025 como a **melhor universidade corporativa do mundo, ao receber o prêmio ouro no Global CCU Awards 2025**, em Paris. A qualificação contínua de nossos empregados contribui para fomentar a cultura de excelência e inovação.

O alcance desses resultados expressivos é impulsionado pelos avanços nas agendas de inovações tecnológicas e transformação digital, visando alinhar nossas ações às expectativas dos nossos clientes. Os investimentos em qualificação do atendimento, aliados à adoção de ferramentas de inteligência artificial, melhorias em sistemas e digitalização de processos fomentam a criação de soluções inovadoras e a geração de valor nos relacionamentos com nossos clientes.

Estratégia

A Estratégia CAIXA 2030 representa nosso compromisso com uma transformação profunda e sustentável, estruturada em seis pilares que orientam nossas ações: Cliente no Centro, Eficiência e Rentabilidade, Tecnologia e Inovação, Pessoas, Cultura e Agilidade, Sustentabilidade e Cidadania e Atuação em Ecossistema.

Cada pilar estratégico traduz uma dimensão essencial da transformação e do nosso futuro, com um conjunto integrado de iniciativas orientadas à geração de impacto concreto, sustentável e alinhado ao nosso propósito institucional. Esses pilares funcionam como vetores de mudança organizacional, conectando diretrizes estratégicas e atuando como instrumentos efetivos de materialização do Plano Estratégico Institucional (PEI).

O objetivo é nos posicionar como referência em experiência do cliente, eficiência operacional, inovação digital, impacto social e sustentabilidade. Ao traduzir a estratégia em execução com foco em resultados concretos, adotamos um portfólio centralizado de iniciativas que asseguram o desdobramento das diretrizes estratégicas em ações coordenadas, promovendo a integração entre os objetivos de longo prazo, o desempenho operacional e a sustentabilidade financeira. Dessa forma, fortalecem o alinhamento entre visão de futuro, eficiência na gestão e geração de valor para a sociedade, garantindo que cada iniciativa contribua diretamente para o alcance das metas estabelecidas no PEI.

Políticas Estruturantes

A execução da nossa Estratégia CAIXA 2030, que incorpora as três transformações: organizacional, cultural e digital como pilares centrais do programa, tem avançado de forma consistente. Esse processo transformacional está sustentado por um conjunto de programas estruturantes que viabilizam o alcance dos nossos objetivos institucionais, reforçando nosso compromisso com a modernização, a eficiência e a geração de valor para clientes e para a sociedade.

No tema Cliente no Centro, ao longo deste ano, aprimoramos nosso modelo de segmentação, definindo posicionamento, aspiração e diretrizes de atendimento. O novo modelo direciona a revisão do portfólio de produtos, serviços e canais com foco em modernização, agilidade e adequação ao usuário. Entregas relevantes ampliaram o engajamento e a fidelização dos clientes, com melhorias nas jornadas digitais e o lançamento do Programa de Fidelidade UAU CAIXA, em busca do aumento da principalidade.

No pilar de Sustentabilidade e Cidadania, a carteira de produtos sustentáveis superou a meta projetada para 2025, reforçando nosso papel como agente de impacto social. Adicionalmente, consolidamos nosso protagonismo na agenda climática ao participar da COP30 por meio de um conjunto de iniciativas estratégicas, alinhando o portfólio corporativo às diretrizes ambientais e sociais. Na frente de Cidadania, destacamos as ações voltadas ao público vulnerável, como descontos em itens da cesta básica, a nova modalidade de pagamento do Gás do Povo e o piloto da Plataforma de Ativos Tokenizados de Sustentabilidade.

No eixo de Tecnologia e Inovação, avançamos na modernização tecnológica, priorizando a estabilidade dos canais, o aprimoramento das jornadas digitais prioritárias e a unificação de dados para decisões mais precisas.

No pilar Pessoas, Cultura e Agilidade, ampliamos as jornadas de aprendizagem, plataformas digitais e programas contínuos de capacitação voltados para o atendimento ao cliente, inovação e transformação digital. Promovemos ações destinadas ao fortalecimento de competências digitais e comportamentais, ao bem-estar e à construção de ambientes de trabalho mais saudáveis. Essas iniciativas sustentam a transformação digital e reforçam a cultura organizacional. Atuamos para ampliar práticas de diversidade e inclusão, contribuindo para maior representatividade e equidade.

No pilar Eficiência e Rentabilidade, o período foi marcado pelo crescimento do lucro líquido recorrente e pela melhoria do índice de eficiência operacional. Avançamos na simplificação de processos, na revisão de estruturas e na racionalização de despesas, com destaque para a reformulação do modelo de precificação de crédito, o aprimoramento da governança do portfólio e a remodelagem da estratégia de captação, assegurando equilíbrio entre crescimento, solidez financeira e missão pública.

No âmbito do Pilar Atuação em Ecossistemas, reconhecemos que o mundo mudou e que a forma de gerar valor também evoluiu. As organizações deixaram de atuar de forma isolada, e os resultados nascem da conexão, da colaboração e da capacidade de integrar diferentes atores em torno de um mesmo propósito. Entendemos que atuar em ecossistema significa integrar a instituição financeira, suas participadas e outros parceiros estratégicos, figurando como orquestradora de um ambiente de negócios, no qual o cliente se relaciona com uma única marca enquanto uma rede de soluções age de forma integrada para entregar experiências mais completas, simples e relevantes.

Mesmo diante de um contexto desafiador, marcado pela aceleração da transformação digital e por mudanças estruturais no ambiente de negócios, demonstramos resiliência organizacional, capacidade de adaptação, disciplina na execução estratégica, mantendo o foco na geração de resultados sustentáveis de longo prazo.

Os resultados alcançados evidenciam a efetividade das mudanças e a nossa maturidade de transformar desafios em oportunidades de evolução. Nesse percurso, cada conquista representa um avanço concreto na consolidação de um futuro que materializa o propósito institucional de transformar a vida das pessoas, por meio de soluções cada vez mais eficientes, seguras e alinhadas às necessidades da sociedade.

Habitação

O financiamento imobiliário desempenha papel fundamental no desenvolvimento do país, gerando emprego e renda. Em 2025, fomos responsáveis pela criação de mais de 2,3 milhões de empregos diretos e indiretos, por meio da originação de crédito para o segmento imobiliário. Esses financiamentos também impactam positivamente diversos setores, gerando demanda por materiais de construção, móveis e eletrodomésticos, estimulando a construção civil e impulsionando o crescimento das cidades e da economia.

Ao final de 2025, com saldo de R$ 938,0 bilhões na carteira de crédito imobiliário, crescimento de 13,0% em 12 meses, mantivemos nossa liderança no segmento habitacional com 67,7% de participação de mercado.

Em 2025, realizamos 871,5 mil contratos habitacionais, originando R$ 246,4 bilhões em crédito, beneficiando mais de 2,6 milhões de pessoas com acesso à casa própria, reforçando nossa atuação para ampliar o acesso à moradia digna e auxiliar na redução do déficit habitacional no país, fomentando a melhoria na qualidade de vida da população, principalmente a de menor renda.

Em Nov25 iniciamos a operacionalização do Programa Reforma Casa Brasil, destinado a famílias com renda bruta mensal de até R$ 9.600,00 no âmbito do MCMV e que visa fomentar o acesso ao crédito para reformas, ampliações e adequações de moradias em áreas urbanas de todo o país. Nesse contexto, salientamos nossa atuação para estruturar e disponibilizar linhas de crédito específicas, com contratação simplificada e predominantemente digital, por meio do site institucional, app CAIXA e rede de agências, reforçando nosso compromisso com a inovação, inclusão financeira e capilaridade no atendimento à população.

Novo PAC – Desenvolvimento e Sustentabilidade

Durante o ano de 2025, concluímos a análise de 4,6 mil propostas de projetos para o Novo PAC, totalizando R$ 37,8 bilhões em investimentos, possibilitando a abertura do processo licitatório e, na sequência, o início dessas obras. Os recursos destinados a esses projetos são provenientes do OGU. O Novo PAC é um programa de investimentos coordenado pelo Governo Federal em parceria com o setor privado, estados, municípios e movimentos sociais. O esforço conjunto visa acelerar o crescimento econômico e promover a inclusão social, gerando emprego e renda, reduzindo desigualdades sociais e regionais.

Atualmente, possuímos contratos do Novo PAC celebrados junto ao Ministério da Saúde, Ministério das Cidades, Ministério da Cultura, Ministério da Justiça, Ministério do Esporte e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Assim, a nossa atuação no âmbito do Programa contribuiu para a construção de hospitais, maternidades, policlínicas, creches e escolas de educação infantil, além do fomento às obras de infraestrutura do país, abrangendo drenagem, mobilidade, contenção de encostas, urbanização de favelas, espaços esportivos, de convivência e culturais em mais de mil municípios no país.

O Novo PAC foi estruturado em medidas institucionais e nove eixos de investimento, contemplando as grandes áreas de organização do programa, que reúne todas as obras e serviços destinados à população. A previsão é que o programa tenha R$ 1,7 trilhão em investimentos, entre recursos públicos e privados, até 2026, com geração de 4 milhões de empregos em todo o país.

No contexto do Programa, exercemos atuação de destaque, seja por meio dos repasses de recursos do OGU, na aplicação de recursos próprios, operações de financiamento com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e pelo assessoramento técnico aos estados e municípios.

Patrocínios e Investimento no Esporte

Destacamos a relevância dos repasses sociais realizados para o esporte por meio das apostas lotéricas e nossa atuação como agente pagador do Bolsa Atleta, programa de patrocínio individual a atletas brasileiros, mantido pelo Governo Federal. O Bolsa Atleta é um dos maiores programas de patrocínio individual a atletas no mundo, permitindo que representantes de modalidades olímpicas e paralímpicas se dediquem com exclusividade ao treinamento.

Um dos destaques do 4T25 foi a renovação do patrocínio ao Novo Basquete Brasil (NBB). Em Dez25, anunciamos o investimento de R$ 24 milhões, assegurando apoio às temporadas 2025/2026 e 2026/2027. O aporte fortalece o desenvolvimento do basquete nacional, contribuindo para infraestrutura, formação de atletas e expansão das oportunidades esportivas no país, reafirmando nosso papel como agente transformador do esporte.

O 4T25 também foi marcado pela renovação do patrocínio ao CAIXA Brasília Basquete, iniciativa estratégica para o fortalecimento da modalidade no Distrito Federal e para o desenvolvimento de talentos regionais.

Adicionalmente, houve a retomada do projeto Arena São Bernardo, reforçando o compromisso do banco com a expansão de equipamentos esportivos e com a democratização do acesso ao esporte.

No cenário das corridas de rua, foram 64 provas apoiadas entre outubro e dezembro, volume que representa 44% de todas as corridas patrocinadas ao longo do ano. As iniciativas reforçam a promoção da saúde, do lazer e da inclusão social em todas as regiões do país. Entre os eventos patrocinados no período, destaca-se a tradicional Corrida Internacional de São Silvestre, uma das mais emblemáticas do calendário esportivo brasileiro que em 2025 chegou a sua 100ª edição, reunindo milhares de atletas profissionais e amadores e contribuindo para alta visibilidade nacional no encerramento esportivo do ano.

Patrocínios e Investimento em Cultura

Para fechar o ano das comemorações dos seus 45 anos, a CAIXA Cultural registrou o número recorde de mais de 1,2 milhão de visitantes em suas oito unidades. Destaca-se que a CAIXA Cultural Belém, inaugurada em Out25, atraiu quase 90 mil visitantes em um mês, integrando o circuito cultural oficial da COP 30 e apresentando o melhor da cultura paraense durante o período. Para as celebrações natalinas, a CAIXA Cultural Recife e a CAIXA Cultural Fortaleza promoveram o projeto patrocinado CAIXA de Natal. Em Recife, onde o evento é realizado nas janelas do prédio histórico, em frente ao marco zero, foram mais de 80 mil espectadores.

Em Dez25, foi divulgada a relação de projetos contemplados na Seleção CAIXA Cultural. Ao todo, foram selecionados 226 projetos, entre 5.831 inscritos, para compor a programação 2026/2027.

Estrutura de Atendimento

Estamos aprimorando continuamente nossa estrutura de atendimento e processos, visando sempre permitir que nossos 157,2 milhões de clientes tenham a melhor experiência ao acessar nossos produtos e serviços. É nesse contexto que diversas soluções digitais têm sido implementadas, tais como a assinatura digital em contratos para pessoa jurídica, maior digitalização dos processos de financiamento habitacional e abertura de conta de forma 100% digital.

Além da possibilidade de atendimento nos canais digitais, estamos presentes em 98% dos municípios brasileiros, com 24,8 mil pontos de atendimento. São 3,9 mil agências e postos de atendimento, 13,0 mil lotéricos e correspondentes CAIXA Aqui, 11 agências-caminhão, 2 agências-barco e 2 agências-contêiner. Ainda, disponibilizamos à população 21,8 mil terminais de autoatendimento (ATMs) disponíveis nos postos e salas de autoatendimento, além de 26,7 mil terminais da rede Banco24Horas.

Nossa ampla rede de atendimento e extensa capilaridade apresentam aderência à atuação do banco, visando o fortalecimento nas relações com o cliente e alcance para operacionalização das políticas públicas do governo.

Sustentabilidade

Carteira de Finanças Sustentáveis

Identificamos em nosso portfólio de produtos e serviços o montante e percentual de recursos alocados em iniciativas e setores que promovem a transição para uma sociedade mais justa e sustentável, classificando os negócios a partir da colaboração com as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), o que, consequentemente, causa impacto positivo no meio ambiente, na sociedade e no clima.

A metodologia utilizada considerou como produtos e serviços sustentáveis aqueles que beneficiam socialmente a população e/ou diretamente o meio ambiente e contribuem para o alcance de metas de dois ou mais ODS e não são destinados a setores com alta exposição a riscos sociais, ambientais e climáticos.

Consideramos produtos de crédito em sentido amplo dos segmentos Habitação, Comercial, Agro e Saneamento e Infraestrutura. Após levantamento do volume de negócios dos produtos identificados, a Carteira de Finanças Sustentáveis da CAIXA soma R$ 867,5 bilhões[1] ao final de Dez25.

Atuação CAIXA na COP30

Nossa jornada de atuação na COP30 foi pautada nos seguintes pilares estratégicos: Habitação Sustentável, Cidades Sustentáveis e Resilientes, Suporte a Eventos Climáticos Extremos, Captação, Financiamento e Arranjos Financeiros, e Transição Justa.

Essa abordagem reforçou nosso papel como agente relevante na transição para uma economia de baixo carbono, ao mesmo tempo em que fomentou debates sobre desigualdades sociais e justiça climática, impulsionando a prospecção de novas oportunidades de negócio alinhadas à agenda sustentável. Nesse contexto, destacamos a seguir as principais realizações ocorridas ao longo do evento:

- Acordo com o Green Climate Fund (GCF) – caminho para captação internacional voltada à sustentabilidade
- Amazônia para Todos – Ação conjunta com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a fim de democratizar financiamento para o desenvolvimento sustentável
- Protocolo de Atuação em Desastres Climáticos e Ambientais
- Pacto Global da ONU: Assinatura do Movimento Ambição Net Zero e Movimento Conexão Circular, que visam reduzir as emissões de gases de efeito estufa e consumo e produção responsáveis
- Adesão aos Princípios de Empoderamento das Mulheres da ONU
- Integração à campanha "Fome não Tira Férias", que busca garantir alimentação escolar durante o período de recesso
- Coalizão pela Habitação Net Zero 2050, que visa descarbonizar a cadeia habitacional brasileira
- Lançamento do "Selo Casa Azul Uni" – nova certificação ambiental voltada à construção de unidades habitacionais individuais

Nossa atuação foi estruturada por meio de uma presença institucional qualificada, com a Arena CAIXA na Green Zone, concebida como espaço estratégico de diálogo, cooperação e geração de oportunidades. Nesse ambiente, promovemos agendas bilaterais, ampliamos oportunidades de negócios e financiamentos destinados a projetos ASG e reforçamos nosso posicionamento como agente financeiro capaz de articular soluções sustentáveis para governos, empresas e organismos multilaterais.

Nesta COP30, ao integrar financiamento, inovação, impacto social e preservação ambiental, reafirmamos nosso papel como banco público protagonista na transição climática e no desenvolvimento sustentável do Brasil.

Selo CAIXA Gestão Sustentável

O Selo CAIXA Gestão Sustentável é um reconhecimento concedido aos municípios que apresentam indicadores públicos que denotam a aplicação de boas práticas de Governança e Responsabilidade Socioambiental (ASG) na gestão pública local, propiciando aumento do bem-estar e da qualidade de vida aos cidadãos, associado ao desenvolvimento urbano sustentável.

O Selo reconhece ações vinculadas a Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pela ONU na Agenda 2030, por meio de uma avaliação ampla acerca da gestão municipal contando com vinte e dois indicadores de avaliação, classificados em quatro aspectos: Ambiental, Social, Governança e Climático.

Considerando a relevância da temática ASG para nós e para a sociedade, a ação, além de fomentar e reconhecer as boas práticas de sustentabilidade dos municípios avaliados, possibilita aos certificados acesso a condições diferenciadas na contratação de serviços e produtos do banco. Da mesma forma, podemos auxiliar os municípios a melhorarem os resultados dos seus indicadores com produtos e soluções associados a cada indicador, apoiando entes públicos na qualificação da sua gestão.

1 Houve revisão de metodologia da Carteira de Finanças Sustentáveis, passando a mensurar apenas a carteira comercial de crédito da CAIXA, excluindo FIES e MCMV Faixa 1.

CAIXA
CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA FAZENDA

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

Certificamos 284 municípios desde a criação do Selo até Dez25, sendo que 34 municípios conquistaram o Selo no último trimestre.

Pagamento de Benefícios Sociais

Por meio dos canais de atendimento físicos, digitais e da rede parceira, em 2025, realizamos o pagamento de benefícios no montante de R$ 428,7 bilhões, distribuídos em 455,7 milhões de parcelas de transferência de renda, programas sociais, benefícios ao trabalhador e benefícios do INSS em todos os municípios brasileiros.

Destacamos o pagamento total de R$ 157,4 bilhões pelo Bolsa Família, distribuídos em 234,9 milhões de parcelas para 22,1 milhões de famílias; o pagamento de R$ 169,4 bilhões do INSS, distribuídos em 87,3 milhões de parcelas para 8,0 milhões de beneficiários; e o pagamento de R$ 57,0 bilhões em Seguro Desemprego, distribuídos em 31,9 milhões de parcelas para 9,3 milhões de beneficiários.

Realizamos o pagamento do Abono Salarial, contemplando o valor de R$ 27,1 bilhões para 22,9 milhões de beneficiários em 2025. Adicionalmente, foram R$ 10,7 bilhões pagos no âmbito do Programa Pé-de-Meia, beneficiando 5,3 milhões de estudantes de todo o país. Os pagamentos do Auxílio Gás e de outros programas sociais e regionais registraram o valor de R$ 7,1 bilhões.

Apoio às regiões atingidas por calamidades

Durante todo o ano de 2025, apoiamos 681 municípios de diversas regiões do país que foram atingidos por calamidades por meio do Saque Calamidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Enviamos empregados especialistas para prestar apoio técnico às prefeituras e realizar atendimento e suporte à população afetada. Ainda, possuímos Caminhões-Agência, que podem ser utilizados para oferecer apoio às populações dos municípios afetados.

Mobilizamos equipe especializada na liberação do Saque Calamidade do FGTS, possibilitando o saque de até R$ 6.220,00 para o trabalhador, limitado ao saldo disponível na conta vinculada ao FGTS.

Nossas equipes também prestam orientação aos municípios quanto ao preenchimento dos documentos que tornam o município elegível para essa modalidade de saque do FGTS. Nossas unidades também deram suporte aos clientes para acionamento de seguro habitacional e procedimentos para pagamento de indenizações de forma imediata.

No apoio aos governos locais, oferecemos assessoria técnica para operacionalização dos repasses de recursos. As prefeituras contam com o apoio para levantamento dos danos e estimativa de custos para a recuperação de obras em andamento ou edificações atingidas que têm grande impacto para a população dos municípios, como pontes, vias de acesso, equipamentos de abastecimento de água, postos de saúde e escolas, entre outras.

O saque-calamidade é fundamental para garantir proteção social e resiliência econômica em momentos críticos. Ele oferece um alívio financeiro imediato às famílias afetadas por desastres naturais, permitindo que cubram necessidades básicas sem recorrer a endividamento. Além de cumprir sua função de segurança econômica, essa modalidade reforça nossa responsabilidade social e do FGTS, alinhando-se aos princípios ESG ao apoiar comunidades vulneráveis diante de eventos climáticos extremos, que tendem a se intensificar com as mudanças ambientais.

Apoio aos Programas de Governo

Programas de Crédito para Entes Públicos

Em relação à carteira de crédito com os Entes Públicos (Estados, Distrito Federal e Municípios), no 4T25 foram celebrados 88 novos contratos, totalizando R$ 4,6 bilhões. Em todo o ano de 2025, foram celebrados 276 novos contratos, totalizando R$ 12,5 bilhões.

Ao final de 2025, a carteira de crédito com os Entes Públicos totalizou 4,4 mil operações ativas, com saldo de R$ 73,3 bilhões e atendimento a 1,8 mil clientes do segmento Governo em todo o Brasil. A carteira com operações de crédito encerrou o trimestre com um índice de adimplência de 99,9%.

Contratos de Repasse do Orçamento Geral da União para Estados e Municípios

Atuamos como mandatária da União na operacionalização de contratos de repasse do Orçamento Geral da União, permitindo que municípios de todo o país tenham acesso aos recursos públicos por meio de assistência técnica de engenharia e social adequadas à realidade de cada município, além de garantir a aplicação do recurso público dentro dos parâmetros técnicos e orçamentários regulamentados pelos ministérios gestores das políticas públicas e órgãos fiscalizadores.

No 4T25, realizamos 4,3 mil novos contratos de obras, totalizando R$ 14,4 bilhões. Ainda no 4T25, concluímos 792 obras de contratos de repasse e termos de compromisso do OGU no valor total de R$ 2,26 bilhões. No acumulado de 2025, realizamos 6,0 mil novos contratos de obras, totalizando R$ 20,9 bilhões. Ainda em 2025, concluímos 3,8 mil obras de contratos de repasse e termos de compromisso do OGU no valor total de R$ 7,3 bilhões.

Análise de Desempenho e Resultado [2]

Lucro Líquido

Alcançamos um lucro líquido contábil de R$ 2,5 bilhões no 4T25, redução de 44,6% na comparação com o 4T24 e de 33,5% em relação ao 3T25. No acumulado de 2025, o lucro contábil alcançou R$ 16,1 bilhões, aumento de 18,7% em relação ao ano de 2024. O lucro líquido recorrente no 4T25 foi de R$ 2,8 bilhões, redução de 39,6% na comparação com 4T24 e de 26,5% em relação ao 3T25. Já o lucro líquido recorrente de 2025 alcançou R$ 15,5 bilhões, aumento de 10,4% na comparação com 2024.

Em R$ milhões	4T25	3T25	Δ%	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Margem Financeira	17.543	16.523	6,2	16.332	7,4	66.776	61.587	8,4
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	(5.356)	(5.073)	5,6	(4.672)	14,6	(16.046)	(17.100)	-6,2
Resultado da Intermerdiação Financeira	**12.188**	**11.450**	**6,4**	**11.660**	**4,5**	**50.730**	**44.487**	**14,0**
Receita de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	7.498	7.087	5,8	7.387	1,5	27.827	27.813	0,1
Despesas Administrativas	(12.767)	(11.246)	13,5	(11.832)	7,9	(45.675)	(44.821)	1,9
Outras Receitas e Despesas Operacionais	(3.541)	(2.275)	55,6	(1.735)	104,1	(9.284)	(7.617)	21,9
Despesas Tributárias	(1.390)	(1.274)	9,1	(1.183)	17,4	(5.137)	(4.662)	10,2
Resultado de Part. em Coligadas e Controladas	867	946	-8,4	806	7,6	3.545	2.878	23,2
Constituição e Reversão de Provisões	(309)	(978)	-68,4	(529)	-41,6	(3.197)	(6.004)	-46,7
Resultado Operacional	**2.546**	**3.711**	**-31,4**	**4.574**	**-44,3**	**18.809**	**12.075**	**55,8**
Resultado Não Operacional	**(90)**	**(54)**	**65,8**	**101**	**-**	**(230)**	**795**	**-**
IR, CSLL, PLR e Part. dos não Controladores	47	108	-56,4	(160)	-	(2.527)	656	-
Lucro Líquido Contábil Consolidado	**2.504**	**3.764**	**-33,5**	**4.515**	**-44,6**	**16.052**	**13.527**	**18,7**
Eventos Não Recorrentes*	(263)	-	-	(66)	298,6	583	(487)	-
Lucro Líquido Recorrente	**2.767**	**3.764**	**-26,5**	**4.581**	**-39,6**	**15.469**	**14.014**	**10,4**

*Programa de Desligamento Voluntário (PDV), avaliação atuarial extraordinária do REG/REPLAN e oferta pública secundária da CAIXA Seguridade Participações S.A.

A margem financeira alcançou R$ 17,5 bilhões no 4T25, aumento de 7,4% na comparação com o 4T24 e 6,2% em relação ao 3T25. No acumulado de 2025, a margem financeira somou R$ 66,8 bilhões, aumento de 8,4% em relação ao ano de 2024.

No 4T25, as receitas de intermediação financeira somaram R$ 65,4 bilhões, aumento de 28,4% em relação ao 4T24 e de 2,0% quando comparado ao 3T25. No acumulado de 2025, essas receitas somaram R$ 244,6 bilhões, aumento de 28,9% em relação ao ano de 2024.

As despesas de intermediação financeira alcançaram R$ 47,9 bilhões no 4T25, crescimento de 38,4% em relação ao 4T24 e de 0,6% em comparação ao 3T25. No acumulado de 2025, as despesas de intermediação financeira somaram R$ 177,9 bilhões, aumento de 38,8% quando comparadas ao ano de 2024.

A provisão para perdas associadas ao risco de crédito alcançou R$ 5,4 bilhões no 4T25, aumento de 14,6% em relação ao 4T24 e de 5,6% quando comparada ao 3T25. No acumulado de 2025, essas provisões apresentaram o valor de R$ 16,0 bilhões, redução de 6,2% quando comparadas ao ano de 2024.

O desempenho da margem financeira aliado à redução da despesa de provisão para perdas associadas ao risco de crédito contribuiu para que o resultado da intermediação financeira obtivesse crescimento de 14,0% na comparação entre 2025 e 2024, alcançando R$ 50,7 bilhões.

As receitas de prestação de serviços (RPS) totalizaram R$ 7,5 bilhões no 4T25, aumento de 1,5% em relação ao 4T24 e de 5,8% na comparação com o 3T25. Em 2025, essas receitas apresentaram o valor de R$ 27,8 bilhões, aumento de 0,1% em relação ao 2024.

As despesas administrativas (despesas de pessoal e outras despesas administrativas) totalizaram R$ 12,8 bilhões no 4T25, aumento de 7,9% em relação ao 4T24 e de 13,5% em comparação ao 3T25. No acumulado de 2025, as despesas administrativas alcançaram R$ 45,7 bilhões, aumento de 1,9% em comparação com o ano de 2024.

Ativos

Nossos ativos totalizaram R$ 2,2 trilhões em Dez25, aumento de 9,5% em relação ao mesmo período do ano anterior e de 0,5% frente a Set25. O crescimento em 12 meses foi influenciado pelo aumento de 11,5% na carteira de crédito e de 56,3% na carteira de TVM e derivativos.

Carteira de Crédito

A carteira de crédito encerrou Dez25 com saldo de R$ 1,378 trilhão, crescimento de 11,5% em relação a Dez24 e 3,3% quando comparado a Set25. Destaque para os aumentos em doze meses de 13,0% no setor imobiliário e 1,0% em saneamento e infraestrutura.

No 4T25, foram concedidos R$ 189,5 bilhões em crédito total, aumento de 27,1% em comparação com o mesmo período do ano anterior e de 1,8% em comparação com o 3T25.

Somos o banco que apoia o brasileiro na conquista da casa própria, mantendo a liderança de mercado no segmento imobiliário, com 67,7% de *market share* em financiamentos imobiliários totais, além de principal operador do Programa MCMV, com mais de 99% de *share*. O índice de inadimplência da carteira foi de 1,18% ao final de Dez25, redução de 0,01 p.p. na comparação com Dez24.

O saldo da carteira imobiliária finalizou Dez25 com o saldo de R$ 938,0 bilhões, crescimento de 13,0% em relação a Dez24 e 3,9% quando comparado a Set25. No 4T25 foram R$ 72,6 bilhões em contratações (considerando recursos CAIXA e FGTS), aumento de 54,0% em relação ao 4T24 e de 7,7% quando comparado ao 3T25. No acumulado de 2025, foram R$ 246,4 bilhões em contratações, aumento de 10,2% em relação ao ano de 2024.

O segmento de crédito comercial PF encerrou Dez25 com R$ 152,0 bilhões de saldo em carteira, aumento de 13,4% em relação a Dez24 e de 2,9% quando comparado a Set25. O destaque permanece sendo o crédito consignado, com R$ 111,7 bilhões de saldo, crescimento de 10,0% em comparação a Dez24, e representando 73,5% da carteira comercial PF. Com relação às contratações no segmento PF, no 4T25 estas alcançaram o valor de R$ 79,1 bilhões, aumento de 14,5% na comparação com o 4T24 e de 2,4% em relação ao 3T25.

O saldo da carteira de crédito comercial PJ encerrou Dez25 com R$ 114,7 bilhões, crescimento de 14,2% em relação a Dez24 e de 3,5% quando comparado a Set25. Referente às contratações do 4T25, estas somaram R$ 29,1 bilhões, aumento de 12,2% em comparação com o 4T24 e redução de 2,1% em relação ao 3T25.

As operações de infraestrutura alcançaram saldo de R$ 110,2 bilhões ao final de Dez25, crescimento de 1,0% em relação ao mesmo período do ano anterior e redução de 0,4% quando comparado a Set25.

No agronegócio, o saldo da carteira atingiu R$ 62,9 bilhões ao final de Dez25, aumento de 0,6% em comparação com Dez24 e de 1,8% em relação a Set25.

Qualidade da Carteira

O índice de inadimplência da carteira de crédito total encerrou Dez25 em 3,07%, aumento de 1,09 p.p. em relação a Dez24 e 0,06 p.p. quando comparado a Set25. O índice de provisão manteve-se regular no período, encerrando Dez25 em 4,55%, aumento de 0,52 p.p. em relação a Dez24 e 0,11 p.p. quando comparado a Set25. A cobertura da provisão finalizou o trimestre em 149,5%, redução de 54,6 p.p. em comparação a Dez24 e aumento de 1,5 p.p. em relação a Set25.

2 Informações com maior nível de detalhamento acerca do desempenho operacional e financeiro da CAIXA no período estão disponíveis no Relatório de Análise de Desempenho, podendo ser acessado no sítio eletrônico: https://ri.caixa.gov.br/informacoes-financeiras/central-de-resultados/.

A carteira de crédito total da CAIXA possui 91,5% de seu saldo com menor risco, com grande concentração em operações de longo prazo, principalmente por conta da carteira imobiliária, que corresponde a 68,1% da carteira total. Os demais itens que compõem a carteira garantida estão no segmento de infraestrutura e saneamento e na carteira agro, assim como créditos vinculados ao PRONAMPE, FGI, penhor e CAIXA Hospitais.

Apresentamos R$ 2,273 trilhões em garantias avaliadas na data de concessão do crédito, ou seja, sem considerar eventual valorização destas frente ao saldo de R$ 1,378 trilhão da carteira, representando uma relação de 164,9% do valor da garantia sobre o saldo devedor.

Captações

As captações encerraram Dez25 com saldo de R$ 1,902 trilhão, crescimento de 10,0% em relação a Dez24 e redução de 0,2% em relação a Set25, com destaque para a poupança, que representa R$ 396,2 bilhões, aumento de 2,8% na variação anual e de 1,1% na trimestral. Mantemos a liderança no segmento de poupança, aumentando nossa participação de mercado de 37,3% em Dez24 para 38,8% em Dez25.

Ao final de Dez25, as letras alcançaram saldo de R$ 290,5 bilhões, crescimento de 31,1% sobre Dez24 e 6,5% em relação a Set25. Especificamente para as letras imobiliárias, houve crescimento de 36,2% em relação a Dez24 e 7,6% quando comparado a Set25, finalizando Dez25 com saldo de R$ 253,9 bilhões.

Em depósitos a prazo, os CDBs apresentaram crescimento no período, com variação positiva de 14,0% em 12 meses e 1,5% na comparação com Set25, finalizando Dez25 com o saldo de R$ 202,1 bilhões.

Liquidez

No 4T25, o índice de liquidez de curto prazo (LCR) foi de 268,1%, aumento de 25,4 p.p. em 12 meses e 7,1 p.p. no trimestre.

Conforme Resolução BACEN nº 54/20, os indicadores de liquidez de curto prazo são calculados a partir da média simples dos valores diários observados no trimestre referente à data-base informada.

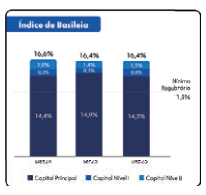
Patrimônio Líquido

Encerramos Dez25 com um patrimônio líquido de R$ 149,7 bilhões, crescimento de 6,8% em 12 meses e redução de 1,0% no trimestre.

Basileia

Registramos o Índice de Basileia de 16,4% ao final de Dez25, superior em 4,9 p.p. ao mínimo de 11,5% regulamentado pelas Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.955 e nº 4.958, de 21 de outubro de 2021, que normatizam as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital das instituições financeiras.

Destacamos a boa estrutura de capital, reforçando a capacidade de executar nosso planejamento estratégico de maneira sustentável.



Conglomerado CAIXA

CAIXA Seguridade

Em 2025, a CAIXA Seguridade celebrou seu décimo aniversário de operação, reforçando sua posição entre as maiores plataformas de seguridade do país. O ano foi marcado por avanços corporativos relevantes, entre os quais se destaca a conclusão da Oferta Pública Secundária de Ações, que adicionou 82.380.873 ações ao mercado e elevou o *free float* para 20%.

Em Nov25, a Companhia participou da COP30, onde promoveu fóruns e debates que reafirmaram seu compromisso com a agenda ASG e com o desenvolvimento de soluções de seguridade mais inclusivas, responsáveis e sustentáveis. Esses marcos reforçam o propósito da Companhia de contribuir para o bem-estar das pessoas, apoiar a realização de seus projetos de vida e gerar valor para seus acionistas.

A CAIXA Seguridade encerrou o ano de 2025 com um lucro líquido gerencial de R$ 4.315,9 milhões, o maior resultado histórico da Companhia, que representou um crescimento de 14,9% em relação ao auferido em 2024. O desempenho reflete a consistência da execução estratégica e a maturidade do modelo operacional da Companhia, além da solidez de sua estrutura de parcerias — que segue ampliando a capacidade de oferta, fortalecendo canais e contribuindo de forma decisiva para a expansão sustentável do negócio. Na visão trimestral, o resultado de R$ 1.124,8 milhões para o 4T25 representou um crescimento de 6,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. Sob a ótica contábil, conforme a norma CPC 50 (IFRS 17), a Companhia apurou lucro líquido acumulado de R$ 4.291,6 milhões em 2025, crescimento de 14,0% na comparação com 2024.

O resultado financeiro acumulado de 2025, na visão agrupada, que considera o efeito de todas as participações na proporção devida à CAIXA Seguridade, representou 33,9% do lucro líquido anual. A CAIXA Vida e Previdência permaneceu como a participação mais relevante, respondendo por 51,1% desse montante. Em relação a 2024, houve crescimento de 37,2%, impulsionado, principalmente, pelo patamar mais elevado da taxa Selic ao longo do ano e pelo maior saldo médio de aplicações financeiras, fatores que contribuíram de forma consistente para o resultado agrupado.

Como síntese da execução estratégica da Companhia e do resultado do desempenho operacional e financeiro, o retorno sobre patrimônio líquido recorrente (ROE) alcançou 70,4% no 4T25, o maior patamar histórico, representando um crescimento de 2,9 p.p. em relação ao registrado no final de 2024.

CAIXA Asset

Ao final do 4T25, a CAIXA Asset alcançou um total de R$ 604,0 bilhões de ativos sob gestão, o que representa um crescimento de R$ 80,4 bilhões em relação ao mesmo período do ano anterior. Nesse mesmo período, a instituição deteve 5,3% de *market share*, reconhecida como uma das maiores gestoras de recursos de terceiros do país, sendo a 2ª maior gestora nos segmentos Varejo, Setor Público e em Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS).

Em relação à quantidade de cotistas, no 4T25, os fundos geridos pela CAIXA Asset encerraram o período com 1,7 milhão de investidores, por meio dos 448 produtos sob gestão e distribuídos na CAIXA. Neste trimestre, foram lançados cinco novos fundos de investimento direcionados aos segmentos de pessoas físicas. Destaque para o lançamento de dois fundos de investimento em canais externos, espelhando estratégias sob gestão já consolidadas no mercado.

Ao longo do segundo semestre de 2025, a CAIXA Asset foi destaque na Revista Investidor Institucional com 18 fundos "excelentes", de acordo com o Ranking Melhores Fundos para Institucionais, ficando na segunda colocação entre 80 instituições financeiras gestoras, resultado que se repetiu quando avaliados somente os fundos de renda fixa.

A Revista Investidor Institucional é uma das principais publicações brasileiras voltadas para o público de investidores institucionais, como fundos de pensão, RPPS, gestores de ativos e corporações. Ela cobre temas como mercado de capitais, macroeconomia, rankings de fundos, entrevistas com executivos e políticas públicas.

CAIXA Cartões

O exercício de 2025 foi marcado por avanços na trajetória de crescimento e fortalecimento do posicionamento estratégico da CAIXA Cartões no ecossistema de Meios de Pagamento.

Em Out25, a CAIXA Cartões lançou o Cartão CAIXA Ícone Visa, uma evolução da linha de cartões de alta renda da CAIXA, reunindo sofisticação, benefícios *premium* e forte estratégia de posicionamento no mercado.

Em Nov25, a CAIXA Cartões apresentou ao mercado o UAU CAIXA, seu novo programa de relacionamento e de vantagens para os clientes. O programa tem por estratégia ampliar o vínculo com os clientes, oferecendo benefícios especiais e reunindo diversos serviços em um ambiente moderno e integrado, que possibilita aumento de engajamento para todos os produtos de conglomerado.

No ramo de adquirência foi alcançado o faturamento de R$28,6 bilhões, avançando 30,7% comparado ao exercício 2024. A receita dessa vertical atingiu R$48,4 milhões no mesmo período, um aumento de 17,8% em relação à 2024.

Para a operação de Cartões de Crédito, a base de clientes com cartões ativos cresceu 17,3%, compondo uma carteira total de 8,4 milhões de cartões, impulsionada pelas vendas em canais digitais, que representaram 40% do total, com um volume superior a 1 milhão de cartões contratados, um crescimento de 228,5% em relação ao ano anterior. A base de clientes de Cartões de Débito também apresentou resultado maior do que o ano anterior, 244,7 milhões que representam crescimento de 5,6%.

CAIXA Loterias

No 4T25, as Loterias CAIXA arrecadaram R$ 8,6 bilhões, representando um crescimento de 11,1% em relação ao mesmo período de 2024. O total de premiação líquida entregue aos apostadores no período foi de R$3,1 bilhões, aumento de 16,4% em comparação ao 4T24.

Em R$ milhões	4T25	3T25	Δ%	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Prêmio Líquido*	3.133	2.230	40,5	2.692	16,4	9.221	8.850	4,2
Destinação Social	3.314	2.440	35,8	2.962	11,9	10.177	10.044	1,3
Seguridade	1.436	1.077	33,3	1.322	8,6	4.469	4.411	1,3
Segurança	820	613	33,7	767	6,9	2.547	2.607	-2,3
Esporte	630	474	32,8	551	14,3	1.928	1.847	4,4
Educação	183	94	94,1	100	82,5	475	432	9,9
Cultura	239	179	33,4	221	8,3	745	739	0,9
Saúde	1,9	1,0	96,4	1,1	70,8	3,7	5,5	-32,2
Outros	4,5	1,3	257,4	0,4	1035,7	8,5	2,7	213,0
Tributos (IR sobre prêmio)	433	555	-21,9	616	-29,6	2.030	2.060	-1,4
Custeio e Manutenção	1.648	1.230	34,0	1.483	11,1	5.091	4.956	2,7
Total Arrecadado**	**8.614**	**6.429**	**34,0**	**7.754**	**11,1**	**26.612**	**25.909**	**2,7**

*Valores consideram recursos destinados ao Fundo de Desenvolvimento de Loterias e à remuneração das Unidades Lotéricas
**Pode contemplar prêmios decorrentes de apostas realizadas no trimestre anterior, pois considera a data de pagamento do prêmio.
***Valores consideram recursos destinados ao Fundo de Desenvolvimento de Loterias e à remuneração das Unidades Lotéricas.

As Loterias CAIXA constituem uma importante fonte de recursos para fomentar o desenvolvimento social do Brasil. No 4T25, foram destinados R$ 3,3 bilhões aos beneficiários legais para aplicação nos programas sociais do Governo Federal nas áreas de seguridade social, esporte, cultura, segurança pública, educação e saúde. Esse valor equivale a 38,5% do total arrecadado no período.

Durante o ano de 2025, no que se refere à atuação da CAIXA Loterias no âmbito dos temas riscos, *compliance* e integridade, foram consolidados processos com foco nas práticas voltadas à gestão da Segurança da Informação, visando manutenção das Certificações ISO/IEC 27001 e WLA-SCS. A obtenção, pela CAIXA Loterias, do mais alto nível de certificação da WLA - nível 2 - acrescenta o atendimento e certificação pelo Padrão ISO/IEC 27001 para sistemas de gerenciamento de segurança da informação nos processos de gestão de sorteios, apuração e pagamentos de prêmios sob a responsabilidade das Loterias CAIXA.

Ao se certificar no nível máximo e implementar continuamente os controles das normas ISO/IEC 27001 e WLA-SCS, as Loterias CAIXA garantem a conformidade dos seus processos com requisitos legais e melhores práticas mundiais, ratificam seu compromisso com a sociedade em geral em relação à transparência e segurança dos processos, e solidificam a credibilidade de sua imagem como operadora de jogos, fortalecendo a confiança de clientes apostadores e demais partes interessadas.

A Companhia possui certificação de Nível 3 de Jogo Responsável, emitida pela WLA, validando internacionalmente a eficácia das ações adotadas no âmbito do Programa Jogo Responsável. Esse programa busca inibir o comportamento compulsivo, prevenir o jogo para menores de 18 anos e orientar as pessoas quanto à existência de tratamento e prevenção de danos relacionados a jogos.

Governança Corporativa

A nossa Governança Corporativa constitui o sistema formado por princípios, regras, estruturas, instrumentos e processos pelo qual a organização é dirigida e monitorada, com vistas à proteção dos direitos de todas as partes interessadas e à geração de valor sustentável.

A ética, enquanto conjunto de princípios morais que se deve observar no exercício de uma profissão, embasa os cinco princípios de governança corporativa a seguir – integridade, transparência, responsabilização (*accountability*), equidade e sustentabilidade – e as melhores práticas para alcançá-los:

- **Integridade**: praticar e promover o contínuo aprimoramento da cultura ética, evitando decisões sob a influência de conflitos de interesses, mantendo a coerência entre discurso e ação, preservando a lealdade à organização e o cuidado com suas partes interessadas, com a sociedade em geral e com o meio ambiente;
- **Transparência**: disponibilizar para as partes interessadas informações verdadeiras, tempestivas, coerentes, claras e relevantes, sejam elas positivas ou negativas, e não apenas aquelas exigidas por leis ou regulamentos;
- **Responsabilização**: desempenhar suas funções com diligência, independência e com vistas à geração de valor sustentável no longo prazo, assumindo a responsabilidade pelas consequências de seus atos e omissões;
- **Equidade**: tratar o sócio único e demais partes interessadas de maneira justa, levando em consideração: direitos, deveres, necessidades, interesses e expectativas, como indivíduos ou coletivamente;
- **Sustentabilidade**: zelar pela viabilidade econômico-financeira, reduzir as externalidades negativas de nossos negócios e operações e aumentar as positivas, levando em consideração, no modelo de negócios, os diversos capitais (financeiro, intelectual, humano, social, natural, reputacional) no curto, médio e longo prazos.

Destacamos os nossos principais instrumentos de Governança Corporativa, que norteiam a atuação dos agentes de governança para garantir a qualidade e efetividade do processo decisório:

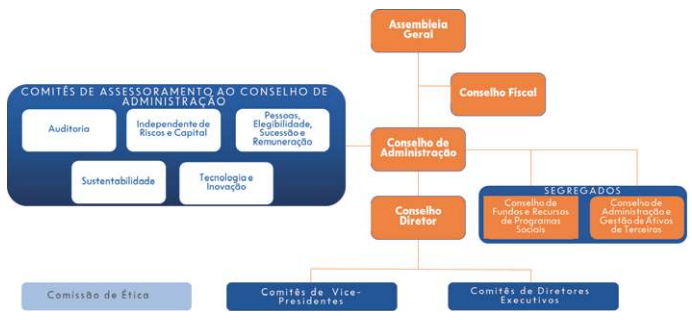
- Estatuto Social;
- Políticas;
- Modelo de Tomada de Decisão;
- Manuais Normativos;
- Código de Ética, Conduta e Integridade;
- Regime de Alçadas;
- Arquitetura Organizacional.

Estrutura de Órgãos Colegiados da Alta Administração

A nossa governança está estruturada de forma a privilegiar a deliberação colegiada, ágil e descentralizada, por meio da constituição de fóruns internos, de nível estratégico, tático ou operacional, como forma de propiciar sinergia entre as áreas, evitar conflitos de interesses e resguardar nossos interesses e os das subsidiárias.

Em 2025, criamos a Diretoria Executiva de Segurança Digital, fortalecendo a governança de cibersegurança, segurança da informação e antifraude. Adicionalmente, foi criada a Diretoria de Rede de Habitação e Estratégia FCVS, que possui a finalidade de disciplinar a estratégia, orquestrar os atores envolvidos no FCVS, monitorar resultados da novação dos créditos habitacionais vinculados ao FCVS, no âmbito do Agente Financeiro, e atuar na Rede de Habitação.

Apresentamos a seguir a configuração dos Órgãos Colegiados da Alta Administração, os quais possuem competências e funcionamento regulamentados por Regimentos Internos e previsões estatutárias:



CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA **FAZENDA**

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

Gestão de Pessoas

As atividades na área de pessoas perpassam toda nossa estratégia para mantermos o protagonismo como a principal parceira da União, Estados e Municípios na execução de políticas públicas, além de humanizar relações de trabalho, fortalecer o relacionamento com os clientes, viabilizar o acesso à moradia digna, fortalecer a governança e a eficiência operacional, promover políticas de sustentabilidade e gerar valor nos relacionamentos ao ofertar soluções inovadoras em negócios, tecnologia e ambiência.

Em Dez25, contávamos com 84,4 mil empregados atuando nas agências, filiais e matriz; sendo 47,1 mil homens e 37,3 mil mulheres. Desse total, 4,6 mil são Pessoas com Deficiência (PcD), o que corresponde a 5,4% do quadro do banco.

Adicionalmente, destacam-se as oportunidades disponibilizadas aos jovens: são 6,5 mil novos profissionais que atuam como estagiários e aprendizes em todas as regiões do Brasil.

Tendo em vista que as ações de treinamento e capacitação são fundamentais para a transformação digital no banco, atuamos continuamente na qualificação de nossos empregados, ofertando soluções educacionais que favorecem o desenvolvimento de capacidades digitais.

Transformação Digital – Certificações

Visando promover a capacitação contínua dos nossos empregados com os modelos, estruturas e premissas das organizações voltadas à transformação digital, disponibilizamos aos empregados certificações externas reembolsáveis para os profissionais atuantes no programa, assim como a relação de certificações aprovadas segundo o papel desempenhado na unidade ágil.

As certificações ajudam a preparar os empregados para o futuro do trabalho, contribuem com nossa competitividade no mercado bancário, estimulam a inovação e criatividade, além de melhorarem a produtividade e eficiência das equipes, promovendo redução de custos e uma maior adaptação às mudanças.

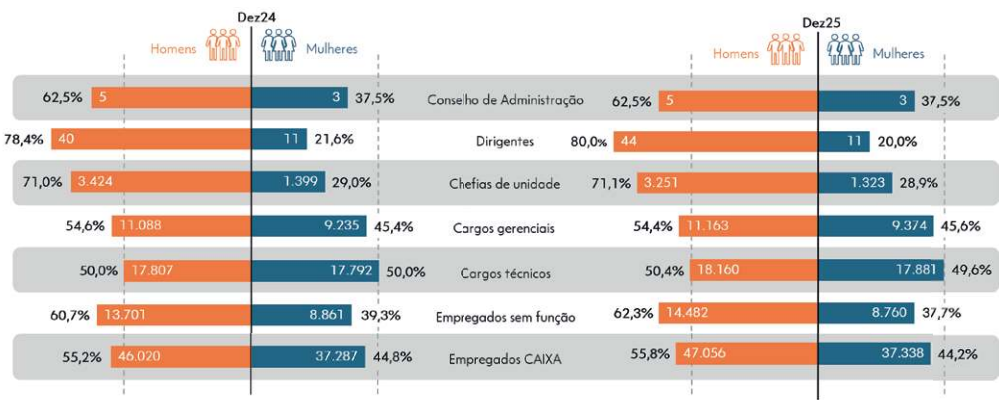
Liderança Feminina

As ações de equidade de gênero têm como um dos seus principais objetivos promover e articular adequações em práticas de gestão de pessoas, quando necessário, visando à igualdade de condições e oportunidades para mulheres e homens em sua atuação profissional, bem como desmistificar estereótipos de gênero e fomentar o aumento de mulheres em posições de liderança.

Nesse cenário, a Universidade CAIXA desempenha papel estratégico ao desenvolver e ofertar ações educacionais voltadas à sensibilização, formação e capacitação dos empregados, com foco na promoção da equidade de gênero e no fortalecimento de uma cultura organizacional mais inclusiva, viabilizando a participação de mulheres em ações educacionais como a Liderança para Mulheres Negras no Serviço Público, Programa de Mentoria CAIXA, formação de Lideranças Femininas em Finanças Públicas, no Insper e o Programa Impulsionando Mulheres na Liderança.

Política de Equidade

Em cumprimento à Lei nº 15.177, de 23 de julho de 2025, apresentamos as seguintes informações relativas à equidade de gênero em nossa Instituição:



Reconhecemos e valorizamos a diversidade cultural, a equidade e a inclusão social, promovendo práticas de gestão que eliminem todas as formas de violência, preconceito e discriminação.

Alinhada aos Princípios de Empoderamento das Mulheres da ONU Mulheres, com a meta de alcançar 36% de mulheres em cargos de chefia até 2030 e ao Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, reafirmamos nosso compromisso com a equidade de gênero, garantindo oportunidades iguais para mulheres e homens, fortalecendo a liderança feminina e criando ambientes inclusivos.

Essa postura busca não apenas assegurar direitos humanos fundamentais, mas também impulsionar inovação, competitividade e desenvolvimento sustentável, consolidando uma cultura organizacional baseada no respeito e na diversidade.

Razão entre salário-base e remuneração de homens e mulheres					
		2024		2025	
Unidade operacional importante*	Categoria funcional	Razão do salário-base**	Razão da Remuneração***	Razão do salário-base	Razão da Remuneração
Unidades da Matriz	Chefe de unidade	0,96	1,02	1,04	1,02
	Gerencial	1,01	0,99	1,01	0,99
	Não gerencial	0,95	0,92	0,95	0,93
	Operacional	0,89	0,83	0,90	0,77
	Profissional	1,01	1,04	0,99	0,97
	Total	**0,91**	**0,87**	**0,91**	**0,88**
Unidades da rede	Chefe de unidade	0,98	0,99	0,98	1,00
	Gerencial	1,02	0,99	1,02	0,99
	Não gerencial	0,96	0,94	0,96	0,95
	Operacional	0,91	0,82	0,93	0,85
	Total	**0,96**	**0,91**	**0,96**	**0,92**
Unidades de centralizadoras e filiais	Chefe de unidade	0,67	0,89	0,83	0,97
	Gerencial	0,71	0,81	0,70	0,81
	Não gerencial	0,97	0,89	0,99	0,90
	Operacional	1,01	0,93	1,11	1,10
	Profissional	0,97	0,98	0,96	0,96
	Total	**0,78**	**0,80**	**0,82**	**0,85**
Todas as unidades	Chefe de unidade	0,94	0,99	0,98	1,01
	Gerencial	0,92	0,94	0,92	0,94
	Não gerencial	0,97	0,94	0,98	0,95
	Operacional	0,92	0,83	0,95	0,87
	Profissional	0,97	0,98	0,97	0,96
	Total	**0,91**	**0,89**	**0,92**	**0,91**

*Unidades operacionais importantes estão agrupadas em três subsistemas: matriz, centralizadora/filial e rede.
**Salário-base: valor do cargo efetivo de cada empregado em sua respectiva referência salarial em dezembro de 2025.
***Remuneração: salário líquido recebido por cada empregado em dezembro de 2025.

Para cálculo da proporção salário-base e remuneração considerou-se a média salarial do quadro de empregados ativos em dezembro de 2025. A razão foi calculada considerando a média salarial feminina no numerador e masculina no denominador por categoria funcional, dessa forma, um resultado igual a 1,00 indica plena igualdade salarial entre mulheres e homens; valores inferiores a 1,00 indicam que a média salarial das mulheres é menor do que a dos homens; quanto mais próxima de 1,00 for a razão, mais igualitária é a proporção salarial observada.

A remuneração, assim como as remunerações para as funções gratificadas, tem o seu valor igual, conforme normativo interno, tanto para homens quanto para mulheres. Considerando a categoria funcional de Dirigentes e Conselheiros, a remuneração é equivalente, independente do gênero.

As diferenças observadas na razão entre salários e remuneração refletem o encarreiramento individual de cada empregado. Esse indicador considera a trajetória profissional, incluindo tempo de empresa, progressões na carreira, promoções e movimentações internas, que impactam diretamente na composição salarial.

Assim, variações entre homens e mulheres decorrem de fatores como histórico funcional e oportunidades apresentadas ao longo da carreira, mantendo-se o nosso compromisso com políticas de equidade e igualdade de oportunidades.

Diversidade na CAIXA

Fomentamos a cultura do respeito e da valorização das diferenças por meio do programa Diversidade e Inclusão, que é estruturado nos eixos temáticos prioritários da equidade de gênero, pessoas com deficiência, LGBTQIA+, raça/cor e gerações. O programa tem como objetivo integrar a diversidade, equidade e inclusão em nossa governança, influenciando o planejamento estratégico e as práticas de gestão.

Apoio à Parentalidade

Intensificamos nossas ações de apoio à parentalidade, reconhecendo seu papel na promoção da equidade de gênero e na construção de uma cultura organizacional mais humanizada. Implementamos regras mais flexíveis para as licenças maternidade, paternidade e adoção, e promovemos iniciativas de sensibilização, como a Roda de Diálogo de Apoio à Parentalidade.

Integridade, Riscos e Controles Internos

Adotamos processo de melhoria contínua em nosso ambiente anticorrupção e antiassédio por meio de mecanismos, procedimentos e ações que orientam os empregados, líderes, terceirizados e fornecedores, em comprometimento com as boas práticas de governança corporativa, transparência, integridade e promoção de conduta ética e responsável na condução de suas atividades.

O nosso Programa de Integridade tem como objetivo prevenir, detectar e corrigir atos ilícitos praticados, na forma ativa ou passiva, garantindo a aplicação efetiva dos códigos de Ética, de Conduta, Políticas e Diretrizes, por meio da integração dos instrumentos e das atividades de controle voltados à gestão de riscos de integridade.

O Programa está alinhado aos princípios e às diretrizes da nossa Política de Controle Interno, *Compliance* e Integridade, observando também as diretrizes da Política de Relacionamento com Clientes e Usuários de Produtos e Serviços CAIXA (disponíveis para acesso no link: https://www.caixa.gov.br/sobre-a-caixa/governanca-corporativa/estatuto-politicas).

Salienta-se que o Programa está estruturado em cinco pilares: (i) Comprometimento da Alta Administração; (ii) Gestão Adequada de Riscos; (iii) Protocolos de Integridade; (iv) Comunicação e Treinamento; e (v) Monitoramento e Medidas Disciplinares, que funcionam de forma conjunta e sistêmica, interrelacionando-se e possibilitando o aperfeiçoamento contínuo do Programa de Integridade CAIXA.

Esses pilares perpassam os três eixos de atuação: Prevenção, Detecção e Correição, de acordo com as orientações emanadas pela Controladoria Geral da União.

O modelo de gestão do Programa ocorre por meio da coordenação, monitoramento, controle e avaliação de instrumentos e mecanismos transversais sob responsabilidade dos atores do Ecossistema de Integridade, que contribuem para mitigar o risco à integridade em suas respectivas áreas de atuação, à medida em que identificam fragilidades e práticas ilícitas.

Assim, é um processo dinâmico, em que os principais atores do Ecossistema trabalham juntos e de forma coordenada, a fim de garantir a efetividade do Programa, o aprimoramento dos mecanismos de controles internos e uma atuação pautada em relacionamentos éticos e na sustentabilidade dos nossos negócios e resultados.

Nesse contexto, foi lançada em 2025 a Campanha "Integridade: essa linha não se cruza", alinhada ao valor institucional "*Nossa Integridade é inegociável*". Com a iniciativa, reafirmamos nosso compromisso absoluto em promover um ambiente de trabalho íntegro, seguro, ético e respeitoso para todos.

Os temas já abordados pela Campanha são: (i) Assédio Sexual, com o lançamento do Programa Institucional de Enfrentamento ao Assédio Sexual e que contemplou, ao longo do ano, iniciativas de fortalecimento da prevenção e enfrentamento a eventuais práticas de assédio e violência sexual na CAIXA, com participação de diversas unidades que compõem o Ecossistema de Integridade; (ii) Fraude Interna, com o mote "*Diga não à fraude*", que teve como objetivo conscientizar os empregados sobre a importância do cumprimento das normas e diretrizes da CAIXA na atuação diária, bem como as ferramentas para prevenção e denúncias de eventuais irregularidades, incluindo fraudes cibernéticas. Em linha com a campanha, foi criado comitê específico para tratamento de denúncias relacionadas a indícios de cooptação/aliciamento de empregados.

A articulação centralizada pela Vice-Presidência de Riscos/Diretoria de Controles Internos e Integridade confere maior transparência e celeridade para contribuir com os procedimentos adotados pelos atores do Ecossistema, visando fortalecer nossa imagem e reputação em patamares de excelência e de reconhecimento pela sociedade e pelo mercado.

Prevenção à Lavagem de Dinheiro, ao Financiamento do Terrorismo e à Proliferação de Armas de Destruição em Massa – PLD/FTP

Atuamos em estrito cumprimento às normas de PLD/FTP, em especial as emanadas do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários. Nesse sentido, dispomos de política, procedimentos e controles internos voltados para a temática com o intuito de prevenir sua utilização para a prática destes ilícitos.

Investimos na aplicação das mais modernas técnicas e metodologias de *analytics, data science e machine learning* para a constante evolução dos mecanismos de monitoramento e controle, visando à identificação de situações suspeitas, que são devidamente reportadas ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), contribuindo para a integridade e proteção do Sistema Financeiro Nacional.

A gestão da cultura e a capacitação nesta temática são instrumentos fundamentais para assegurar o cumprimento da nossa Política de PLD/FTP. Promovemos continuamente treinamentos e capacitação aos empregados, contribuindo para o fortalecimento de uma cultura organizacional consciente e proativa na prevenção de atividades ilícitas.

Gerenciamento de Riscos e Controles Internos

Adotamos o Modelo das Três Linhas para o gerenciamento de riscos, que atribui papéis e responsabilidades a todos os níveis da organização para além da área de riscos e auditoria. Esse modelo fortalece a governança e contribui para o alcance dos objetivos organizacionais, minimizando perdas.

Por meio da nossa estrutura de gerenciamento de riscos e de capital, são implementados modelos, metodologias, sistemas, rotinas e indicadores que possibilitam a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, controle e reporte para a mitigação de efeitos adversos resultantes dos riscos incorridos, inclusive em cenários de normalidade e de estresse.

Monitoramos e avaliamos periodicamente o modelo de gestão de riscos, visando elevar a maturidade da sua estrutura, em aderência às melhores práticas e conformidade às normas internas.

Adicionalmente, possuímos Sistema de Controles Internos (SCI), uma importante ferramenta de gestão, composto por um conjunto de políticas, metodologias, procedimentos e atores institucionais em busca de um interesse comum: a consecução dos objetivos estratégicos da organização.

A importância do SCI é corroborada pelas publicações da Resolução CMN nº 4.968/2021 e da Resolução CMN nº 5.178/2024, que, dentre as principais disposições, destacam o foco no monitoramento contínuo das atividades de controle, a adequada segregação de funções e a independência das áreas com vistas a evitar situações de conflito de interesses e assegurar o envolvimento ativo da Alta Administração no fortalecimento de nossos controles internos.

Realizamos a supervisão dos controles internos das participações societárias, da Fundação dos Economiários Federais (FUNCEF) e dos processos de Mercado de Capitais, contemplando a intermediação, custódia e ofertas públicas de valores mobiliários, bem como o monitoramento de indicadores de 1ª linha, de acordo com as atividades mandatórias, reforçando nosso compromisso com a conformidade regulatória.

Canal de Denúncias

O Canal de Denúncias é um mecanismo para recebimento de denúncias internas e externas, anônimas ou não, sobre a colaboração ou a prática de atos suspeitos de corrupção ou de outros atos lesivos à Administração Pública nacional ou estrangeira, com o estabelecimento de regras de não retaliação e proteção ao denunciante de boa fé.

O canal é hospedado em ambiente seguro, fora do ambiente tecnológico da CAIXA e administrado pela empresa Aliant (integrante do grupo ICTS), com gestão operacional pela unidade de Ouvidoria.

Por meio do referido canal, empregados, ex-empregados, membros estatutários, colaboradores, prestadores de serviço, clientes, parceiros, fornecedores ou qualquer cidadão pode reportar as denúncias com indícios da prática de irregularidade ou de ato ilícito envolvendo a CAIXA.

Ouvidoria

O *feedback* dos nossos clientes e órgãos reguladores em números:

- 35 mil demandas de clientes tratadas nos canais da Ouvidoria CAIXA, PROCON e BACEN, de outubro a dezembro, representando um aumento de 27% no volume de reclamações em relação ao mesmo período do ano anterior.
- Mantivemo-nos na 11ª colocação no *Ranking* de Reclamações do BACEN do 4T25, apresentando nossos melhores índices desde a alteração da metodologia utilizada para a atual construção do ranqueamento. O *ranking* é formado a partir das reclamações do público, registradas nos canais de atendimento do BACEN, e a classificação das instituições se dá em ordem decrescente do índice reclamações, ou seja, da instituição mais reclamada para a menos reclamada.

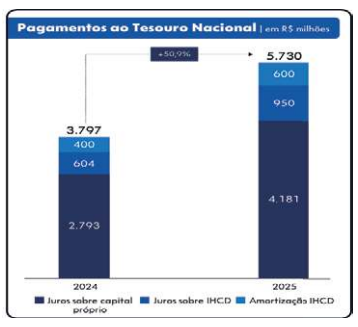
Rotineiramente são produzidas informações quantitativas e qualitativas pela Ouvidoria com relação às reclamações registradas, as quais são encaminhadas aos principais Comitês, além de todos os dirigentes e gestores de produtos e serviços para avaliação e desenvolvimento de ações que visem aprimorar a jornada dos nossos clientes.

Distribuição de Dividendos e JCP

Conforme disposto no Decreto nº 2.673/1998 e no Estatuto Social (Art 80), distribuímos à União no mínimo 25% do lucro líquido ajustado, apurado em cada exercício social.

Em abril, a título de distribuição de resultados ao controlador, pagamos à União o valor de R$ 2,77 bilhões, na forma de juros sobre capital próprio (JCP), referente ao exercício de 2024. Adicionalmente, no 4T25, foi antecipado à União o valor de R$ 1,41 bilhão, também na forma de juros sobre capital próprio, referente ao exercício de 2025, totalizando assim a distribuição de R$ 4,18 bilhões no exercício de 2025.

Referente aos Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD), em abril foi pago à União R$ 949,8 milhões referente aos juros remuneratórios dos contratos de Instrumento Híbrido de Capital e Dívida (IHCD). Adicionalmente, em outubro foram pagos R$ 600 milhões relativos à devolução de valores de IHCD, em cumprimento ao cronograma estabelecido com a Secretaria do Tesouro Nacional e o Tribunal de Contas da União.



Auditoria Independente

Possuímos processo para a contratação de Auditoria Independente considerando aspectos de transparência, conformidade, objetividade e independência do Auditor Independente, bem como para a observância da não contratação da mesma empresa para outros serviços que possam configurar eventual conflito de interesse e perda de independência ou objetividade na execução de suas atividades.

As informações relacionadas aos honorários da empresa de auditoria são publicadas no Diário Oficial a cada contrato ou aditivo.

Agradecimentos

O desempenho alcançado no período reflete a estratégia corporativa alinhada ao engajamento e trabalho de todos os empregados e colaboradores, aos quais agradecemos o empenho e comprometimento. Agradecemos também a todos os clientes e parceiros pela confiança e fidelidade, que nos impulsionam nesta constante busca pelo aprimoramento, tão essencial ao nosso desenvolvimento e do Brasil.

Administração.

Glossário

Ambiental Social e Governança (ASG): Métodos para medir as práticas ambientais (inclusive relacionados ao clima), sociais e de governança de uma empresa, podendo ser usado para investimentos com critérios de sustentabilidade

Bolsa Atleta: Programa que ajuda financeiramente esportistas olímpicos e paralímpicos de alto desempenho, que sejam indicados por suas respectivas federações e que apresentem bons resultados em competições.

Cobertura da Provisão: Saldo de provisão para crédito de liquidação duvidosa dividido pelo saldo inadimplente.

Inadimplência: Relação percentual do somatório do saldo das operações de crédito com atraso acima de 90 dias e não baixado em prejuízo pelo saldo total da carteira de crédito.

Índice de Basileia: Índice que permite avaliar a capacidade de uma instituição financeira para enfrentamento aos riscos de crédito, mercado e operacional.

Juros sobre Capital Próprio (JCP): Juros pagos ou creditados de maneira individualizada a titular, sócios ou acionistas, a título de remuneração do capital próprio, calculados sobre as contas do patrimônio líquido.

Margem financeira: Diferença entre receitas e despesas de intermediação financeira, antes da provisão para perdas associadas ao risco de crédito.

Market Share: Indicador de mercado que calcula a porcentagem de participação de uma empresa no seu segmento de atuação.

Modelo das Três Linhas: Modelo de gerenciamento de riscos adotado pela CAIXA organizado em três linhas que possuem papéis e responsabilidades específicas sobre gestão de riscos e ambiente de controle.

***Net Promoter Score* (NPS):** Métrica utilizada para medir a satisfação e lealdade dos clientes em relação a uma empresa, produto ou serviço.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Plano de ação global para eliminar a pobreza extrema e a fome, oferecendo educação de qualidade ao longo da vida para todos, protegendo o planeta e promovendo sociedades pacíficas e inclusivas até 2030.

Pé-de-Meia: Programa que oferece incentivo financeiro a estudantes do ensino médio de colégios públicos para estimular a permanência e a conclusão dos estudos, além da participação em exames educacionais nacionais e subnacionais.

Saque Calamidade: Modalidade em que o trabalhador tem direito a sacar o saldo da conta do FGTS por necessidade pessoal, urgente e grave decorrente de desastre natural que tenha atingido a sua área de residência.

BALANÇOS PATRIMONIAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS
(Em milhares de reais)

em R$ mil

Ativo	Nota	Individual 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025
Disponibilidades	**5**	**10.057.712**	**10.070.353**
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	**6**	**157.198.435**	**161.363.222**
Títulos e valores mobiliários (líquidos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito)	6.1	156.938.782	161.103.569
Instrumentos financeiros derivativos	6.2	46	46
Outros ativos financeiros	6.3	259.607	259.607
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**7**	**451.991.763**	**450.970.105**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	7.1	139.988.308	139.988.308
Títulos e valores mobiliários (líquidos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito)	7.2	312.003.455	310.981.797
Ativos financeiros ao custo amortizado	**8**	**1.530.942.293**	**1.549.973.060**
Depósitos no Banco Central	8.1	116.891.800	116.891.800
Aplicações interfinanceiras de liquidez	8.2	7.808.018	7.808.018
Títulos e valores mobiliários (líquidos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito)	8.3	2.238.931	2.238.931
Carteira de crédito	8.4	1.359.382.759	1.377.893.253
Outros ativos financeiros (líquidos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito)	8.5	44.620.785	45.141.058
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito com característica de concessão	**8.4**	**(61.406.969)**	**(62.708.883)**
Ativos fiscais		**76.208.562**	**76.364.270**
Correntes		4.459.344	4.460.581
Diferidos	10	71.749.218	71.903.689
Outros ativos	**14**	**12.512.461**	**12.029.942**
Investimentos	**11**	**13.831.309**	**13.698.375**
Investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto		13.831.309	13.698.408
(Perdas por redução ao valor recuperável)			(33)
Imobilizado de uso	**12**	**7.155.400**	**7.165.069**
Imobilizações de uso		15.292.552	15.303.403
Depreciação acumulada		(8.095.305)	(8.096.487)
(Perdas por redução ao valor recuperável)		(41.847)	(41.847)
Intangível	**13**	**4.607.542**	**4.631.582**
Ativos intangíveis		8.644.866	8.674.915
Amortização acumulada		(4.001.939)	(4.007.948)
(Perdas por redução ao valor recuperável)		(35.385)	(35.385)
Total		**2.203.098.508**	**2.223.557.095**

em R$ mil

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Individual 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado		**372.346**	**372.406**
Instrumentos financeiros derivativos	6.2	372.346	372.406
Passivos financeiros ao custo amortizado	**15**	**2.021.004.251**	**1.985.789.418**
Recursos de clientes	15.1	821.927.213	821.343.025
Recursos de instituições financeiras e outras	15.2	793.405.932	791.926.312
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	15.3	371.507.164	336.405.906
Outros passivos financeiros	15.4	34.163.942	36.114.175
Provisões	**16**	**9.425.429**	**9.440.177**
Fiscais, cíveis e trabalhistas		8.545.334	8.560.082
Outras provisões		880.095	880.095
Perdas esperadas comp. empréstimos, créd. a liberar e garantias financeiras prestadas	**17**	**3.065.343**	**1.763.429**
Passivos fiscais		**6.188.544**	**6.628.630**
Correntes		1.710.920	2.150.508
Diferidos	10	4.477.624	4.478.122
Passivos atuariais (Benefícios a empregados)	**18**	**21.936.713**	**21.936.713**
Outros passivos	**19**	**29.310.058**	**47.953.950**
Patrimônio líquido	**20**	**111.795.824**	**149.672.372**
Capital		105.300.000	105.300.000
Instrumento elegível ao capital principal			35.101.258
Reserva de reavaliação		194.005	194.005
Reservas de lucros		14.865.371	14.865.371
Outros resultados abrangentes		(8.563.552)	(8.563.552)
Participação de não controladores			2.775.290
Total		**2.203.098.508**	**2.223.557.095**

CAIXA
CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA FAZENDA

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DO RESULTADO
(Em milhares de reais)

em R$ mil

Descrição	Nota	Individual 2025 2º semestre	Individual 2025 Exercício	Consolidado 2025 2º semestre	Consolidado 2025 Exercício
Receitas da intermediação financeira	21, 22 e 23	129.275.035	244.263.329	129.537.258	244.646.480
Ao valor justo por meio do resultado		10.475.354	17.817.018	10.730.269	18.196.400
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		10.454.284	20.375.498	10.709.693	20.754.497
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	6.2	214.375	(2.335.735)	213.703	(2.335.530)
Resultado de outros ativos financeiros		(193.305)	(222.745)	(193.127)	(222.567)
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		33.865.093	61.898.654	33.780.506	61.741.551
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez		14.042.681	29.485.935	14.041.456	29.484.710
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		19.822.412	32.412.719	19.739.050	32.256.841
Ao custo amortizado		84.934.588	164.547.657	85.026.483	164.708.529
Resultado da carteira de crédito		77.369.248	149.463.848	77.461.143	149.624.720
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez		174.317	487.787	174.317	487.787
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		147.352	293.452	147.352	293.452
Resultado de aplicações no Banco Central		6.534.575	12.427.903	6.534.575	12.427.903
Resultado de outros ativos financeiros		709.096	1.874.667	709.096	1.874.667
Despesas da intermediação financeira	21	(95.934.829)	(179.483.603)	(95.471.003)	(177.870.263)
Ao custo amortizado		(95.934.829)	(179.483.603)	(95.471.003)	(177.870.263)
Recursos de clientes		(38.872.712)	(72.764.935)	(38.872.712)	(72.764.935)
Recursos de instituições financeiras e outras		(36.459.536)	(70.182.087)	(36.401.717)	(70.039.842)
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários		(20.602.581)	(36.536.581)	(20.196.574)	(35.065.486)
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	9	(10.428.805)	(16.046.158)	(10.428.805)	(16.046.158)
Resultado da intermediação financeira		22.911.401	48.733.568	23.637.450	50.730.059
Outras receitas/despesas operacionais		(17.329.500)	(31.017.760)	(16.093.540)	(28.724.066)
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	24	9.858.399	20.321.527	14.585.572	27.827.034
Despesas de pessoal	25	(16.050.035)	(30.605.373)	(16.284.713)	(31.053.648)
Outras despesas administrativas	26	(7.668.329)	(14.499.042)	(7.728.524)	(14.621.045)
Despesas tributárias	27	(2.057.728)	(4.143.573)	(2.664.057)	(5.137.114)
Resultado de participações em coligadas e controladas	11	3.412.069	5.931.524	1.813.746	3.544.797
Outras receitas operacionais	28	6.748.169	12.704.383	7.023.950	13.157.892
Outras despesas operacionais	29	(11.572.045)	(20.727.206)	(12.839.514)	(22.441.982)
Constituição e reversão de provisões	30	(1.258.461)	(3.088.105)	(1.286.794)	(3.197.047)
Fiscais, cíveis e trabalhistas		(2.263.605)	(4.658.448)	(2.263.605)	(4.658.448)
Outras		1.005.144	1.570.343	976.811	1.461.401
Resultado operacional		4.323.440	14.627.703	6.257.116	18.808.946
Resultado não operacional	31	(143.491)	(230.237)	(143.491)	(230.237)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		4.179.949	14.397.466	6.113.625	18.578.709
Imposto de renda e contribuição social	10	2.857.803	2.442.619	1.775.730	586.814
Participação dos empregados e dirigentes nos lucros		(1.175.693)	(2.259.362)	(1.173.528)	(2.266.622)
Participação dos não controladores				(447.760)	(847.082)
Lucro líquido do período		5.862.059	14.580.723	6.268.067	16.051.819

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DO RESULTADO ABRANGENTE
(Em milhares de reais)

em R$ mil

Descrição	Individual 2025 2º semestre	Individual 2025 Exercício	Consolidado 2025 2º semestre	Consolidado 2025 Exercício
Lucro líquido atribuível ao controlador	5.862.059	14.580.723	6.268.067	16.051.819
Participação de acionistas não controladores			447.760	847.082
Lucro líquido total	5.862.059	14.580.723	6.715.827	16.898.901
Itens que serão reclassificados para o resultado	366.497	977.395	369.903	1.024.792
Instrumentos financeiros classificados como VJORA	325.582	862.255	325.582	862.255
Títulos e valores mobiliários não patrimoniais	431.104	1.255.868	431.104	1.255.868
Instrumentos financeiros patrimoniais	180.324	264.123	180.324	264.123
Efeito fiscal	(285.846)	(657.736)	(285.846)	(657.736)
Outros resultados abrangentes em investimentos	40.915	115.140	44.321	162.537
Itens que não serão reclassificados para o resultado	(1.138.136)	(1.183.567)	(1.138.136)	(1.183.567)
Remensurações de obrigações de benefícios pós emprego	(2.165.763)	(2.200.573)	(2.165.763)	(2.200.573)
Efeito fiscal	1.027.627	1.017.006	1.027.627	1.017.006
Resultado abrangente do período	5.090.420	14.374.551	5.947.594	16.740.126
Resultado abrangente atribuível ao controlador	5.090.420	14.374.551	5.577.175	15.926.394
Resultado abrangente atribuível aos não controladores			370.419	813.732

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais)

em R$ mil

Individual

Eventos	Capital	Reserva de reavaliação	Reserva de lucros: Legal	Reserva de lucros: Estatutária	Outros resultados abrangentes	Lucros/prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	96.000.000	206.885	6.112.182	10.006.436	(8.357.380)		103.968.123
Impactos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021						(4.090.439)	(4.090.439)
Saldos em 1º de janeiro de 2025	96.000.000	206.885	6.112.182	10.006.436	(8.357.380)	(4.090.439)	99.877.684
Ajustes LPA - Limites cartão de crédito e Reorganização societária						(474.188)	(474.188)
Resultado abrangente do período					(206.172)		(206.172)
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes					862.255		862.255
Remensurações em obrigações de benefícios pós-emprego					(1.183.567)		(1.183.567)
Outros ajustes de avaliação patrimonial					115.140		115.140
Aumento de capital	9.300.000			(9.300.000)			
Dividendos antecipados						(1.409.683)	(1.409.683)
Outros		(12.880)				7.622	(5.258)
Lucro líquido no período						14.580.723	14.580.723
Destinações do lucro líquido							
Reserva legal (Reservas de lucros)			729.035			(729.035)	
Reserva de Loterias (Reserva de lucros)				1.386.824		(1.386.824)	
Reserva de margem operacional (Reserva de lucros)				5.930.894		(5.930.894)	
Juros sobre o capital próprio propostos						(567.282)	(567.282)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	105.300.000	194.005	6.841.217	8.024.154	(8.563.552)		111.795.824
Saldos em 30 de junho de 2025	105.300.000	203.263	6.112.182	706.436	(7.791.913)	4.630.929	109.160.897
Ajustes LPA - Limites cartão de crédito e Reorganização societária						(474.188)	(474.188)
Resultado abrangente do período					(771.639)		(771.639)
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes					325.582		325.582
Remensurações em obrigações de benefícios pós-emprego					(1.138.136)		(1.138.136)
Outros ajustes de avaliação patrimonial					40.915		40.915
Aumento de capital							
Dividendos antecipados						(1.409.683)	(1.409.683)
Outros		(9.258)				4.918	(4.340)
Lucro líquido no período						5.862.059	5.862.059
Reserva legal (Reservas de lucros)			729.035			(729.035)	
Reserva de Loterias (Reserva de lucros)				1.386.824		(1.386.824)	
Reserva de margem operacional (Reserva de lucros)				5.930.894		(5.930.894)	
Juros sobre o capital próprio propostos						(567.282)	(567.282)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	105.300.000	194.005	6.841.217	8.024.154	(8.563.552)		111.795.824

Consolidado

Eventos	Capital	Instrumento elegível ao capital principal	Reserva de reavaliação	Reserva de lucros: Legal	Reserva de lucros: Estatutária	Outros resultados abrangentes	Lucros/ prejuízos acumulados	Subtotal	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	96.000.000	33.927.964	206.885	6.112.182	10.006.436	(8.357.380)		137.896.087	2.255.677	140.151.764
Impactos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021							(4.090.439)	(4.090.439)		(4.090.439)
Saldos em 1º de janeiro de 2025	96.000.000	33.927.964	206.885	6.112.182	10.006.436	(8.357.380)	(4.090.439)	133.805.648	2.255.677	136.061.325
Ajustes LPA - Limites cartão de crédito e Reorganização societária							(474.188)	(474.188)		(474.188)
Resultado abrangente do período						(206.172)		(206.172)		(206.172)
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes						862.255		862.255		862.255
Remensurações em obrigações de benefícios pós-emprego						(1.183.567)		(1.183.567)		(1.183.567)
Outros ajustes de avaliação patrimonial						115.140		115.140		115.140
Aumento de capital	9.300.000				(9.300.000)					
Incorporação de remuneração de IHCD		1.223.906						1.223.906		1.223.906
Atualização monetária de IHCD		549.388					(549.388)			
Amortização parcial de instrumento elegível ao capital		(600.000)						(600.000)		(600.000)
Variação na participação de não controladores									519.613	519.613
Dividendos antecipados							(1.409.683)	(1.409.683)		(1.409.683)
Outros			(12.880)				7.622	(5.258)		(5.258)
Lucro líquido no período							16.051.819	16.051.819		16.051.819
Destinações do lucro líquido										
Reserva legal (Reservas de lucros)				729.035			(729.035)			
Reserva de Loterias (Reserva de lucros)					1.386.824		(1.386.824)			
Reserva de margem operacional (Reserva de lucros)					5.930.894		(5.930.894)			
Juros sobre o capital próprio propostos							(567.282)	(567.282)		(567.282)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital							(921.708)	(921.708)		(921.708)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	105.300.000	35.101.258	194.005	6.841.217	8.024.154	(8.563.552)		146.897.082	2.775.290	149.672.372
Saldos em 30 de junho de 2025	105.300.000	35.664.249	203.263	6.112.182	706.436	(7.791.913)	4.630.929	144.825.146	2.698.821	147.523.967
Ajustes LPA - Limites Cartão de crédito e Reorganização societária							(474.188)	(474.188)		(474.188)
Resultado abrangente do período						(771.639)		(771.639)		(771.639)
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes						325.582		325.582		325.582
Remensurações em obrigações de benefícios pós-emprego						(1.138.136)		(1.138.136)		(1.138.136)
Outros ajustes de avaliação patrimonial						40.915		40.915		40.915
Aumento de capital										
Incorporação de remuneração de IHCD										
Atualização monetária de IHCD		37.009					(37.009)			
Amortização parcial de instrumento elegível ao capital		(600.000)						(600.000)		(600.000)
Variação na participação de não controladores									76.469	76.469
Dividendos antecipados							(1.409.683)	(1.409.683)		(1.409.683)
Outros			(9.258)				4.918	(4.340)		(4.340)
Lucro líquido no período							6.268.067	6.268.067		6.268.067
Destinações do lucro líquido										
Reserva legal (Reservas de lucros)				729.035			(729.035)			
Reserva de Loterias (Reserva de lucros)					1.386.824		(1.386.824)			
Reserva de margem operacional (Reserva de lucros)					5.930.894		(5.930.894)			
Juros sobre o capital próprio propostos							(567.282)	(567.282)		(567.282)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital							(368.999)	(368.999)		(368.999)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	105.300.000	35.101.258	194.005	6.841.217	8.024.154	(8.563.552)		146.897.082	2.775.290	149.672.372

CAIXA
CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA **FAZENDA**

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de reais)

em R$ mil

Descrição	Individual 2025 2º semestre	Individual 2025 Exercício	Consolidado 2025 2º semestre	Consolidado 2025 Exercício
Fluxos de caixa nas atividades operacionais				
Lucro líquido ajustado	**13.644.144**	**29.020.768**	**15.303.811**	**31.832.758**
Lucro líquido	**5.862.059**	**14.580.723**	**6.268.067**	**16.051.819**
Ajustes ao lucro líquido	**7.782.085**	**14.440.045**	**9.035.744**	**15.780.939**
Ajustes ao valor de mercado de TVM e instrumentos financeiros derivativos (Ativos/Passivos)	356.002	(256.123)	95.636	(639.892)
(Ganho)/Perda na venda de imobilizado	673	1.024	673	1.024
(Ganho)/Perda na alienação de ativos não financeiros	(589.211)	(1.911.421)	(589.211)	(1.911.421)
Provisão para perdas esperadas com instrumentos financeiros	10.428.805	16.046.158	10.428.805	16.046.158
Passivo atuarial (Benefícios a empregados)	831.737	1.835.610	831.737	1.835.610
Depreciações e amortizações	1.359.483	2.504.015	1.363.571	2.511.154
Impostos diferidos	(2.857.803)	(2.442.619)	(3.016.275)	(2.596.751)
Despesas com provisões para causas judiciais e outras	1.258.461	3.088.105	1.286.794	3.197.047
Resultado de participação em controladas e coligadas	(3.412.069)	(5.931.524)	(1.813.746)	(3.544.797)
Participação dos não controladores			447.760	847.082
Despesas com dívidas subordinadas e instrumentos híbridos	406.007	1.506.820		35.725
Variação patrimonial	**136.179**	**11.145.130**	**(426.168)**	**12.111.099**
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(4.555.614)	(4.701.576)	(4.555.614)	(4.701.576)
(Aumento) Redução em TVM VJR	(21.803.085)	(37.161.095)	(23.777.406)	(39.360.143)
(Aumento) Redução em depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	18.409.619	14.049.261	18.409.619	14.049.261
(Aumento) Redução na carteira de crédito	(85.733.467)	(128.353.013)	(86.802.992)	(144.614.498)
(Aumento) Redução em outros ativos financeiros	137.693	7.930.875	89.301	7.557.554
(Aumento) Redução em ativos fiscais	(544.178)	(39.228)	(538.076)	(40.804)
(Aumento) Redução em outros ativos	697.889	(1.627.142)	1.048.954	(583.291)
(Redução) Aumento em recursos com instituições financeiras e outras	30.139.419	60.056.381	28.961.176	59.544.333
(Redução) Aumento em recursos de clientes	29.832.601	43.664.610	29.479.113	43.081.111
(Redução) Aumento em recursos por emissão de títulos e valores mobiliários	35.374.121	77.607.960	35.974.117	78.207.959
(Redução) Aumento em instrumentos financeiros derivativos	216.194	372.339	216.254	372.399
(Redução) Aumento em outros passivos financeiros	912.314	(1.361.602)	2.342.519	621.212
(Redução) Aumento em provisões	(4.308.884)	(7.293.759)	(4.329.174)	(7.387.953)
(Redução) Aumento em Perdas esperadas com garantias	801.012	801.012	(500.903)	(500.903)
(Redução) Aumento em passivos fiscais	593.884	(300.709)	829.087	(35.486)
(Redução) Aumento em passivos atuariais	(461.243)	(4.869.266)	(461.243)	(4.869.266)
(Redução) Aumento em outros passivos	427.904	(7.629.918)	3.189.100	10.771.190
Caixa líquido proveniente nas atividades operacionais	**13.780.323**	**40.165.898**	**14.877.643**	**43.943.857**
Fluxos de caixa nas atividades de investimentos				
Aquisição e resgate de TVM VJORA	(72.474.277)	(135.704.471)	(72.474.033)	(135.699.243)
Aquisição e resgate de TVM CA	(22.838)	1.500.346	(22.838)	1.500.346
(Aumento) Redução em investimentos	2.167.141	4.083.056	1.857.272	2.170.761
Alienação de investimentos		842.922		842.922
Dividendos recebidos de coligadas e controladas	2.080.907	4.604.583	2.277.375	3.587.069
Alienação de Imobilizado de Uso	62.192	80.431	62.189	80.428
Aquisição de Imobilizado de Uso	(2.968.499)	(4.437.520)	(2.968.882)	(4.448.309)
Alienação de Intangível	54.294	301.224	54.294	301.224
Aquisição de Intangível	(2.228.651)	(2.999.064)	(2.228.650)	(2.999.113)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(73.329.731)**	**(131.728.493)**	**(73.443.273)**	**(134.663.915)**
Fluxos de caixa nas atividades de financiamentos				
Dividendos pagos antecipadamente	(1.409.683)	(1.409.683)	(1.409.683)	(1.409.683)
Dividendos e juros sobre capital próprio		(2.770.957)		(2.770.957)
Remuneração de IHCD pago		(949.814)		(949.814)
Amortização parcial de instrumento elegível ao capital			(600.000)	(600.000)
Participação dos acionistas não controladores			(371.291)	(327.469)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(1.409.683)**	**(5.130.454)**	**(2.380.974)**	**(6.057.923)**
Aumento (Redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	**(60.959.091)**	**(96.693.049)**	**(60.946.604)**	**(96.777.981)**
Modificações em caixa e equivalentes de caixa, líquida				
Caixa e equivalentes no início do período	216.905.521	252.639.479	216.905.675	252.737.052
Caixa e equivalentes no fim do período	155.946.430	155.946.430	155.959.071	155.959.071
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(60.959.091)**	**(96.693.049)**	**(60.946.604)**	**(96.777.981)**

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DO VALOR ADICIONADO
(Em milhares de reais)

em R$ mil

Descrição	Individual 2025 2º semestre R$	Individual 2025 2º semestre %	Individual 2025 Exercício R$	Individual 2025 Exercício %	Consolidado 2025 2º semestre R$	Consolidado 2025 2º semestre %	Consolidado 2025 Exercício R$	Consolidado 2025 Exercício %
1. Receitas	**135.560.181**		**262.387.434**		**140.828.442**		**270.788.663**	
Intermediação financeira	129.275.035		244.263.329		129.537.258		244.646.480	
Prestação de serviços com tarifas	9.858.399		20.321.527		14.585.572		27.827.034	
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(10.428.805)		(16.046.158)		(10.428.805)		(16.046.158)	
Outras	6.855.552		13.848.736		7.134.417		14.361.307	
2. Despesas da intermediação financeira	**95.934.829**		**179.483.603**		**95.471.003**		**177.870.263**	
3. Insumos adquiridos de terceiros	**18.777.047**		**35.708.543**		**20.131.294**		**37.703.577**	
Materiais, energia e outros	1.913.561		3.643.452		1.918.466		3.652.806	
Processamento de dados e comunicações	1.610.370		3.014.385		1.619.785		3.037.277	
Propaganda, publicidade e promoções	462.040		680.087		477.054		696.662	
Serviços de terceiros e especializados	1.177.651		2.151.497		1.203.678		2.214.930	
Serviços de vigilância e segurança	532.045		1.029.221		532.045		1.029.221	
Outras	**13.081.380**		**25.189.901**		**14.380.266**		**27.072.681**	
Serviços delegados pelo Governo Federal	1.348.534		2.493.481		1.348.534		2.493.481	
Despesa com lotérico e parceiros comerciais	1.624.669		3.248.682		1.667.017		3.326.678	
Descontos de operações de crédito	392.355		743.529		421.477		799.568	
Despesas com cartão de crédito/débito	73.465		622.281		974.338		1.784.185	
Benefício pós-emprego	831.737		1.835.610		831.737		1.835.610	
Provisões operacionais diversas	1.509.335		4.462.695		1.540.752		4.630.699	
Demais	7.301.285		11.783.623		7.596.411		12.202.460	
4. Valor adicionado bruto (1-2-3)	**20.848.305**		**47.195.288**		**25.226.145**		**55.214.823**	
5. RETENÇÕES	**1.359.483**		**2.504.015**		**1.363.570**		**2.511.154**	
Depreciação, amortização e exaustão	1.359.483		2.504.015		1.363.570		2.511.154	
6. Valor adicionado líquido (4-5)	**19.488.822**		**44.691.273**		**23.862.575**		**52.703.669**	
7. Valor adicionado recebido em transferência	**3.412.069**		**5.931.524**		**1.813.746**		**3.544.797**	
Resultado de equivalência patrimonial	3.412.069		5.931.524		1.813.746		3.544.797	
8. Valor adicionado a distribuir (6+7)	**22.900.891**		**50.622.797**		**25.676.321**		**56.248.466**	
9. Distribuição do valor adicionado	**22.900.891**	**100,00**	**50.622.797**	**100,00**	**25.676.321**	**100,00**	**56.248.466**	**100,00**
Pessoal	**15.062.260**	**65,77**	**28.665.531**	**56,63**	**15.262.414**	**59,44**	**29.062.799**	**51,67**
Remuneração direta	10.312.953		20.272.727		10.436.145		20.505.659	
Benefícios	4.028.693		6.995.354		4.095.122		7.140.723	
FGTS	720.614		1.397.450		731.147		1.416.417	
Impostos, taxas e contribuições	**1.363.393**	**5,95**	**5.900.158**	**11,65**	**3.084.154**	**12,01**	**8.807.771**	**15,66**
Federais	1.016.317		5.111.825		2.582.895		7.762.442	
Estaduais	454		1.822		468		1.846	
Municipais	346.622		786.511		500.791		1.043.483	
Remuneração de capitais de terceiros	**613.179**	**2,68**	**1.476.385**	**2,92**	**613.926**	**2,39**	**1.478.995**	**2,63**
Aluguéis	613.179		1.476.385		613.926		1.478.995	
Remuneração de capitais próprios	**5.862.059**	**25,60**	**14.580.723**	**28,80**	**6.715.827**	**26,16**	**16.898.901**	**30,04**
Juros sobre o capital próprio e dividendos	3.386.622		3.386.622		3.386.622		3.386.622	
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital					368.995		921.703	
Lucros retidos	2.475.437		11.194.101		2.512.450		11.743.494	
Participação dos não controladores nos lucros retidos					447.760		847.082	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 1 – Contexto operacional

A Caixa Econômica Federal ("CAIXA" ou "Instituição") é uma instituição financeira com 165 anos de atuação, constituída em seu modelo por meio do Decreto-Lei nº 759, de 12/08/1969, sob a forma de empresa pública, com personalidade jurídica de direito privado, e vinculada ao Governo Federal por intermédio do Ministério da Fazenda. Possui sede e domicílio no Setor Bancário Sul, Quadra 4, Lotes 3 e 4, Brasília, Distrito Federal, Brasil. Em conformidade com o art. 173 da Constituição Federal e com o art. 2º, §1º da Lei nº 13.303, de 30/06/2016, sua constituição como empresa pública é justificada pelo relevante interesse coletivo marcado pela promoção da cidadania e do desenvolvimento do país, tanto como instituição financeira e agente de políticas públicas, quanto como principal parceira estratégica do Estado brasileiro.

A Instituição oferece aos seus clientes uma ampla rede de atendimento em todo o território nacional, que compreende postos de atendimentos, agências, terminais de autoatendimento, correspondentes Caixa Aqui, unidades lotéricas, unidades-caminhão, agências-barco e contêiner automatizado. Ademais, mantém canais eletrônicos e digitais para ampliar o atendimento e comodidade de seus clientes.

Desenvolve suas atividades bancárias por meio da captação, em especial da poupança, e aplicação de recursos em diversas operações: carteiras comerciais; de infraestrutura; operações de câmbio; crédito ao consumidor; imobiliário e de agronegócio; prestação de serviços bancários; negócios com cartões de débito e crédito; administração de fundos e carteiras de investimento e, atividades relacionadas à intermediação de títulos e valores mobiliários, contando com a atuação das suas subsidiárias Caixa Cartões Holding, Caixa Asset e Caixa Loterias. Atua também nos segmentos de seguros, previdência privada, capitalização e administração de consórcios, por intermédio da controlada Caixa Seguridade Participações S.A.

Por determinação do Governo Federal, a CAIXA administra, em caráter de exclusividade, os serviços das loterias federais, bem como exerce o monopólio das operações de penhor civil, em caráter permanente e contínuo. As Loterias CAIXA constituem uma importante fonte de recursos para o desenvolvimento social do país, tendo reflexo nos programas sociais do Governo Federal, sobretudo nas áreas de seguridade social, esporte, cultura, segurança pública, educação e saúde.

A CAIXA possui tradição e liderança no mercado de poupança, importante fonte de recursos para o crédito imobiliário e para formação de patrimônio da população brasileira. Lidera o mercado de crédito habitacional, atuando como principal agente financeiro do programa Minha Casa, Minha Vida. A Instituição ainda proporciona importantes avanços no desenvolvimento econômico do país nos segmentos de crédito destinados ao saneamento e infraestrutura, assim como incentiva o desenvolvimento sustentável local e a melhoria de vida dos produtores rurais através do crédito ao agronegócio.

Como principal parceira do Governo Federal na execução dos programas sociais, a CAIXA contribui ativamente para a erradicação da pobreza e para a melhoria da distribuição de renda da população brasileira. A Instituição atua no pagamento do Programa Bolsa Família, que é fundamental para a redução da mortalidade infantil e da evasão escolar, além do Seguro Desemprego, FGTS, Abono Salarial, aposentadoria e pensões vinculadas ao INSS.

Na figura de um dos mais tradicionais patrocinadores do esporte e de manifestações artístico-culturais do Brasil, a CAIXA acredita e investe no fomento ao esporte e na difusão da cultura como formas de incentivar a promoção da cidadania. O investimento no esporte visa tanto propiciar aos atletas brasileiros as condições adequadas de treinamento, quanto promover a educação e a inclusão social de crianças e adolescentes, abrindo oportunidades para novos talentos.

Por meio da estratégia de patrocínio, a CAIXA prioriza projetos esportivos de cunho social, apoia o desenvolvimento de atletas de base e prospecta projetos educacionais voltados ao segmento da população de menor renda. Nesse mesmo sentido, no ramo cultural, a CAIXA incentiva projetos sociais que utilizem a musicalização como ferramenta de inclusão, bem como eventos da cultura popular e projetos culturais com previsão de alcance em diversas regiões.

Por delegação do Governo Federal, a CAIXA exerce o papel de agente operador de fundos e de programas sociais, dentre os quais se destacam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), sendo o seu principal agente financeiro, do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), Fundo de Custeio do Ensino Médio (FIPEM), Fundo Garantidor de Microfinanças (FGM), o Fundo de Apoio à Infraestrutura para Recuperação e Adaptação à Eventos Climáticos Extremos (FIRECE), entre outros. Os fundos são entidades jurídicas independentes geridas por regulamentação e estrutura de governança específica e contabilidade própria, cujo patrimônio é segregado da CAIXA. Por conseguinte, a informação apresentada referente a esses fundos não é escopo dos trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis da CAIXA, executada pelos auditores independentes.

Principais Fundos e Programas Sociais Descrição	31/12/2025 (1)
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS	829.780.877
Fundo de Arrendamento Residencial – FAR	24.934.456
Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS	19.575.947
Fundo de Apoio à Infraestrutura para Recuperação e Adaptação a Eventos Climáticos Extremos – FIRECE	7.307.942
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	5.950.005
Fundo Garantidor da Habitação Popular – FGHab	4.050.773
Fundo de Custeio do Ensino Médio – FIPEM	1.632.038
Fundo Garantidor de Microfinanças – FGM	434.594
Fundo de Garantia Para Construção Naval – FGCN	58.333
Total	**893.724.965**

(1) Os valores apresentados refletem a posição de fechamento mais recente dos ativos dos fundos.

Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis

(a) Contexto

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da CAIXA são de responsabilidade da Administração e foram aprovadas pelo Conselho Diretor em 24/02/2026 e pelo Conselho de Administração em 02/03/2026.

Na adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021, a CAIXA optou pela dispensa prevista no art. nº 79, da apresentação nas Demonstrações Contábeis dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, decorrentes das alterações na classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, incluindo perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

(b) Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da CAIXA foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis n° 4.595/1964 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e n° 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), Resolução CMN nº 4.966/2021 – que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*), com as respectivas alterações posteriores, Resolução CMN nº 4.818/2020 – que consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações contábeis individuais e consolidadas e em conformidade com a regulamentação emanada pelo Banco Central do Brasil (Bacen) – Resolução BCB nº 2/2020 e Resolução BCB nº 352/2023 e adicionalmente as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) no que não for conflitante com as normas emitidas pelo Bacen, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em reais e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As práticas contábeis adotadas no Brasil envolvem julgamento pela Administração quanto a estimativas e premissas relativas à mensuração de provisões para perdas associadas ao risco de crédito; ativos fiscais diferidos; valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões para causas judiciais cíveis, trabalhistas e fiscais; provisões para perdas por redução ao valor recuperável de ativos; planos de previdência complementar; ativos e passivos relacionados a benefícios pós-emprego; e determinação da vida útil de alguns ativos. Os valores definitivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas e serão conhecidos por ocasião da sua liquidação ou em virtude da revisão das metodologias adotadas. A sensibilidade dos valores contábeis às estimativas não apresenta relevante disparidade e as estimativas são avaliadas periodicamente. A natureza e o valor contábil dos ativos e passivos são apresentados nas respectivas notas explicativas.

(c) Consolidação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas incluem as demonstrações contábeis da CAIXA e de suas controladas diretas e indiretas, os fundos de investimento exclusivos e fundos de investimentos em direitos creditórios, conforme demonstrado a seguir:

Empresa	Atividade	% de participação Em 31/12/2025
Caixa Econômica Federal	**Instituição financeira**	**Líder do conglomerado**
Caixa Loterias	**Serviços lotéricos**	**100%**
Fundo de Investimento CAIXA Extramercado Exclusivo Loterias	Fundos de investimento	100% de participação da subsidiária
Caixa Cartões	**Holding**	**100%**
Fundo de Investimento CAIXA Extramercado Exclusivo Cartões	Fundos de investimento	100% de participação da subsidiária
Caixa Seguridade	**Holding**	**80%**
Caixa Holding	Holding	100%
Caixa Corretora	Corretora de seguros	100%
Fundo de Investimento CAIXA Extramercado Exclusivo Seguridade	Fundos de investimento	100% de participação da controlada
Fundo de Investimento CAIXA Extramercado Exclusivo Corretora	Fundos de investimento	100% de participação da controlada
Caixa Asset	**Distribuição de títulos e valores mobiliários**	**100%**
Fundo de Investimento CAIXA Ibirapuera Renda Fixa	Fundos de investimento	100% de participação da subsidiária
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ACR IV	**Fundos de investimento**	**96,90%**
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Ânima Cooasgo	**Fundos de investimento**	**68,47%**

Consideram-se entidades controladas aquelas sobre as quais a CAIXA possui poder, está exposta ou tem direitos a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento, e é capaz de exercer influência sobre tais retornos por meio do referido poder. As entidades controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é estabelecido até a data em que o controle deixa de existir e a avaliação de controle é realizada de forma contínua.

As demonstrações contábeis consolidadas para o período findo em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e estão sendo apresentadas de maneira adicional, conforme faculdade prevista no art. nº 77 da Resolução CMN nº 4.966/2021 e art. nº 100 da Resolução BCB n° 352/2023 às demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com a norma internacional de contabilidade até o exercício de 2027.

CAIXA
CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA FAZENDA

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são preparadas utilizando práticas contábeis uniformes. Os saldos das contas patrimoniais e de resultado e os valores das transações entre as empresas consolidadas são eliminados.

As empresas em que o conglomerado CAIXA possui participação direta ou indireta e que estão incluídas nas demonstrações consolidadas são apresentadas nas Notas Explicativas 11 e 32.

(d) Impactos na adoção de novas normas

(d.1) Resoluções CMN nº 4.966/2021 e BCB nº 352/2023

As resoluções CMN nº 4.966/2021 e BCB nº 352/2023, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, trouxeram impactos quanto aos conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A implementação da nova normatização visou a harmonizar os critérios de classificação, mensuração, reconhecimento, baixa e evidenciação de instrumentos financeiros às práticas contábeis internacionais.

Os efeitos decorrentes da aplicação dos critérios contábeis, estabelecidos pelas resoluções CMN nº 4.966/2021 e BCB nº 352/2023, foram registrados em contrapartida a conta de Patrimônio Líquido, conforme preconiza o CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro.

Em razão das novas categorias de instrumentos financeiros, foram revisadas as nomenclaturas dos principais itens patrimoniais e de resultado, ao passo que a Resolução CMN nº 4.966/2021 incorpora o conceito de modelo de negócios e a avaliação das características contratuais dos fluxos de caixa. Para internalização das mudanças, a CAIXA realizou análises e levantamentos de seus modelos de negócios, sendo as principais alterações decorrentes da adoção da nova normatização elencadas na sequência:

i. As categorias "mantidos até o vencimento", "disponíveis para venda" e "mantidos para negociação" de instrumentos financeiros foram extintas; e

ii. Houve introdução de novas categorias de mensuração de instrumentos financeiros:

- Custo Amortizado: o ativo financeiro é gerido dentro do modelo de negócios cujo objetivo é receber fluxos de caixa contratuais, representados apenas por pagamento de principal e juros. Foram enquadrados nessa categoria as operações de crédito e demais instrumentos mantidos até o vencimento.
- Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: o ativo financeiro é gerido dentro do modelo de negócios cujo objetivo é tanto receber fluxos de caixa contratuais, representados apenas por pagamento de principal e juros, quanto pela venda. Foram enquadrados nesta categoria os instrumentos disponíveis para venda. Ademais, as operações compromissadas foram alocadas nesta categoria por reconhecimento inicial.
- Valor **Justo por meio do Resultado**: os ativos financeiros remanescentes e os direitos sobre *royalties*.

Perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A avaliação dos ativos financeiros, conforme a Resolução CMN nº 4.966/2021, emprega estimativas e cenários macroeconômicos além de considerar o prazo de inadimplência, estabelecendo como alvo o ativo problemático. Nesse sentido, os ativos passaram a ser enquadrados em três estágios:

Estágio 1 – Incluem-se no Estágio 1 os instrumentos financeiros que, no reconhecimento inicial, não sejam classificados como ativos financeiros com problema de recuperação de crédito, bem como aqueles cujos riscos de crédito não tenham apresentado aumento significativo desde o reconhecimento inicial. Nessa fase, o provisionamento é calculado considerando as perdas esperadas para os próximos 12 meses, refletindo a probabilidade de que o instrumento apresente deterioração do risco nesse horizonte;

Estágio 2 – Incluem-se no Estágio 2 os instrumentos financeiros cujo risco de crédito tenha aumentado significativamente em relação ao verificado no reconhecimento inicial, bem como aqueles que tenham deixado de ser classificados como ativos com problema de recuperação de crédito. Nessa fase, o provisionamento passa a refletir as perdas esperadas ao longo de todo o prazo remanescente do instrumento, tendo em vista a elevação do risco de inadimplência associada ao aumento significativo do risco de crédito; e

Estágio 3 – Incluem-se no Estágio 3 os instrumentos financeiros classificados como ativos com problema de recuperação de crédito. Nessa fase, o provisionamento é reconhecido com base nas perdas esperadas ao longo de todo o prazo remanescente, considerando que o ativo já apresenta evidências de deterioração substancial da capacidade de recuperação.

Compromisso de crédito e crédito a liberar

Considera-se compromisso de crédito, o compromisso de conceder crédito sob termos e condições pré-estabelecidas. Já o crédito a liberar é o compromisso de liberar créditos já contratados, vinculados às operações rotativas.

Títulos e valores mobiliários

O principal impacto atinente a títulos e valores mobiliários refere-se à introdução do provisionamento para perdas associadas ao risco de crédito. Tais ativos financeiros, que eram enquadrados nas categorias de "mantidos para negociação", "disponíveis para venda" e "mantidos até o vencimento", de acordo com a Circular nº 3.068/2001, cederam espaço aos seguintes modelos de negócios: valor justo por meio do resultado, valor justo em outros resultados abrangentes e custo amortizado.

Receita de prestação de serviços e tarifas bancárias

As operações de crédito passaram a ser mensuradas pela taxa efetiva da operação. Dessa maneira, as receitas provenientes da prestação de serviços consideradas incrementais não são mais reconhecidas à vista em sua totalidade. As receitas que satisfazem o conceito de incrementais, são adicionadas ao valor contratual das operações de crédito e compõem o valor contábil bruto. Assim, ocorre o diferimento da receita incremental, linearmente, pelo prazo do contrato.
O quadro abaixo apresenta os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021 no Patrimônio Líquido:

Conciliação do patrimônio líquido	Individual	Consolidado
Patrimônio líquido em 31/12/2024	**103.968.123**	**140.151.764**
Ajustes decorrentes da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021	**(4.090.439)**	**(4.090.439)**
Perda esperada com outros ativos financeiros	(4.411.136)	(4.411.136)
Perda esperada com compromissos de empréstimos, créditos a liberar e garantias financeiras prestadas	(1.488.575)	(1.488.575)
Ajuste a valor justo - *Royalties*	(279.024)	(279.024)
Perda esperada na carteira de crédito	(28.606)	(28.606)
Perda esperada com títulos e valores mobiliários	(7.590)	(7.590)
Tributos	2.124.492	2.124.492
Patrimônio líquido em 01/01/2025 após ajustes da Resolução CMN nº 4.966/2021	**99.877.684**	**136.061.325**

(d.2) Transição para a Resolução CMN nº 4.975/2021 – Arrendamento

Para fins de adoção da Resolução CMN nº 4.975/2021 a partir de 1º de janeiro de 2025, a CAIXA optou pela utilização da abordagem prospectiva na adoção inicial, desse modo, não houve impactos lançados em conta patrimonial na adoção inicial, apenas prospectivamente para os novos contratos de arrendamento.

A CAIXA arrenda vários imóveis e equipamentos, porém os itens mais relevantes que se enquadram são os aluguéis e cessões onerosas para instalação de unidades administrativas e agências. A CAIXA não possui contratos de subarrendamento.

Na definição dos prazos de arrendamento é considerada, além dos prazos contratuais, a possibilidade de renovação dos contratos pelos prazos legais permitidos.

(d.3) Normas aplicáveis a períodos futuros

Em complemento a Resolução CMN nº 4.966/2021, a resolução CMN nº 5.146/2024 faculta o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados até 31 de dezembro de 2026, essa faculdade foi adotada pela CAIXA.

Conforme estabelece a Resolução CMN nº 5.100/2023, a CAIXA postergará para 1º de janeiro de 2027 a aplicação dos novos requerimentos do *Hedge* Contábil.

A Resolução CMN nº 5.185/2024 consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações contábeis individuais e consolidadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e traz, em seu Art. 12-A, a criação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, adotando os seguintes pronunciamentos técnicos do Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade – CBPS:

I - Pronunciamento Técnico CBPS 01 – Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade, conforme aprovado em 12 de setembro de 2024; e

II - Pronunciamento Técnico CBPS 02 – Divulgações Relacionadas ao Clima, conforme aprovado em 12 de setembro de 2024.

A Resolução CMN nº 5.252/2025 uniformiza o tratamento contábil aplicável aos ativos e passivos decorrentes de ações de sustentabilidade de instituições financeiras. Assim, a partir de janeiro de 2027, as instituições financeiras deverão reconhecer, mensurar e evidenciar os ativos e passivos de sustentabilidade.

A CAIXA permanece avaliando e analisando os impactos à luz das normas mencionadas a serem finalizados até a data da entrada em vigor das normas.

Nota 3 – Principais políticas contábeis

(a) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em reais, moeda funcional da CAIXA.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio da moeda funcional na data do balanço patrimonial. Ganhos ou perdas decorrentes do processo de conversão são alocados no resultado do período.

(b) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são registradas na apuração do seu fato gerador, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas de natureza financeira são reconhecidas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

O montante da disponibilidade em moeda nacional é apresentado pelo seu valor de face, enquanto os valores em moeda estrangeira são convertidos pela taxa cambial divulgada pelo Bacen na data de fechamento das demonstrações contábeis.

Os equivalentes de caixa caracterizam-se por sua alta liquidez e finalidade de atendimento a compromissos de curto prazo com vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aquisição e apresentam risco insignificante de mudança no valor justo.

A composição de caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota Explicativa 5.

(d) Instrumentos financeiros – Reconhecimento, classificação e mensuração

(d.1) Data de reconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, na data em que a CAIXA se torna parte interessada na relação contratual do instrumento, incluindo compras ou vendas de ativos financeiros que requerem sua entrega em tempo determinado, estabelecido por regulamento ou padrão do mercado.

(d.2) Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros

A Administração classifica os instrumentos financeiros, inicialmente, na data de sua aquisição, originação ou emissão:

I - Pelo preço de transação, apurado conforme regulamentação vigente, no caso de recebíveis de contratos com clientes sem componente de financiamento significativo; ou

II - Pelo valor justo, apurado conforme regulamentação vigente, nos demais casos.

(d.3) Classificação de ativos financeiros a partir do modelo de negócio

A CAIXA classifica e mensura os ativos financeiros com base no modelo de negócio e nas características de fluxo de caixa contratual. Os ativos financeiros são classificados em três categorias: custo amortizado (CA); valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e valor justo por meio do resultado (VJR).

O modelo de negócio da entidade para o gerenciamento do ativo financeiro é normalmente observável e não definido de forma impositiva, por meio de atividades específicas realizadas pela entidade como:

- Forma que o desempenho dos ativos financeiros sob esse modelo de negócios específico é reportado ao pessoal-chave da administração; e
- Quais são e como são gerenciados os riscos vinculados a cada agregação de ativos financeiros definida.

O modelo de negócio refere-se ao modo que a CAIXA gerencia seu ativo financeiro para gerar fluxos de caixa. Quando os ativos financeiros são geridos dentro dos modelos de negócios, a CAIXA deve aplicar o teste SPPJ (Somente Pagamento de Principal e Juros). O objetivo do teste SPPJ é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal. O principal refere-se ao valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e os juros referem-se à contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, risco de crédito associado ao principal, demais riscos, demais custos e margem de lucro.

Os ativos financeiros que não passam no teste SPPJ não podem ser enquadrados como ativos de "somente pagamento de principal e juros" e devem ser classificados como VJR. Nesse cenário, a administração define em qual dos seguintes modelos de negócios suas carteiras pertencem:

(d.3.1) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (CA)

São ativos financeiros não derivativos que possuem pagamentos fixos ou determináveis e vencimento fixo, para os quais a CAIXA tem a intenção de receber os respectivos fluxos de caixa, bem como coletar o pagamento de principal e juros. Dessa forma, para classificação como CA, os ativos devem passar impreterivelmente pelo teste SPPJ. Se enquadram também nessa categoria os ativos oriundos de reestruturação ou de renegociação.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado que se referem a recebíveis de contratos com clientes sem componente de financiamento significativo são reconhecidos inicialmente pelo preço de transação e todos os demais casos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo. São acrescidos os custos de transação atribuíveis individualmente à operação e deduzidos eventuais valores recebidos na aquisição ou originação dos ativos.

Todas as operações de crédito são classificadas como custo amortizado, exceto se o objetivo é gerar retorno pela venda do ativo, ou os fluxos de caixa não constituam exclusivamente pagamento de principal e juros em datas específicas.

As receitas e os encargos são reconhecidos no resultado, no mínimo, por ocasião dos balancetes e balanços, *pro rata temporis*, utilizando-se o método de juros efetivos.

(d.3.2) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Na categoria valor justo por meio de outros resultados abrangentes, são classificados os ativos que são geridos dentro do modelo de negócios cujo objetivo é tanto a manutenção para receber os respectivos fluxos de caixa contratuais quanto a geração de retorno pela venda do ativo financeiro. A CAIXA pode, adicionalmente, designar de forma irrevogável um instrumento patrimonial, para quais o objetivo não seja gerar retorno pela sua venda, para a categoria de Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes.

São acrescidos os custos de transação atribuíveis individualmente à operação e deduzidos eventuais valores recebidos na aquisição ou originação dos ativos.

A receita de juros é reconhecida no resultado. Dividendos e outras formas similares de remuneração de instrumentos patrimoniais são deduzidos do valor contábil dos instrumentos, quando a CAIXA obtém o direito do recebimento, caso se refiram ao ano de aquisição do instrumento e representem recuperação do investimento inicial ou reconhecidos no resultado do período, nos demais casos. Os ganhos e perdas cambiais de conversão são reconhecidos no resultado.

Os ativos financeiros classificados como VJORA são avaliados pelo valor justo, no mínimo, por ocasião dos balancetes e balanços, computando-se a valorização ou a desvalorização em contrapartida à adequada conta de outros resultados abrangentes, pelo valor líquido dos efeitos tributários, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido.

(d.3.3) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR)

Na categoria valor justo por meio do resultado, são classificados os ativos cujo objetivo é gerar retorno somente pela venda do ativo financeiro, bem como os ativos que não atendam aos critérios de mensuração ao custo amortizado ou ao VJORA.

A receita de juros é reconhecida no resultado. Dividendos e outras formas similares de remuneração de instrumentos patrimoniais são reconhecidos pela CAIXA quando esta obtiver o direito de os receber, mensurados conforme valor declarado pela entidade investida. Os ganhos e perdas cambiais de conversão são reconhecidos no resultado.

Os ativos financeiros classificados como VJR são avaliados pelo valor justo, no mínimo, por ocasião dos balancetes e balanços, computando-se a valorização ou a desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou de despesa, no resultado do período.

(e) Instrumentos financeiros derivativos e *hedge*

A CAIXA utiliza instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de hedge, seja contábil ou financeiro, com o objetivo de proteção contra riscos, contabilizados conforme a Circular n° 3.082/2002.

Os ajustes são contabilizados pelo valor justo e mantidos como ativos, quando positivos, e como passivos, quando negativos. São reavaliados subsequentemente também a valor justo com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos provenientes de variações cambiais e variações nas taxas de juros de passivos financeiros qualificados para hedge contábil são classificados como hedge de Risco de Mercado. Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como os ativos e passivos financeiros relacionados, são ajustados ao valor justo com os ganhos e as perdas, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos é apresentada na Nota 6.2.

(f) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez foram alocadas na categoria de Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes por reconhecimento inicial, nos casos de aplicações no mercado aberto (posição bancada e financiada) e na categoria Custo Amortizado para os depósitos interfinanceiros. O resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez é obtido da despesa constituída nas operações compromissadas (diferença entre os valores de recompra e de venda) e da receita constituída nas operações de financiamentos concedidos por meio de lastro com títulos de renda fixa de terceiros (diferença entre os valores de revenda e de compra).

As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas ao valor justo, no mínimo, por ocasião dos balancetes e balanços, computando-se a valorização ou a desvalorização em contrapartida à adequada conta de outros resultados abrangentes, pelo valor líquido dos efeitos tributários, até que a aplicação deixe de ser reconhecida.

A composição e os prazos das aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentados nas Notas Explicativas 7.1 e 8.2.

(g) Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são classificados na categoria de custo amortizado. A mensuração subsequente também é ao custo amortizado, exceto por:

- Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: derivativos e passivos financeiros que envolvem empréstimo ou aluguel de ativos financeiros;
- Passivos financeiros gerados pela transferência de ativo financeiro: registrados em contrapartida aos valores recebidos pela operação no ativo;
- Passivos financeiros mensurados ao valor presente: compromissos de créditos e créditos a liberar; e
- Garantias financeiras: mensuradas pelo maior valor entre a provisão para perdas de crédito esperadas e o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida de acordo com a regulamentação específica.

É vedada a reclassificação de passivos financeiros.

(h) Baixa de ativos e passivos financeiros

(h.1) Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou parte aplicável de um ativo financeiro ou um grupo de ativos semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber o fluxo de caixa do ativo estiver vencido; ou
- A CAIXA transferir o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou assumir um contrato de repasse e transferir substancialmente todos os riscos e benefícios deste ativo.

Quando a CAIXA transfere o direito de receber fluxo de caixa de um ativo ou assume um contrato de repasse e não transfere ou retém substancialmente todos os riscos e benefícios, mas retém o controle do ativo, continua a reconhecê-lo na medida do seu envolvimento contínuo com o ativo transferido, reconhecendo um passivo relacionado.

O ativo transferido e o passivo relacionado são mensurados com base a refletir os direitos e as obrigações retidas pela CAIXA.

O contínuo envolvimento que toma a forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado ao menor valor entre o valor original contabilizado e o valor máximo de compensação que a CAIXA possa ser requerida a pagar.

Nas operações com transferência substancial de riscos e benefícios, o registro é feito com a baixa do ativo e a apropriação no resultado. Já nas operações com retenção substancial de riscos e benefícios, o registro é feito com o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência permanecendo, na sua totalidade, registrado no ativo. Há, também, a receita recebível contra um passivo assumido e a receita e despesa que são apropriados mensalmente.

Nas operações sem transferência nem retenção substancial de riscos e benefícios, no registro com transferência de controle deve-se baixar o ativo e reconhecer novo ativo e novo passivo, separadamente.

No registro com retenção do controle, acontecem os eventos abaixo:

- O ativo permanece na proporção do envolvimento continuado (exposição);
- Deve ser registrado passivo assumido; e
- Apura-se o resultado da operação.

(h.2) Passivos financeiros

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença no valor contábil é reconhecida no resultado. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação especificada no contrato expirar, for liquidada, cancelada ou extinta.

(i) Depósitos e captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos na base *pro rata die*.

Os depósitos; as captações no mercado aberto e obrigações por empréstimos e repasses; e os recursos de emissão de títulos têm seus prazos e valores contabilizados em contas patrimoniais e de resultado, e seus encargos são apropriados mensalmente em razão da fluência de seus prazos, conforme demonstrado nas Notas Explicativas 15.1, 15.2 e 15.3 respectivamente.

Por tratar-se de operações com taxas prefixadas, as captações de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários têm suas despesas apropriadas no resultado de acordo com os prazos das operações e são apresentadas como redutoras do passivo correspondente.

(j) Receitas antecipadas

Receitas recebidas antecipadamente a serem apropriadas em resultado em períodos seguintes e para as quais não há previsão, no curso normal de execução do contrato, de restituição às outras partes envolvidas no contrato. São registradas inicialmente como passivo de antecipação de receita e reconhecidas em resultado conforme a fruição do seu prazo contratual.

(k) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões passivas e das contingências passivas são efetuadas de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009.

- **Passivos contingentes**: conforme preceitua o CPC 25, os passivos contingentes não são provisionados, sendo as causas administrativas ou judiciais avaliadas como perdas possíveis apenas divulgadas nas notas explicativas;
- **Provisões passivas**: o registro de provisões passivas ocorre sempre que a perda for avaliada como provável, o que caracteriza uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e desde que os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança;
- **Ativos contingentes:** a CAIXA não possui ativos contingentes cuja entrada de benefícios econômicos seja praticamente certa.

O detalhamento dos passivos contingentes e das provisões, além de suas movimentações, é apresentado na Nota Explicativa 16.

(l) Compromissos de empréstimos, créditos a liberar e garantias financeiras prestadas

As garantias são compromissos assumidos para proteger obrigações financeiras de terceiros. Sendo que o tratamento contábil das garantias é crucial para a avaliação adequada do risco e da exposição financeira da CAIXA.

A alocação nos estágios deve considerar a probabilidade de desembolsos futuros pela instituição no caso de a contraparte não honrar as obrigações contratuais.

A CAIXA provisiona perda esperada para os compromissos de empréstimos, limites de crédito e créditos a liberar no intuito de suportar perdas decorrentes da eventual necessidade de honrar obrigações. Os compromissos devem atender a pelo menos uma das características abaixo:

- O compromisso não é cancelável incondicional e unilateralmente pela instituição;
- A instituição não tem capacidade de cancelar, bloquear ou suspender o contrato ou o desembolso dos recursos ou não executa o cancelamento, bloqueio ou suspensão na gestão cotidiana normal do instrumento financeiro;
- A instituição não tem capacidade de monitorar individualmente o instrumento financeiro ou a situação financeira da contraparte, de modo que permita o imediato cancelamento, bloqueio ou suspensão do compromisso ou do desembolso dos recursos, no caso de redução da capacidade financeira da contraparte; ou

A constituição da provisão para garantias financeiras prestadas pela CAIXA segue os critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 4.966/2021, que são enquadradas nas seguintes categorias:

Empréstimos a outras entidades – São repasses concentrados junto às Instituições Financeiras e Entidades Públicas, onde a CAIXA fornece ao FGTS garantia sobre os valores repassados. Dessa forma, a constituição da provisão baseia-se na Perda Esperada, levando-se em consideração o risco das entidades tomadoras associado às garantias de coobrigação, compostas pelas carteiras de crédito formadas pelas instituições tomadoras com o *funding* FGTS.

FIES – São créditos destinados a estudantes pessoa física, selecionados pelo Agente Operador FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), com recursos do FIES, conforme normas estabelecias pelo MEC e pelo Agente Operador FNDE, direcionado ao financiamento de cursos de graduação não gratuitos.

Houve a migração das atividades de administração e operação de cartões de crédito, bem como da gestão de cartões de débito, para a Caixa Cartões Holding. Contudo, a CAIXA manteve a exposição ao risco de crédito dessas operações, caracterizando retenção substancial dos riscos. Dessa forma, foi reconhecida garantia financeira prestada correspondente às obrigações potenciais associadas às operações de cartões. Na demonstração consolidada as operações de cartões voltam a compor a carteira de crédito de modo a refletir as operações do conglomerado.

A CAIXA alterou a prática contábil relativa à classificação dos limites concedidos em operações de cartão de crédito, que passaram a ser enquadrados como compromissos não canceláveis. Tal alteração caracteriza mudança de política contábil, em conformidade com as normas vigentes.

(m) Passivos atuariais

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da CAIXA e relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são reconhecidos de acordo com os critérios do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), recepcionado pelo Banco Central por meio da Resolução CMN nº 4.877/2020.

Destaca-se que o Pronunciamento CPC 33 (R1) estipula para a empresa patrocinadora os parâmetros específicos para mensuração dos ativos, obrigações e, por consequência, do superávit e déficit de planos de aposentadoria. Todavia, devido às disposições legais presentes no Brasil, as demonstrações contábeis dos respectivos planos devem ser elaboradas com a observância das disposições instituídas pelo órgão competente nacional, o que conduz a apurações de superávit e déficit distintas.

Tendo-se em vista que a CAIXA já constitui provisão atuarial, atendendo às disposições do Pronunciamento CPC 33 (R1), apenas existe prerrogativa de complemento dessa provisão na hipótese de o déficit, objeto de plano de equacionamento, apurado em conformidade à legislação local se apresentar em montante superior ao provisionado pelo Pronunciamento CPC 33 (R1).

Nesta hipótese, a complementação se dá em contrapartida ao Patrimônio Líquido, conforme consta da Interpretação Técnica ICPC 20 – Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (*Funding*) mínimo e sua Interação.

As avaliações atuariais são semestrais. Sendo assim, as notas de Benefícios a Empregados são elaboradas nos semestres findos em 30 de junho e 31 de dezembro e seu detalhamento é apresentado na Nota Explicativa 18.

(n) Outros ativos e passivos financeiros

Os outros ativos financeiros são operações que representam recursos aplicados pela CAIXA, sem característica de transitoriedade e que não se enquadram como disponibilidades, operações interfinanceiras de liquidez, operações com títulos e valores mobiliários, operações de crédito e operações com característica de concessão de crédito, visto que para essas operações específicas há grupos definidos.

Os outros passivos financeiros referem-se à categoria de passivos que não se encaixam em depósitos, obrigações por operações compromissadas, instrumentos de dívida e derivativos, e obrigações por empréstimos e repasses.

O detalhamento dos ativos e passivos financeiros são apresentados respectivamente nas Notas Explicativas 8.5 e 15.4.

(o) Outros ativos e passivos não financeiros

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*. O detalhamento dos ativos e passivos não financeiros são apresentados respectivamente nas Notas Explicativas 14 e 19.

(p) Alocação dos instrumentos financeiros em estágios

O processo de classificação dos instrumentos financeiros da CAIXA em estágios é baseado na qualidade de crédito, onde é avaliada a deterioração do risco de crédito desde o reconhecimento inicial. A correta alocação dos instrumentos em estágios é importante para a evidenciação de informações precisas e uma correta avaliação dos riscos inerentes a esses ativos.

A Resolução CMN nº 4.966/2021 trouxe a definição de estágios para a classificação dos instrumentos financeiros, fato que substitui a classificação em *ratings* (notas) das operações de crédito.

A CAIXA classifica seus instrumentos financeiros de acordo com os seguintes estágios:

(p.1) Estágio 1

Perda de crédito esperada para 12 meses: Os ativos enquadrados neste estágio estão em situação de normalidade, sem aumento significativo no risco de crédito. Neste caso, a Perda Esperada é o produto entre a probabilidade de descumprimento para os próximos 12 meses (PD) e a perda dado o *default* (LGD). Aplicável aos ativos financeiros originados ou adquiridos com o risco adequado à Política de Gerenciamento de Riscos e de Capital da Empresa.

(p.2) Estágio 2

Perda de crédito esperada ao longo da vida do ativo: Os ativos enquadrados neste estágio apresentaram um aumento significativo no risco de crédito. Para esses ativos, a Perda Esperada é o produto entre a probabilidade de descumprimento até o final da vida do ativo (PD *Lifetime*) e a perda dado o *default* (LGD).

(p.3) Estágio 3

Perdas de crédito esperada para ativos problemáticos: Os ativos enquadrados neste estágio são considerados ativos problemáticos e se encontram com problemas de recuperação. Para esses ativos, a Perda Esperada corresponde a perda dado do *default* (LGD).

(p.4) Revisão da alocação

A alocação em estágio deve ser revista:

- Mensalmente, em face do atraso no pagamento de principal ou de encargos;
- A cada 6 meses para instrumento financeiro de uma mesma contraparte que seja superior a 5% do Patrimônio Líquido da instituição;
- Uma vez a cada 12 meses, para os demais, exceto instrumento financeiro comprovadamente de baixo risco;
- Sempre que novos fatos indicarem alteração significativa da qualidade de crédito, considerando, por exemplo, o cenário econômico; e
- Quando o instrumento for renegociado.

CAIXA

CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA **FAZENDA**

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

(p.5) Realocação

A realocação ocorre quando fica evidenciado que a qualidade de crédito de um instrumento financeiro foi alterada significativamente desde o reconhecimento inicial, o que resulta na mudança do estágio daquele em que o instrumento estava classificado anteriormente. A avaliação da realocação visa refletir com precisão a deterioração ou a melhora na qualidade do crédito ao longo do tempo.

(p.6) Aspectos relevantes da classificação em estágios:

Realocação do 3º para o 1º estágio – quando um ativo financeiro deixa de ser qualificado como um ativo com problema de recuperação de crédito (ativo problemático).

Realocação do 2º para o 1º estágio – quando há uma redução significativa do risco de crédito.

Alocação no 3º estágio - Quando um instrumento financeiro for alocado no terceiro estágio, todos os instrumentos financeiros da mesma contraparte devem ser alocados no terceiro estágio, exceto se o instrumento financeiro tiver risco comprovadamente inferior (efeito de arrasto - *drag*).

(q) Risco de crédito

Pode haver aumento significativo no risco de crédito quando:

- Ocorrem mudanças em indicadores externos ou internos;
- Ocorrem alterações adversas nas condições de negócio;
- Há a reestruturação de outras obrigações da contraparte; e
- Atraso no pagamento de principal ou de encargos.

O risco de crédito também inclui:

- Risco de crédito de contraparte, que é a possibilidade de perdas decorrentes do não cumprimento de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam fluxos bilaterais, incluindo a negociação de ativos financeiros ou de derivativos; e
- Risco de concentração, entendido com a possibilidade de perdas associadas a exposições significativas: a uma mesma contraparte; a contrapartes com atuação em um mesmo setor econômico, região geográfica ou segmento; a contrapartes cujas receitas dependam de um mesmo tipo de mercadoria ou atividade; a instrumentos financeiros cujos fatores de risco são relacionados significativamente; associadas a um mesmo tipo de produto ou serviço financeiros; e cujo risco é mitigado por um mesmo tipo de instrumento.

(q.1) Critérios utilizados para descaracterização do instrumento como ativo financeiro problemático

A descaracterização (Cura) de ativos financeiros problemáticos ocorre a partir da constatação de que um ativo demonstra indicativos de superação da deterioração da qualidade creditícia, observando a aplicação dos critérios estabelecidos por período mínimo específico após sua marcação e desde que inexistam parcelas vencidas, inclusive encargos.

(r) Operações reestruturadas

As operações são classificadas como reestruturadas quando envolver a renegociação que implica em concessões significativas à contraparte, decorrente da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração, dentre outros casos que indiquem renegociações com risco agravado. Excetua-se à marcação de reestruturação as renegociações que, mesmo apresentando deterioração de sua qualidade creditícia, sejam decorrentes de decisões do Conselho Monetário Nacional, órgão regulador ou por força de outras medidas legais que expressamente viabilizam tal exceção.

(s) Tratamento dos instrumentos financeiros por carteiras

A CAIXA pode realizar a apuração do risco de crédito de forma coletiva, podendo agrupar os instrumentos financeiros conforme segue:

- Mesmo grupo homogêneo de risco;
- Operações de varejo; e
- Os quais o gerenciamento seja realizado de forma massificada.

(s.1) Grupo homogêneo de risco

Se refere ao conjunto de instrumentos financeiros que possuem características semelhantes que permitem a avaliação e a quantificação do risco de crédito de forma coletiva, considerando as características de risco de crédito da contraparte, a modalidade do instrumento financeiro, tipo de garantias ou colaterais, o estágio em que está alocado, o atraso no pagamento de principal ou encargos, bem como o segmento econômico, localização geográfica, originação e prazo.

(t) Metodologia de apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A CAIXA efetua a constituição da provisão em montante correspondente às perdas esperadas associadas ao riso de crédito dos instrumentos financeiros. A provisão deve ser constituída no reconhecimento inicial do instrumento financeiro, como despesa do período, em contrapartida à adequada conta:

1) ativo, no caso de perdas relativas a ativos financeiros; e
2) passivo, no caso de perdas referentes a:

- garantias financeiras prestadas;
- compromissos de créditos a liberar; e
- contraprestações vincendas de arredamento operacional.

(u) Tributos

Os tributos aplicáveis à CAIXA e suas subsidiárias são apurados com base nas alíquotas apresentadas no quadro abaixo:

Tributos	Alíquota
Imposto de renda (15,00% + adicional de 10,00%)	25%
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL (1)	20%
PIS/Pasep (2)	0,65%
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS (2)	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Até 5%

(1) A alíquota de 20% é aplicável à CAIXA, 15% para a CAIXA Asset e 9% para as demais empresas do conglomerado.
(2) Para as empresas não financeiras optantes do regime de apuração não cumulativo, a alíquota do PIS/Pasep é de 1,65% e da COFINS é de 7,6%.

A constituição do Ativo Fiscal Diferido (AFD) é baseada em estudos técnicos e análises da Administração, considerando as alíquotas tributárias vigentes. Desde 1º de janeiro de 2021, os critérios para mensuração e reconhecimento de ativos e passivos fiscais foram consolidados pela Resolução CMN nº 4.842/2020.

A partir de janeiro de 2025, as estimativas de realização do AFD incluem valores sobre perdas esperadas e incorridas, conforme a Resolução CMN nº 4.966/2021 e a Lei nº 14.467/2022, para operações inadimplidas até 31/12/2024. As perdas de operações inadimplidas e com empresas em falência ou recuperação judicial poderão ser deduzidas na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL.

A Lei nº 14.467/2022, alterada pela Lei nº 15.078/2024, permite que créditos que se encontravam inadimplidos em 31/12/2024 sejam aproveitados à proporção de 1/84 ou 1/120 avos por período de apuração a partir de janeiro de 2026.

O novo arcabouço normativo foi considerado pelo estudo que originou a Política Tributária da CAIXA, publicada em 2024, estabelecendo as diretrizes para governança e gestão do cumprimento das regras tributárias, mediante acompanhamento legislativo, controle da aplicação da legislação correspondente e da situação de regularidade fiscal do banco.

A composição dos valores de IRPJ e CSLL, cálculos, origem e previsão de realização dos créditos tributários foram respaldados na Nota Explicativa 10.

(v) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto ou empresas sobre as quais a CAIXA detenha influência significativa estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP). Para o cálculo da equivalência patrimonial dos investimentos permanentes em empresas não financeiras, os valores são ajustados para convergência com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen). Os demais investimentos permanentes são avaliados pelo custo de aquisição.

A composição dos valores em investimentos, assim como do resultado da equivalência patrimonial é apresentada na Nota Explicativa 11.

(w) Imobilizado de uso

O imobilizado de uso da CAIXA inclui bens corpóreos destinados à manutenção das atividades operacionais, registrados ao custo de aquisição e depreciados pelo método linear, conforme a Resolução CMN nº 4.535/2016.

A CAIXA passou a aplicar a Resolução CMN nº 4.975/2021 e CPC´s relacionados, conforme abordagem prospectiva, sendo que os contratos firmados ou renovados a partir de 1º de janeiro de 2025 serão reconhecidos de acordo com a nova regulamentação.

A CAIXA, enquanto arrendatária, possui arrendamentos operacionais que se referem essencialmente a contratos de aluguel e cessões onerosas para instalação de unidades administrativas e agências; sem contratos de subarrendamento.

São considerados, além dos prazos contratuais, a possibilidade de renovação dos contratos, pelos prazos legais permitidos, com início a partir da data da assinatura do contrato. Para contratos de locação de baixo valor, como aparelhos de telefonia móvel e impressoras, aplica-se isenção de arrendamento.

As vidas úteis dos bens do imobilizado de uso próprio são revisadas, no mínimo, ao final do exercício apresentado e ajustadas conforme necessário. Os ativos de direito de uso são depreciados durante o prazo de locação e reavaliados anualmente ou quando há indicativo de deterioração.

A CAIXA não possui ativos imobilizados mantidos como propriedades para investimento ou arrendados sob a condição de arrendamentos operacionais, nem contrato de arrendamento financeiro como arrendadora.

A composição dos valores registrados em imobilizado de uso está na Nota Explicativa 12.

(x) Intangível

Os ativos intangíveis da CAIXA estão constituídos, em sua maior parte, por aquisição de folhas de pagamento e por *softwares*.

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e, subsequentemente, deduzida a amortização acumulada, calculada pelo método linear, observados os prazos contratuais (Resolução CMN n° 4.534/2016).

As aquisições de folhas de pagamento referem-se a valores pagos de contratos de parceria comercial com setores públicos e privados para assegurar serviços bancários de processamento de crédito de folha de pagamento e crédito consignado, manutenção de carteira de cobrança, serviços de pagamento a fornecedores e outros serviços bancários. Seu prazo de vida útil é de 5 anos e sua amortização mensal é calculada pelo resultado da divisão do valor do ativo pelo prazo de vida útil excluído o prazo de carência.

Os *softwares* compreendem tanto os adquiridos quanto os desenvolvidos internamente, sendo que os desenvolvidos internamente são reconhecidos como um ativo intangível somente se a CAIXA puder identificar a capacidade de usá-los ou vendê-los, e se a geração de benefícios econômicos futuros puder ser demonstrada com confiança. Seu prazo de vida útil é de 5 anos e sua amortização é calculada mensalmente com base em 1/60 (um sessenta avos) do valor de custo do ativo. A composição dos valores registrados no ativo intangível é apresentada na Nota Explicativa 13.

(y) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A CAIXA promove a avaliação dos ativos não financeiros no mínimo anualmente ou a qualquer tempo quando forem conhecidos fatos que interfiram em seu valor, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, é estimada perda por redução ao valor recuperável do ativo e, caso se confirme, tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado.

O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo, líquido de despesa de venda e o seu valor em uso (Resolução CMN nº 4.924/2021).

(z) Reconhecimento de receita e despesa

A CAIXA elabora suas demonstrações contábeis consolidadas segundo o regime de competência.

Os critérios de reconhecimento específicos, a seguir, devem ser cumpridos antes que a receita ou a despesa sejam reconhecidas.

(z.1) Receita e despesa de juros

As receitas de juros e de tarifas e comissões são reconhecidas quando o seu valor, os seus custos associados e o estágio de conclusão da transação puderem ser mensurados de forma confiável e quando for provável, que os benefícios econômicos associados à transação serão realizados.

As receitas ou despesas de juros são registradas pelo uso da TJEO (Taxa de Juros Efetiva da Operação) para todos os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos financeiros que arrecadam juros classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado.

A TJEO é a taxa que desconta exatamente os recebimentos ou pagamentos futuros estimados, pela vida considerada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, em um período mais curto, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. O cálculo da TJEO considera todos os termos contratuais do instrumento financeiro e inclui quaisquer taxas ou custos incrementais diretamente atribuíveis ao instrumento e que integram a taxa efetiva, exceto as perdas esperadas de crédito.

O valor contábil dos ativos ou passivos financeiros é ajustado sempre que a CAIXA revisa suas estimativas de pagamento e recebimento e é calculado com base na taxa de juros original do contrato e o respectivo ajuste é registrado como "receitas com juros e similares". No entanto, para um ativo financeiro reclassificado para o qual a CAIXA, subsequentemente, aumenta a sua estimativa de recebimento de caixa futuro, como resultado do aumento da probabilidade de recuperação do crédito, o efeito deste aumento é reconhecido como um ajuste na taxa efetiva desde a data da alteração da estimativa.

(z.2) Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias

As receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias são reconhecidas pela CAIXA quando ela fornece ou disponibiliza os serviços aos clientes pelo montante que reflete a contraprestação esperada em troca dos serviços. Os custos incrementais, quando materiais, são reconhecidos no ativo, impactando a Taxa de Juros Efetiva da Operação, sendo apropriados no resultado somente na evolução dos contratos.

Visando determinar o reconhecimento das receitas, há julgamento da CAIXA para identificar se a obrigação de desempenho é satisfeita quando o serviço é prestado ou ao longo da vida dos contratos.

(z.3) Receita de dividendos

Os recebimentos de dividendos relativos a participações em empresas coligadas e em empreendimentos com controle compartilhado são reconhecidos como receita quando aprovados nas respectivas assembleias de acionistas.

(aa) Resultado recorrente e não recorrente

A Resolução BCB n° 2/2020 determinou a divulgação em notas explicativas, do resultado recorrente e não recorrentes de forma segregada. Para fins do disposto na Resolução, considera-se resultado não recorrente o resultado que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O detalhamento do resultado recorrente e não recorrente é apresentado na Nota Explicativa 36.

(ab) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- **Eventos que originam ajustes:** são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- **Eventos que não originam ajustes:** são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos e divulgados na Nota Explicativa 38 de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 24 – Eventos Subsequentes, aprovado pela Resolução CMN nº 4.818/2020.

(ac) Alteração de política contábil referente à atualização monetária dos Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD)

A CAIXA promoveu alteração na política contábil aplicada exclusivamente às Demonstrações Contábeis Consolidadas, no que se refere à forma de apresentação da atualização monetária dos Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD) elegíveis ao capital principal.

Considerando que tais instrumentos atendem aos critérios de classificação como instrumentos patrimoniais, e que os juros remuneratórios já são tratados como distribuição de resultado, concluiu-se que a atualização monetária deve receber o mesmo tratamento, sendo reconhecida como variação no patrimônio líquido.

A reclassificação decorre de revisão voluntária da política contábil, alinhada às melhores práticas internacionais e ao objetivo de fornecer informações mais úteis e relevantes aos usuários das demonstrações contábeis consolidadas, conforme previsto no item 14 do CPC 23.

A nova política contábil passou a ser adotada a partir do exercício de 2025, com os ajustes necessários nos saldos de abertura dos componentes do patrimônio líquido afetados, conforme demonstrado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL). Em razão da entrada em vigor da Resolução CMN nº 4.966/2021, que em seu artigo 79 dispensa a apresentação de saldos comparativos para o exercício de 2025, não foi realizada reapresentação retrospectiva dos períodos anteriores.

Nota 4 - Julgamentos e estimativas relevantes

A CAIXA apresenta estimativas e julgamentos em conformidade com as políticas contábeis adotadas, os quais refletem a complexidade e a subjetividade envolvidas na elaboração de seus demonstrativos e notas explicativas, sendo que as premissas são determinadas conforme o padrão contábil aplicável.

(a) Perda de crédito esperada

A CAIXA constitui provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base em critérios prudenciais e consistentes, levando em consideração a probabilidade de inadimplência e os riscos inerentes a cada operação. Sendo que as provisões não são um fato estático, podendo sofrer ajustes sempre que houver mudanças significativas nos fatores de risco.

O processo de determinação do nível de provisão exige estimativas e julgamentos contínuos. Dessa forma, é possível que as perdas reais, quando se manifestam em períodos subsequentes, possam divergir das estimativas realizadas com base nas suposições e premissas vigentes no momento da avaliação.

A avaliação da provisão para perdas esperadas com operações de crédito e outros créditos com características de concessão é uma estimativa ponderada por probabilidade de perdas de crédito e, para alcançar esse resultado, é utilizada uma combinação de três parâmetros: (i) probabilidade de descumprimento (*Probability of Default – PD*); (ii) perda dado o descumprimento (*Loss Given Default - LGD*); e (iii) exposição no momento de descumprimento (*Exposure at Default - EAD*).

Para avaliar o risco de crédito em operações do atacado, a CAIXA realiza análises individualizadas com premissas que envolvem indicadores financeiros e aspectos qualitativos das empresas, do ambiente de negócios e dos instrumentos financeiros.

Na CAIXA o processo de revisão da perda é mensal para o varejo e no atacado há segmentos com revisão semestral ou anual.

A CAIXA estabelece conceitos e critérios contábeis para a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito dos seguintes instrumentos financeiros:

- ativos financeiros;
- garantias financeiras prestadas; e
- compromissos de crédito e créditos a liberar.

A CAIXA avalia a perda esperada associada ao risco de crédito considerando a probabilidade de o instrumento ser caracterizado como ativo financeiro problemático e a expectativa de recuperação do instrumento financeiro.

A CAIXA utiliza a metodologia completa de apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, a qual refere-se a uma abordagem abrangente em termos de análise e gestão de riscos e reconhece as perdas esperadas em diferentes estágios do ciclo de crédito, com base na evolução da qualidade deste.

(b) Ativos e passivos fiscais

A CAIXA contabiliza ativos fiscais diferidos quando há diferenças temporárias dedutíveis que resultarão em reduções futuras nos tributos sobre o lucro. Já a contabilização de passivos fiscais diferidos surge quando há diferenças temporárias tributáveis que implicarão em maiores tributos a pagar no futuro.

Essas diferenças ocorrem quando a base fiscal de um ativo ou passivo é inferior ao seu valor contábil e se espera que tais diferenças revertam, aumentando a base tributável da empresa nos exercícios futuros.

(c) Amortização e depreciação

Amortização e depreciação são conceitos que envolvem a análise da alocação do valor depreciável de um ativo tangível ou intangível, ao longo de sua vida útil.

A amortização refere-se ao processo de alocação gradual do custo de um ativo intangível ao longo do tempo. Isso significa que, ao longo da vida útil do ativo, a CAIXA reconhece uma despesa correspondente ao consumo desse ativo, reduzindo seu valor contábil.

A depreciação analisa a perda de valor dos bens materiais tangíveis do Banco, de acordo com o tempo de uso deles. Conforme os ativos físicos são usados, eles perdem valor devido ao desgaste, obsolescência ou deterioração. A depreciação, então, permite que a CAIXA reconheça essa perda de valor de maneira sistemática, garantindo que o valor residual dos ativos seja fielmente representado nos registros contábeis.

(d) Provisões

A CAIXA constitui provisões passivas levando em consideração a opinião da Diretoria Jurídica e da Administração, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais. O valor reconhecido como provisão deve ser a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

É constituída também provisão para cobertura das perdas associadas às garantias financeiras prestadas sob qualquer forma, na adequada conta do passivo, tendo como contrapartida o resultado do período.

Passivos contingentes cuja avaliação da probabilidade de perda é remota não requerem provisão e tampouco divulgação. A análise e avaliação das perdas é realizada com base na opinião da Diretoria Jurídica e da Administração.

São reconhecidas provisões quando:

- A CAIXA tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- Seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- Possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

(e) Valor justo e hierarquia de valor justo

Considerando o conceito de valor justo, quando não houver preço cotado em mercado ativo disponível para um instrumento financeiro, a CAIXA define o valor justo de instrumentos financeiros com base em metodologias de apreçamento praticada pelo mercado, como o método do valor presente obtido pelo fluxo de caixa descontado, e assumindo pressupostos como a adoção de um *spread* de crédito a partir do *rating* de crédito do emissor, a inclusão de um modelo de resgate antecipado por taxa de desconto definida na construção de árvore binomial de probabilidade (para instrumentos com possibilidade de resgate antecipado) ou de outras técnicas de avaliação.

Pelo método do valor presente de avaliação de instrumentos financeiros, os fluxos de caixa futuros projetados com base nos índices de rentabilidade dos instrumentos são descontados a valor presente considerando-se os fluxos de juros, pagamento de principal e curvas de desconto.

O *spread* de crédito visa ajustar o preço com base na percepção de mercado ou interna sobre a situação do emissor de um determinado instrumento na data do balanço.

O modelo de construção de árvore binomial de probabilidade de *Hull* é utilizado para avaliar instrumentos privados com cláusula de resgate antecipado.

O CPC 46 (IFRS 7) especifica uma hierarquia de técnicas de avaliação com base no critério de utilização de dados observáveis ou não observáveis.

Dados observáveis refletem informações obtidas no mercado via fontes independentes e os dados não observáveis refletem as premissas de mercado utilizadas pela Instituição.

Estes dois tipos de dados criaram a seguinte hierarquia de valor justo:

- **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) nos mercados de ativos para ativos e passivos idênticos. Este nível inclui títulos listados e instrumentos de dívida em negociação na bolsa de valores, mercadorias e futuros, por exemplo;
- **Nível 2** – outros dados observáveis para ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivada de preços), exceto os do nível 1, incluindo a maioria dos contratos de balcão de derivativos, empréstimos negociados e emissão de dívida estruturada; e
- **Nível 3** – dados para mensurar o ativo ou passivo que não se baseiam em informações de mercado observáveis (dados não observáveis). Este nível inclui instrumentos de patrimônio e dívida composto significativamente por dados não observáveis.

Os métodos e pressupostos descritos acima podem resultar em um valor justo que não indique o valor realizável líquido de um instrumento em uma operação específica, dadas as condições de mercado. No entanto, a CAIXA acredita que os métodos e pressupostos adotados são apropriados às características contratuais de cada instrumento e consistentes com as melhores práticas de mercado. Além disso, a aplicação de métodos ou o uso de pressupostos diferentes na apuração do valor justo pode gerar outros resultados de valor justo na data do balanço, dado que esses instrumentos são naturalmente sensíveis aos métodos e pressupostos assumidos dadas as suas características contratuais.

Os insumos para coleta de dados, que compõem o processo de formação de preço dos instrumentos, como fonte primária, são obtidos das seguintes fontes:

Mercados secundários de títulos públicos federais: ANBIMA; e

Cotações de ações, preços e ajustes de contratos futuros, taxas de mercado para *swap*, taxa DI: B3 S.A., I – Brasil, Bolsa, Balcão.

A CAIXA baseia suas decisões de julgamento no seu conhecimento e nas observações do comportamento dos mercados relevantes para os ativos e passivos individuais, e os julgamentos feitos podem variar com base nas condições de mercado.

Itens observados pela CAIXA na mensuração do valor justo:

- Definição clara do valor justo como preço de mercado em transação entre partes conhecedoras e dispostas;
- Utilização da hierarquia de três níveis para mensuração, com base em dados observáveis e não observáveis;
- Importância de documentação e justificativas robustas para métodos utilizados, especialmente em mensurações de Nível 3;
- Necessidade de divulgação adequada dos critérios de mensuração e níveis hierárquicos nas demonstrações contábeis; e
- Rigoroso processo de governança dos processos de mensuração, com ênfase em transparência e confiabilidade das informações reportadas.

(f) Passivos atuariais

A avaliação atuarial contempla os cálculos e estimativas, bem como o fornecimento de informações, relatórios, demonstrativos, projeções e outros subsídios que se mostrarem necessários para o registro contábil e ajustes tributários de todos os benefícios pós-emprego de responsabilidade da CAIXA.

A CAIXA realiza a avaliação atuarial semestralmente, em junho e dezembro de cada exercício.

Nota 5 – Caixa e equivalente de caixa

Os valores reconhecidos como caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez adquiridas com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e com risco insignificante de mudança no valor.

Individual	
Descrição	**31/12/2025**
Total de disponibilidades (caixa)	**10.057.712**
Disponibilidade em moeda nacional	9.769.208
Disponibilidade em moeda estrangeira	288.504
Aplicações interfinanceiras de liquidez	**140.138.719**
Depósitos voluntários – Banco Central (Nota 8.1)	**5.749.999**
Total	**155.946.430**

Consolidado	
Descrição	**31/12/2025**
Total de disponibilidades (caixa)	**10.070.353**
Disponibilidade em moeda nacional	9.781.849
Disponibilidade em moeda estrangeira	288.504
Aplicações interfinanceiras de liquidez	**140.138.719**
Depósitos voluntários – Banco Central (Nota 8.1)	**5.749.999**
Total	**155.959.071**

Nota 6 – Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Nota 6.1 – Títulos e valores mobiliários ao valor justo por meio de resultado

(a) Composição da carteira por prazo de vencimento

Descrição	Individual					
	31/12/2025					
	Sem vencimento	Acima de 360 dias	Valor justo	Valor contábil bruto	Perdas esperadas	Ajuste valor justo
Títulos públicos federais brasileiros	-	152.466.860	152.466.860	152.198.245	-	268.615
Títulos privados de instituições financeiras	-	163.855	163.855	162.163	(811)	2.503
Títulos privados de entidades não financeiras	-	3.300.077	3.300.077	3.345.020	(75.019)	30.076
Cotas de fundo de investimento	131.002	-	131.002	130.000	-	1.002
Ações	876.988	-	876.988	917.736	-	(40.748)
Total	**1.007.990**	**155.930.792**	**156.938.782**	**156.753.164**	**(75.830)**	**261.448**

Descrição	Consolidado							
	31/12/2025							
	Sem vencimento	01 a 90 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor justo	Valor contábil bruto	Perdas esperadas	Ajuste a valor justo
Títulos públicos federais brasileiros	-	814	136.972	156.477.243	156.615.029	156.081.920	-	533.109
Títulos privados de instituições financeiras	-	-	-	163.855	163.855	162.163	(811)	2.503
Títulos privados de entidades não financeiras	-	-	-	3.300.077	3.300.077	3.345.020	(75.019)	30.076
Cotas de fundo de investimento	147.620	-	-	-	147.620	27.147	-	120.473
Ações	876.988	-	-	-	876.988	917.736	-	(40.748)
Total	**1.024.608**	**814**	**136.972**	**159.941.175**	**161.103.569**	**160.533.986**	**(75.830)**	**645.413**

(a.1) Receitas não reconhecidas em resultado

Em 2025 as receitas com títulos e valores mobiliários ao valor justo por meio do resultado não reconhecidas em função do ativo ser caracterizado com problema de recuperação de crédito totalizaram o montante de R$ 6.932.

CAIXA

CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA FAZENDA

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

(b) Movimentação por estágios da carteira de títulos e valores mobiliários

Não houve movimentação do/para o estágio 2 na carteira de títulos e valores mobiliários ao valor justo por meio do resultado.

Individual					
Estágio 1	Saldo em 01/01/2025	Compra/ (liquidação)	Transferência do/ para estágio 2	Transferência do/ para estágio 3	Saldo em 31/12/2025
Títulos públicos federais brasileiros	120.920.014	31.278.231	-	-	152.198.245
Títulos privados de instituições financeiras	-	162.163	-	-	162.163
Títulos privados de entidades não financeiras	448.694	2.772.782	-	36.996	3.258.472
Cotas de fundo de investimento	-	130.000	-	-	130.000
Ações	100.448	817.288	-	-	917.736
Total	**121.469.156**	**35.160.464**	**-**	**36.996**	**156.666.616**

Consolidado					
Estágio 1	Saldo em 01/01/2025	Compra/ (liquidação)	Transferência do/ para estágio 2	Transferência do/ para estágio 3	Saldo em 31/12/2025
Títulos públicos federais brasileiros	122.323.519	33.758.401	-	-	156.081.920
Títulos privados de instituições financeiras	-	162.163	-	-	162.163
Títulos privados de entidades não financeiras	448.694	2.772.782	-	36.996	3.258.472
Cotas de fundo de investimento	18.768	8.379	-	-	27.147
Ações	100.448	817.288	-	-	917.736
Total	**122.891.429**	**37.519.013**	**-**	**36.996**	**160.447.438**

Individual / Consolidado					
Estágio 3	Saldo em 01/01/2025	Compra/ (liquidação)	Transferência do/ para estágio 1	Transferência do/ para estágio 2	Saldo em 31/12/2025
Títulos privados de entidades não financeiras	36.996	86.548	(36.996)	-	86.548
Total	**36.996**	**86.548**	**(36.996)**	**-**	**86.548**

Nota 6.2 – Derivativos

A CAIXA se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (IFD), registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar a sua exposição ao risco (*hedge*). Essas operações envolvem contratos futuros de DI, dólar, cupom cambial e contratos de *swaps*.

Os instrumentos financeiros derivativos, quando utilizados como instrumentos de *hedge*, destinam-se à proteção contra variações cambiais e variações nas taxas de juros de ativos e passivos.

A CAIXA utiliza duas estratégias de atuação no mercado de instrumentos derivativos:

Hedge de instrumentos financeiros tanto da carteira de negociação quanto da carteira bancária; e

Rentabilização da carteira de negociação.

O principal risco de mercado associado à primeira estratégia, ligado ao *hedge* de valor justo das operações de crédito, é a exposição à variação da taxa de juros para a parcela inefetiva do *hedge*.

Em relação à segunda estratégia, o principal risco de mercado é associado à variação no preço dos instrumentos derivativos. Essas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

A CAIXA atualmente não opera com derivativos sujeitos a variações de preços não lineares, o que torna essas variações menos amplas.

A Instituição gerencia o risco de mercado nas carteiras de negociação (taxa de juros, *spread* do instrumento e da contraparte, risco de *default* do emissor, ações, câmbio e commodities) e bancária (*spread* da contraparte, câmbio e commodities), visando controlar a exposição e o consumo de capital necessário para sua cobertura.

Diariamente, são apurados exposição líquida, VaR (*Value at Risk*), CVaR (*Conditional VaR*), concentração em fatores de risco, estrutura a termo, *duration*, *hedge*, testes de estresse, limites e requerimento de capital pelas abordagens Padronizada e Gerencial.

Os derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores, ou para comprar/vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos. Os contratos de *swap* são registrados com ou sem garantia na B3.

No caso do registro com garantia, há uma *clearing* que fica responsável pelo cálculo dos ajustes diários e da margem de garantia a ser depositada para o pagamento em caso de *default* de alguma das partes. Assim, é a *clearing* que se torna contraparte dos contratos. Neste tipo de registro, portanto, não há risco de crédito.

As posições dos contratos futuros têm os seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os ajustes em contas patrimoniais.

A CAIXA não possui instrumento derivativo que tenha ganhos ou perdas registradas em conta destacada do patrimônio líquido, fato que ocorre somente em estruturas de *hedge accounting* de fluxo de caixa.

(a) Derivativo do FGTS

A Caixa Econômica Federal, na qualidade de agente operador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, é responsável pela operacionalização dos ativos e passivos do Fundo, prestando garantia de rentabilidade mínima aos ativos do FGTS nos termos da Lei n° 8.036/1990 e das Resoluções do Conselho Curador do FGTS nº 681/2012, 764/2014, 553/2007, 633/2010, 295/1998 e 649/2010.

Dada sua obrigação legal e conforme regramento contábil vigente, a CAIXA deve mensurar, no mínimo anualmente, o valor contábil a ser reconhecido referente à garantia de rentabilidade mínima assumida com o FGTS.

Tendo em vista que a CAIXA presta ao FGTS uma garantia financeira cuja obrigação mínima será zero, caso a remuneração mínima seja atingida e não há benefício caso a performance seja superior ao acordado, a presente obrigação se caracteriza como um derivativo passivo decorrente das obrigações previstas para a administração do FGTS.

Dessa forma o Derivativo FGTS visa reconhecer contabilmente nas demonstrações contábeis da CAIXA o valor contábil a título de garantia de rentabilidade mínima assumida frente ao FGTS, o qual deverá corresponder à estimativa de perda real dos investimentos realizados, consideradas as devidas compensações previstas na norma.

(b) Contratos de câmbio

Com relação aos derivativos de câmbio, a CAIXA faz uso de contratos futuros de dólar e de FRA (*Foward Rate Agreement*) de Cupom Cambial, para proteger posições proprietárias e fluxo de caixa em moeda estrangeira de variações cambiais. Para operações de emissões no mercado internacional, que ocorrem esporadicamente, podem ser contratados *swaps* como derivativos para *hedge* destas transações.

Todos os derivativos cambiais negociados pela CAIXA são registrados via B3, não havendo risco de crédito pois a *Clearing* assume o papel de contraparte nas operações, realizando ajustes diários das posições e exigindo o depósito de margem de garantia. A liquidação dos contratos de dólar futuro e de FRA de Cupom Cambial estão vinculadas à PTAX, já os contratos de *swap* possuem seus indicadores negociados entre as partes, sendo o mais comum a troca de variação cambial + taxa pré x percentual do DI. Sobre o vencimento destes instrumentos, os contratos de dólar futuro são negociados pela CAIXA para prazos de até 30 dias, enquanto os de FRA de Cupom Cambial são contratados com vencimento em até 1 ano. Os contratos de *swap* podem ter prazos superiores a 5 anos, a depender da necessidade do *hedge*.

(c) *Hedge* Contábil

O *hedge* contábil de emissão externa tem como objetivo a proteção da variação do dólar e do cupom de dólar no pagamento do principal, dos juros e do imposto de 15% sobre o pagamento dos juros, objeto do *hedge*.

A estrutura é construída para os saldos internalizados e a proteção ocorre por meio de contratos de *swap*, conforme descrito:

- Ponta Ativa *Swap*: variação do Dólar + cupom; e
- Ponta Passiva *Swap*: % da variação do DI.

O *hedge* contábil estruturado para as operações de crédito ativas, denominado Macro *Hedge* da carteira bancária, tem como objetivo gerir o risco de taxa de juros da carteira bancária. Nesse programa, utilizam-se contratos de crédito como objetos de *hedge* e a proteção é realizada por meio de contratos de futuros DI, conforme descrito.

- Ponta Ativa Futuro de DI: % da variação do DI; e
- Ponta Passiva Futuro de DI: Taxa pré-fixada.

Pelo fato de haver o casamento dos fluxos futuros do objeto do *hedge*, no caso de emissão externa, e da ponta ativa do *swap*, a efetividade das operações se mantém próxima de 100%.

O mesmo patamar de efetividade é observado no *hedge* das operações de crédito.

O item Ajuste a Valor Justo dos instrumentos de *hedge* consiste no ajuste acumulado dos contratos de *swap* e futuros DI.

(c.1) *Hedge* Contábil

Individual / Consolidado							
Estratégia		31/12/2025					
		Instrumentos de *hedge*				Objeto	
Risco de taxa de juros				Valor justo (1)			
Objeto	Instrumento	Valor nominal	Quant.	Parcela efetiva	Parcela inefetiva	Valor justo	Ajuste de marcação a mercado
Hedge da carteira de crédito	Contrato futuro (2)	16.243.577	178.045	268.976	74.629	14.473.407	(268.976)
Hedge de emissões externas	*Swap*	3.780.785	36	358.190	-	4.138.976	(358.190)

(1) Parcela de marcação a mercado do resultado do instrumento de hedge.
(2) Instrumento liquidado em D+1 com contraparte B3.

(c.2) Estrutura temporal do *hedge*

Individual / Consolidado		
Vencimento	*Hedge* da carteira bancária 31/12/2025	*Hedge* de emissões externas 31/12/2025
2026	9.372.833	237.821
2027	5.958.019	221.685
2028	697.465	207.631
2029	169.851	195.289
2030	-	2.918.359
2031	45.409	-
Total	**16.243.577**	**3.780.785**

(d) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por indexador, tipo de instrumento e prazo, demonstrada pelo seu valor referencial em contas de compensação

Individual					
Descrição	Valor referencial 31/12/2025				
	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor justo
Contratos de futuros					
Compromissos de compra	**70.922**	**14.104**	**163.801**	**2.110.652**	**2.359.479**
Mercado interfinanceiro	70.922	14.104	163.801	2.110.652	2.359.479
Compromissos de venda	**6.004.582**	**38.492**	**4.305.173**	**69.921.510**	**80.269.757**
Mercado interfinanceiro	5.364.202	38.492	4.305.173	69.921.510	79.629.377
Moeda estrangeira	640.380	-	-	-	640.380
Contrato a Termo (1)					
Contrato de câmbio - Ativo	**83.328**	**-**	**-**	**-**	**83.328**
Contrato de câmbio – Passivo	**18.390**	**-**	**-**	**-**	**18.390**
Swap					
***Swap* - Dólar**	**-**	**121.082**	**116.739**	**3.542.964**	**3.780.785**
Outros					
Derivativo FGTS	**-**	**-**	**-**	**3.090.992**	**3.090.992**

Consolidado					
Descrição	Valor referencial 31/12/2025				
	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor justo
Contratos de futuros					
Compromissos de compra	**70.922**	**3.616.193**	**163.801**	**2.110.652**	**5.961.568**
Mercado interfinanceiro	70.922	3.616.193	163.801	2.110.652	5.961.568
Compromissos de venda	**6.004.582**	**38.492**	**4.305.173**	**69.921.510**	**80.269.757**
Mercado interfinanceiro	5.364.202	38.492	4.305.173	69.921.510	79.629.377
Moeda estrangeira	640.380	-	-	-	640.380
Contrato a Termo (1)					
Contrato de câmbio - Ativo	**83.328**	**-**	**-**	**-**	**83.328**
Contrato de câmbio – Passivo	**18.390**	**-**	**-**	**-**	**18.390**
Swap					
***Swap* - Dólar**	**-**	**121.082**	**116.739**	**3.542.964**	**3.780.785**
***Swap* - DI**	**204.768**	**-**	**-**	**-**	**204.768**
Outros					
Derivativo FGTS	**-**	**-**	**-**	**3.090.992**	**3.090.992**

(1) Contratos de câmbio indexados a moedas estrangeiras convertidos pela PTAX.

(e) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por tipo de instrumento, contraparte e prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor patrimonial.

Individual							
Descrição	31/12/2025						
	Valor patrimonial a receber/a pagar	Ajuste a valor justo	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor patrimonial
Posição ativa	**68**	**(22)**	**46**	**-**	**-**	**-**	**46**
Termo	**68**	**(22)**	**46**	**-**	**-**	**-**	**46**
Instituições financeiras e clientes	68	(22)	46	-	-	-	46
Posição passiva	**156.084**	**216.262**	**4**	**10.987**	**10.299**	**351.056**	**372.346**
Swap	**156.077**	**216.265**	**-**	**10.987**	**10.299**	**351.056**	**372.342**
Índices/B3	156.077	216.265	-	10.987	10.299	351.056	372.342
Termo	**7**	**(3)**	**4**	**-**	**-**	**-**	**4**
Instituições financeiras e clientes	7	(3)	4	-	-	-	4

Consolidado							
Descrição	31/12/2025						
	Valor patrimonial a receber/a pagar	Ajuste a valor justo	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor patrimonial
Posição ativa	**68**	**(22)**	**46**	**-**	**-**	**-**	**46**
Termo	**68**	**(22)**	**46**	**-**	**-**	**-**	**46**
Instituições financeiras e clientes	68	(22)	46	-	-	-	46
Posição passiva	**156.134**	**216.272**	**14**	**11.037**	**10.299**	**351.056**	**372.406**
Swap	**156.077**	**216.275**	**10**	**10.987**	**10.299**	**351.056**	**372.352**
Índices/B3	**156.077**	**216.275**	**10**	**10.987**	**10.299**	**351.056**	**372.352**
Termo	**7**	**(3)**	**4**	**-**	**-**	**-**	**4**
Instituições financeiras e clientes	7	(3)	4	-	-	-	4
Futuros	**50**	**-**	**-**	**50**	**-**	**-**	**50**
Índices/B3	50	-	-	50	-	-	50

(f) Resultado na carteira de instrumentos financeiros derivativos

Descrição	Individual 2025		Consolidado 2025	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Swap	(230.163)	(386.264)	(230.408)	(386.628)
Futuro	444.328	(1.945.089)	443.901	(1.944.520)
Câmbio	210	(4.382)	210	(4.382)
Total	**214.375**	**(2.335.735)**	**213.703**	**(2.335.530)**

Nota 6.3 – Outros ativos financeiros ao valor justo por meio resultado

Refere-se a contrato firmado pela CAIXA, na qual foram cedidos direitos oriundos de *Royalties* e Participação Especial decorrentes da exploração de petróleo e gás natural. A CAIXA designou *Royalties* inicialmente de forma irrevogável em razão das características do ativo.

Individual/Consolidado			
Descrição	31/12/2025		
	Valor contábil bruto	Ajuste a valor justo no resultado	Valor justo
Royalties	761.375	(501.768)	259.607
Total	**761.375**	**(501.768)**	**259.607**

Nota 7 – Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Nota 7.1 – Aplicações interfinanceiras de liquidez - operações compromissadas

(a) Composição da carteira de Operações Compromissadas

Individual / Consolidado			
Descrição	01 a 90 dias	Ajuste a valor justo	Valor contábil 31/12/2025
Aplicações no mercado aberto - posição bancada	**98.743.168**	**3.129**	**98.746.297**
Letras financeiras do tesouro	65.862.148	759	65.862.907
Letras do tesouro nacional	24.975.103	1.459	24.976.562
Notas do tesouro nacional	7.905.917	911	7.906.828
Aplicações no mercado aberto - posição financiada	**41.241.497**	**514**	**41.242.011**
Letras financeiras do tesouro	18.347.552	-	18.347.552
Letras do tesouro nacional	22.893.945	514	22.894.459
Total	**139.984.665**	**3.643**	**139.988.308**

Nota 7.2 – Títulos e valores mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

(a) Composição da carteira por prazo de vencimento

Individual									
Descrição	31/12/2025								
	Sem vencimento	1 a 90 dias	91 a180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor justo	Valor contábil bruto	Perdas esperadas	Ajuste a valor justo
Títulos públicos federais brasileiros	-	3.641.590	2.758.402	1.359.292	285.708.822	293.468.106	293.460.576	-	7.530
Títulos privados de instituições financeiras	-	439.201	284.093	436.357	422.268	1.581.919	1.574.865	(3.360)	10.414
Títulos privados de entidades não financeiras	-	-	-	151.655	14.107.109	14.258.764	14.396.286	(499.588)	362.066
Cotas de fundo de investimento (1)	2.680.595	-	-	-	-	2.680.595	1.495.411	-	1.185.184
Ações (1)	14.071	-	-	-	-	14.071	18.970	-	(4.899)
Total	**2.694.666**	**4.080.791**	**3.042.495**	**1.947.304**	**300.238.199**	**312.003.455**	**310.946.108**	**(502.948)**	**1.560.295**

Consolidado									
Descrição	31/12/2025								
	Sem vencimento	1 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor justo	Valor contábil bruto	Perdas esperadas	Ajuste a valor justo
Títulos públicos federais brasileiros	-	3.641.590	2.758.402	1.359.292	285.708.822	293.468.106	293.460.576	-	7.530
Títulos privados de instituições financeiras	-	439.201	284.093	436.357	422.268	1.581.919	1.574.865	(3.360)	10.414
Títulos privados de entidades não financeiras	-	-	-	151.655	14.107.109	14.258.764	14.396.286	(499.588)	362.066
Cotas de fundo de investimento (1)	1.658.937	-	-	-	-	1.658.937	495.411	-	1.163.526
Ações (1)	14.071	-	-	-	-	14.071	18.970	-	(4.899)
Total	**1.673.008**	**4.080.791**	**3.042.495**	**1.947.304**	**300.238.199**	**310.981.797**	**309.946.108**	**(502.948)**	**1.538.637**

(1) A CAIXA designou de modo irrevogável instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes em razão da estratégia e característica desses títulos. Em 31/12/2025 esses títulos perfazem o montante de R$ 11.222 em cotas de fundos de investimento e R$ 11.865 em ações.

(a.1) Receitas não reconhecidas em resultado

Em 2025 as receitas com títulos e valores mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não reconhecidas em função do ativo ser caracterizado com problema de recuperação de crédito totalizaram o montante de R$ 15.988.

(b) Movimentação por estágios da carteira de títulos e valores mobiliários

Individual					
Estágio 1	Saldo em 01/01/2025	Compra/ (liquidação)	Transferência do/ para estágio 2	Transferência do/ para estágio 3	Saldo em 31/12/2025
Títulos públicos federais brasileiros	162.083.246	131.377.330	-	-	293.460.576
Títulos privados de instituições financeiras	2.854.322	(1.279.457)	-	-	1.574.865
Títulos privados de entidades não financeiras	8.979.453	4.965.064	(241.129)	(140.460)	13.562.928
Cotas de fundo de investimento	1.557.330	(61.919)	-	-	1.495.411
Ações	18.970	-	-	-	18.970
Total	**175.493.321**	**135.001.018**	**(241.129)**	**(140.460)**	**310.112.750**

Consolidado					
Estágio 1	Saldo em 01/01/2025	Compra/ (liquidação)	Transferência do/ para estágio 2	Transferência do/ para estágio 3	Saldo em 31/12/2025
Títulos públicos federais brasileiros	162.083.246	131.377.330	-	-	293.460.576
Títulos privados de instituições financeiras	2.854.322	(1.279.457)	-	-	1.574.865
Títulos privados de entidades não financeiras	8.979.453	4.965.064	(241.129)	(140.460)	13.562.928
Cotas de fundo de investimento	557.330	(61.919)	-	-	495.411
Ações	18.970	-	-	-	18.970
Total	**174.493.321**	**135.001.018**	**(241.129)**	**(140.460)**	**309.112.750**

Individual / Consolidado					
Estágio 2	Saldo em 01/01/2025	Compra/ (liquidação)	Transferência do/ para estágio 1	Transferência do/ para estágio 3	Saldo em 31/12/2025
Títulos privados de entidades não financeiras	-	182.035	241.129	-	423.164
Total	**-**	**182.035**	**241.129**	**-**	**423.164**

Individual / Consolidado					
Estágio 3	Saldo em 01/01/2025	Compra/ (liquidação)	Transferência do/ para estágio 1	Transferência do/ para estágio 2	Saldo em 31/12/2025
Títulos privados de entidades não financeiras	30.022	239.712	140.460	-	410.194
Total	**30.022**	**239.712**	**140.460**	**-**	**410.194**

Nota 8 – Ativos financeiros ao custo amortizado

Nota 8.1 – Depósitos no banco central

Individual / Consolidado		
Descrição	Remuneração	31/12/2025
Compulsório sobre depósitos à vista	Não remunerado	10.061.220
Compulsório sobre depósitos de poupança	Índice da poupança	59.315.401
Compulsório sobre depósitos a prazo	Taxa SELIC	40.408.928
Conta de pagamentos instantâneos	Taxa SELIC	1.356.252
Depósitos voluntários	Taxa SELIC	5.749.999
Total		**116.891.800**

Nota 8.2 – Aplicações interfinanceiras de liquidez – depósitos interfinanceiros

(a) Composição da carteira de depósitos interfinanceiros de liquidez por prazo de vencimento

Individual / Consolidado					
Carteira	31/12/2025				
	1 a 90 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Perdas esperadas	Valor contábil líquido
Aplicações em depósitos interfinanceiros	**150.410**	**7.562.935**	**107.805**	**(13.132)**	**7.808.018**
Depósitos interfinanceiros (1)	150.410	-	-	(45)	150.365
Depósitos interfinanceiros – crédito rural	-	7.562.935	107.805	(13.087)	7.657.653
Total	**150.410**	**7.562.935**	**107.805**	**(13.132)**	**7.808.018**

(1) A integralidade da carteira de depósito interfinanceiro encontra-se alocada no estágio 1.

(a.1) Acordo de compensação e liquidação de obrigações

Os saldos das aplicações em depósitos interfinanceiros incluem os acordos de compensação e liquidação de obrigações firmados entre a CAIXA e os Bancos BMG, Banco Mercantil do Brasil e Banestes, conforme Resolução CMN n° 3.263/2005, nos montantes discriminados abaixo:

Individual	
Descrição	31/12/2025
BMG S.A.	12.371
Banco Mercantil do Brasil	2.746
Banestes S.A.	103.909
Total	**119.026**

CAIXA

CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA FAZENDA

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

Nota 8.3 – Títulos e valores mobiliários mensurados ao custo amortizado

(a) Composição da carteira por prazo de vencimento

Descrição	Individual / Consolidado 31/12/2025			
	Acima de 360 dias	Valor contábil bruto	Perdas esperadas	Valor contábil líquido de provisão
Títulos privados de entidades não financeiras	2.238.931	2.239.603	(672)	2.238.931
Total	**2.238.931**	**2.239.603**	**(672)**	**2.238.931**

(b) Movimentação por estágios da carteira

Individual / Consolidado					
Estágio 1	**Saldo em 01/01/2025**	**Compra/ (liquidação)**	**Transferência do/ para estágio 2**	**Transferência do/ para estágio 3**	**Saldo em 31/12/2025**
Títulos públicos federais brasileiros	1.541.305	(1.541.305)	-	-	-
Títulos privados de entidades não financeiras	2.198.643	40.960	-	-	2.239.603
Total	**3.739.948**	**(1.500.345)**	**-**	**-**	**2.239.603**

Nota 8.4 – Carteira de crédito mensurada ao custo amortizado

(a) Composição da carteira de crédito

Descrição	Individual 31/12/2025			Consolidado 31/12/2025		
	Valor contábil	Perdas esperadas	Valor contábil líquido de provisão	Valor contábil	Perdas esperadas	Valor contábil líquido de provisão
Empréstimos e direitos creditórios descontados (1) (2)	236.975.990	(30.211.369)	206.764.621	238.119.347	(30.211.369)	207.907.978
Financiamentos (2)	13.516.909	(1.381.549)	12.135.360	13.516.909	(1.381.549)	12.135.360
Financiamentos rurais	62.053.408	(6.594.249)	55.459.159	62.053.408	(6.594.249)	55.459.159
Financiamentos imobiliários (1)	930.687.442	(18.111.147)	912.576.295	930.687.442	(18.111.147)	912.576.295
Financiamentos de infraestrutura	110.146.098	(4.812.460)	105.333.638	110.146.098	(4.812.460)	105.333.638
Cessão de créditos	2.870.790	(26.325)	2.844.465	2.870.790	(26.325)	2.844.465
Outros ativos com características de concessão de crédito	3.132.122	(269.870)	2.862.252	20.499.259	(1.571.784)	18.927.475
Total	**1.359.382.759**	**(61.406.969)**	**1.297.975.790**	**1.377.893.253**	**(62.708.883)**	**1.315.184.370**

(1) Contempla o *hedge* em empréstimos e direitos creditórios descontados no montante R$ 259.044 e em financiamentos imobiliários no montante de R$ 9.932.
(2) Em dezembro de 2025 os programas governamentais (Giro CAIXA e microcrédito PRONAMPE, Giro CAIXA FGI e PROCRED) totalizaram o montante de R$ 31.702.837 concedidos no exercício.

(b) Movimentação por estágios da carteira de crédito

Individual					
Estágio 1 (1)	**Saldo em 01/01/2025**	**Constituição/ (liquidação)**	**Transferência do/ para o estágio 2**	**Transferência do/ para estágio 3**	**Saldo em 31/12/2025**
Empréstimos e direitos creditórios descontados	168.993.688	24.746.681	9.259.105	(6.758.151)	196.241.323
Financiamentos	7.910.356	3.893.960	(80.365)	(350.639)	11.373.312
Financiamentos rurais	57.442.005	(584.814)	(2.361.887)	(6.224.495)	48.270.809
Financiamentos imobiliários	786.474.231	107.941.089	(5.922.477)	(9.250.518)	879.242.325
Financiamentos de infraestrutura	100.829.120	3.241.054	36.038	(102.162)	104.004.050
Cessão de crédito	3.293.659	(512.086)	(12.809)	(29.106)	2.739.658
Outros ativos com características de concessão de crédito (2)	16.078.584	(13.060.167)	(16.739)	(215.036)	2.786.642
Total	**1.141.021.643**	**125.665.717**	**900.866**	**(22.930.107)**	**1.244.658.119**

(1) Inclui o montante de R$ 44.570.102 referente aos contratos com mais de 30 dias de atraso.
(2) Movimentação considera a migração das operações de cartão de débito e crédito para a Caixa Cartões ocorrida em abril de 2025.

Individual					
Estágio 2	**Saldo em 01/01/2025**	**Constituição/ (liquidação)**	**Transferência do/ para estágio 1**	**Transferência do/ para estágio 3**	**Saldo em 31/12/2025**
Empréstimos e direitos creditórios descontados	21.288.406	1.958.260	(9.259.105)	(4.286.274)	9.701.287
Financiamentos	437.628	165.909	80.365	(166.542)	517.360
Financiamentos rurais	850.510	155.378	2.361.887	(301.461)	3.066.314
Financiamentos imobiliários	6.118.306	684.978	5.922.477	(1.227.340)	11.498.421
Financiamentos de infraestrutura	453.491	(37.280)	(36.038)	(4.379)	375.794
Cessão de crédito	26.741	(2.575)	12.809	(5.554)	31.421
Outros ativos com características de concessão de crédito	1.258.829	(1.254.264)	16.739	(1.172)	20.132
Total	**30.433.911**	**1.670.406**	**(900.866)**	**(5.992.722)**	**25.210.729**

Individual					
Estágio 3	**Saldo em 01/01/2025**	**Constituição/ (liquidação)**	**Transferência do/ para estágio 1**	**Transferência do/ para estágio 2**	**Saldo em 31/12/2025**
Empréstimos e direitos creditórios descontados	21.745.337	(1.756.382)	6.758.151	4.286.274	31.033.380
Financiamentos	578.823	530.233	350.639	166.542	1.626.237
Financiamentos rurais	4.008.564	181.765	6.224.495	301.461	10.716.285
Financiamentos imobiliários	32.603.630	(3.134.792)	9.250.518	1.227.340	39.946.696
Financiamentos de infraestrutura	5.865.448	(205.735)	102.162	4.379	5.766.254
Cessão de crédito	76.597	(11.546)	29.106	5.554	99.711
Outros ativos com características de concessão de crédito	523.548	(414.408)	215.036	1.172	325.348
Total	**65.401.947**	**(4.810.865)**	**22.930.107**	**5.992.722**	**89.513.911**

Consolidado					
Estágio 1 (1)	**Saldo em 01/01/2025**	**Constituição/ (liquidação)**	**Transferência do/ para estágio 2**	**Transferência do/ para estágio 3**	**Saldo em 31/12/2025**
Empréstimos e direitos creditórios descontados	170.043.830	24.839.934	9.259.105	(6.758.151)	197.384.718
Financiamentos	7.910.356	3.893.960	(80.365)	(350.639)	11.373.312
Financiamentos rurais	57.442.005	(584.814)	(2.361.887)	(6.224.495)	48.270.809
Financiamentos imobiliários	786.474.231	107.941.089	(5.922.477)	(9.250.518)	879.242.325
Financiamentos de infraestrutura	100.829.120	3.241.054	36.038	(102.162)	104.004.050
Cessão de crédito	3.293.659	(512.086)	(12.809)	(29.106)	2.739.658
Outros créditos com características de concessão de crédito	16.078.584	2.581.174	(357.492)	(317.052)	17.985.214
Total	**1.142.071.785**	**141.400.311**	**560.113**	**(23.032.123)**	**1.261.000.086**

(1) Inclui o montante de R$ 44.570.102 referente aos contratos com mais de 30 dias de atraso.

Consolidado					
Estágio 2	**Saldo em 01/01/2025**	**Constituição/ (liquidação)**	**Transferência do/ para estágio 1**	**Transferência do/ para estágio 3**	**Saldo em 31/12/2025**
Empréstimos e direitos creditórios descontados	21.288.406	1.958.260	(9.259.105)	(4.286.274)	9.701.287
Financiamentos	437.628	165.909	80.365	(166.542)	517.360
Financiamentos rurais	850.510	155.378	2.361.887	(301.461)	3.066.314
Financiamentos imobiliários	6.118.306	684.978	5.922.477	(1.227.340)	11.498.421
Financiamentos de infraestrutura	453.491	(37.280)	(36.038)	(4.379)	375.794
Cessão de crédito	26.741	(2.575)	12.809	(5.554)	31.421
Outros ativos com características de concessão de crédito	1.258.829	155.536	357.492	(53.848)	1.718.009
Total	**30.433.911**	**3.080.206**	**(560.113)**	**(6.045.398)**	**26.908.606**

Consolidado					
Estágio 3	**Saldo em 01/01/2025**	**Constituição/ (liquidação)**	**Transferência do/ para estágio 1**	**Transferência do/ para estágio 2**	**Saldo em 31/12/2025**
Empréstimos e direitos creditórios descontados	21.745.337	(1.756.420)	6.758.151	4.286.274	31.033.342
Financiamentos	578.823	530.233	350.639	166.542	1.626.237
Financiamentos rurais	4.008.564	181.765	6.224.495	301.461	10.716.285
Financiamentos imobiliários	32.603.630	(3.134.792)	9.250.518	1.227.340	39.946.696
Financiamentos de infraestrutura	5.865.448	(205.735)	102.162	4.379	5.766.254
Cessão de créditos	76.597	(11.546)	29.106	5.554	99.711
Outros ativos com características de concessão de crédito	523.548	(98.412)	317.052	53.848	796.036
Total	**65.401.947**	**(4.494.907)**	**23.032.123**	**6.045.398**	**89.984.561**

(c) Composição da carteira por faixa de atraso

Descrição	Individual 31/12/2025					
	Carteira C 1	Carteira C 2	Carteira C 3	Carteira C 4	Carteira C 5	Total
Não problemáticos	**913.830.227**	**81.708.975**	**155.806.790**	**1.174.242**	**117.348.654**	**1.269.868.888**
01 a 30 dias	859.216.348	80.133.359	154.302.549	1.151.017	115.040.333	1.209.843.606
31 a 60 dias	43.895.744	973.593	1.117.842	7.116	1.632.065	47.626.360
61 a 90 dias	10.718.135	602.023	386.399	16.109	676.256	12.398.922
Problemáticos adimplidos	**30.422.686**	**10.357.449**	**4.262.952**	**305.476**	**1.957.709**	**47.306.272**
01 a 90 dias	30.422.686	10.357.449	4.262.952	305.476	1.957.709	47.306.272
Problemáticos inadimplidos	**11.531.127**	**12.128.319**	**7.895.847**	**310.973**	**10.341.333**	**42.207.599**
91 a 180 dias	7.959.894	5.756.446	3.704.735	195.254	4.567.730	22.184.059
181 a 360 dias	2.130.074	3.482.807	2.826.898	32.620	3.725.128	12.197.527
Acima de 360 dias	1.441.159	2.889.066	1.364.214	83.099	2.048.475	7.826.013
Total	**955.784.040**	**104.194.743**	**167.965.589**	**1.790.691**	**129.647.696**	**1.359.382.759**

Descrição	Consolidado 31/12/2025					
	Carteira C 1	Carteira C 2	Carteira C 3	Carteira C 4	Carteira C 5	Total
Não problemáticos	**913.830.227**	**81.708.975**	**155.806.790**	**1.174.242**	**135.859.148**	**1.288.379.382**
01 a 30 dias	859.216.348	80.133.359	154.302.549	1.151.017	133.550.827	1.228.354.100
31 a 60 dias	43.895.744	973.593	1.117.842	7.116	1.632.065	47.626.360
61 a 90 dias	10.718.135	602.023	386.399	16.109	676.256	12.398.922
Problemáticos adimplidos	**30.422.686**	**10.357.449**	**4.262.952**	**305.476**	**1.957.709**	**47.306.272**
01 a 90 dias	30.422.686	10.357.449	4.262.952	305.476	1.957.709	47.306.272
Problemáticos inadimplidos	**11.531.127**	**12.128.319**	**7.895.847**	**310.973**	**10.341.333**	**42.207.599**
91 a 180 dias	7.959.894	5.756.446	3.704.735	195.254	4.567.730	22.184.059
181 a 360 dias	2.130.074	3.482.807	2.826.898	32.620	3.725.128	12.197.527
Acima de 360 dias	1.441.159	2.889.066	1.364.214	83.099	2.048.475	7.826.013
Total	**955.784.040**	**104.194.743**	**167.965.589**	**1.790.691**	**148.158.190**	**1.377.893.253**

O artigo 81 da Resolução BCB nº 352/2023 determina que, para calcular as provisões de perdas esperadas por risco de crédito, as instituições financeiras devem classificar seus ativos financeiros em cinco carteiras, conforme o tipo de garantia ou a ausência dela:

- **Carteira 1**: Créditos com garantias sólidas, como imóveis em alienação fiduciária ou garantias da União e de organismos internacionais.
- **Carteira 2**: Créditos com garantias como arrendamento mercantil, hipotecas de primeiro grau, penhor, alienação fiduciária de bens móveis, depósitos bancários, garantias de instituições autorizadas pelo Banco Central e seguros de crédito de entidades não relacionadas.
- **Carteira 3**: Créditos ligados a recebíveis, como operações de desconto ou garantias por cessão fiduciária, caução ou penhor de direitos creditórios, além de outras garantias não previstas nas carteiras anteriores.
- **Carteira 4**: Operações sem garantias, como capital de giro, adiantamentos de câmbio, debêntures e crédito rural para investimento.
- **Carteira 5**: Créditos de maior risco, como crédito pessoal com ou sem consignação, crédito rotativo e rural sem garantias, além de outras operações comerciais com características de crédito também sem garantias.

(d) Composição da carteira de crédito por setor de atividade

Descrição	Individual 31/12/2025	%	Consolidado 31/12/2025	%
Setor público	**85.038.188**	**6,26**	**85.038.226**	**6,17**
Administração direta	72.989.329	5,37	72.989.329	5,30
Administração indireta – saneamento e infraestrutura	5.853.054	0,43	5.853.054	0,42
Administração indireta – outros	6.195.805	0,46	6.195.843	0,45
Setor privado	**1.274.344.571**	**93,74**	**1.292.855.027**	**93,83**
Pessoa jurídica	**169.825.901**	**12,49**	**171.531.561**	**12,45**
Construção civil	31.214.567	2,31	31.473.866	2,28
Comércio varejista	25.332.661	1,86	25.986.054	1,89
Comércio atacadista	18.576.632	1,37	18.676.807	1,36
Transporte	12.715.721	0,94	12.790.568	0,93
Energia elétrica	12.564.908	0,92	12.565.392	0,91
Saneamento e infraestrutura	10.413.177	0,77	10.439.183	0,76
Saúde	7.526.241	0,55	7.569.821	0,55
Agronegócio e extrativismo	6.524.951	0,48	6.538.115	0,47
Outras indústrias	6.413.304	0,47	6.460.385	0,47
Alimentação	4.618.938	0,34	4.642.599	0,34
Siderurgia e metalurgia	3.737.905	0,27	3.768.982	0,27
Serviços financeiros	3.573.251	0,26	3.581.128	0,26
Petroquímico	2.084.058	0,15	2.089.675	0,15
Têxtil	1.947.631	0,14	1.977.112	0,14
Comunicação	1.439.375	0,11	1.468.769	0,11
Serviços pessoais	586.058	0,04	606.669	0,04
Outros serviços	20.556.523	1,51	20.896.436	1,52
Pessoa física	**1.104.518.670**	**81,25**	**1.121.323.466**	**81,38**
Total	**1.359.382.759**	**100,00**	**1.377.893.253**	**100,00**

(e) Créditos renegociados

Individual / Consolidado	
Descrição	**31/12/2025**
Renegociações (1)	417.493.101
Baixas para prejuízo	(1.230.787)

(1) Montante das renegociações não caracterizadas como reestruturações.

(f) Instrumentos financeiros com problema de recuperação de crédito (ativo problemático)

Em dezembro de 2025, o percentual dos ativos financeiros reestruturados em relação ao total de instrumentos financeiros renegociados foi de 5,54%, totalizando R$ 24.491.686.

A carteira de crédito CAIXA total classificada como Ativo Problemático, ou seja, Estágio 3, alcançou o montante de R$ 89.513.911, sendo constituída provisão no montante de R$ 46.445.828 para a referida carteira.

Os componentes de maior relevância na carteira classificada como problemática decorre da inadimplência e reestruturação, que respondem por 72,87% e 13,94%, totalizando R$ 65.227.140 e R$ 12.474.891, respectivamente.

Considerando a marcação em ativo problemático por segmento, destaca-se o segmento habitacional (PF e PJ), que responde por 45,32% (R$ 40.564.065) do total dos ativos problemáticos, sendo predominante a marcação pelos motivadores de inadimplência com 71,94% (R$ 29.180.871) e reestruturação com 26% (R$ 10.546.569).

A expectativa de recuperação dos instrumentos financeiros com problema de recuperação de crédito em dezembro de 2025 totaliza o montante de R$ 89.091.304

Em dezembro de 2025 as receitas não reconhecidas em função do ativo ser caracterizado com problema de recuperação de crédito totalizaram o montante de R$ 8.647.325.

(g) Crédito Rural

Individual / Consolidado 31/12/2025				
Descrição	**Recursos alocados**	**Total de exigibilidade**	**Total de exigibilidade (%)**	**Custo por descumprimento das exigibilidades**
Depósito à vista	16.236.411	16.609.739	31%	(57.337)
Poupança rural	7.409.399	9.449.560	70%	(14.485)
LCA – Letra de crédito do agronegócio	8.527.770	10.605.952	60%	-
Total	**32.173.580**	**36.665.251**		**(71.822)**

Nota 8.5 – Outros ativos financeiros ao custo amortizado

(a) Composição

Descrição	Individual 31/12/2025		Consolidado 31/12/2025	
	Valor Contábil	Valor Contábil Líquido de Perdas	Valor Contábil	Valor Contábil Líquido de Perdas
Créditos vinculados ao SFH (b)	22.544.916	19.141.390	22.544.916	19.141.390
Devedores por depósitos em garantia (Nota 16 (e))	22.468.788	22.468.788	22.468.788	22.468.788
Rendas a receber do setor público (1)	1.714.142	1.713.238	1.714.142	1.713.238
Cartão de crédito	882.989	882.989	1.162.931	1.162.931
Rendas a receber do setor privado (1)	255.250	254.705	495.581	495.036
Demais	159.675	159.675	159.675	159.675
Total	**48.025.760**	**44.620.785**	**48.546.033**	**45.141.058**

(1) A Resolução CMN nª 4.966/2021, em seu artigo 1º, § 2º, inciso II, especifica os critérios contábeis que não são aplicados aos ativos provenientes de contratos da instituição com clientes, os quais representam valores a receber que são recepcionados pelo CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

(b) Créditos Vinculados - Sistema Financeiro da Habitação (SFH)

O FCVS é um fundo público de natureza contábil e financeira, criado no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) pela Resolução nº 25 de 1967 do Conselho de Administração do BNH (Banco Nacional de Habitação).

A responsabilidade institucional do FCVS apresenta-se nas seguintes finalidades:

Garantir o limite de prazo para a amortização dos financiamentos habitacionais, contraídos pelos mutuários no âmbito do SFH, assumindo, em nome do mutuário, o saldo devedor residual no decurso do prazo de financiamento contratado;

Assumir, em nome do mutuário, os descontos concedidos nas liquidações antecipadas, nas renegociações e nas transferências de contratos de financiamento habitacional, observada a legislação de regência;

Assumir, em razão da Lei nº 12.409, de 2011, o saldo devedor de financiamento habitacional, total ou parcial, em caso de morte ou invalidez permanente, e assumir, também, as despesas de recuperação ou indenização decorrentes de Danos Físicos do Imóvel e as perdas de Responsabilidade Civil do Construtor; e

Liquidar as operações remanescentes do extinto Seguro de Crédito do SFH.

Destaca-se que o FCVS se relaciona exclusivamente com o agente financeiro, visto que a habilitação somente ocorre após cessada a relação do mutuário com a instituição financiadora do contrato. Assim, eventuais inconformidades relacionadas a um contrato habitacional com cobertura do FCVS, tais como a inobservância da legislação pertinente ou inconformidades identificadas na concessão ou manutenção do contrato, pelo agente financeiro, podem acarretar negativas de cobertura pelo agente operador do FCVS, o que implica em perdas para o agente financeiro.

A segregação dos créditos do FCVS é realizada com base nos seguintes status:

Habilitado - Cadastro do contrato pela CAIXA agente financeiro junto ao sistema do FCVS (CAIXA Agente Operador);

Não habilitado – Contratos em análise pela CAIXA Agente Financeiro para os procedimentos de habilitação junto ao FCVS;

Habilitado e não homologado – Contratos habilitados e ainda não analisados pelo FCVS;

Homologado com recurso – Contratos com recurso emitido pela CAIXA agente financeiro e ainda não analisados pelo FCVS, com divergência de valores;

Homologado sem recurso – Contratos em análise pela CAIXA agente financeiro para validação junto ao FCVS, para emissão ou não de recurso; e

Negativa de cobertura – Contempla contratos com negativa de cobertura com e sem recurso, e contratos que não cabem recurso pelo esgotamento das possibilidades de reversão da negativa, junto ao FCVS.

Impedimento financeiro – Risco de crédito – Contempla os instrumentos financeiros vinculados aos contratos do FCVS homologados e com impedimentos financeiros, em razão de dívidas com o FGTS, que estão sujeitos ao risco de crédito, caracterizados como ativos problemáticos, à luz das definições da Resolução CMN 4.966/2021, atribuindo a eles perda esperada igual a 100% e alocando-os no estágio 3.

Descrição	Individual / Consolidado 31/12/2025		
	Saldo base	Perdas esperadas	Saldo líquido
FCVS a receber	**31.402.290**	**(12.278.326)**	**19.123.964**
Não habilitado	38.959	(27.749)	11.210
Habilitado e não homologado	83.362	(50.390)	32.972
Homologado com/sem recurso ou manifestação	6.356.839	(2.175.340)	4.181.499
Homologados validados e em novação	9.350.513	(107.093)	9.243.420
Negativa de cobertura (1)	12.169.091	(6.514.228)	5.654.863
Impedimento financeiro – Risco de crédito (Estágio 3) (2)	3.403.526	(3.403.526)	-
FGTS a ressarcir	**17.426**	**-**	**17.426**
Total	**31.419.716**	**(12.278.326)**	**19.141.390**

(1) Inclui o valor de negativa por multiplicidade de CADMUT no montante de R$ 4.661.557 líquido de provisão para perdas esperadas. O CADMUT é o cadastro para registro das informações dos contratos de financiamento habitacional, ativos e inativos, firmados no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação – SFH e dos programas habitacionais e sociais do governo federal, conforme disposto na Lei nº 10.150 de 21/12/2000.
(2) A totalidade dos contratos com impedimento financeiro estão classificados no estágio 3.

Os contratos a serem ressarcidos pelo FCVS rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR) de acordo com a Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, alterada pela Lei nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019. A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS.

A apuração da provisão para o ativo do FCVS é realizada por um conjunto de regras, metodologia estatística e baseada em conceitos de risco operacional; uma vez que a novação dos créditos depende da documentação dos contratos, não há processo de crédito envolvido, ou seja, a constituição da provisão é para fazer frente às perdas esperadas decorrentes do processo de novação dos contratos cobertos pelo FCVS.

Nota 9 – Provisão para perdas esperadas associadas aos instrumentos financeiros

(a) Perdas esperadas por classe

Descrição	Individual 31/12/2025			Consolidado 31/12/2025		
	Perda incorrida	Perda esperada	Total	Perda incorrida	Perda esperada	Total
Ativos financeiros	**(26.074.767)**	**(39.316.627)**	**(65.391.394)**	**(26.074.767)**	**(40.618.541)**	**(66.693.308)**
Títulos e valores mobiliários	-	(579.450)	(579.450)	-	(579.450)	(579.450)
Carteira de crédito	(22.669.792)	(38.737.177)	(61.406.969)	(22.669.792)	(40.039.091)	(62.708.883)
Outros ativos financeiros	(3.404.975)	-	(3.404.975)	(3.404.975)	-	(3.404.975)
Passivos financeiros	**-**	**(3.065.343)**	**(3.065.343)**	**-**	**(1.763.429)**	**(1.763.429)**
Compromissos de empréstimos e créditos a liberar	-	(1.712.733)	(1.712.733)	-	(1.712.733)	(1.712.733)
Garantias financeiras prestadas	-	(1.352.610)	(1.352.610)	-	(50.696)	(50.696)
Total	**(26.074.767)**	**(42.381.970)**	**(68.456.737)**	**(26.074.767)**	**(42.381.970)**	**(68.456.737)**

(b) Movimentação da provisão para perdas esperadas por instrumento financeiro e estágio

Individual					
Estágio 1	**Saldo em 01/01/2025**	**Constituição/ reversão**	**Transferência do/ para estágio 2**	**Transferência do/ para estágio 3**	**Saldo em 31/12/2025**
Ativos financeiros	**(11.317.223)**	**7.588.131**	**(3.598.233)**	**(3.455.271)**	**(10.782.596)**
Títulos e valores mobiliários	(139.813)	39.172	2.878	(10.397)	(108.160)
Carteira de crédito	(11.177.410)	7.548.959	(3.601.111)	(3.444.874)	(10.674.436)
Passivos financeiros	**(898.057)**	**(124.097)**	**(44.637)**	**(67.298)**	**(1.134.089)**
Compromisso de empréstimos e créditos a liberar	(878.405)	165.711	(10.413)	(11.639)	(734.746)
Garantias financeiras prestadas	(19.652)	(289.808)	(34.224)	(55.659)	(399.343)
Total	**(12.215.280)**	**7.464.034**	**(3.642.870)**	**(3.522.569)**	**(11.916.685)**

Individual					
Estágio 2	**Saldo em 01/01/2025**	**Constituição/ reversão**	**Transferência do/ para estágio 1**	**Transferência do/ para estágio 3**	**Saldo em 31/12/2025**
Ativos Financeiros	**(7.465.777)**	**(1.802.629)**	**3.598.233**	**1.284.744**	**(4.385.429)**
Títulos e valores mobiliários	-	(95.846)	(2.878)	-	(98.724)
Carteira de crédito	(7.465.777)	(1.706.783)	3.601.111	1.284.744	(4.286.705)
Passivos financeiros	**(139.701)**	**(656.957)**	**44.637**	**507**	**(751.514)**
Compromisso de empréstimos e créditos a liberar	(139.699)	(151.887)	10.413	(232)	(281.405)
Garantias financeiras prestadas	(2)	(505.070)	34.224	739	(470.109)
Total	**(7.605.478)**	**(2.459.586)**	**3.642.870**	**1.285.251**	**(5.136.943)**

Individual					
Estágio 3	**Saldo em 01/01/2025**	**Constituição/ reversão**	**Transferência do/ para estágio 1**	**Transferência do/ para estágio 2**	**Saldo em 31/12/2025**
Ativos financeiros	**(36.045.891)**	**(16.348.005)**	**3.455.271**	**(1.284.744)**	**(50.223.369)**
Títulos e valores mobiliários	(43.599)	(339.364)	10.397	-	(372.566)
Carteira de crédito	(32.305.678)	(16.300.280)	3.444.874	(1.284.744)	(46.445.828)
Outros ativos financeiros	(3.696.614)	291.639	-	-	(3.404.975)
Passivos financeiros	**(520.462)**	**(726.069)**	**67.298**	**(507)**	**(1.179.740)**
Compromisso de empréstimos e créditos a liberar	(460.240)	(248.213)	11.639	232	(696.582)
Garantias financeiras prestadas	(60.222)	(477.856)	55.659	(739)	(483.158)
Total	**(36.566.353)**	**(17.074.074)**	**3.522.569**	**(1.285.251)**	**(51.403.109)**

Consolidado					
Estágio 1	**Saldo em 01/01/2025**	**Constituição/ reversão**	**Transferência do/ para estágio 2**	**Transferência do/ para estágio 3**	**Saldo em 31/12/2025**
Ativos financeiros	**(11.317.223)**	**7.279.565**	**(3.632.797)**	**(3.510.068)**	**(11.180.523)**
Títulos e valores mobiliários	(139.813)	39.172	2.878	(10.397)	(108.160)
Carteira de crédito	(11.177.410)	7.240.393	(3.635.675)	(3.499.671)	(11.072.363)
Passivos financeiros	**(898.057)**	**184.469**	**(10.073)**	**(12.501)**	**(736.162)**
Compromisso de empréstimos e créditos a liberar	(878.405)	165.711	(10.413)	(11.639)	(734.746)
Garantias financeiras prestadas	(19.652)	18.758	340	(862)	(1.416)
Total	**(12.215.280)**	**7.464.034**	**(3.642.870)**	**(3.522.569)**	**(11.916.685)**

Consolidado					
Estágio 2	**Saldo em 01/01/2025**	**Constituição/ reversão**	**Transferência do/ para estágio 1**	**Transferência do/ para estágio 3**	**Saldo em 31/12/2025**
Ativos Financeiros	**(7.465.777)**	**(2.307.314)**	**3.632.797**	**1.285.819**	**(4.854.475)**
Títulos e valores mobiliários	-	(95.846)	(2.878)	-	(98.724)
Carteira de crédito	(7.465.777)	(2.211.468)	3.635.675	1.285.819	(4.755.751)
Passivos financeiros	**(139.701)**	**(152.272)**	**10.073**	**(568)**	**(282.468)**
Compromisso de empréstimos e créditos a liberar	(139.699)	(151.887)	10.413	(232)	(281.405)
Garantias financeiras prestadas	(2)	(385)	(340)	(336)	(1.063)
Total	**(7.605.478)**	**(2.459.586)**	**3.642.870**	**1.285.251**	**(5.136.943)**

Consolidado					
Estágio 3	**Saldo em 01/01/2025**	**Constituição/ reversão**	**Transferência do/ para estágio 1**	**Transferência do/ para estágio 2**	**Saldo em 31/12/2025**
Ativos financeiros	**(36.045.891)**	**(16.836.667)**	**3.510.068**	**(1.285.819)**	**(50.658.309)**
Títulos e valores mobiliários	(43.599)	(339.364)	10.397	-	(372.566)
Carteira de crédito	(32.305.678)	(16.788.942)	3.499.671	(1.285.819)	(46.880.768)
Outros ativos financeiros	(3.696.614)	291.639	-	-	(3.404.975)
Passivos financeiros	**(520.462)**	**(237.407)**	**12.502**	**568**	**(744.799)**
Compromisso de empréstimos e créditos a liberar	(460.240)	(248.213)	11.639	232	(696.582)
Garantias financeiras prestadas	(60.222)	10.806	863	336	(48.217)
Total	**(36.566.353)**	**(17.074.074)**	**3.522.570**	**(1.285.251)**	**(51.403.108)**

CAIXA

CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA FAZENDA

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

(c) Movimentação da provisão para perdas esperadas por classe

Descrição	Individual – Exercício: Aplicações interfinanceiras de liquidez	Títulos e valores mobiliários	Carteira de crédito	Outros ativos financeiros	Comp. de crédito/ créd. a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total
Constituição	(13.132)	(536.738)	(16.308.606)	(49.494)	(686.775)	(1.372.662)	(18.967.407)
Reversão	7.316	140.701	22.750	1.397.157	1.256.411	96.914	2.921.249
Saldo final	**(5.816)**	**(396.037)**	**(16.285.856)**	**1.347.663**	**569.636**	**(1.275.748)**	**(16.046.158)**

Descrição	Consolidado – Exercício: Aplicações interfinanceiras de liquidez	Títulos e valores mobiliários	Carteira de crédito	Outros ativos financeiros	Comp. de crédito/ créd. a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total
Constituição	(13.132)	(536.738)	(17.737.693)	(49.494)	(686.775)	56.425	(18.967.407)
Reversão	7.316	140.701	1.206.920	1.397.157	1.256.411	(1.087.256)	2.921.249
Saldo final	**(5.816)**	**(396.037)**	**(16.530.773)**	**1.347.663**	**569.636**	**(1.030.831)**	**(16.046.158)**

Nota 10 – Ativos e passivos fiscais

(a) Demonstração da despesa de IRPJ e CSLL

Descrição	Individual 2025 – 2º semestre	Individual 2025 – Exercício	Consolidado 2025 – 2º semestre	Consolidado 2025 – Exercício
Tributos correntes	-	-	(1.240.546)	(2.009.937)
Tributos diferidos	**2.857.803**	**2.442.619**	**3.016.276**	**2.596.751**
Passivo fiscal diferido	**9.927**	**919.540**	**14.531**	**915.915**
Títulos VJR/Objeto de *hedge*	(170.863)	582.883	(170.861)	582.883
Depósito em garantia	180.790	336.657	180.790	336.657
Outros	-	-	4.602	(3.625)
Ativo fiscal diferido	**2.847.876**	**1.523.079**	**3.001.745**	**1.680.836**
Diferenças temporárias – constituição/realização	2.857.683	1.532.886	3.011.552	1.690.643
Prejuízo fiscal/Base negativa	(9.807)	(9.807)	(9.807)	(9.807)
Imposto de renda e contribuição social do período	**2.857.803**	**2.442.619**	**1.775.730**	**586.814**

(b) Demonstração do cálculo dos encargos com IRPJ e CSLL

Descrição	Individual 2025 – 2º semestre	Individual 2025 – Exercício	Consolidado 2025 – 2º semestre	Consolidado 2025 – Exercício
Resultado antes dos tributos e participações	**4.179.949**	**14.397.466**	**6.113.625**	**18.578.709**
Encargos de IRPJ e CSLL	(1.880.976)	(6.478.860)	(2.751.132)	(8.360.420)
Juros sobre o capital próprio	255.178	889.524	255.178	889.524
Participação em coligadas e controladas	1.535.431	2.669.186	(1.217.981)	802.189
Participação dos empregados nos lucros	475.760	-	475.760	-
Outros	(385.393)	2.920.150	1.997.629	4.658.770
Imposto de renda e contribuição social correntes	**-**	**-**	**(1.240.546)**	**(2.009.937)**

(c) Passivo fiscal diferido

Descrição	Individual 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025
Passivo fiscal diferido no resultado	**3.672.740**	**3.673.238**
Ajustes a valor justo de títulos VJR	98.694	98.694
Atualização monetária de depósitos em garantia	3.519.739	3.519.739
Outras	54.307	54.805
Passivo fiscal diferido no PL	**804.884**	**804.884**
Marcação a mercado	804.884	804.884
Total do passivo fiscal diferido	**4.477.624**	**4.478.122**

(d) Ativo fiscal diferido

Descrição	Individual 01/01/2025	Individual Constituição	Individual Reversão	Individual 31/12/2025	Consolidado 01/01/2025	Consolidado Constituição	Consolidado Reversão	Consolidado 31/12/2025
Diferenças temporárias	**61.802.996**	**44.417.702**	**(45.522.383)**	**60.698.315**	**61.802.996**	**44.572.173**	**(45.522.383)**	**60.852.786**
Provisão para perdas esperadas	41.747.612	39.455.052	(32.922.250)	48.280.414	41.747.612	39.455.052	(32.922.250)	48.280.414
Passivos atuariais	4.231.259	782.165	(2.604.963)	2.408.461	4.231.259	782.165	(2.604.963)	2.408.461
Provisões trabalhistas	2.669.905	374.746	(1.018.134)	2.026.517	2.669.905	374.746	(1.018.134)	2.026.517
Ajuste a valor justo de instrumentos derivativos	1.445.936	88.766	(1.318.019)	216.683	1.445.936	88.766	(1.318.019)	216.683
Provisão para perdas – FCVS a receber	3.664.794	839.232	(510.366)	3.993.660	3.664.794	839.232	(510.366)	3.993.660
Provisões cíveis	1.798.218	-	(284.717)	1.513.501	1.798.218	-	(284.717)	1.513.501
Impairment – ativos mantidos para venda (AMV)	252.089	-	(101.187)	150.902	252.089	-	(101.187)	150.902
Provisões fiscais	280.285	32.523	(7.426)	305.382	280.285	32.523	(7.426)	305.382
Outros	5.712.898	2.845.218	(6.755.321)	1.802.795	5.712.898	2.999.689	(6.755.321)	1.957.266
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	**3.570.902**	**-**	**(9.806)**	**3.561.096**	**3.570.902**	**-**	**(9.806)**	**3.561.096**
Prejuízo fiscal/Base negativa CSLL a realizar	3.570.902	-	(9.806)	3.561.096	3.570.902	-	(9.806)	3.561.096
Total dos créditos com impacto no resultado	**65.373.898**	**44.417.702**	**(45.532.189)**	**64.259.411**	**65.373.898**	**44.572.173**	**(45.532.189)**	**64.413.882**
Passivos atuariais	6.472.801	1.341.140	(324.134)	7.489.807	6.472.801	1.341.140	(324.134)	7.489.807
Outros	915.522	-	(915.522)	-	915.522	-	(915.522)	-
Total dos créditos com impacto no PL	**7.388.323**	**1.341.140**	**(1.239.656)**	**7.489.807**	**7.388.323**	**1.341.140**	**(1.239.656)**	**7.489.807**
Total dos créditos tributários	**72.762.221**	**45.758.842**	**(46.771.845)**	**71.749.218**	**72.762.221**	**45.913.313**	**(46.771.845)**	**71.903.689**
Total dos créditos não constituídos	**57.819**	**-**	**(8.151)**	**49.668**	**57.819**	**-**	**(8.151)**	**49.668**

(e) Expectativa de realização – ativo fiscal diferido

Ano de Realização	Individual – Valor nominal	Individual – Valor presente	Consolidado – Valor nominal	Consolidado – Valor presente
2026	7.698.806	7.614.813	7.698.806	7.614.813
2027	10.490.661	9.512.745	10.490.661	9.512.745
2028	6.368.903	5.326.794	6.368.903	5.326.794
2029	5.929.815	4.598.609	5.929.815	4.598.609
2030	5.860.199	4.227.089	5.860.199	4.227.089
2030 a 2035	35.400.834	20.836.180	35.555.305	20.836.343
	71.749.218	**52.116.230**	**71.903.689**	**52.116.393**

Nota 11 – Investimentos

A tabela a seguir apresenta as participações em controladas, controladas em conjunto e coligadas do conglomerado CAIXA.

Empresa (1)	País de constituição	Sede	Natureza do relacionamento	Atividade	Participação estratégica (2)
CAIXA	**Brasil**	**Brasília (DF)**	**Líder do conglomerado**	**Instituição financeira**	
TecBan	Brasil	Barueri (SP)	Coligada	Tecnologia bancária	Sim
Quod	Brasil	Barueri (SP)	Coligada	Birô de crédito	Sim
Núclea	Brasil	São Paulo (SP)	Coligada	Outras atividades	Sim
Caixa Seguridade	**Brasil**	**Brasília (DF)**	**Controlada**	**Holding**	**Sim**
Caixa Holding	Brasil	Brasília (DF)	Controlada	Holding	Sim
Caixa Corretora	Brasil	Brasília (DF)	Controlada	Corretora de seguros	Sim
Too Seguros	Brasil	São Paulo (SP)	Controle conjunto	Seguradora	Não
PAN Corretora	Brasil	São Paulo (SP)	Controle conjunto	Corretora	Não
XS3 Seguros	Brasil	São Paulo (SP)	Controle conjunto	Seguros	Sim
XS4 Capitalização	Brasil	Rio de Janeiro (RJ)	Controle conjunto	Capitalização	Sim
XS5 Consórcios	Brasil	São Paulo (SP)	Controle conjunto	Consórcios	Sim
XS6 Assistência	Brasil	Barueri (SP)	Controle conjunto	Serviços assistenciais	Sim
CNP Brasil	Brasil	Brasília (DF)	Coligada	Holding	Sim
Holding XS1	Brasil	São Paulo (SP)	Coligada	Holding	Sim
Caixa Cartões	**Brasil**	**Brasília (DF)**	**Subsidiária integral**	**Holding**	**Sim**
Elo Holding	Brasil	Barueri (SP)	Controle conjunto	Holding	Sim
Caixa Cartões Pré-Pagos	Brasil	São Paulo (SP)	Controle conjunto	Emissão de vales-alimentação, vales-transportes e similares	Sim
Caixa Loterias	**Brasil**	**Brasília (DF)**	**Subsidiária integral**	**Serviços lotéricos**	**Sim**
Caixa Asset	**Brasil**	**Brasília (DF)**	**Subsidiária integral**	**Distribuição de títulos e valores mobiliários**	**Sim**

(1) Todas as empresas mencionadas adotam o Real como moeda funcional.
(2) Consideram-se participações estratégicas os investimentos em sociedades cujas atividades complementam ou dão suporte às atividades do banco.

(a) Composição do investimento e do resultado de equivalência patrimonial

Empresa	% de participação 31/12/2025 – Total	% de participação 31/12/2025 – Ações ordinárias	Patrimônio líquido 31/12/2025	Valor contábil 01/01/2025	Movimentação – Resultado MEP	Movimentação – Dividendos e JCP (1)	Movimentação – Outros	Valor contábil 31/12/2025
Caixa Seguridade	80,00%	80,00%	13.550.484	10.665.915	3.452.012	(3.110.963)	(166.576)	10.840.388
Caixa Cartões Holding	100,00%	100,00%	1.222.941	875.683	703.702	(365.630)	9.186	1.222.941
Caixa Loterias	100,00%	100,00%	539.052	87.587	670.558	(219.093)	-	539.052
Caixa Asset	100,00%	100,00%	849.357	848.834	1.052.467	(1.051.944)	-	849.357
TecBan	13,01%	11,61%	991.596	178.644	4.975	(1.160)	(1.583)	180.876
Quod	15,29%	16,00%	307.668	50.926	(3.884)	-	-	47.042
Galgo Sistemas de Informações (2)	6,67%	6,67%	-	2.681	(599)	-	(2.082)	-
Núclea	8,18%	8,18%	1.853.320	147.331	52.293	(48.137)	30	151.517
Outros investimentos (3)	-	-	136	136	-	-	-	136
Total			**19.314.554**	**12.857.737**	**5.931.524**	**(4.796.927)**	**(161.025)**	**13.831.309**

(1) Dividendos e JCP propostos no período totalizaram R$ 4.796.927, efetivamente recebidos R$ 4.604.583.
(2) Venda da participação na empresa Galgo em 05/2025 pelo valor de R$ 3.458.
(3) Inclui os investimentos pré-operacionais: Negócios Digitais, Caixa Imóveis.

Empresa	% de participação (1) 31/12/2025 – Total	% de participação (1) 31/12/2025 – Ações ordinárias	Patrimônio líquido 31/12/2025	Valor contábil 01/01/2025	Movimentação – Resultado MEP	Movimentação – Dividendos e JCP (2)	Movimentação – Outros	Valor contábil 31/12/2025
Holding XS1	60,00%	49,00%	12.261.104	7.207.587	1.497.516	(1.413.414)	64.973	7.356.662
CNP Brasil	48,25%	48,25%	5.281.860	2.325.920	428.782	(342.675)	136.470	2.548.497
XS3 Seguros	75,00%	49,99%	2.029.644	1.415.299	589.725	(525.563)	42.698	1.522.159
XS4 Capitalização	75,00%	49,99%	367.748	205.827	202.569	(137.674)	5.071	275.793
XS5 Consórcios	75,00%	49,99%	666.868	425.217	260.578	(185.662)	-	500.133
XS6 Assistência	75,00%	49,99%	59.417	33.883	37.144	(26.464)	-	44.563
Too Seguros	49,00%	49,00%	904.300	423.595	208.503	(229.081)	37.608	440.625
PAN Corretora	49,00%	49,00%	41.966	17.219	26.583	(23.238)	-	20.564
Elo Serviços	41,41%	0,01%	-	456.669	201.409	(310.267)	(347.811)	-
Elo Holding (3)	33,34%	-	859.329	-	18.554	-	267.903	286.457
Caixa Cartões Pré-Pagos	75,00%	50%-1	430.789	308.043	20.649	(5.600)	-	323.092
TecBan	13,01%	11,61%	991.596	178.644	4.975	(1.160)	(1.583)	180.876
Quod	15,29%	16,00%	307.668	50.926	(3.884)	-	-	47.042
Galgo Sistemas de Informações (4)	6,67%	6,67%	-	2.681	(599)	-	(2.082)	-
Núclea	8,18%	8,18%	1.853.320	147.331	52.293	(48.137)	30	151.517
Outros investimentos (5)		-	395	395	-	-	-	395
Total			**26.056.004**	**13.199.236**	**3.544.797**	**(3.248.935)**	**203.277**	**13.698.375**

(1) Os percentuais de participação na Holding XS1, CNP Brasil, XS3 Seguros, XS4 Capitalização, XS5 Consórcios, XS6 Assistência, Too Seguros e Pan Corretora são demonstrados pela ótica da Controlada Caixa Seguridade.
(2) Dividendos e JCP efetivamente recebidos totalizaram R$ 3.587.069, sendo R$ 1.752.755 da Holding XS1; R$ 342.675 da CNP Brasil; R$ 634.036 da XS3 Seguros; R$ 140.731 da XS4 Capitalização; R$168.422 da XS5 Consórcios; R$ 19.036 da XS6 Assistência; R$ 219.114 da Too Seguros; R$ 22.124 da PAN Corretora; R$ 234.439 da Elo Serviços; R$ 5.600 da Caixa Cartões Pré-Pagos e R$ 48.137 da Nuclea.
(3) Em outubro de 2025 foi efetivada a reorganização societária do Grupo Elo, resultando em: alienação a valor contábil da participação na Elo Serviços, com redução de 41,41% para 33,34%; constituição da Elo Holding pela Caixa Cartões (33,34%) e Elo Participações Ltda – Elopar (66,66%), com a migração de suas respectivas participações na Elo Serviços para a nova empresa; e incorporação da Elo Serviços pela Elo Holding como subsidiária integral.
(4) Venda da participação na empresa Galgo em 05/2025 pelo valor de R$ 3.458.
(5) Inclui os investimentos pré-operacionais: Negócios Digitais, Caixa Imóveis, Caixa Cartões Adquirência, Caixa Cartões PAT, Caixa Cartões Fidelidade, Caixa Cartões Contas de Pagamento.

(b) Informações financeiras resumidas das controladas em conjunto e coligadas não ajustadas pelos percentuais de participação detidos pela CAIXA no segmento de seguros e capitalização

Descrição	31/12/2025 Holding XS1	CNP Brasil	XS3 Seguros	XS4 Capitalização	XS5 Consórcios	XS6 Assistência	Too Seguros	PAN Corretora
Ativo circulante	**204.685.124**	**470.328**	**2.530.000**	**1.734.952**	**446.977**	**211.032**	**1.167.073**	**59.110**
Ativo não circulante	**12.185.622**	**4.850.991**	**1.215.154**	**2.051.906**	**1.033.292**	**52.427**	**1.494.799**	**38**
Passivo circulante	**184.837.459**	**39.459**	**1.714.708**	**3.411.085**	**261.000**	**140.437**	**1.670.249**	**17.181**
Passivo não circulante	**19.772.184**	**-**	**801**	**8.025**	**552.400**	**63.604**	**87.323**	**-**
Passivo contingente	(211.329)	-	801	6	-	-	21.530	-
Receitas	32.549.420	1.053.810	1.560.116	2.068.299	1.162.259	293.365	1.964.523	65.195
Despesas	(30.053.534)	(165.144)	(773.777)	(1.798.193)	(814.810)	(243.838)	(1.480.845)	(10.944)
Lucro/prejuízo do período	**2.495.886**	**888.666**	**786.339**	**270.106**	**347.449**	**49.527**	**483.678**	**54.251**
Outros resultados abrangentes	(108.262)	(122.668)	(85.956)	(39.617)	-	-	(71.990)	-
Resultado abrangente total	2.387.624	765.998	700.383	230.489	347.449	49.527	411.688	54.251
Patrimônio líquido ajustado	**12.261.103**	**5.281.860**	**2.029.645**	**367.748**	**666.869**	**59.418**	**904.300**	**41.965**
% de participação	60,00%	48,25%	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%	49,00%	49,00%
Saldo do investimento	**7.356.662**	**2.548.497**	**1.522.159**	**275.797**	**500.133**	**44.563**	**443.107**	**20.564**
Outros ajustes	-	-	-	(4)	-	-	(2.482)	-

(c) Informações financeiras resumidas das controladas em conjunto e coligadas não ajustadas pelos percentuais de participação detidos pela CAIXA em outros segmentos

Descrição	31/12/2025 TecBan	Quod	Elo Holding	Caixa Cartões Pré-Pagos	Núclea
Ativo circulante	**766.711**	**187.906**	**-**	**1.068.468**	**823.353**
Ativo não circulante	**2.473.255**	**1.025.754**	**859.407**	**358.856**	**1.334.903**
Passivo circulante	**668.796**	**377.032**	**78**	**996.535**	**277.299**
Passivo não circulante	**1.579.574**	**528.960**	**-**	**-**	**33.086**
Receitas	2.982.215	373.386	55.737	415.677	1.539.850
Despesas	(2.943.971)	(398.779)	(78)	(388.144)	(905.676)
Lucro/prejuízo do período	**38.244**	**(25.393)**	**55.659**	**27.533**	**634.174**
Resultado abrangente total	38.244	(25.393)	55.659	27.533	634.174
Patrimônio líquido ajustado	**991.596**	**307.668**	**859.329**	**430.789**	**1.853.320**
% de participação	13,01%	15,29%	33,34%	75,00%	8,18%
Saldo do investimento	**129.007**	**47.042**	**286.457**	**323.092**	**151.517**
Outros ajustes	51.869	-	-	-	-

(d) Alienação de ações da Caixa Seguridade

Em março de 2025, a CAIXA, por meio de oferta pública secundária de ações, alienou 82.380.893 ações ordinárias de emissão da Caixa Seguridade. Como resultado dessa operação, a participação societária da CAIXA na referida companhia foi reduzida de 82,75% para 80%. A transação gerou um ganho no montante de R$ 841.114 (Nota 28), reconhecido no resultado do período, conforme critérios estabelecidos pelas normas contábeis vigentes.

Nota 12 – Imobilizado de uso

(a) Composição

Descrição	Individual – Vida útil (em anos)	31/12/2025 Custo	Depreciação	Redução ao valor recuperável	Líquido
Imóveis de uso	**-**	**1.945.543**	**(944.100)**	**(33.062)**	**968.381**
Edificações	25	1.738.568	(944.100)	(31.301)	763.167
Terrenos	-	206.975	-	(1.761)	205.214
Ativos de direito de uso	**-**	**2.663.536**	**(140.674)**	**-**	**2.522.862**
Imóveis	-	2.403.835	(109.861)	-	2.293.974
Veículos, embarcações e outros	-	259.701	(30.813)	-	228.888
Benfeitorias em imóveis de terceiros	**5**	**2.782.968**	**(2.035.132)**	**(143)**	**747.693**
Imobilizações em curso	**-**	**381.300**	**-**	**-**	**381.300**
Móveis e equipamentos de uso	**-**	**6.527.352**	**(4.459.481)**	**(62)**	**2.067.809**
Sistema de comunicação e de segurança	5 a 10	1.120.325	(769.280)	-	351.045
Sistema de processamento de dados	5	5.407.027	(3.690.201)	(62)	1.716.764
Móveis em estoque e outros equipamentos	**-**	**990.496**	**(515.918)**	**(8.580)**	**465.998**
Obras de arte	**-**	**1.357**	**-**	**-**	**1.357**
Total		**15.292.552**	**(8.095.305)**	**(41.847)**	**7.155.400**

Descrição	Consolidado – Vida útil (em anos)	31/12/2025 Custo	Depreciação	Redução ao valor recuperável	Líquido
Imóveis de uso	**-**	**1.945.543**	**(944.100)**	**(33.062)**	**968.381**
Edificações	25	1.738.568	(944.100)	(31.301)	763.167
Terrenos	-	206.975	-	(1.761)	205.214
Ativos de direito de uso	**-**	**2.674.327**	**(141.801)**	**-**	**2.532.526**
Imóveis	-	2.414.626	(110.988)	-	2.303.638
Veículos, embarcações e outros	-	259.701	(30.813)	-	228.888
Benfeitorias em imóveis de terceiros	**5**	**2.782.968**	**(2.035.132)**	**(143)**	**747.693**
Imobilizações em curso	**-**	**381.300**	**-**	**-**	**381.300**
Móveis e equipamentos de uso	**-**	**6.527.412**	**(4.459.536)**	**(62)**	**2.067.814**
Sistema de comunicação e de segurança	5 a 10	1.120.345	(769.300)	-	351.045
Sistema de processamento de dados	5	5.407.067	(3.690.236)	(62)	1.716.769
Móveis em estoque e outros equipamentos	**-**	**990.496**	**(515.918)**	**(8.580)**	**465.998**
Obras de arte	**-**	**1.357**	**-**	**-**	**1.357**
Total		**15.303.403**	**(8.096.487)**	**(41.847)**	**7.165.069**

(b) Movimentação

Descrição	Individual 01/01/2025 Líquido	Movimentação – Transf.	Adições	Baixas	Depreciação	Redução ao valor recuperável	31/12/2025 Líquido
Imóveis de uso	**907.358**	**90.295**	**31.760**	**(2.264)**	**(53.625)**	**(5.143)**	**968.381**
Edificações	701.632	89.990	31.899	(1.589)	(53.625)	(5.140)	763.167
Terrenos	205.726	305	(139)	(675)	-	(3)	205.214
Ativos de direito de uso	**-**	**-**	**2.715.664**	**-**	**(142.349)**	**(50.453)**	**2.522.862**
Imóveis	-	-	2.455.963	-	(111.536)	(50.453)	2.293.974
Veículos, embarcações e outros	-	-	259.701	-	(30.813)	-	228.888
Benfeitorias em imóveis de terceiros	**548.875**	**423.036**	**-**	**(14.858)**	**(209.360)**	**-**	**747.693**
Imobilizações em curso	**385.768**	**(510.610)**	**506.142**	**-**	**-**	**-**	**381.300**
Móveis e equipamentos de uso	**1.816.501**	**6.062**	**902.436**	**(4.319)**	**(652.809)**	**(62)**	**2.067.809**
Sistema de comunicação e de segurança	246.291	(38.994)	242.750	(1.692)	(97.310)	-	351.045
Sistema de processamento de dados	1.570.210	45.056	659.686	(2.627)	(555.499)	(62)	1.716.764
Móveis em estoque e outros equipamentos	**252.394**	**(11.407)**	**281.518**	**(1.732)**	**(54.775)**	**-**	**465.998**
Obras de arte	**1.357**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.357**
Total	**3.912.253**	**(2.624)**	**4.437.520**	**(23.173)**	**(1.112.918)**	**(55.658)**	**7.155.400**

Descrição	Consolidado 01/01/2025 Líquido	Movimentação – Transf.	Adições	Baixas	Depreciação	Redução ao valor recuperável	31/12/2025 Líquido
Imóveis de uso	**907.358**	**90.295**	**31.760**	**(2.264)**	**(53.625)**	**(5.143)**	**968.381**
Edificações	701.632	89.990	31.899	(1.589)	(53.625)	(5.140)	763.167
Terrenos	205.726	305	(139)	(675)	-	(3)	205.214
Ativos de direito de uso	**-**	**-**	**2.726.455**	**-**	**(143.476)**	**(50.453)**	**2.532.526**
Imóveis	-	-	2.466.754	-	(112.663)	(50.453)	2.303.638
Veículos, embarcações e outros	-	-	259.701	-	(30.813)	-	228.888
Benfeitorias em imóveis de terceiros	**548.875**	**423.036**	**-**	**(14.858)**	**(209.360)**	**-**	**747.693**
Imobilizações em curso	**385.768**	**(510.610)**	**506.142**	**-**	**-**	**-**	**381.300**
Móveis e equipamentos de uso	**1.816.508**	**6.062**	**902.434**	**(4.319)**	**(652.809)**	**(62)**	**2.067.814**
Sistema de comunicação e de segurança	246.291	(38.994)	242.750	(1.692)	(97.310)	-	351.045
Sistema de processamento de dados	1.570.217	45.056	659.684	(2.627)	(555.499)	(62)	1.716.769
Móveis em estoque e outros equipamentos	**252.394**	**(11.407)**	**281.518**	**(1.732)**	**(54.775)**	**-**	**465.998**
Obras de arte	**1.357**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.357**
Total	**3.912.260**	**(2.624)**	**4.448.309**	**(23.173)**	**(1.114.045)**	**(55.658)**	**7.165.069**

(c) Arrendamento

Os ativos de direito de uso referem-se aos contratos de locação de imóveis e demais ativos utilizados nas operações administrativas e bancárias, os quais geraram saída de caixa no montante de R$ 287.268.

Demonstramos a seguir a análise do passivo de arrendamento por vencimento, com base no prazo remanescente dos contratos de arrendamento mercantil.

Prazo de Vencimento	Individual	Consolidado
Até 1 ano	31.454	31.920
1 a 5 anos	1.873.393	1.883.056
Acima de 5 anos	573.114	573.114
Total (Nota 15.4)	**2.477.961**	**2.488.090**

Nota 13 – Intangível

(a) Composição

Descrição	Individual 31/12/2025 – Custo	Amortização acumulada	Redução ao valor recuperável	Líquido
Aquisição de folha de pagamento	3.914.982	(2.205.038)	-	1.709.944
Softwares	2.329.461	(1.045.264)	(35.385)	1.248.812
Licenças e direitos autorais	1.783.335	(679.629)	-	1.103.706
Outros intangíveis	617.088	(72.008)	-	545.080
Total	**8.644.866**	**(4.001.939)**	**(35.385)**	**4.607.542**

Descrição	Consolidado 31/12/2025 – Custo	Amortização acumulada	Redução ao valor recuperável	Líquido
Aquisição de folha de pagamento	3.914.982	(2.205.038)	-	1.709.944
Softwares	2.329.461	(1.045.264)	(35.385)	1.248.812
Licenças e direitos autorais	1.783.335	(679.629)	-	1.103.706
Outros intangíveis	647.137	(78.017)	-	569.120
Total	**8.674.915**	**(4.007.948)**	**(35.385)**	**4.631.582**

(b) Movimentação

Descrição	Individual 01/01/2025 Líquido	Movimentação – Transf.	Adições	Baixas	Amortização	*Impairment*	31/12/2025 Líquido
Aquisição de folha de pagamento	1.719.992	-	561.212	9.044	(580.304)	-	1.709.944
Softwares	1.129.625	(48.783)	695.401	(246.368)	(280.935)	(128)	1.248.812
Licenças e direitos autorais	396.535	(4.459)	1.153.283	(17.706)	(423.947)	-	1.103.706
Outros intangíveis	54.647	-	589.168	-	(98.735)	-	545.080
Total	**3.300.799**	**(53.242)**	**2.999.064**	**(255.030)**	**(1.383.921)**	**(128)**	**4.607.542**

Descrição	Consolidado 01/01/2025 Líquido	Movimentação – Transf.	Adições	Baixas	Amortização	*Impairment*	31/12/2025 Líquido
Aquisição de folha de pagamento	1.719.992	-	561.212	9.044	(580.304)	-	1.709.944
Softwares	1.129.625	(48.783)	695.401	(246.368)	(280.935)	(128)	1.248.812
Licenças e direitos autorais	396.535	(4.459)	1.153.283	(17.706)	(423.947)	-	1.103.706
Outros intangíveis	84.647	-	589.217	-	(104.744)	-	569.120
Total	**3.330.799**	**(53.242)**	**2.999.113**	**(255.030)**	**(1.389.930)**	**(128)**	**4.631.582**

CAIXA

CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA FAZENDA

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

Nota 14 – Outros ativos

(a) Composição

Descrição	Individual 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025
Ativos não financeiros mantidos para venda e materiais de estoque (b)	6.130.953	6.130.953
Valores a apropriar	1.536.461	1.562.461
Antecipações salariais e outros adiantamentos	1.325.415	1.325.543
Dividendos e JCP a receber	1.285.353	287.945
Relações interfinanceiras e interdependências	581.598	581.598
Créditos específicos	120.581	120.581
Despesas antecipadas	116.111	117.994
Valores a ressarcir – FGTS	44.855	44.855
Devedores diversos	1.371.134	1.858.012
Total	**12.512.461**	**12.029.942**

(b) Ativos não financeiros mantidos para venda e materiais de estoque

Individual / Consolidado	
Descrição	31/12/2025
Ativos não financeiros mantidos para venda – recebidos	6.401.038
Ativos não financeiros mantidos para venda – próprios	47.809
Material de consumo	17.438
Total	**6.466.285**
Perdas por redução ao valor recuperável – recebidos	(332.875)
Perdas por redução ao valor recuperável – próprios	(2.457)
Total líquido de provisão	**6.130.953**

(c) Provisão para perdas ao valor recuperável de ativos

Individual / Consolidado	
Descrição	31/12/2025
Saldo inicial	**(418.905)**
Constituição	(82.916)
Baixas	166.489
Saldo final	**(335.332)**

Nota 15 – Passivos financeiros ao custo amortizado

Nota 15.1 – Recursos de clientes

(a) Depósitos por prazo de exigibilidade

Depósitos	Individual					Consolidado
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2025	31/12/2025
Depósitos à vista	**54.596.876**	-	-	-	**54.596.876**	**54.012.688**
Pessoas físicas	29.394.279	-	-	-	29.394.279	29.394.279
Pessoas jurídicas	17.609.771	-	-	-	17.609.771	17.609.490
Vinculados	2.211.464	-	-	-	2.211.464	1.627.557
Governo	1.948.524	-	-	-	1.948.524	1.948.524
Instituições do sistema financeiro	571.103	-	-	-	571.103	571.103
Contas encerradas	261.376	-	-	-	261.376	261.376
Depósitos obrigatórios	1.849.361	-	-	-	1.849.361	1.849.361
Depósitos em moedas estrangeiras	11.343	-	-	-	11.343	11.343
Outros	739.655	-	-	-	739.655	739.655
Depósitos de poupança	**396.218.727**	-	-	-	**396.218.727**	**396.218.727**
Pessoas físicas	374.496.436	-	-	-	374.496.436	374.496.436
Pessoas jurídicas	15.420.822	-	-	-	15.420.822	15.420.822
Contas encerradas	6.301.469	-	-	-	6.301.469	6.301.469
Depósitos a prazo	**118.538.999**	**14.065.541**	**42.006.977**	**145.978.090**	**320.589.607**	**320.589.607**
Depósitos judiciais	118.538.999	-	-	-	118.538.999	118.538.999
CDB	-	14.065.541	42.006.977	145.978.090	202.050.608	202.050.608
Depósitos especiais e de fundos e programas	**50.429.954**	-	-	-	**50.429.954**	**50.429.954**
Outros depósitos	**92.049**	-	-	-	**92.049**	**92.049**
Total	**619.876.605**	**14.065.541**	**42.006.977**	**145.978.090**	**821.927.213**	**821.343.025**

(b) Depósitos especiais e de fundos e programas

Individual / Consolidado	
Descrição	31/12/2025
Fundo de Arrendamento Residencial – FAR	20.123.758
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS	7.539.249
Fundo de Apoio à Infraestrutura para Recuperação e Adaptação de Eventos Climáticos Extremos – FIRECE	7.384.932
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	2.728.517
Fundo de Compensação Ambiental – FCA	2.721.347
Fundo Garantia Safra – FGS	2.009.645
Garantia crédito hipotecário	1.745.746
Depósitos – PREVHAB	1.611.248
Depósitos especiais com remuneração – SRF	1.179.437
Incra	1.027.338
Fundo de Custeio do Ensino Médio – FIPEM	1.009.685
Fundo Garantidor de Microfinanças – FGM	428.411
Fundo de apoio e desenvolvimento PPP – FEP CAIXA	414.739
Outros	505.902
Total	**50.429.954**

Nota 15.2 – Recursos de instituições financeiras e outras

(a) Composição

Descrição	Individual 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025
Obrigações por empréstimos e repasses	**588.104.550**	**588.104.550**
FGTS	552.470.376	552.470.376
BNDES	17.453.409	17.453.409
Fundo Social - Lei nº 12.351	11.651.109	11.651.109
Empréstimos no exterior	2.471.995	2.471.995
Fundo da Marinha Mercante	2.143.054	2.143.054
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia	911.951	911.951
Fundo de Desenvolvimento do Nordeste	345.608	345.608
Outras	657.048	657.048
Captações no mercado aberto	**199.920.878**	**198.441.258**
Carteira própria	**158.673.837**	**157.194.217**
Letras financeiras do tesouro	85.886.264	85.695.223
Letras do tesouro nacional	65.999.321	64.710.742
Debêntures	5.851.615	5.851.615
Certificados de recebíveis imobiliários	874.453	874.453
Certificado de recebíveis do agronegócio	62.184	62.184
Carteira de terceiros	**41.247.041**	**41.247.041**
Letras do tesouro nacional	22.899.489	22.899.489
Letras financeiras do tesouro	18.347.552	18.347.552
Depósitos interfinanceiros	**5.380.504**	**5.380.504**
Total	**793.405.932**	**791.926.312**

Repasses no país - FGTS

Os recursos repassados pelo FGTS são destinados à aplicação em operações de infraestrutura, desenvolvimento urbano e crédito imobiliário. Tais repasses estão sujeitos à atualização monetária de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR), taxa média de juros de 4,82% a.a. (habitação 4,73% a.a.; saneamento 6,01% a.a.; infraestrutura 5,90% a.a.; saúde 5,80% a.a.) e prazo médio de retorno de 289 meses (habitação – 300 meses; saneamento – 145 meses; infraestrutura – 138 meses; saúde – 64 meses).

Empréstimos no exterior

O saldo dos empréstimos no exterior é composto por linhas de crédito captadas no exterior para financiamento de operações de exportação e importação de clientes, e por emissão de títulos de dívida no mercado internacional, sujeitos à taxa de juros externa de até 5,74% ao ano, substancialmente atreladas ao dólar dos Estados Unidos, com vencimento em até 2030.

Nota 15.3 – Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários

(a) Composição

Descrição	Individual 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025
Recursos aceites e emissão de títulos (b)	294.345.710	294.345.710
Instrumentos financeiros subordinados (c)	41.138.493	41.138.493
Instrumentos híbridos de capital e dívida elegíveis ao capital - IHCD (d) (1)	34.551.870	-
Instrumentos híbridos de capital e dívida (2)	1.471.091	921.703
Total	**371.507.164**	**336.405.906**

(1) No consolidado o IHCD principal autorizado no montante de R$ 34.551.870 e sua atualização monetária de R$ 549.388 são reclassificados para o Patrimônio Líquido.
(2) No individual contempla os juros remuneratórios de IHCD a pagar no montante de R$ 921.703 e a atualização monetária de R$ 549.388.

(a.1) Instrumento de dívida subordinada – FGTS

A CAIXA possui 8 instrumentos de dívida subordinada autorizados pelo Banco Central do Brasil na composição do Nível II do Patrimônio de Referência – PR, em acordo com o disposto na Resolução CMN nº 4.958/2021 que trata da metodologia de apuração do PR, contratados com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

Sobre o valor total das dívidas incide atualização monetária, mediante a aplicação de coeficiente de atualização idêntico ao utilizado para a remuneração das contas vinculadas do FGTS e juros capitalizados mensalmente.

(a.2) Letras financeiras subordinadas – Nível I (Complementar)

A CAIXA captou no mercado local Letras Financeiras Subordinadas, no valor de face total de R$ 7.368.000, desse total R$ 7.362.541 estão autorizadas para compor o Capital Complementar do Nível I (PR).

(b) Recursos de aceites e emissão de títulos

Individual / Consolidado						
Captações	Rem. a.a. / Indexador	Vencimento				31/12/2025
		01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Letra de crédito imobiliário	CDI	20.214.973	17.327.852	49.968.430	148.338.653	235.849.908
Letra de crédito imobiliário	IPCA	747.768	-	-	-	747.768
Letra de crédito imobiliário	Prefixada	9.088.061	2.461.387	4.012.485	1.775.926	17.337.859
Letra de crédito imobiliário - FGTS	TR	-	-	6.710	-	6.710
Letra financeira	IPCA	-	-	-	3.282.571	3.282.571
Letra financeira	CDI	-	-	6.524.814	14.204.058	20.728.872
Letra de crédito do agronegócio	CDI	611.651	2.946.955	3.778.058	5.212.634	12.549.298
Títulos e valores mobiliários no exterior						
Bond social (B1)	5,625%	-	-	-	3.842.724	3.842.724
Total		**30.662.453**	**22.736.194**	**64.290.497**	**176.656.566**	**294.345.710**

(b.1) Títulos e valores mobiliários no exterior

Em maio de 2025, a CAIXA realizou sua primeira emissão de títulos com temática social no mercado internacional. A emissão tem como objetivo captar recursos para o financiamento de projetos que promovam a inclusão financeira, em conformidade com as melhores práticas globais de finanças sustentáveis, seguindo diretrizes para garantir a alocação transparente e rastreável dos recursos em projetos com impacto social positivo.

Individual / Consolidado						
Título	Moeda	Valor emitido (1)	Remuneração a.a.	Captação	Vencimento	31/12/2025
Bond social	US$	700.000	5,625%	13/05/2025	13/05/2030	3.842.724

(1) Valores em milhares de US$.

(c) Instrumentos financeiros subordinados

Individual / Consolidado						
Vencimento	Remuneração a.a. (%)	Data da captação	Valor emitido	Atualização monetária e juros	Amortização	Saldo devedor 31/12/2025
Nível I – Complementar (1)						
Letras financeiras elegíveis						
Perpétuo	114 % Selic	set/19	1.113.000	17.930	-	1.130.930
Perpétuo	114 % Selic	out/19	4.200	56	-	4.256
Perpétuo	114 % Selic	nov/19	601.500	7.989	-	609.489
Perpétuo	100% CDI + 1,25	out/25	3.460.500	89.258	-	3.549.758
Perpétuo	100% CDI + 1,25	nov/25	2.188.800	52.479	-	2.241.279
Nível II (1)						
Instrumento de dívida subordinada – FGTS						
abr/26	6,00%	ago/11	3.000.000	2.133.108	(4.874.960)	258.148
jul/32	5,08%	jun/12	3.000.000	1.947.110	(2.201.580)	2.745.530
dez/33	5,15%	out/14	3.000.000	1.378.076	(1.755.705)	2.622.371
fev/38	4,80%	dez/14	4.000.000	2.986.152	(755.321)	6.230.831
dez/40	4,75%	set/15	3.000.000	2.348.027	-	5.348.027
mai/44	4,75%	set/16	4.000.000	2.672.426	-	6.672.426
ago/44	4,86%	mai/17	4.000.000	2.467.853	-	6.467.853
mai/44	5,23%	set/17	2.000.000	1.257.595	-	3.257.595
Total			**33.368.000**	**17.358.059**	**(9.587.566)**	**41.138.493**

(1) A composição do Patrimônio de Referência está detalhada na Nota Explicativa 33 (c).

Os juros remuneratórios a pagar dos Instrumentos Subordinados elegíveis a Capital Complementar, totalizaram um montante de R$ 167.712 em 31/12/2025.

O Nível I do Patrimônio de Referência é dividido em Capital Principal e Capital Complementar. A CAIXA possui Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida – IHCD autorizados a compor o seu Capital Principal.

A Resolução CMN nº 4.955/2021 determina, para fins de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, a reclassificação para o patrimônio líquido dos instrumentos que atendam às características de capital principal.

Para fins de apresentação no balanço patrimonial consolidado, os Instrumentos híbridos de capital e dívida elegíveis a capital (IHCD) são compostos por principal autorizado e sua atualização monetária do período corrente e apresentados no Patrimônio Líquido, pois ambos atendem aos critérios de classificação contábil como instrumentos patrimoniais. No Patrimônio de Referência (Nota 33 (c)), considera-se apenas o valor de face do principal autorizado somado à atualização monetária incorporada de exercícios anteriores, em virtude de os contratos possuírem cláusulas de remuneração integralmente variáveis, a atualização monetária é incorporada anualmente, após o pagamento dos juros atinentes ao exercício anterior.

(d) Instrumentos híbridos de capital e dívida elegíveis ao capital - IHCD

Descrição	31/12/2025
Contrato 348/2007	17.441.272
Contrato 752/2012	6.800.000
Contrato 754/2012	6.310.598
Contratos 869/2013 (1)	4.000.000
Total Individual - Passivo	**34.551.870**
Atualização monetária do principal	549.388
Total Consolidado - Patrimônio líquido	**35.101.258**

(1) Em 13/10/2025 ocorreu a amortização parcial do contrato de IHCD nº 869, no valor de R$ 600.000.

Nota 15.4 – Outros passivos financeiros

(a) Composição

Descrição	Individual 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025
Recursos para destinação específica (b)	18.909.872	20.395.130
Receitas antecipadas (c)	7.530.708	7.985.513
Obrigações por operações vinculadas à cessão	2.827.858	2.827.858
Passivo de arrendamento	2.477.961	2.488.090
Recursos vinculados a operações de crédito	1.356.784	1.356.784
Recursos do FGTS para amortização	1.008.477	1.008.477
Negociação e intermediação de valores	52.168	52.209
Obrigações por transações de pagamentos	114	114
Total	**34.163.942**	**36.114.175**

(b) Recursos para destinação específica

Referem-se às obrigações decorrentes de recursos de operações relacionadas com loterias, recursos de fundos e programas sociais geridos pela CAIXA e recursos de fundos ou programas especiais mantidos com recursos do governo ou entidades públicas, administrados pela CAIXA.

Descrição	Individual 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025
Fundos e programas sociais	**15.447.409**	**15.447.409**
Remuneração do agente financeiro - FGTS	7.972.914	7.972.914
Programas habitacionais de interesse social	2.240.861	2.240.861
Programas de transferência de renda (1)	2.026.487	2.026.487
Novo Minha Casa Minha Vida – NMCMV	1.533.221	1.533.221
FIES	429.163	429.163
Remuneração do agente financeiro – OGU	298.935	298.935
Recursos do FGTS	349.244	349.244
Outros fundos e programas	596.584	596.584
Fundos financeiros e de desenvolvimento	**657.454**	**657.454**
FAT	655.973	655.973
FINSOCIAL	1.481	1.481
Operações com loterias	**2.805.009**	**4.290.267**
Total	**18.909.872**	**20.395.130**

(1) nclui o montante de R$ 1.462.583 referente a recursos destinados ao pagamento do Novo Bolsa Família.

(c) Receitas antecipadas

As receitas antecipadas correspondem ao saldo a diferir das transações entre a CAIXA, empresas parceiras, e suas controladas pelo direito de exploração do balcão, base de cliente e uso da marca. Em 31/12/2025 as receitas antecipadas se referem às seguintes parcerias:

- VISA, houve a transferência total dos saldos para a Caixa Cartões Holding, após migração (ou verticalização) das operações em abril de 2025;
- CNP (Holding XS1) no montante de R$ 5.600.000 em cumprimento ao contrato de distribuição. O saldo é apropriado mensalmente pela vigência do contrato, até 2045;
- Tokio Marine (XS3) no montante de R$ 1.140.000, Icatu (XS4) no montante de R$ 137.250, CNP (XS5) no montante de R$ 190.625, e Tempo (XS6) no montante de R$ 22.500, em cumprimento ao contrato de distribuição pelo prazo de 20 anos com a Caixa Seguridade;
- FISERV, no montante de R$ 122.000, buscando fortalecer sua atuação no mercado de meios de pagamento eletrônicos, prevê um contrato com vigência de 20 anos com a Caixa Cartões Pré-Pagos; e
- VR BENEFÍCIOS e FLEETCOR ("VR-FLEETCOR"), no montante de R$ 318.333, para atuação no segmento relacionado a meios de pagamento pré-pagos, pelo prazo de 20 anos, conforme contrato firmado com a Caixa Cartões Pré-Pagos.

Nota 16 – Provisões

(a) Composição

Descrição	Individual 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025
Trabalhistas (b.2)	4.503.372	4.503.372
Cíveis (b.3)	3.363.335	3.378.083
Fiscais (b.4)	678.627	678.627
Pré-pagamento FGTS (c)	871.322	871.322
Demais	8.773	8.773
Total	**9.425.429**	**9.440.177**

(b) Provisões para causas judiciais e obrigações fiscais e previdenciárias

A CAIXA é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de seus negócios. Com base em pareceres dos seus advogados e levando em consideração que os procedimentos adotados pela CAIXA guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para suportar os riscos de eventuais decisões desfavoráveis nesses processos.

Considerando o elevado número de processos administrativos e judiciais, a CAIXA utiliza as seguintes metodologias para calcular o valor provável de desembolso:

a) Metodologia individualizada, na qual se estima o valor provável da condenação (valor provisionado); este cálculo parte da repercussão econômica dos pedidos feitos pelo autor e é ponderado com a situação do processo e a jurisprudência predominante em causas similares; tais ações são classificadas como de perda provável, possível ou remota; ações massificadas que estão em fase de execução são também provisionadas por esta metodologia. e

b) Massificada, metodologia estatística para cálculo do valor provável de desembolso para 100% dos expedientes rotineiros em fase de conhecimento, que consiste na mensuração da probabilidade e do impacto do resultado desfavorável à instituição.

(b.1) Movimentação das provisões para causas judiciais e obrigações fiscais e previdenciárias

Os itens da movimentação das provisões para causas judiciais e obrigações fiscais e previdenciárias são coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Cíveis" que em 31/12/2025 apresenta na demonstração consolidada o montante de R$ 3.378.083

Descrição	01/01/2025	Movimentação					31/12/2025
		Novas provisões	Atualização monetária	Adições de provisões	Reversões de provisões	Baixas por pagamento	
Trabalhistas (b.2)	**5.933.123**	**768.957**	**344.844**	**3.844.802**	**(1.671.710)**	**(4.716.644)**	**4.503.372**
Cíveis (b.3)	**3.996.040**	**378.319**	**114.009**	**2.636.446**	**(1.834.853)**	**(1.926.626)**	**3.363.335**
Feitos diversos	1.587.337	248.043	53.693	1.325.127	(661.757)	(1.075.577)	1.476.866
Poupança – planos econômicos	754.838	46.542	9.969	459.185	(369.761)	(202.770)	698.003
Contingenciamento do FGTS	857.638	46	37.696	40.162	(21.768)	(293.666)	620.108
Habitacional	796.227	83.688	12.651	811.972	(781.567)	(354.613)	568.358
Fiscais (b.4)	**647.501**	**57.468**	**37.290**	**99.066**	**(84.990)**	**(77.708)**	**678.627**
ISSQN	396.273	34.801	28.399	37.082	(46.846)	(32.247)	417.462
INSS	5.901	-	611	219	(1.067)	-	5.664
IPTU	103.878	14.479	2.607	30.835	(28.233)	(14.228)	109.338
Outros	141.449	8.188	5.673	30.930	(8.844)	(31.233)	146.163
Total	**10.576.664**	**1.204.744**	**496.143**	**6.580.314**	**(3.591.553)**	**(6.720.978)**	**8.545.334**

(b.2) Ações trabalhistas

A CAIXA é parte passiva em ações ajuizadas por empregados, ex-empregados próprios ou de prestadoras de serviços e sindicatos, relacionadas com a atividade laboral, planos de cargos, acordos coletivos, indenizações, benefícios, aposentadorias, subsidiariedade, entre outros.

Em 31/12/2025, constavam 57.856 processos trabalhistas provisionados, sendo 27.704 sujeitos à metodologia massificada e 30.152 sujeitos à metodologia individualizada.

Visando reduzir o litígio judicial e diminuir os valores despendidos nos processos, a CAIXA continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realiza o cumprimento espontâneo de certas decisões judiciais e faz a análise das perdas incorridas, a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Em virtude disto, as ações relevantes não são individualmente divulgadas para não inviabilizar a realização de acordos.

(b.3) Ações cíveis

A CAIXA é parte passiva em ações cíveis de natureza indenizatória/contratual relativas a seus produtos, serviços e atendimento. Em 31/12/2025, constavam 346.516 processos cíveis provisionados, sendo 308.744 sujeitos à metodologia massificada e 37.772 sujeitos à metodologia individualizada.

Destacam-se demandas que contestam o expurgo de indexadores de planos econômicos, como parte da política econômica do governo federal no combate aos índices inflacionários no passado, quando da correção de saldos em depósitos em cadernetas de poupança.

A CAIXA cumpriu a ordem legal vigente à época, entretanto, considerando as ações efetivamente notificadas e a análise da jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça – STJ, em 31/12/2025, o montante provisionado para estes processos é de R$ 698.003.

O Supremo Tribunal Federal – STF suspendeu a análise de todos os recursos interpostos até que sejam proferidas as decisões das matérias de repercussão geral relativas ao Planos Bresser e Verão (tema 264), de valores não bloqueados do Plano Collor I (tema 265), Plano Collor I (tema 284) e do Plano Collor II (tema 285) que terão efeitos vinculantes a todos os casos relacionados.

No final do exercício de 2017, FEBRABAN e CONSIF celebraram acordo com as principais entidades de defesa do consumidor para equacionamento do problema. Este acordo foi homologado pelo STF e a CAIXA aderiu a seus termos. Os pagamentos começaram em julho de 2018 e continuam sendo realizados em atendimento às adesões processadas no site https://portalacordo.pagamentodapoupanca.com.br/ e mutirões de conciliação administrativos e judiciais.

O acordo teve prazo final em 12/03/2020, razão pela qual a FEBRABAN e as entidades de defesa do consumidor chegaram a bom termo para prorrogar o acordo anterior por mais 5 anos, tendo sido homologado pelo STF uma prorrogação inicial de 30 meses e após analisados os resultados obtidos, em dezembro de 2022, o STF homologou uma segunda prorrogação de mais 30 meses.

Em 23/05/2025, o plenário do STF finalizou o julgamento da ADPF 165, no sentido de declarar a constitucionalidade dos Planos Bresser, Verão, Collor I e Collor II, reafirmando, porém, a homologação do acordo coletivo e seus aditamentos, em todas as suas disposições, determinando sua aplicação a todos os processos que discutem os chamados expurgos inflacionários de poupança. Além de determinar a aplicação dos termos do acordo a todos os processos que discutem os chamados expurgos inflacionários, a referida decisão também determinou a prorrogação, por mais 24 meses, da possibilidade de novas adesões nos mesmos termos já entabulados a contar de 03/06/2025, data da publicação da ata de julgamento.

Também são significativos os processos que visam à reparação de danos envolvendo o contingenciamento de repasses de recursos do FGTS. O valor provisionado, em 31/12/2025, para estes processos é de R$ 620.108.

As ações indenizatórias de perdas e danos se referem a eventuais problemas ocorridos no atendimento bancário, na prestação de serviços ou na aquisição/manutenção de algum produto.

Em 2025, a CAIXA continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realizando o cumprimento espontâneo de decisões judiciais e analisando perdas incorridas, a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Até 31/12/2025 realizou 66.233 acordos processuais (67% referente a ações indenizatórias e 33% referentes a recuperações de créditos), reduzindo o montante que seria despendido caso persistisse a condenação judicial e oportunizando ao cliente uma solução rápida para o problema.

(b.4) Ações fiscais

A CAIXA, como instituição cumpridora regular das obrigações fiscais e tributárias que repercutem sobre suas atividades, operações e serviços, discute em sede judicial a legitimidade dos parâmetros de cobrança levados a efeito por órgãos fazendários dos diversos entes da Federação, de acordo com a especificidade própria de cada caso.

As provisões constituídas sob avaliação de risco provável com base em pareceres dos assessores jurídicos se referem a ações sobre tributos e contribuições. A CAIXA acompanha regularmente o ciclo das ações judiciais em andamento, as quais, a médio e longo prazo, poderão apresentar desdobramentos favoráveis à instituição com a reversão das respectivas provisões.

Destacam-se as autuações do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o recolhimento de contribuições previdenciárias sobre pagamentos a empregados da CAIXA, em que se discute o caráter indenizatório e não remuneratório de algumas verbas, tais como auxílio-alimentação, APIP e licença-prêmio, cujos valores, reposicionados para 31/12/2025, correspondem ao total de R$ 1.287.975, para as quais a provisão constituída com base no histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, considerados em recente análise técnica e jurídica acerca da matéria, é de R$ 5.664.

Em relação ao ISSQN, a CAIXA aplica as diretrizes da Lei Complementar Federal nº 116/2003, em adequação de seus sistemas e procedimentos para apuração da base de cálculo e recolhimento do tributo sobre serviços prestados.

Não obstante, as fiscalizações tributárias de municípios diversos da federação autuaram a instituição sob a alegação de falta de recolhimento ou recolhimento a menor, instaurando discussão a partir de interpretação distinta de aspectos como materialidade, alíquotas aplicáveis e local de incidência do tributo, cujo valor total, em 31/12/2025, corresponde ao montante de R$ 1.764.775.

Em face do histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, avaliados em análise técnica e jurídica acerca da matéria, na posição de 31/12/2025 o valor da provisão constituída é de R$ 417.462.

Ainda, como destaque, a CAIXA vem discutindo a materialidade de débitos de CSLL, IRPJ e multa decorrentes de não homologações de Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação – PER/DCOMP, os quais, em 31/12/2025, totalizam R$ 26.143, em referência a questões procedimentais, no que, com base nos pronunciamentos jurisdicionais sobre cada matéria, a análise dos advogados foi pela constituição da provisão integral do valor.

CAIXA

CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA FAZENDA

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

(c) Provisão para pré-pagamentos do crédito imobiliário com recursos do FGTS

- Os financiamentos habitacionais, concedidos com recursos do FGTS e contemplados com subsídio para redução da prestação, remuneram o Agente Financeiro com pagamento total ou parcial do subsídio pelo FGTS, conforme definição descrita na Resolução do Conselho Curador do FGTS nº 702/2012 e suas atualizações;
- Estes valores são repassados ao Agente Financeiro CAIXA no ato da contratação, a fim de fazer frente a todo período da operação. Alterações no fluxo inicialmente contratado, tais como liquidação antecipada, amortização extraordinária, amortização extraordinária com redução de prazo, transferência ou redução do prazo contratado do financiamento, exigem que a CAIXA devolva ao FGTS parte da remuneração recebida, proporcionalmente; e
- Para fazer frente a essa devolução de recursos ao FGTS, é feita a provisão para devolução de receitas em caso de pré-pagamentos. Os valores provisionados são apurados com base nos fluxos médios de devolução de remuneração ocorridos, e seus respectivos impactos sobre o saldo de valores de remuneração do Agente Financeiro CAIXA.

(d) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

(d.1) Demandas fiscais

A CAIXA mantém o acompanhamento de processos fiscais administrativos e judiciais em que figura como polo passivo ou ativo e, sob o amparo dos pareceres de suas unidades jurídicas, classificou como risco de perda possível processos que totalizam o valor de R$ 10.833.974 em 31/12/2025, dentre os quais se destacam as seguintes demandas em razão dos valores em discussão:

a) Autuação de PIS/PASEP, no valor histórico de R$ 4.053.509, pautada em insuficiência no recolhimento relativo ao período de janeiro de 1991 a dezembro de 1995, ao tempo da vigência dos Decretos-Leis nº 2.445/1988 e nº 2.449/1988, que alteraram a sistemática de cálculo da contribuição, e suposta compensação indevida de recolhimentos efetuados a maior no período de janeiro de 1992 a maio de 1993. Para a propositura da ação, foi efetuado depósito em garantia daquele valor em 30/12/2010, o qual, atualizado pela SELIC, na forma da Lei nº 9.703/1998, totaliza R$ 9.710.993 em 31/12/2025. Em 08/04/2019, o Excelentíssimo Sr. Juiz da 9ª Vara Federal da Seção Judiciária de Brasília/DF julgou procedente o pedido formulado pela CAIXA para declarar a extinção do crédito tributário em destaque, tendo em vista a comprovação da suficiência dos recolhimentos à época realizados. Em 10/06/2019, a União interpôs recurso de apelação pleiteando a reforma da sentença em tela pelo Egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região, tendo o recurso sido distribuído por sorteio em 04/05/2023 à 8ª Turma daquele Tribunal, aguardando julgamento desde então;

b) Autuação de PIS/PASEP, no valor total de R$ 263.009 em 31/12/2025 com base em apuração de diferenças de base de cálculo para recolhimento relativo ao período de janeiro de 1996 a dezembro de 1998, e janeiro a outubro de 1999, decorrente de exclusão ou não inclusão de receitas e cômputo de despesas consideradas indevidas e não dedutíveis sobre a base tributável, respectivamente;

c) Autuação de ICMS (Fazenda do Estado de São Paulo), no valor total de R$ 357.475, sobre a qual se discute a exigência do imposto diante da não retenção e recolhimento na fonte sobre serviços enquadrados pela fiscalização no conceito de "comunicação" para efeitos fiscais e tributários, e ainda, a determinação de sujeição passiva por responsabilidade tributária mediante convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).

As demais contingências com indicativo de perda possível apresentam o seguinte saldo, em 31/12/2025:

(a) Federais totalizam R$ 10.598; (b) Previdenciários somam R$ 67.318; e (c) Regionais correspondem a R$ 424.582.

As matérias relacionadas aos processos contingentes em discussão são monitoradas sob a perspectiva de eventual sedimentação ou modificação do cenário jurisprudencial, possibilitando a manutenção como decorrência de avaliação contínua por parte da CAIXA das respectivas classificações de risco.

(e) Composição dos depósitos em garantia de recursos

Os saldos dos depósitos em garantia constituídos para as causas judiciais passivas prováveis, possíveis e/ou remotas:

Individual / Consolidado	
Descrição	31/12/2025
Depósitos fiscais	15.145.028
Depósitos trabalhistas	6.377.163
Depósitos cíveis	946.597
Total (Nota 8.5)	**22.468.788**

Nota 17 – Compromissos de empréstimos, créditos a liberar e garantias financeiras prestadas

Individual											
31/12/2025											
Descrição	Estágio 1			Estágio 2			Estágio 3			Total	
	Exposição	Perdas esperadas	Exposição líquida de perdas	Exposição	Perdas esperadas	Exposição líquida de perdas	Exposição	Perdas esperadas	Exposição líquida de perdas	Exposição	Perdas esperadas	Exposição líquida de perdas
Compromissos de empréstimos e créditos a liberar (1)	**164.518.511**	**(734.746)**	**163.783.765**	**832.399**	**(281.405)**	**550.994**	**758.732**	**(696.582)**	**62.150**	**166.109.642**	**(1.712.733)**	**164.396.909**
Garantias financeiras prestadas	**47.053.970**	**(399.343)**	**46.654.627**	**1.704.592**	**(470.109)**	**1.234.483**	**531.572**	**(483.158)**	**48.414**	**49.290.134**	**(1.352.610)**	**47.937.524**
Repasses - Entidades	31.795.702	(67)	31.795.635	-	-	-	19.931	(19.931)	-	31.815.633	(19.998)	31.795.635
FIES	59.677	(1.349)	58.328	6.715	(1.063)	5.652	22.415	(16.119)	6.296	88.807	(18.531)	70.276
Fiança	-	-	-	-	-	-	18.538	(12.167)	6.371	18.538	(12.167)	6.371
Cartão de Crédito	15.198.591	(397.927)	14.800.664	1.697.877	(469.046)	1.228.831	470.688	(434.941)	35.747	17.367.156	(1.301.914)	16.065.242
Total	**211.572.481**	**(1.134.089)**	**210.438.392**	**2.536.991**	**(751.514)**	**1.785.477**	**1.290.304**	**(1.179.740)**	**110.564**	**215.399.776**	**(3.065.343)**	**212.334.433**

Consolidado												
31/12/2025												
Descrição	Estágio 1			Estágio 2			Estágio 3			Total		
	Exposição	Perdas esperadas	Exposição líquida de perdas	Exposição	Perdas esperadas	Exposição líquida de perdas	Exposição	Perdas esperadas	Exposição líquida de perdas	Exposição	Perdas esperadas	Exposição líquida de perdas
Compromissos de empréstimos e créditos a liberar (1)	**164.518.511**	**(734.746)**	**163.783.765**	**832.399**	**(281.405)**	**550.994**	**758.732**	**(696.582)**	**62.150**	**166.109.642**	**(1.712.733)**	**164.396.909**
Garantias financeiras prestadas	**31.855.379**	**(1.416)**	**31.853.963**	**6.715**	**(1.063)**	**5.652**	**60.884**	**(48.217)**	**12.667**	**31.922.978**	**(50.696)**	**31.872.282**
Repasses - Entidades	31.795.702	(67)	31.795.635	-	-	-	19.931	(19.931)	-	31.815.633	(19.998)	31.795.635
FIES	59.677	(1.349)	58.328	6.715	(1.063)	5.652	22.415	(16.119)	6.296	88.807	(18.531)	70.276
Fiança	-	-	-	-	-	-	18.538	(12.167)	6.371	18.538	(12.167)	6.371
Total	**196.373.890**	**(736.162)**	**195.637.728**	**839.114**	**(282.468)**	**556.646**	**819.616**	**(744.799)**	**74.817**	**198.032.620**	**(1.763.429)**	**196.269.191**

(1) As perdas esperadas sobre os limites de cartão de crédito não utilizados totalizam R$ 804.026.

Nota 18 – Passivos atuariais

(a) Benefícios de curto prazo

As provisões relacionadas com benefícios de curto prazo são compostas predominantemente por salários a pagar, 13º salário, férias, licença prêmio, abono assiduidade e participação dos empregados nos lucros, vencíveis no curso de até doze meses após o período a que se referem as demonstrações contábeis.

(b) Benefícios pós-emprego

A CAIXA é patrocinadora de planos de previdência complementar, saúde complementar e auxílio/cesta- alimentação. Esses benefícios são disponibilizados a seus empregados, dirigentes, aposentados e pensionistas em decorrência das relações de trabalho ou da sucessão, em direitos e obrigações, de outras entidades (situação do extinto Banco Nacional de Habitação – BNH).

(c) Composição da provisão para benefícios a empregados

Individual / Consolidado	
Descrição	31/12/2025
Benefícios de curto prazo	**5.081.346**
Natureza salarial	3.898.987
Participação dos empregados no lucro	1.182.359
Benefícios pós-emprego	**21.936.713**
Saúde CAIXA (cálculo atuarial (g.1))	**12.219.006**
Auxílio e cesta-alimentação (cálculo atuarial (g.2))	**1.791.097**
Planos de benefícios – previdência privada (cálculo atuarial (g.4)):	**7.926.610**
REG/REPLAN	6.882.554
Novo Plano	1.044.056
Total	**27.018.059**

(d) Gestão dos planos, estrutura organizacional e governança corporativa

Os planos de previdência complementar patrocinados pela CAIXA são administrados pela Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, criada com base na Lei nº 6.435/1977 (revogada pela Lei Complementar nº 109/2001).

A fundação é regida pela legislação específica do setor (http://www.previdencia.gov.br/a-previdencia/previc/legislacao-da-previdencia-complementar/), por seu Estatuto, pelos regulamentos dos Planos de Benefícios e por atos de gestão, a exemplo do Código de Conduta Corporativa e do Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa (www.funcef.com.br).

A FUNCEF apresenta, na sua estrutura organizacional, Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, em conformidade com a Lei Complementar nº 108/2001, sendo os dois primeiros órgãos de administração e o último, de controle interno.

O Conselho Deliberativo, órgão máximo da estrutura organizacional da FUNCEF, é responsável pela definição da política geral de administração da entidade e de seus planos de benefícios. Formado por seis membros – três indicados pela patrocinadora e três pelos participantes e seus respectivos suplentes.

O Conselho Fiscal, órgão de controle interno da FUNCEF, é composto por quatro membros – dois indicados pela patrocinadora e dois pelos participantes e seus respectivos suplentes.

A Diretoria Executiva é o órgão de administração da FUNCEF, cabendo-lhe gerir seus Planos de Benefícios e respectivos recursos garantidores, em estrita observância ao disposto no Estatuto, nos Regulamentos dos Planos de Benefícios, no Plano de Gestão Administrativa e na legislação e normas em vigor, em harmonia com as diretrizes e deliberações emanadas do Conselho Deliberativo.

Os três órgãos possuem regimento interno e têm suas obrigações, competências, composição e critérios relacionados aos mandatos definidos no Estatuto da FUNCEF.

No Estatuto também está prevista a criação de Comitês de Assessoramento Técnico, vinculados ao Conselho Deliberativo ou Diretoria Executiva, e com seus regimentos internos aprovados por aquele órgão de acordo com a configuração. Com o objetivo de subsidiar os trabalhos desses órgãos estatutários, os referidos comitês são compostos por integrantes indicados pelo Conselho Deliberativo, pela Diretoria Executiva, e por processo de seleção, de acordo com o seu regimento interno e sua finalidade.

Quanto aos planos de saúde complementar (Saúde CAIXA), auxílio/cesta-alimentação e Assistidos PREVHAB, são diretamente administrados pela CAIXA.

(e) Risco atuarial

O risco atuarial é caracterizado pela variação ou não aderência às premissas e/ou parâmetros adotados no momento do cálculo atuarial. Decorre, especialmente, da inadequação de hipóteses e premissas atuariais estabelecidas em cenário base, no momento do custeio dos planos, que podem trazer volatilidade aos resultados esperados.

A exposição da CAIXA ao risco atuarial é evidenciada pela condição de patrocinadora e mantenedora de benefícios pós-emprego oferecidos a seus empregados, compromissando parte do custeio desses benefícios à instituição.

O risco atuarial é considerado um risco relevante tendo em vista sua responsabilidade de longo prazo relacionada aos benefícios vitalícios, além da provisão em balanço, apurada conforme orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 33 (R1) e Resolução CVM nº 110/2022.

(f) Estratégia de gestão de ativos/passivos

Somente os planos de previdência geridos pela FUNCEF (REG/REPLAN, REB e Novo Plano), possuem ativos financeiros para cobertura dos riscos atuariais.

Os planos de previdência administrados pela FUNCEF obedecem às diretrizes de aplicação dos recursos garantidores determinadas pela Resolução CMN nº 4.994/2022, conforme estabelecido na Política de Investimentos e, que faz uso do *Asset Liability Management* (ALM) na composição da carteira de investimentos de forma que se produza a melhor rentabilidade possível para fazer frente aos passivos e de acordo com as características de cada plano.

(g) Planos de benefícios – detalhamento

(g.1) Plano de Saúde – Saúde CAIXA e PAMS

O Saúde CAIXA é o programa de assistência à saúde instituído pela CAIXA, sob a modalidade de autogestão. Tem por finalidade o atendimento médico, hospitalar, laboratorial, radiológico, odontológico, psicológico, fisioterápico, terapêutico ocupacional, serviço social, fonoaudiológico e nutricional aos titulares e seus respectivos dependentes. São titulares deste plano, os empregados da CAIXA e os aposentados vinculados a FUNCEF, PREVHAB, SASSE, Fundo PMPP ou INSS.

O PAMS é um benefício concedido pela CAIXA aos titulares e respectivos dependentes que se encontram sob liminar judicial pendentes de julgamento e ações judiciais. Foi instituído pela CAIXA e é por ela administrado, sob a modalidade de autogestão, oferecendo cobertura médica, hospitalar, odontológica e psicológica, com atendimento por uma rede de credenciados, em âmbito nacional, obedecendo às normas e a Tabela do PAMS.

(g.2) Auxílio e Cesta-alimentação

A CAIXA oferece aos empregados e dirigentes o Auxílio e cesta-alimentação na forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho. Os resultados atuariais apresentados, relativos ao Auxílio e cesta-alimentação, referem-se somente aos benefícios concedidos aos participantes assistidos que possuem direito na data da avaliação.

O Auxílio e cesta-alimentação são benefícios pagos exclusivamente aos aposentados e pensionistas mediante determinação judicial, acordo judicial ou extrajudicial.

Os valores mensais do Auxílio e cesta-alimentação são definidos em setembro de cada ano. Para o período de 1º de setembro de 2025 a 31 de agosto de 2026 o valor do auxílio-refeição/alimentação é de R$ 1.173,26 para aquisição de refeições prontas em restaurantes e similares. A cesta-alimentação para o mesmo período é de R$ 924,47 para a aquisição de gêneros alimentícios em supermercados ou em estabelecimento comercial do mesmo gênero. Têm caráter indenizatório, e não são considerados como verba salarial. Portanto, não incidem encargos nem para a parte empregadora, nem para a parte empregada.

(g.3) Plano de benefícios – Assistidos EX-PREVHAB

Por força do Decreto nº 2.291/1986, o Banco Nacional de Habitação – BNH foi extinto e a CAIXA passou a sucedê-lo em todos os direitos e obrigações, inclusive aquelas decorrentes da relação de trabalho dos empregados do referido Banco.

Dentre as obrigações herdadas pela CAIXA em relação aos empregados do BNH, estava a manutenção da Associação de Previdência dos Empregados do BNH – PREVHAB, Fundo de Pensão responsável por complementar os benefícios previdenciários dos empregados do BNH.

Visando a absorção da PREVHAB pela Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF ou a transferência dos beneficiários daquela para esta, observadas as normas de direito privado aplicáveis às respectivas situações, foram estudadas e realizadas pela CAIXA/FUNCEF estratégias previdenciais, entretanto, por não concordarem com a proposta da CAIXA ou não reunirem as condições estabelecidas, há assistidos que permanecem recebendo os proventos da CAIXA.

Dada a característica do Plano, o Ativo Líquido será integralizado pela Patrocinadora no mesmo montante da obrigação.

(g.4) Planos de previdência complementar

A CAIXA adotou o conceito de Compartilhamento de Riscos (*Risk Sharing*) para todos os planos, considerando que o Passivo Atuarial deverá ser custeado 50% pela Patrocinadora e 50% pelos Participantes. Ressaltamos que a adoção do compartilhamento de risco é de responsabilidade da CAIXA, conforme definido, tendo esta efetuado todas as análises necessárias para a sua conceituação técnica.

Os planos de previdência administrados pela FUNCEF estão divididos em duas modalidades: Benefício Definido (REG/REPLAN) e Contribuição Variável (REB e Novo Plano).

Na modalidade de Benefício Definido (BD) do REG/REPLAN, nas modalidades saldada e não saldada, os benefícios são determinados conforme regras regulamentares específicas, sendo as obrigações atuariais mensuradas de acordo com o regime de capitalização, no qual o risco atuarial e financeiro é compartilhado entre participantes, assistidos e patrocinadora, conforme estabelecido no plano de custeio. A mensuração das obrigações envolve o cálculo do valor presente dos benefícios concedidos e a conceder, considerando hipóteses biométricas, demográficas e econômicas, de modo que eventuais desvios entre as premissas adotadas e a experiência real podem gerar ganhos ou perdas atuariais e resultar em déficit técnico a ser equacionado. Na modalidade não saldada, aplica-se o Método de Capitalização pelo Método de Crédito Unitário Projetado, enquanto na modalidade saldada o valor do benefício corresponde ao Benefício Saldado, reajustado pelo índice do plano, sem incidência de custo normal futuro; em ambos os casos, a apuração das provisões segue as metodologias definidas em nota técnica atuarial, utilizando as fórmulas regulamentares vigentes que definem o benefício e suas respectivas provisões.

Na modalidade de Contribuição Variável (CV), durante a fase de contribuição não há garantia em relação ao valor do benefício a ser recebido no momento da aposentadoria, sendo, portanto, considerado como plano do tipo Contribuição Definida (CD). Porém, a partir do momento da concessão da aposentadoria, o valor do benefício passa a ser fixo e há o enquadramento em plano do tipo Benefício Definido (BD), devendo ser aplicados os procedimentos relacionados aos cálculos atuariais.

- **REG/REPLAN**

A CAIXA patrocina o plano de benefícios REG/REPLAN, administrado pela FUNCEF, estruturado na modalidade benefício definido. Este plano foi aprovado por órgão competente em 17 de maio de 1977, tendo seu início operacional em 01 de agosto de 1977. O plano agrega os regulamentos instituídos em 1977 (REG) e 1979 (REPLAN), considerados como um só plano.

O referido plano teve saldamento de benefícios definido por meio de alterações em seu regulamento, sendo esta alteração regulamentar ocorrida em 14 de junho de 2006. Tal procedimento implica que o valor do benefício saldado, calculado e reajustado com base no índice do plano, com a desvinculação do salário de participação e da concessão e manutenção por órgão oficial da previdência, implicando no cancelamento da contribuição normal para este plano e na adesão no caso do ativo, a outro plano de benefícios oferecido pela Patrocinadora.

A exemplo do ocorrido na modificação dos planos anteriores, inclui institutos fixados pela Lei Complementar nº 109/2001, tais como: a garantia de condições de resgate e portabilidade do saldo da conta individual de participante.

Em relação ao plano de custeio do REG/REPLAN, definido como o cálculo elaborado pelo atuário responsável pelo plano que define o nível de contribuição necessário à constituição das reservas garantidoras de benefícios, fundos, provisões e à cobertura das demais despesas do plano de benefícios, visando seu equilíbrio atuarial, este definirá os percentuais de contribuição a serem praticados no Plano e será segregado entre optantes e não optantes pelo saldamento, com revisão de periodicidade mínima anual, conforme regulamento do plano (disponível em: www.funcef.com.br/).

Devido ao Plano de Previdência REG/REPLAN modalidades saldada e não saldada, patrocinados pela CAIXA, terem registrado em 2014 e 2015, respectivamente, seu terceiro ano consecutivo de déficit técnico acumulado, foram elaborados planos de equacionamento dos déficits. Na modalidade saldada houve déficit nos exercícios de 2014, 2015 e 2016, enquanto na modalidade não saldada, os déficits foram em 2015 e 2016. Os planos de equacionamento têm como base a Resolução CNPC nº 30/2018 com todas as suas alterações.

Os planos de equacionamento estabelecem critérios próprios para a contribuição de cada parte nos déficits, sendo paritário entre a CAIXA e os participantes e assistidos na modalidade saldada.

Em fevereiro de 2025, após aprovações da FUNCEF, CAIXA, SEST e PREVIC, foi realizada a alteração do regulamento do plano REG/REPLAN modalidade Saldada que promoveu o ajustamento dos dispositivos e da forma de cálculo dos benefícios a conceder de pensão por morte e de pecúlio por morte, bem como do regramento de início de acumulação do Fundo de Acumulação de Benefícios (FAB).

Como consequência direta da alteração regulamentar, foi realizada uma avaliação atuarial especial por Fato Relevante que identificou redução das obrigações atuariais do plano REG/REPLAN modalidade Saldada no valor de R$ 3.117.849 e os PED de 2014, 2015 e 2016 unificados no denominado "PED Unificado".

Esse impacto foi utilizado para amortizar os saldos dos Planos de Equacionamento de Déficit - PED de responsabilidade dos participantes e assistidos, cabendo à CAIXA o aporte paritário, antecipando valores relativos à sua cota-parte do déficit equacionado, em conformidade com o artigo 32, §§ 1º e 2º da Resolução CNPC n° 30/2018, que trata da responsabilidade paritária em planos de equacionamento de déficit.

A CAIXA efetuou a amortização inicial de R$ 2.621.980, em maio de 2025, permanecendo provisionada a parcela remanescente que, atualizada pela meta atuarial e INPC até dezembro de 2025, acumulava R$ 592.967.

A partir da formalização do primeiro Termo Aditivo referente ao PED Unificado do REG REPLAN Saldado, a CAIXA realizou, em dezembro de 2025, o aporte da parcela remanescente da contribuição extraordinária, na ordem de R$ 592.967, extinguindo a obrigação da sua cota-parte, com a correspondente redução do provisionamento dos benefícios pós-emprego do respectivo plano/modalidade.

Individual / Consolidado				
Déficit	REG/REPLAN Saldado		REG/REPLAN Não saldado	
	Prazo total de amortização	Valor do déficit atualizado	Prazo total de amortização	Valor do déficit atualizado
Exercício 2015	-	-	237 meses	221.572
Exercício 2016	-	-	240 meses	144.982
Unificado (Exercícios 2014, 2015 e 2016)	184 meses	6.516.000	-	-
Total		**6.516.000**		**366.554**

Em relação aos planos REG/REPLAN, a CAIXA mantém provisionado em 31/12/2025 o montante de R$ 6.882.554, sendo R$ 3.086.568 calculado conforme disposições do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), complementado por R$ 3.795.986 para assegurar os planos de equacionamentos dos déficits atuariais.

Os pagamentos da CAIXA à FUNCEF relativos aos respectivos planos de equacionamento, no exercício de 2025, montam R$ 3.887.036.

- **REB**

A CAIXA patrocina o Plano de Benefícios REB, administrado pela FUNCEF. O Plano de Benefícios REB foi aprovado por órgão competente em 05 de agosto de 1998, tendo seu início operacional nessa mesma data.

O REB é estruturado na modalidade de Contribuição Variável, sendo a contribuição normal do participante calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de Participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 2% (dois por cento).

Diante de sua criação, foram interrompidas novas adesões ao REG/REPLAN e este foi oferecido aos empregados da CAIXA admitidos a partir de 1998. Em 04 de fevereiro de 2002, seu regulamento foi alterado para permitir a migração de participantes do REG/REPLAN para o REB, processo contestado por associados. Essa experiência influenciou o processo de elaboração da proposta do REG/REPLAN Saldado e da criação do Plano de Benefícios Novo Plano.

Em relação ao plano de custeio do plano REB, definido como o cálculo que determina o nível das contribuições do patrocinador, dos participantes e dos assistidos, de forma a fixar o custo do plano de benefícios, este será estabelecido com periodicidade mínima anual, de forma a fixar adequadamente o nível das contribuições sociais devidas e dos custos administrativos, constando obrigatoriamente do resultado da avaliação atuarial do plano, conforme definido no regulamento do plano (disponível em: www.funcef.com.br).

- **Novo Plano**

A CAIXA patrocina o Plano de Benefícios Novo Plano, administrado pela FUNCEF. Aprovado por órgão competente em 16 de junho de 2006, teve seu início operacional em 01 de setembro de 2006. É o único plano aberto às novas inscrições de funcionários CAIXA.

O Novo Plano é estruturado na modalidade de Contribuição Variável, com contribuição definida na fase de formação de reservas e benefício definido na etapa de recebimento de benefícios, bem como nos casos de benefícios de risco, como invalidez e pensão por morte. Inclui institutos fixados pela Lei Complementar nº 109/2001 – tais como a garantia de condições de resgate e portabilidade do saldo da conta individual de participante. Adota também nova base de contribuição, aumentando a parcela destinada pela CAIXA ao saldo de conta do associado. A contribuição normal do participante, calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de Participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 5% (cinco por cento).

O custeio das despesas administrativas será de responsabilidade paritária entre Patrocinador, Participantes e Assistidos, devendo ser aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo da FUNCEF, observados os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador.

O plano de custeio do Novo Plano estabelecerá o nível de contribuição necessário à constituição das reservas garantidoras de benefícios, institutos, fundos, provisões e à cobertura das demais despesas, sendo aprovado pela Diretoria Executiva, submetido à deliberação do Conselho Deliberativo da FUNCEF e aprovação do patrocinador, em conformidade com critérios fixados pelo órgão regulador e fiscalizador, conforme regulamento do plano (disponível em: www.funcef.com.br/).

O plano de custeio terá periodicidade anual, mas poderá ser revisto a qualquer tempo se houver necessidade devidamente justificada pela FUNCEF e ocorrerá sob responsabilidade do patrocinador e participantes, inclusive assistidos.

A despesa administrativa da FUNCEF será custeada pelo patrocinador e participantes, inclusive assistidos, observado o limite e os critérios estabelecidos pelo órgão regulador e fiscalizador.

(h) Quantidade de participantes – benefícios pós-emprego

Individual / Consolidado			
Descrição	31/12/2025 (1)		
	Ativos	Assistidos	Total
Saúde CAIXA (incluindo dependentes)	67.635	79.293	146.928
Auxílio e cesta-alimentação (aposentados e pensionistas)	-	15.889	15.889
Assistidos PREVHAB (aposentados e pensionistas)	-	50	50
REG/REPLAN saldado (2) (3)	5.871	49.766	55.637
REG/REPLAN não saldado (2)	653	5.323	5.976
REB (2)	4.903	1.327	6.230
Novo Plano (2) (3)	77.033	11.017	88.050

(1) Conforme posições de 30/09/2025.
(2) Inclui participantes assistidos que recebem o benefício por meio de decisões judiciais.
(3) Existem ativos e assistidos participantes do REG/REPLAN saldado e Novo Plano concomitantemente.

(i) Avaliação atuarial dos planos de benefício

A empresa Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda. foi contratada para realizar avaliação atuarial dos planos de benefícios patrocinados pela CAIXA. A referida avaliação atuarial contemplou os planos de benefícios Saúde CAIXA, Auxílio e Cesta-alimentação, Assistidos PREVHAB, REG/REPLAN, REB e Novo Plano.

Os cálculos atuariais e levantamentos realizados pela consultoria, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), aprovado pela Resolução CMN nº 4.877/2020, respaldam as contabilizações patrimoniais e de resultado realizadas pela CAIXA.

A CAIXA é parcialmente responsável pela cobertura do passivo dos planos REG/REPLAN, REB e Novo Plano, e totalmente responsável pela cobertura dos compromissos mantidos de Auxílio e Cesta-alimentação, Saúde CAIXA e aos Assistidos PREVHAB.

Em relação aos passivos existentes na FUNCEF, enquadrados como perda provável e já provisionados, esses são capturados no cálculo atuarial e, respeitada a proporção de responsabilidade de 50%, compõem a reserva de provisão atuarial da CAIXA.

Quanto aos passivos classificados pela FUNCEF como perda possível, à medida em que, eventualmente, forem reclassificados para perda provável, serão provisionados nos respectivos planos, e por consequência, esses montantes comporão o cálculo atuarial da CAIXA, sendo seus impactos reconhecidos no encerramento do Balanço do primeiro semestre subsequente à reclassificação desses passivos.

(i.1) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

A política contábil da CAIXA, no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais contabilizados em seus demonstrativos financeiros, para os planos previdenciários, assistenciais e benefícios pós-emprego estruturados na modalidade de Benefício Definido, conforme determinado no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), consiste no reconhecimento de todos os ganhos e perdas atuariais no período em que ocorrem em ajuste de avaliação patrimonial.

Nos planos em que se observou ativo atuarial líquido, os mesmos são limitados ao valor do benefício econômico que a CAIXA porventura possa usufruir, sendo calculado como o valor presente do fluxo de caixa dos valores revertidos dos planos a CAIXA ou a redução efetiva de contribuições futuras, caso existam. No período apresentado, não foram apurados benefícios econômicos passíveis de reconhecimento pela patrocinadora.

Com relação aos planos previdenciários que possuem benefícios estruturados na modalidade de Contribuição Definida, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) e de acordo com a natureza do benefício, eles não geram ganhos ou perdas atuariais a serem reconhecidos pela CAIXA.

(i.2) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial dos planos

Conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), na avaliação atuarial dos planos de benefícios definidos devem ser utilizadas premissas (financeiras, biométricas e demográficas) que reflitam as melhores estimativas da entidade sobre as variáveis que determinarão o custo final de prover esses benefícios aos seus empregados.

O cálculo da taxa de juros de desconto atuarial anual considera a taxa de remuneração dos títulos públicos federais de primeira linha utilizados como referência, tendo em vista a inexistência de títulos e valores mobiliários com as condições previstas pelo Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1). Essa alternativa é prevista pelo referido normativo.

CAIXA

CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA **FAZENDA**

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

(i.3) Premissas financeiras e demográficas consideradas nos cálculos atuariais dos planos de benefícios

Descrição	Individual / Consolidado		
	Saúde CAIXA	Auxílio/Cesta-alimentação	Assistidos Ex-PREVHAB
	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025
Taxa nominal de desconto (a.a.)	10,63%	10,80%	10,87%
Taxa real de desconto (a.a.)	7,41%	7,57%	7,64%
Taxa real de crescimento dos salários (a.a.)	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Taxa real de crescimento dos benefícios projetada (a.a.)	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Taxa de inflação (a.a.)	3,00%	3,00%	3,00%
Tábua de rotatividade	Tábua de rotatividade experiência CAIXA 2025	Não aplicável	Não aplicável
Tábua de mortalidade geral	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%
Tábua de entrada em invalidez	Light Fraca	Não aplicável	Não aplicável
Tábua de mortalidade de inválidos	CSO - 58, segregada por sexo	CSO - 58, segregada por sexo	CSO – 58 segregada por sexo
Entrada em aposentadoria	Tábua de entrada em aposentadoria CAIXA/Deloitte 2025	Não aplicável	Não aplicável
Aging Factor (1)	2,92%	Não aplicável	Não aplicável

(1) Utilizado para mensurar a diferença do custo entre as diferentes idades dos participantes cobertos pelo plano.

Descrição	Individual / Consolidado			
	REG/REPLAN Saldado	REG/REPLAN Não Saldado	REB	Novo Plano
	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025
Taxa nominal de desconto (a.a.)	10,69%	10,66%	10,60%	10,51%
Taxa real de desconto (a.a.)	7,47%	7,44%	7,38%	7,29%
Taxa real de crescimento dos salários (a.a.)	Não aplicável	2,26%	3,12%	2,82%
Taxa real de crescimento dos benefícios – rubricas judiciais (a.a.)	Nula	Nula	Não aplicável	Não aplicável
Taxa de inflação (a.a.)	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
Tábua de rotatividade	Não aplicável	Taxa nula	Experiência FUNCEF REB 2014/2023_IV2024	Experiência FUNCEF Novo Plano 2014/2023_IV2024
Tábua de mortalidade geral	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%
Tábua de entrada em invalidez	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca
Tábua de mortalidade de inválidos	CSO - 58, segregada por sexo	CSO - 58, segregada por sexo	CSO - 58, segregada por sexo	CSO - 58, segregada por sexo
Entrada em aposentadoria	Homens - 53 anos Mulheres - 48 anos	Experiência entrada em aposentadoria REG/REPLAN não saldado 2025 ambos os sexos	Tábua de entrada em aposentadoria CAIXA/Deloitte 2025	Tábua de entrada em aposentadoria CAIXA/Deloitte 2025

(i.4) Diferenças de premissas dos planos previdenciários

Descrição	Individual / Consolidado				
	REG/REPLAN saldado	REG/REPLAN não saldado	REB	Novo Plano	FUNCEF
Taxa real de desconto (a.a.)	7,47%	7,44%	7,38%	7,29%	4,75% - REG/REPLAN saldado 4,85% - REG/REPLAN não saldado, REB e Novo Plano
Avaliação de ativos - Títulos públicos	Marcados a mercado	Marcados a mercado	Marcados a mercado	Marcados a mercado	Marcados na curva/mercado
Regime de capitalização	Crédito unitário projetado	Crédito unitário projetado	Crédito unitário projetado	Crédito unitário projetado	Agregado

(i.5) Mudança no valor presente da obrigação

O Valor Presente da Obrigação – VPO representa os custos finais, levantados a valor presente, dos planos de benefício definido para as entidades patrocinadoras. Para levantar esses custos são consideradas diversas variáveis, tais como salários na data da concessão do benefício, rotatividade e mortalidade, contribuições de empregados e tendências de custos médicos. Trata-se, portanto, de levantamento atuarial cujo objetivo precípuo é apurar, com a maior fidedignidade possível, o montante de obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos correntes e passados.

O Método do Crédito Unitário Projetado é utilizado para determinar o valor presente das obrigações de benefício definido e o respectivo custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado. Também é conhecido como “método de benefícios acumulados” e observa cada período de serviço como a origem de uma unidade adicional do direito ao benefício e mensura cada unidade separadamente para construir a obrigação final.

Descrição	Individual / Consolidado					
	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta-alimentação		Assistidos Ex-PREVHAB	
	2025		2025		2025	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
VPO no início do período	**(11.351.163)**	**(10.527.881)**	**(1.869.664)**	**(1.762.029)**	**(57.699)**	**(62.768)**
Custo do serviço corrente	**(93.004)**	**(178.497)**	**-**	**-**	**-**	**-**
Custo de juros sobre VPO	**(559.408)**	**(1.101.132)**	**(92.146)**	**(183.068)**	**(2.840)**	**(6.010)**
Remensurações de ganhos/(perdas) atuariais:	**(701.574)**	**(1.361.825)**	**60.736**	**(63.601)**	**(7.422)**	**(2.788)**
Ajuste de experiência	120.735	(119.253)	12.962	(55.361)	(9.031)	(3.117)
Alterações premissas demográficas	(30.260)	(30.260)	-	-	2	2
Alterações premissas financeiras	(792.049)	(1.212.312)	47.774	(8.240)	1.607	327
Benefícios pagos pelo plano	**-**	**-**	**-**	**-**	**4.008**	**7.613**
Benefícios pagos diretamente pela empresa	**486.143**	**950.329**	**109.977**	**217.601**	**-**	**-**
VPO no final do período	**(12.219.006)**	**(12.219.006)**	**(1.791.097)**	**(1.791.097)**	**(63.953)**	**(63.953)**

Descrição	Individual / Consolidado							
	REG/REPLAN Saldado		REG/REPLAN Não saldado		REB		Novo Plano	
	2025		2025		2025		2025	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
VPO no início do período	**(63.748.604)**	**(60.991.121)**	**(6.722.166)**	**(6.467.845)**	**(800.990)**	**(718.168)**	**(5.132.637)**	**(4.462.996)**
Custo do serviço corrente	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(37.393)**	**(73.925)**
Custo de juros sobre VPO	**(3.149.164)**	**(4.725.525)**	**(332.078)**	**(499.448)**	**(39.657)**	**(76.633)**	**(254.615)**	**(498.712)**
Contribuições esperadas dos empregados	**-**	**-**	**(19.235)**	**(27.636)**	**(6.600)**	**(12.459)**	**(6.191)**	**(11.565)**
Remensurações de ganhos/(perdas) atuariais:	**2.334.269**	**(174.747)**	**300.130**	**94.368**	**44.268**	**(29.607)**	**341.689**	**(197.081)**
Ajuste de experiência	(7.107.657)	(6.928.915)	60.281	127.268	14.766	(2.661)	(202.228)	(146.438)
Alterações premissas demográficas	3.809.801	3.809.801	20.837	20.837	1.084	1.084	342.420	342.420
Alterações premissas financeiras	5.632.125	2.944.367	219.012	(53.737)	28.418	(28.030)	201.497	(393.063)
Benefícios pagos pelo plano	**2.867.082**	**4.194.976**	**274.917**	**402.129**	**34.139**	**68.027**	**158.344**	**313.476**
VPO no final do período	**(61.696.417)**	**(61.696.417)**	**(6.498.432)**	**(6.498.432)**	**(768.840)**	**(768.840)**	**(4.930.803)**	**(4.930.803)**

A Resolução nº 37, da CGPAR, estabeleceu que as empresas estatais federais que patrocinem planos de benefícios de previdência complementar estruturados na modalidade de benefício definido devem promover alteração desses planos. Entre os itens definidos pela resolução, destacamos: o fechamento do plano a novas adesões; a exclusão de dispositivos que indiquem percentuais de contribuição para custeio dos planos de benefícios e que estejam incorporados aos seus regulamentos; a adoção da média de, no mínimo, os últimos trinta e seis salários de participação como a base para o cálculo do salário real de benefício da complementação/suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição/serviço; a adoção de teto para salário de participação não superior à maior remuneração de cargo não estatutário da empresa patrocinadora; a vinculação do reajuste dos benefícios dos assistidos ao índice do plano; a desvinculação dos valores de complementações/suplementações de aposentadorias do valor do benefício pago pelo RGPS; e a vinculação dos valores de complementações/suplementações de aposentadorias a valor de RGPS hipotético.

(i.6) Mudança no valor justo dos ativos

Os ativos dos planos representam os montantes de recursos (principal e rentabilidade de juros, dividendos e outras receitas) mantidos pela entidade ou fundo de pensão para fazer frente às obrigações atuariais de cada plano de benefício patrocinado pela CAIXA. Esses recursos são mensurados a valor justo, ou seja, considerando o que efetivamente seria recebido pela venda de um ativo ou o que seria pago pela transferência de um passivo em transações não forçadas entre participantes do mercado na data da mensuração.

Os planos de saúde complementar e auxílio/cesta-alimentação são diretamente administrados pela CAIXA e não possuem ativos. A conciliação apresentada abaixo demonstra a evolução do Valor Justo dos Ativos – VJA:

Descrição	Individual / Consolidado									
	Assistidos Ex-PREVHAB		REG/REPLAN Saldado		REG/REPLAN Não saldado		REB		Novo Plano	
	2025		2025		2025		2025		2025	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
VJA no início do período	57.699	62.768	56.553.271	50.394.845	6.719.369	6.378.705	1.119.566	705.413	4.690.077	1.511.044
Receitas de juros	2.840	6.010	2.806.360	4.142.962	333.869	503.444	56.649	235.262	235.262	312.739
Rendimentos sobre os ativos maior (menor) que a taxa de desconto	7.422	2.788	(2.190.435)	1.117.111	(273.830)	5.663	(232.553)	167.266	(1.994.854)	1.190.531
Contribuições do empregador	-	-	923.147	3.579.200	28.702	35.005	6.940	12.438	64.359	130.287
Contribuições de participantes do plano	(4.008)	(4.008)	298.020	484.140	19.259	31.764	6.600	12.459	6.191	11.565
Benefícios pagos pelo plano	-	(3.605)	(2.867.082)	(4.194.977)	(274.917)	(402.129)	(34.139)	(68.027)	(158.344)	(313.475)
VJA no final do período	**63.953**	**63.953**	**55.523.281**	**55.523.281**	**6.552.452**	**6.552.452**	**923.063**	**923.063**	**2.842.691**	**2.842.691**

(i.7) Conciliação do ativo/(passivo) dos planos reconhecidos no Balanço Patrimonial

O valor líquido do ativo/passivo decorre da confrontação dos montantes de obrigação atuarial dos planos com seus respectivos montantes de ativos avaliados ao valor justo. A existência de eventual déficit (passivo) propicia, por parte da entidade patrocinadora, a necessidade de provisionamento de recursos para fazer frente à obrigação atuarial incremental levantada, na medida de sua participação no plano (efeito de compartilhamento). A existência de superávit (ativo), por sua vez, poderá ensejar reversão de valores do plano em favor da entidade patrocinadora e dos patrocinados, na medida de suas participações, devendo-se levar em consideração o limitador de reconhecimento de ativo atuarial (efeito de teto de ativo). Para os planos de previdência complementar observa-se o efeito da restrição sobre a obrigação atuarial, ou seja, os riscos são compartilhados com os participantes e assistidos de cada plano, a fim de limitar a responsabilidade atuarial a ser reconhecida pela CAIXA.

Cabe ressaltar que, para o estabelecimento da Provisão dos Benefícios Pós-emprego a ser contabilizada para os planos REG/REPLAN modalidade Saldada e Não Saldada, além de se observar o resultado das avaliações atuariais desses planos, é necessário considerar o saldo devedor atualizado da CAIXA para os planos de equacionamento de déficit vigentes na FUNCEF. Assim, caso o saldo devedor atualizado dos planos de equacionamento de déficit esteja superior ao montante de provisão estabelecido a partir da avaliação atuarial, a CAIXA realiza a complementação da Provisão pela diferença dos valores para garantir que a empresa tenha provisionado recursos suficientes para cumprimento de suas obrigações com aqueles planos. Complementos realizados em dezembro de 2025 para o REG/REPLAN Saldado R$ 3.429.432 e Não Saldado R$ 366.554.

Descrição	Individual / Consolidado					
	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta-alimentação		Assistidos Ex-PREVHAB	
	2025		2025		2025	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
VPO no final do período	(12.219.006)	(12.219.006)	(1.791.097)	(1.791.097)	(63.953)	(63.953)
VJA no final do período	-	-	-	-	63.953	63.953
Superávit/(déficit) do plano	**(12.219.006)**	**(12.219.006)**	**(1.791.097)**	**(1.791.097)**	**-**	**-**
Ativo/(passivo) líquido	**(12.219.006)**	**(12.219.006)**	**(1.791.097)**	**(1.791.097)**	**-**	**-**

Descrição	Individual / Consolidado							
	REG/REPLAN Saldado		REG/REPLAN Não saldado		REB		Novo Plano	
	2025		2025		2025		2025	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
VPO no final do período	(61.696.417)	(61.696.417)	(6.498.432)	(6.498.432)	(768.840)	(768.840)	(4.930.803)	(4.930.803)
VJA no final do período	55.523.281	55.523.281	6.552.452	6.552.452	923.063	923.063	2.842.691	2.842.691
Superávit/(déficit) do plano	**(6.173.136)**	**(6.173.136)**	**54.020**	**54.020**	**154.223**	**154.223**	**(2.088.112)**	**(2.088.112)**
Efeito do limite de ativo	-	-	(54.020)	(54.020)	(154.223)	(154.223)	-	-
Efeito da restrição sobre a obrigação atuaria (*risk sharing*)	3.086.568	3.086.568	-	-	-	-	1.044.056	1.044.056
Ativo/(passivo) líquido	**(3.086.568)**	**(3.086.568)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(1.044.056)**	**(1.044.056)**

(i.8) Perfil de vencimento da obrigação de benefício definido

Descrição	Individual / Consolidado						
	Saúde CAIXA	Auxílio/Cesta-alimentação	Assistidos Ex-PREVHAB	REG/REPLAN Saldado	REG/REPLAN Não saldado	REB	Novo Plano
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 31/12/2026	1.144.183	205.968	8.077	5.953.496	593.547	63.580	321.034
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 31/12/2027	1.043.202	185.595	7.279	5.469.312	547.733	59.484	308.412
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 31/12/2028	950.327	166.955	6.528	5.019.280	505.236	55.642	295.530
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 31/12/2029	863.070	149.916	5.824	4.600.681	465.779	51.990	283.286
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 31/12/2030 ou posterior	8.218.224	1.082.663	36.245	40.653.648	4.386.137	538.144	3.722.541
Total	**12.219.006**	**1.791.097**	**63.953**	**61.696.417**	**6.498.432**	**768.840**	**4.930.803**
***Duration* do passivo atuarial na data-base de 31/12/2025**	**8,80 anos**	**6,67 anos**	**5,86 anos**	**7,95 anos**	**8,36 anos**	**9,24 anos**	**11,08 anos**

(i.9) Custo de benefício definido reconhecido no resultado

Descrição	Individual / Consolidado					
	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta-alimentação		REG/REPLAN Saldado	
	2025		2025		2025	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Custo do serviço corrente	(93.004)	(178.497)	-	-	-	-
Custo dos juros sobre VPO	(559.408)	(1.101.132)	(92.146)	(183.067)	(3.149.164)	(4.725.525)
Receita de juros sobre o ativo	-	-	-	-	2.806.360	4.142.961
(Despesa)/Receita reconhecida no resultado	**(652.412)**	**(1.279.629)**	**(92.146)**	**(183.067)**	**(342.804)**	**(582.564)**

Descrição	Individual / Consolidado					
	REG/REPLAN Não Saldado		REB		Novo Plano	
	2025		2025		2025	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Custo do serviço corrente	-	-	-	-	(37.393)	(73.925)
Custo dos juros sobre VPO	(332.078)	(499.449)	(39.657)	(76.633)	(254.615)	(498.712)
Receita de juros sobre o ativo	333.869	503.444	56.649	93.514	235.262	312.740
(Despesa)/Receita reconhecida no resultado	**1.791**	**3.995**	**16.992**	**16.881**	**(56.746)**	**(259.897)**

(i.10) Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes (PL)

Descrição	Individual / Consolidado				
	Saúde CAIXA	Auxílio/ Cesta-alimentação	REG/REPLAN Consolidado	REB	Novo Plano
	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025
Saldo inicial	**(739.292)**	**(696.129)**	**(5.781.637)**	**(67)**	**(694.079)**
Ajustes de avaliação patrimonial	(1.361.825)	(63.602)	(1.237.685)	(6.005)	468.544
Efeitos fiscais	639.570	28.621	556.958	2.702	(210.845)
Saldo final	**(1.461.547)**	**(731.110)**	**(6.462.364)**	**(3.370)**	**(436.380)**

(i.11) Composição dos ativos dos planos

Os planos de saúde complementar e auxílio/cesta-alimentação são administrados diretamente pela CAIXA e não possuem ativos. Os ativos do plano de benefício Assistidos PREVHAB são compostos, exclusivamente, por aplicações financeiras em renda fixa.

Descrição	Individual / Consolidado			
	REG/REPLAN Saldado	REG/REPLAN Não saldado	REB	Novo Plano
	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025
Renda fixa	47.227.386	5.687.450	726.156	2.185.903
Renda variável	1.501.826	167.280	76.802	266.548
Investimentos estruturados	269.861	44.900	3.080	6.522
Investimentos imobiliários	4.807.798	531.451	55.191	120.741
Operações com participantes	1.628.788	112.275	31.322	129.666
Investimentos no exterior	-	-	28.468	132.495
Outros realizáveis	87.622	9.096	2.045	816
Total	**55.523.281**	**6.552.452**	**923.064**	**2.842.691**

(i.12) Imóveis de propriedade dos planos ocupados pela CAIXA

Descrição	Individual / Consolidado			
	REG/REPLAN Saldado	REG/REPLAN Não saldado	REB	Novo Plano
	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025
Imóveis – locados à CAIXA	119.116	12.756	1.578	1.389
Total	**119.116**	**12.756**	**1.578**	**1.389**

(i.13) (Despesas)/Receitas e pagamentos esperados para o próximo semestre

Descrição	Individual / Consolidado					
	(Despesa)/Receita esperada – CPC 33 (R1)					
	Saúde CAIXA	Auxílio/ Cesta-alimentação	REG/ REPLAN Saldado	REG/ REPLAN Não saldado	REB	Novo Plano
	30/06/2026	30/06/2026	30/06/2026	30/06/2026	30/06/2026	30/06/2026
Custo do serviço corrente	(99.676)	-	-	-	-	(33.173)
Custo de juros sobre o VPO	(619.167)	(91.134)	(3.139.770)	(330.648)	(39.069)	(250.648)
Receita de juros sobre os ativos do plano	-	-	2.827.085	335.592	47.747	143.724
Juros sobre o teto do ativo	-	-	-	(4.944)	(8.678)	-
Juros sobre o efeito do *Risk Sharing*	-	-	156.343	-	-	53.462
Total de custo a reconhecer no próximo período	**(718.843)**	**(91.134)**	**(156.342)**	**-**	**-**	**(86.635)**

Descrição	Individual / Consolidado					
	Pagamentos esperados - CPC 33 (R1)					
	Saúde CAIXA	Auxílio/ Cesta-alimentação	REG/ REPLAN Saldado	REG/ REPLAN Não saldado	REB	Novo Plano
	30/06/2026	30/06/2026	30/06/2026	30/06/2026	30/06/2026	30/06/2026
Pagamento esperado de benefícios	572.092	102.984	-	-	-	-
Contribuições de risco	-	-	-	4.073	4.743	53.162
Contribuições de equacionamento	-	-	302.391	16.256	-	-
Total dos pagamentos esperados para o plano	**572.092**	**102.984**	**302.391**	**20.329**	**4.743**	**53.162**

CAIXA
CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA FAZENDA

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

(i.14) Análise de sensibilidade das principais premissas financeiras e demográficas

O objetivo da análise de sensibilidade é mensurar como a obrigação de benefício definido seria afetada por mudanças em determinadas premissas atuariais relevantes, mantidas todas as outras constantes.

Individual / Consolidado – Análise de sensibilidade das principais hipóteses – CPC 33 (R1)						
Descrição	Tábua Biométrica		Taxa de Desconto		*Aging Factor*	
	+ 1 ano na idade	- 1 ano na idade	+ 0,25%	- 0,25%	+ 1%	- 1%
Saúde CAIXA						
Custo de juros	(441.365)	(418.502)	(436.759)	(426.027)	(524.136)	(355.198)
Valor presente da obrigação	(12.500.133)	(11.725.168)	(11.975.719)	(12.472.295)	(14.853.005)	(10.039.563)
Auxílio/Cesta-alimentação						
Custo de juros	(89.010)	(92.265)	(92.100)	(90.724)	Não aplicável	Não aplicável
Valor presente da obrigação	(1.752.087)	(1.812.373)	(1.769.588)	(1.824.900)	Não aplicável	Não aplicável
EX-PREVHAB						
Custo de juros	(3.163)	(3.349)	(3.283)	(3.229)	Não aplicável	Não aplicável
Valor presente da obrigação	(62.232)	(65.671)	(63.042)	(64.890)	Não aplicável	Não aplicável
REG/REPLAN saldado						
Custo de juros	(3.088.894)	(3.187.506)	(3.151.773)	(3.126.976)	Não aplicável	Não aplicável
Valor presente da obrigação	(60.744.933)	(62.589.170)	(60.534.975)	(62.900.018)	Não aplicável	Não aplicável
REG/REPLAN não saldado						
Custo de juros	(326.291)	(334.458)	(331.628)	(329.589)	Não aplicável	Não aplicável
Valor presente da obrigação	(6.416.728)	(6.569.903)	(6.370.151)	(6.631.550)	Não aplicável	Não aplicável
REB						
Custo de juros	(56.738)	(58.273)	(57.759)	(57.241)	Não aplicável	Não aplicável
Valor presente da obrigação	(1.102.173)	(1.131.140)	(747.568)	(789.098)	Não aplicável	Não aplicável
Novo Plano						
Custo de juros	(247.399)	(254.029)	(250.032)	(254.003)	Não aplicável	Não aplicável
Valor presente da obrigação	(4.868.981)	(4.995.161)	(4.805.274)	(5.116.098)	Não aplicável	Não aplicável

(j) Despesas reconhecidas com planos de previdência com características de contribuição definida

Individual / Consolidado		
Descrição	2025	
	2º semestre	Exercício
REB	29.539	58.115
Novo Plano	740.552	1.433.668
Total	**770.091**	**1.491.783**

(k) Despesas reconhecidas para cobertura de riscos com causas judiciais relacionados aos planos de benefícios

Individual / Consolidado		
Descrição	2025	
	2º semestre	Exercício
Causas judiciais	269	524
Total	**269**	**524**

Nota 19 – Outros passivos

Descrição	Individual	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Credores por recursos a liberar	12.489.194	12.489.194
Credores diversos - país	7.852.664	8.434.813
Provisão para pagamentos a efetuar	4.176.981	4.556.064
Sociais e estatutárias	1.749.642	1.959.642
Relações interfinanceiras e interdependências (1)	1.163.514	18.591.772
Obrigações por Convênios Oficiais - INSS	548.388	548.388
Obrigações por prestação de serviços de pagamentos	497.968	497.968
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	350.124	350.124
Valores a pagar a sociedades ligadas	264.228	308.626
Outras obrigações diversas	217.355	217.359
Total	**29.310.058**	**47.953.950**

(1) Variação entre individual e consolidado decorre dos fluxos temporários de liquidação das operações de cartões do Conglomerado.

Nota 20 – Patrimônio líquido

(a) Reconciliação do Patrimônio líquido – Individual x Consolidado

Discriminação	31/12/2025
Patrimônio líquido – Individual	**111.795.824**
IHCD – Elegíveis a capital (1)	35.101.258
Participação dos não controladores	2.775.290
Patrimônio líquido – Consolidado	**149.672.372**

(1) Composto por principal autorizado (IHCD) e sua atualização monetária que são reclassificados para o Patrimônio Líquido (Nota 15.3 (d)).

Nas demonstrações contábeis individuais, os instrumentos híbridos de capital e dívida elegíveis a compor o Capital Principal são registrados no passivo e seus encargos financeiros reconhecidos como despesas operacionais, enquanto nas demonstrações contábeis consolidadas são reclassificados para o patrimônio líquido, com base no entendimento e nas orientações do Banco Central do Brasil, com o objetivo de melhorar a qualidade dessas demonstrações contábeis consolidadas.

(b) Reservas de lucros

As reservas de lucros são constituídas por reserva legal, calculada à base de 5% sobre o lucro líquido, reserva de loterias e reserva de margem operacional.

As reservas de loterias são constituídas pelo resultado da administração das loterias federais que couberem à CAIXA como executora destes serviços públicos para incorporação ao seu patrimônio líquido.

A reserva de margem operacional é constituída mediante justificativa do percentual considerado de até 100% do saldo do lucro líquido deduzido da destinação para reserva legal, para reservas de lucros a realizar, para reservas para contingências, para reserva de incentivos fiscais e para pagamento mínimo (25% do lucro líquido ajustado) de dividendos e juros sobre capital próprio, até o limite de 80% do capital social.

Individual / Consolidado	
Descrição	31/12/2025
Reservas de reavaliação	**194.005**
Reservas de lucros	**14.865.371**
Reserva legal	7.517.544
Reserva estatutária – loterias	1.386.823
Reservas estatutária – margem operacional	5.961.004

(c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

De acordo com o Estatuto Social e os parâmetros aprovados, a distribuição de resultado do exercício é de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido Ajustado, conforme definido no Estatuto.

A distribuição de resultado do exercício é aprovada pela Assembleia Geral, após deliberação do Conselho de Administração, por proposta do Conselho Diretor e observado o posicionamento do Conselho Fiscal, levando em consideração as previsões legais e as condições do Estatuto Social da CAIXA.

Para efeito do cálculo da obrigação com dividendos, são computados os juros sobre o capital próprio, calculado pela remuneração da TJLP do período sobre o patrimônio líquido ajustado, limitado a 50% do lucro líquido do período.

Em 04/04/2025, a CAIXA efetuou o pagamento, à Secretaria do Tesouro Nacional, dos juros sobre o capital próprio e dividendos referentes ao exercício de 2024, totalizando o montante de R$ 2.770.957.

A título de antecipação de juros sobre o capital próprio, referente ao exercício de 2025, em 05/12/2025 foi transferido ao Tesouro Nacional o montante de R$ 1.409.683.

Nota 21 – Receitas e despesas de juros e similares

(a) Receitas de Juros

Descrição	Individual		Consolidado	
	2025		2025	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Ao valor justo por meio do resultado	**10.475.186**	**18.305.246**	**10.735.754**	**18.689.524**
Títulos e valores mobiliários	10.475.186	18.305.246	10.735.576	18.689.346
Outros ativos financeiros	-	-	178	178
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**33.782.324**	**61.671.077**	**33.697.737**	**61.513.974**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	14.042.681	29.485.935	14.041.456	29.484.710
Títulos e valores mobiliários	19.739.643	32.185.142	19.656.281	32.029.264
Ao custo amortizado	**84.934.588**	**164.547.657**	**85.026.483**	**164.708.529**
Títulos e valores mobiliários	**147.352**	**293.452**	**147.352**	**293.452**
Carteira de crédito (1)	**77.369.248**	**149.463.848**	**77.461.143**	**149.624.720**
Financiamentos imobiliários	42.616.998	82.045.022	42.616.998	82.045.022
Empréstimos, títulos descontados e financiamentos	24.958.350	48.538.811	25.050.245	48.699.683
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	6.354.914	12.227.187	6.354.914	12.227.187
Financiamentos rurais e agroindustriais	3.468.601	6.741.224	3.468.601	6.741.224
Resultado com outros créditos	(29.615)	(88.396)	(29.615)	(88.396)
Aplicações interfinanceiras de liquidez	**174.317**	**487.787**	**174.317**	**487.787**
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	174.317	487.787	174.317	487.787
Depósitos do banco central	**6.534.575**	**12.427.903**	**6.534.575**	**12.427.903**
Depósitos de poupança	2.934.102	5.864.634	2.934.102	5.864.634
Exigibilidade sobre recursos a prazo	2.823.667	5.107.557	2.823.667	5.107.557
Depósitos voluntários	776.806	1.455.712	776.806	1.455.712
Outros ativos financeiros	**709.096**	**1.874.667**	**709.096**	**1.874.667**
Resultado com outros ativos financeiros	709.096	1.874.667	709.096	1.874.667
Total	**129.192.098**	**244.523.980**	**129.459.974**	**244.912.027**

(1) Inclui recuperação de prejuízos no montante de R$ 5.602.695.

(b) Despesas de Juros

Descrição	Individual		Consolidado	
	2025		2025	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Ao custo amortizado	**(95.934.829)**	**(179.483.603)**	**(95.471.003)**	**(177.870.263)**
Recursos de clientes	**(38.872.712)**	**(72.764.935)**	**(38.872.712)**	**(72.764.935)**
Depósitos de poupança	(15.120.438)	(29.075.041)	(15.120.438)	(29.075.041)
Depósitos a prazo CDB/RDB	(14.124.739)	(25.532.461)	(14.124.739)	(25.532.461)
Depósitos judiciais	(5.655.004)	(10.625.979)	(5.655.004)	(10.625.979)
Depósitos especiais e de fundos e programas	(3.440.624)	(6.498.054)	(3.440.624)	(6.498.054)
Outras captações	(531.907)	(1.033.400)	(531.907)	(1.033.400)
Recursos de instituições financeiras e outras	**(36.459.536)**	**(70.182.087)**	**(36.401.717)**	**(70.039.842)**
Empréstimos e repasses	(19.318.633)	(37.763.413)	(19.318.633)	(37.726.709)
Captações no mercado aberto	(16.964.952)	(32.092.471)	(16.907.133)	(31.986.930)
Depósitos interfinanceiros	(175.951)	(326.203)	(175.951)	(326.203)
Recursos de emissões de títulos de valores mobiliários	**(20.602.581)**	**(36.536.581)**	**(20.196.574)**	**(35.065.486)**
Recursos de emissões de letras	(20.124.750)	(34.918.500)	(20.124.750)	(34.918.500)
Instrumentos híbridos de capital e dívida	(406.007)	(1.506.820)	-	(35.725)
Resultado com recursos de emissão externa	(71.824)	(111.261)	(71.824)	(111.261)
Total	**(95.934.829)**	**(179.483.603)**	**(95.471.003)**	**(177.870.263)**
Resultado líquido de juros	**33.257.269**	**65.040.377**	**33.988.971**	**67.041.764**

Nota 22 – Ganhos e perdas com o valor justo de instrumentos financeiros

Descrição	Individual		Consolidado	
	2025		2025	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Ao valor justo por meio do resultado	**(575.880)**	**2.023.200**	**(580.548)**	**2.018.925**
Títulos públicos federais brasileiros	(399.302)	2.153.839	(403.970)	2.149.564
Títulos privados de instituições financeiras	(239)	2.502	(239)	2.502
Títulos privados de entidades não financeiras	(44.697)	24.687	(44.697)	24.687
Cotas de fundo de investimento	8.748	9.047	8.748	9.047
Ações	52.915	55.870	52.915	55.870
Outros instrumentos financeiros (*Royalties*)	(193.305)	(222.745)	(193.305)	(222.745)
Total	**(575.880)**	**2.023.200**	**(580.548)**	**2.018.925**

Nota 23 – Ganhos e perdas com a negociação de títulos e valores mobiliários

Descrição	Individual		Consolidado	
	2025		2025	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Ao valor justo por meio do resultado abrangente	**82.769**	**227.577**	**82.769**	**227.577**
Títulos públicos federais brasileiros	82.769	227.653	82.769	227.653
Títulos privados de entidades não financeiras	-	(76)	-	(76)
Ao valor justo por meio do resultado	**361.673**	**(175.693)**	**361.360**	**(176.519)**
Títulos públicos federais brasileiros	361.673	(175.693)	361.360	(176.519)
Total	**444.442**	**51.884**	**444.129**	**51.058**

Nota 24 – Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias

Descrição	Individual		Consolidado	
	2025		2025	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Serviços de Governo	**4.528.186**	**9.161.595**	**5.635.616**	**10.500.236**
Administração e fomento de entidades e programas	**3.477.317**	**7.062.082**	**4.584.747**	**8.400.723**
FGTS	1.700.896	3.402.005	1.700.896	3.402.005
Loterias	644.958	1.750.647	1.752.388	3.089.288
FIES	218.215	434.315	218.215	434.315
Minha Casa Minha Vida	92.185	207.280	92.185	207.280
Programa saneamento	255.516	464.606	255.516	464.606
Outras entidades e programas	565.547	803.229	565.547	803.229
Transferência de Benefícios	**811.559**	**1.626.772**	**811.559**	**1.626.772**
Garantias prestadas - Agente operador	**239.310**	**472.741**	**239.310**	**472.741**
Conta corrente e tarifas bancárias	**2.034.005**	**4.208.212**	**2.033.867**	**4.207.972**
Convênio e cobrança	**953.940**	**1.947.803**	**953.940**	**1.947.803**
Cartões de débito e crédito	**76.125**	**835.527**	**1.801.758**	**3.382.695**
Operações de crédito	**1.198.528**	**2.283.653**	**1.198.528**	**2.283.653**
Fundos de investimento	**295.303**	**517.590**	**1.337.814**	**2.459.071**
Seguros	**496.913**	**879.334**	**1.398.838**	**2.658.068**
Outros	**275.399**	**487.813**	**225.211**	**387.536**
Total	**9.858.399**	**20.321.527**	**14.585.572**	**27.827.034**

Nota 25 – Despesas com pessoal

(a) Remuneração de empregados

Descrição	Individual		Consolidado	
	2025		2025	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Salários	**(9.011.606)**	**(17.658.641)**	**(9.136.963)**	**(17.884.313)**
Benefícios	**(3.016.193)**	**(5.035.694)**	**(3.052.402)**	**(5.128.023)**
Indenizações trabalhistas	**(125.654)**	**(354.724)**	**(125.654)**	**(354.724)**
Outros	**(98.527)**	**(150.368)**	**(114.067)**	**(177.045)**
Encargos sociais	**(3.798.055)**	**(7.405.946)**	**(3.855.627)**	**(7.509.543)**
Previdência social	(2.163.468)	(4.199.204)	(2.195.827)	(4.257.471)
FGTS	(720.614)	(1.397.450)	(731.147)	(1.416.417)
Previdência complementar	(690.404)	(1.374.227)	(702.409)	(1.395.854)
Outros encargos	(223.569)	(435.065)	(226.244)	(439.801)
Total	**(16.050.035)**	**(30.605.373)**	**(16.284.713)**	**(31.053.648)**

(b) Remuneração média (em reais)

Descrição (1)	Individual	
	2025	2025
	2º semestre	Exercício
Maior salário	79.534	78.050
Salário médio	15.571	15.285
Menor salário	4.086	4.012
Benefícios	4.616	4.443

(1) No exercício de 2025 foram contratados 40 empregados.

Nota 26 – Outras despesas administrativas

Descrição	Individual		Consolidado	
	2025		2025	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Processamento de dados	(1.418.431)	(2.553.871)	(1.427.830)	(2.576.734)
Amortização/*Impairment*	(726.088)	(1.385.632)	(729.093)	(1.391.641)
Manutenção e conservação de bens	(685.206)	(1.295.097)	(685.254)	(1.295.146)
Depreciação/*Impairment*	(633.395)	(1.118.383)	(634.477)	(1.119.513)
Serviços de terceiros	(630.287)	(1.189.734)	(630.287)	(1.189.747)
Aluguéis	(613.179)	(1.476.386)	(613.926)	(1.478.995)
Serviços especializados	(547.365)	(961.763)	(573.392)	(1.025.183)
Serviços de vigilância e segurança	(532.045)	(1.029.221)	(532.045)	(1.029.221)
Serviços de transporte	(356.013)	(745.772)	(356.013)	(745.772)
Serviços do sistema financeiro	(315.504)	(546.649)	(316.109)	(547.870)
Promoções e relações públicas	(248.463)	(350.856)	(249.950)	(352.369)
Água e energia	(244.637)	(518.089)	(244.637)	(518.089)
Propaganda e publicidade	(213.576)	(329.231)	(227.104)	(344.293)
Comunicações	(191.939)	(460.514)	(191.955)	(460.543)
Material	(11.542)	(28.374)	(11.555)	(28.398)
Outras	(300.659)	(509.470)	(304.897)	(517.531)
Total	**(7.668.329)**	**(14.499.042)**	**(7.728.524)**	**(14.621.045)**

Nota 27 – Despesas tributárias

Descrição	Individual		Consolidado	
	2025		2025	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
COFINS	(1.463.584)	(2.858.414)	(1.807.516)	(3.430.990)
ISS	(333.604)	(668.867)	(487.773)	(925.839)
PIS/PASEP	(241.825)	(468.525)	(313.527)	(587.535)
IPTU	(7.565)	(96.120)	(7.565)	(96.120)
Outras	(11.150)	(51.647)	(47.676)	(96.630)
Total	**(2.057.728)**	**(4.143.573)**	**(2.664.057)**	**(5.137.114)**

Nota 28 – Outras receitas

Descrição	Individual		Consolidado	
	2025		2025	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Variação cambial	3.022.377	3.436.435	3.022.377	3.436.435
Comissões e taxas cota mensal diferida – agente financeiro FGTS (1)	1.134.869	2.332.538	1.134.869	2.332.538
Recuperação de despesas	1.236.253	2.306.842	1.148.150	2.180.833
Atualização monetária sobre operações diversas	878.962	1.723.574	880.681	1.711.111
Avaliação atuarial extraordinária (2)	-	900.784	-	900.784
Ganhos na alienação de investimentos (3)	-	841.114	-	841.114
Direito de uso – Rede CAIXA	206.647	401.478	206.647	401.478
Recuperação de perdas operacionais	89.330	245.585	89.330	245.620
Cartão de débito e crédito	51	61.988	14.658	160.838
Outras	179.680	454.045	527.238	947.141
Total	**6.748.169**	**12.704.383**	**7.023.950**	**13.157.892**

(1) O estoque a diferir continuará sendo apropriado como outras receitas. As novas contratações são apropriadas pela TJEO de acordo com o prazo do contrato de crédito como receita de crédito.

(2) Em março de 2025 foi realizada avaliação atuarial extraordinária, em função das alterações regulamentares do Plano REG/REPLAN ocorridas em fevereiro de 2025 que resultou em reversão de despesa referente a custo do serviço passado no montante de R$ 900.784.

(3) Receita decorrente da alienação de participação na Caixa Seguridade realizada em oferta pública secundária de ações, bem como a venda de 100% das ações da Galgo, conforme descrito na Nota 11.

Nota 29 – Outras despesas

Descrição	Individual		Consolidado	
	2025		2025	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Variação cambial	(3.124.033)	(3.541.768)	(3.137.264)	(3.554.999)
Lotéricos e parceiros comerciais	(1.497.479)	(3.003.001)	(1.497.479)	(3.003.001)
Perdas de risco operacional	(746.141)	(2.022.154)	(986.442)	(2.384.631)
Benefício pós-emprego	(831.737)	(1.835.610)	(831.737)	(1.835.610)
Cartão de débito e crédito	(73.465)	(622.281)	(974.338)	(1.784.185)
Imóveis adjudicados/arrematados	(710.298)	(1.338.175)	(710.298)	(1.338.175)
Obrigações com fundos e programas	(661.121)	(1.273.607)	(661.121)	(1.273.607)
Financiamentos imobiliários	(687.413)	(1.219.874)	(687.413)	(1.219.874)
Alavancagem de negócios	(502.654)	(977.086)	(502.654)	(977.086)
Benefícios sociais	(515.002)	(966.763)	(515.002)	(966.763)
Descontos concedidos	(392.355)	(743.529)	(421.477)	(799.568)
Serviços automatizados	(318.332)	(612.981)	(318.332)	(612.981)
Ágio na aquisição de carteiras comerciais	(157.797)	(341.096)	(157.797)	(341.096)
Loterias	(127.190)	(245.681)	(169.538)	(323.677)
Passivo de arrendamento	(166.980)	(196.688)	(167.771)	(197.514)
Outras	(1.060.048)	(1.786.912)	(1.100.851)	(1.829.215)
Total	**(11.572.045)**	**(20.727.206)**	**(12.839.514)**	**(22.441.982)**

Nota 30 – Constituição e reversão de provisões

Descrição	Individual		Consolidado	
	2025		2025	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Contingências Judiciais	**(2.263.605)**	**(4.658.448)**	**(2.263.605)**	**(4.658.448)**
Trabalhistas	(1.660.141)	(3.260.915)	(1.660.141)	(3.260.915)
Cíveis	(539.410)	(1.288.770)	(539.410)	(1.288.770)
Fiscais	(64.054)	(108.763)	(64.054)	(108.763)
Fundo de compensação de variações salariais – FCVS	**1.041.704**	**830.761**	**1.041.704**	**830.761**
Pré-pagamento – FGTS	**84.002**	**997.912**	**84.002**	**997.912**
Taxa Performance das carteiras adquiridas	**(82.242)**	**(107.517)**	**(82.242)**	**(107.517)**
Outras	**(38.320)**	**(150.813)**	**(66.653)**	**(259.755)**
Total	**(1.258.461)**	**(3.088.105)**	**(1.286.794)**	**(3.197.047)**

Nota 31 – Resultado não operacional

Individual / Consolidado		
Descrição	2025	2025
	2º semestre	Exercício
Resultado na alienação e baixa de investimentos e ativos não financeiros mantidos para venda	174.629	525.130
Constituição/reversão de provisões	(20.688)	(64.408)
Ganhos e perdas de capital	(12.085)	(30.310)
Outros (1)	(285.347)	(660.649)
Total	**(143.491)**	**(230.237)**

(1) Inclui despesas relativas à manutenção, avaliação ou distrato de ativos mantidos para venda (AMV), no montante de R$ 754.863.

Nota 32 – Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são realizadas no curso das atividades operacionais da CAIXA e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

O Código de Conduta dos Empregados e Dirigentes da CAIXA veda aos seus empregados e dirigentes estabelecer relações comerciais ou profissionais, diretamente ou por terceiros, com seus controladores e empresas do mesmo grupo econômico.

De acordo com legislação vigente, no que se aplica à CAIXA como empresa pública e suas partes relacionadas, é permitida a realização de operações nas mesmas condições às apresentadas ao mercado, especialmente quanto a limites, taxas de juros, carência, prazos, garantias, bem como critérios para classificação de risco para fins de constituição de provisão para perdas e baixas para prejuízo, não existindo benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações realizadas com os demais clientes de mesmo perfil na empresa.

(a) Controladora

Os saldos com a controladora estão representados pelas transações com a União, seus respectivos ministérios, autarquias, secretarias de governo e demais órgãos.

(b) Controladas

Em consonância com sua estratégia, a CAIXA realiza negócios através de suas subsidiárias Caixa Seguridade, Caixa Cartões, Caixa Loterias e Caixa Asset.

(c) Controladas em conjunto

São controladas em conjunto as entidades nas quais a CAIXA participa indiretamente, por meio de suas controladas Caixa Seguridade e Caixa Cartões.

(d) Coligadas

São coligadas diretas da CAIXA: a Núclea, TecBan e Quod, bem como as empresas pré-operacionais Caixa Imóveis e Negócios Digitais.

Por meio da Caixa Seguridade, é coligada a CNP Seguros Holding Brasil S.A., constituída para viabilizar a participação nas empresas do Grupo CNP Seguros, assim como a companhia Holding XS1, que possui a XS2 Vida e Previdência S.A. e a Caixa Vida e Previdência S.A. como subsidiárias integrais.

A CAIXA mantém transações diversas com a Caixa Seguridade, incluindo suas investidas.

(e) Pessoal-chave da administração

Composto pelos membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e dos demais órgãos estatutários da CAIXA e Subsidiárias.

(f) Outras entidades

Esse item é composto por transações com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo governo federal, tais como Petrobrás, Banco do Brasil, BNDES, Banco do Nordeste, Correios e Emgea, dentre outras, além dos fundos de investimento e fundos de governo operados e/ou administrados pela CAIXA, como FGTS, FAR, FCVS, FIES.

CAIXA
CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA **FAZENDA**

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

A Funcef, entidade que administra plano de benefícios pós-emprego dos empregados da CAIXA, mantém com a CAIXA contratos de prestação de serviços bancários e de locação de imóveis de propriedade daquela entidade

Descrição	Individual 31/12/2025					
	Controladora	Controlada	Controladas em conjunto	Coligada	Pessoal chave	Outras entidades
Ativo	**140.747.611**	**1.306.454**	**760.031**	**1.840.601**	**34.685**	**10.303.563**
Disponibilidades	-	-	-	1.838.408	-	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	139.411.682	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	379.954	-	-	-	-	4.775
Rendas a receber	638.719	1.270.901	85.788	2.193	-	288.863
Operações de crédito	-	-	-	-	31.165	9.815.311
Perdas esperadas em operações de crédito	-	-	-	-	(410)	(396.159)
Outros ativos financeiros	317.261	35.553	674.245	-	3.974	590.857
Perdas esperadas em outros ativos financeiros	(5)	-	(2)	-	(44)	(84)
Passivo	**18.607.897**	**621.781**	**79.914**	**555**	**53.523**	**149.613.311**
Recursos de clientes	3.162.790	457	60.113	555	53.523	31.104.150
Recursos de instituições financeiras e outras	-	584.139	-	-	-	116.079.939
Recursos para destinação específica	15.329.417	37.185	-	-	-	258.149
Obrigações diversas	28.890	-	19.801	-	-	1.983.739
Outros passivos financeiros	86.800	-	-	-	-	187.334
Garantias	-	-	-	-	**58.306**	**61.760.488**
Recebidas	-	-	-	-	58.306	12.498.568
Prestadas	-	-	-	-	-	49.261.920

Descrição	Consolidado 31/12/2025				
	Controladora	Controladas em conjunto	Coligada	Pessoal chave	Outras entidades
Ativo	**143.888.627**	**760.031**	**1.840.623**	**34.685**	**10.413.149**
Disponibilidades	-	-	1.838.408	-	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	139.411.682	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	3.520.970	-	-	-	4.775
Rendas a receber	638.719	85.788	2.215	-	294.214
Operações de crédito	-	-	-	31.165	9.919.546
Perdas esperadas em operações de crédito	-	-	-	(410)	(396.159)
Outros ativos financeiros	317.261	674.245	-	3.974	590.857
Perdas esperadas em outros ativos financeiros	(5)	(2)	-	(44)	(84)
Passivo	**18.607.897**	**79.914**	**555**	**53.523**	**149.613.311**
Recursos de clientes	3.162.790	60.113	555	53.523	31.104.150
Recursos de instituições financeiras e outras	-	-	-	-	116.079.939
Recursos para destinação específica	15.329.417	-	-	-	258.149
Obrigações diversas	28.890	19.801	-	-	1.983.739
Outros passivos financeiros	86.800	-	-	-	187.334
Garantias	-	-	-	**58.306**	**61.760.488**
Recebidas	-	-	-	58.306	12.498.568
Prestadas	-	-	-	-	49.261.920

Descrição	Individual									
	2º semestre					Exercício				
	Controladora	Controlada	Controladas em conjunto	Coligada	Outras entidades	Controladora	Controlada	Controladas em conjunto	Coligada	Outras entidades
Receitas	**1.841.104**	**2**	**45.345**	**(7.169)**	**5.205.483**	**4.010.267**	**9.962**	**45.345**	**32.691**	**12.603.170**
Rendas de prestação de serviços	828.570	-	-	7.571	692.804	1.772.806	-	-	29.919	996.662
Rendas de operações de crédito	8.500	-	-	-	1.192.107	8.500	-	-	-	2.357.259
Resultado de títulos e valores mobiliários	381.584	-	-	-	-	1.069.526	-	-	-	-
Outras receitas operacionais	622.450	2	45.345	(16.390)	3.320.572	1.159.435	9.962	45.345	1.122	9.249.249
Outras receitas financeiras	-	-	-	1.650	-	-	-	-	1.650	-
Despesas	**(1.478.134)**	**(7)**	**(286.329)**	**(386.800)**	**(1.411.822)**	**(3.361.083)**	**(7)**	**(286.329)**	**(419.463)**	**(2.906.365)**
Despesas operacionais	(63.607)	-	(29.393)	-	(354.371)	(63.607)	-	(29.393)	-	(997.003)
Outras despesas operacionais	(1.414.527)	(7)	(256.936)	(386.800)	(1.057.451)	(3.297.476)	(7)	(256.936)	(419.463)	(1.909.362)

Descrição	Consolidado							
	2º semestre				Exercício			
	Controladora	Controladas em conjunto	Coligada	Outras entidades	Controladora	Controladas em conjunto	Coligada	Outras entidades
Receitas	**1.938.381**	**45.345**	**34.800**	**5.205.483**	**4.178.491**	**45.345**	**113.852**	**12.603.170**
Rendas de prestação de serviços	828.570	-	49.540	692.804	1.772.806	-	111.080	996.662
Rendas de operações de crédito	8.500	-	-	1.192.107	8.500	-	-	2.357.259
Resultado de títulos e valores mobiliários	478.861	-	-	-	1.237.750	-	-	-
Outras receitas operacionais	622.450	45.345	(16.390)	3.320.572	1.159.435	45.345	1.122	9.249.249
Outras receitas financeiras	-	-	1.650	-	-	-	1.650	-
Despesas	**(1.478.756)**	**(286.329)**	**(679.179)**	**(1.420.793)**	**(3.361.706)**	**(286.329)**	**(991.602)**	**(2.922.129)**
Despesas operacionais	(64.229)	(29.393)	(292.379)	(363.342)	(64.230)	(29.393)	(572.139)	(1.012.767)
Outras despesas operacionais	(1.414.527)	(256.936)	(386.800)	(1.057.451)	(3.297.476)	(256.936)	(419.463)	(1.909.362)

(g) Remuneração do pessoal-chave da administração

O montante da remuneração global do Pessoal-chave da administração é submetido anualmente pelo Conselho de Administração à aprovação da Assembleia Geral da CAIXA.

As despesas com remuneração e benefícios ao Pessoal-chave estão demonstradas no quadro abaixo, por colegiado:

Descrição	Individual 2025	
	2º semestre	Exercício
Benefícios de curto prazo	**23.901**	**67.450**
Proventos	**17.160**	**30.776**
Diretoria Executiva	14.809	26.312
Conselho de Administração	198	399
Conselho Fiscal	115	227
Comitê de Auditoria	1.120	2.109
Comitê Independente de Risco	857	1.611
Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração	61	118
Remuneração variável	-	**18.728**
Diretoria Executiva	-	18.728
Benefícios	**1.432**	**2.696**
Diretoria Executiva	1.432	2.696
Treinamento	**118**	**218**
Encargos sociais	**5.191**	**15.032**
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-
Benefícios pós-emprego	**1.607**	**2.791**
Previdência complementar	1.607	2.791

Os benefícios incluem auxílio alimentação, auxílio moradia e plano de saúde aos membros da Diretoria.

No item previdência complementar, os benefícios pós-emprego são restritos aos membros da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal da CAIXA.

A CAIXA não possui remuneração baseada em ações ou outros benefícios de longo prazo a seus funcionários e Pessoal-chave da Administração.

(h) Remuneração média (em reais)

Descrição (1)	Individual 31/12/2025		
	Maior valor	Valor médio	Menor valor
Diretoria Executiva	158.538	143.418	139.746
Conselhos de Administração e Fiscal	6.377	6.377	6.377

(1) Remuneração mensal, computadas as vantagens e os benefícios.

Nota 33 – Gestão de riscos e de capital

Na CAIXA, o Gerenciamento de Riscos e de Capital é percebido como fator de diferencial competitivo no mercado financeiro e principal meio para preservação de sua solvência, liquidez e rentabilidade.

O Gerenciamento de Riscos e de Capital é realizado por estruturas dedicadas que abrangem sistemas, rotinas, procedimentos e modelos, e são responsáveis pela identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicação à Alta Administração, visando suportar a tomada de decisão.

Vinculado ao Conselho Diretor, a CAIXA possui o Comitê Independente de Riscos e Capital que abrange as empresas do Conglomerado financeiro CAIXA, bem como seu relacionamento com os demais órgãos da Empresa, observadas as disposições do Estatuto CAIXA, da legislação e das normas em vigor.

A Superintendência Nacional de Riscos Corporativos – SUCOR, subordinada à DECOR é responsável por propor a Política de Gerenciamento de Riscos e de Capital CAIXA, os Limites de Capital e de Pagamento de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio, bem como avaliar e emitir parecer para negócios e demais ações correlatas ao Gerenciamento de Riscos e de Capital do Conglomerado.

Segundo a Política de Gerenciamento de Riscos e de Capital CAIXA, os modelos de Risco de Crédito, Mercado/Liquidez e Operacional utilizados no processo de Gerenciamento de Riscos da Instituição são validados antes da entrada em produção e monitorados continuamente, a fim de se manterem aderentes à finalidade para a qual foram desenvolvidos.

(a) Gerenciamento de riscos

O Conglomerado CAIXA reconhece que a assunção e o Gerenciamento de Riscos é parte integrante e fundamental para geração e proteção de valor e para a consolidação da imagem da CAIXA como Banco Público sólido, integrado, rentável, eficiente e socialmente responsável.

Para isso, a CAIXA adota diretrizes para a gestão dos Riscos de Crédito, de Recuperação de Crédito, de Mercado, de Risco da variação das taxas de juros das operações da carteira bancária (IRRBB), de Liquidez, Operacional, Social, Ambiental e Climático, à Integridade, Reputação, Estratégia, Atuarial, Contágio, Terceiros, Modelo e demais riscos considerados relevantes. O objetivo é manter as exposições em níveis compatíveis com apetite definido pela Administração, preservando a solvência, liquidez e sustentabilidade institucional.

São mantidas estruturas de Gerenciamento de Risco compatíveis com a natureza das operações, a complexidade e o volume de suas operações, produtos, serviços, atividades e processos. Tais estruturas são compostas por sistemas, rotinas, procedimentos e modelos que possibilitam identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicação dos riscos relevantes, inclusive simulações em condições normais e de estresse.

A descrição detalhada das estruturas de gerenciamento de riscos e de capital está disponível no sítio: https://ri.caixa.gov.br/informacoes-financeiras/gerenciamento-de-riscos-e-capital/.

(b) Análise de sensibilidade das posições relevantes

A análise de sensibilidade permite verificar o impacto das variações das taxas de juros sobre os preços dos ativos e passivos, por fator de risco. Estes estudos hipotéticos tornam-se ferramenta de gestão do risco de mercado, possibilitando a definição de medidas de mitigação em caso de concretização de tais cenários, uma vez que as exposições são monitoradas diariamente e movimentos adversos do mercado produzem a imediata atuação das unidades envolvidas no processo visando minimizar eventuais perdas que venham a ocorrer.

Os instrumentos objeto da análise de sensibilidade são aqueles avaliados pelo valor justo, no caso os instrumentos da carteira TVM mensurados ao valor justo pelos níveis I – valor cotado em mercado ativo – nível II – valor cotado por meio de dados observáveis de mercado – e nível III – dados não-observáveis de mercado – conforme CPC 046/2012.

As flutuações nas taxas de juros, nas taxas cambiais, de preços de ações e preços de mercadorias podem trazer incertezas futuras aos preços dos ativos atrelados a esses fatores de risco contabilizados no balanço patrimonial. A volatilidade dos fatores de risco, portanto, ocasionam volatilidade nos valores contabilizados no balanço patrimonial.

O exercício de análise de sensibilidade captura possibilidades de volatilidade nos fatores de risco e prevê os impactos nos valores contabilizados nos instrumentos financeiros. Contudo, valem algumas ressalvas importantes quanto à metodologia do exercício:

(i) o exercício é aplicado considerando uma composição estática de balanço, ignorando a capacidade de gerenciamento das exposições da instituição. Principalmente para os títulos prefixados da carteira de negociação, a capacidade para proteção (*hedge*), com a utilização de instrumentos derivativos, é alta;

(ii) não foram aplicados choques ao *spread* de crédito dos instrumentos financeiros privados ou aos títulos públicos; e

(iii) os instrumentos que são objeto de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e seus respectivos instrumentos de *hedge* não estão no escopo do exercício, pois a CAIXA acompanha sistematicamente a efetividade dessas estruturas que, de certa forma, estão imunes à choques nos fatores de risco.

Destaca-se que os instrumentos que não são avaliados ao valor justo no balanço patrimonial, como os instrumentos financeiros ao custo amortizado da carteira TVM, as disponibilidades, os depósitos interfinanceiros de liquidez, as operações de crédito, os depósitos bancários, os depósitos especiais, bem como outros instrumentos no balanço que são sujeitos ao risco de variação das taxas de juros, têm seus riscos identificados, mensurados, monitorados, mitigados e reportados à governança de riscos da CAIXA, em arcabouço próprio de gerenciamento de riscos, consubstanciados na Resolução CMN nº 4.557/2017 e Circular BCB nº 3.876/2018, e, portanto, não fazem parte do presente exercício.

As sensibilidades desses instrumentos são analisadas e monitoradas e a instituição separa parte de seu capital para o enfrentamento das perdas decorrentes das variações desses fatores de risco. As informações para esses riscos constam do relatório de Pilar III, disponível no sítio da CAIXA na internet.

As análises de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Alta Administração, ao qual a CAIXA estava exposta, incluíram todas as operações relevantes com instrumentos financeiros e consideraram as maiores perdas em cada um dos cenários a seguir:

Cenário I: Cenário provável considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;

Cenário II: Cenário eventual que considera um choque paralelo multiplicativo DE 25% ao cenário I para o fator primitivo de risco Cupom SELIC Títulos Públicos e aditivo de 1% para os demais fatores de risco;

Cenário III: Cenário eventual que considera um choque paralelo multiplicativo DE 50% ao cenário I para o fator primitivo de risco Cupom SELIC Títulos Públicos e aditivo de 2,5% para os demais fatores de risco;

Cenário IV: Cenário eventual que considera um choque paralelo multiplicativo DE 50% ao cenário I para o fator primitivo de risco Cupom SELIC Títulos Públicos e aditivo de 5% para os demais fatores de risco;

Cenário V: Cenário eventual que considera um choque paralelo multiplicativo de 0,75% ao cenário I para o fator primitivo de risco Cupom SELIC Títulos Públicos e subtrativo de 1% para os demais fatores de risco;

Cenário VI: Cenário eventual que considera um choque paralelo multiplicativo de 0,5% ao cenário I para o fator primitivo de risco Cupom SELIC Títulos Públicos e subtrativo de 2,5% para os demais fatores de risco;

Cenário VII: Cenário eventual que considera um choque paralelo multiplicativo de 0,25% ao cenário I para o fator primitivo de risco Cupom SELIC Títulos Públicos e subtrativo de 5% para os demais fatores de risco;

Os resultados dos Instrumentos Financeiros em 31/12/2025 apurados estão sintetizados no quadro a seguir:

Fator de risco	Cenário I - MtM R$ mil	Choque de alta nas taxas de juros			Choque de baixa nas taxas de juros		
		Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V	Cenário VI	Cenário VII
		Var. MtM R$ mil	Var. MtM R$ mil	Var. MtM R$ mil	Var. MtM R$ mil	Var. MtM R$ mil	Var. MtM R$ mil
CDI	78.926.902	(2.312.136)	(5.596.571)	(10.623.458)	2.416.780	6.251.712	13.259.992
Pré	11.453.803	(106.927)	(261.462)	(504.401)	110.198	281.923	586.470
Cupom IPCA	2.117.271	(102.477)	(236.005)	(417.687)	115.726	320.321	777.777
Cupom TR	1.635.688	(67.266)	(158.737)	(289.804)	72.920	194.266	434.704
Cupom SELIC	371.014.921	(400.937)	(801.280)	(1.201.030)	401.532	803.661	1.206.387
Cupom IGPM	11.239	(384)	(925)	(1.742)	404	1.052	2.252
Taxa de exposição	**465.159.824**	**(2.990.127)**	**(7.054.980)**	**(13.038.122)**	**3.117.560**	**7.852.935**	**16.267.582**
Variação %		**-0,64%**	**-1,52%**	**-2,80%**	**0,67%**	**1,69%**	**3,50%**

(c) Cálculo da exigência de capital regulamentar

A Resolução CMN n° 5.199/2024 alterou a Resolução CMN n° 4.955/2021 e incluiu no cálculo do Capital Principal o valor absoluto do ajuste negativo registrado no patrimônio líquido, decorrente da aplicação em 1° de janeiro de 2025, dos critérios de constituição de provisão para perdas esperadas previstos na Resolução CMN n° 4.966/2021, observados os percentuais abaixo:

- 75%, até 31 de dezembro de 2025;
- 50%, até 31 de dezembro de 2026;
- 25%, até 31 de dezembro de 2027; e
- 0%, a partir de 1° de janeiro de 2028.

Em conformidade com as Resoluções CMN nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021, o cálculo do patrimônio de referência e o cálculo dos requerimentos mínimos de capital consideram o Conglomerado Prudencial.

O quadro a seguir apresenta o detalhamento desses indicadores de capital.

Descrição	31/12/2025
Patrimônio de Referência – PR	**157.389.708**
Nível I	**144.451.411**
Capital Principal – CP	**137.088.871**
Patrimônio líquido prudencial (1)	149.567.175
Ajustes prudenciais (c.1)	(12.478.304)
Capital Complementar – CC	**7.362.541**
Nível II (2)	**12.938.297**
Ativos ponderados pelo risco – RWA	**960.072.334**
Risco de crédito – RWACPAD	827.493.440
Risco de mercado – RWAMPAD	8.881.416
Risco operacional – RWAOPAD	123.697.478
Adicional de Capital Principal – ACP	**33.602.532**
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido – PRMR (RWA*Fator F) + ACP	**110.408.318**
Risco de mercado – carteira de não negociação – RBAN	**9.421.450**
Margem de capital (PR – PRMR – RBAN)	**37.559.940**
Índice de capital principal (CP / RWA)	**14,28%**
Índice de capital nível I (Nível I / RWA)	**15,05%**
Índice de Basileia (PR / RWA)	**16,39%**
Fator F	**8,00%**

(1) Patrimônio Líquido considera somente os instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 4.955/2021.
(2) Consoante ao disposto nos art. 29 e 31 da Resolução CMN nº 4.955/2021.

(c.1) Ajustes prudenciais deduzidos do capital principal

Descrição	31/12/2025
Ajustes prudenciais relativos a apreçamentos de instrumentos financeiros	(53.077)
Ativos intangíveis	(4.629.003)
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e os originados dessa contribuição relativos a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998	(3.561.095)
Valor total das deduções relativas às aquisições recíprocas de Capital Principal	(266.749)
Valor total das deduções relativas aos créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, que exceda 10% do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado, desconsiderando deduções específicas	(1.034.707)
Valor que excede, de forma agregada, 15% do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado:	(2.933.673)
(i) do qual: oriundo de participações líquidas significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	(1.172.530)
(ii) do qual: oriundo de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização	(1.761.143)
Total	**(12.478.304)**

(c.2) Indicadores regulatórios versus indicadores observados

O quadro a seguir demonstra a exigência mínima regulatória estabelecia pela Resolução CMN nº 4.958/2021, bem como os valores observados na CAIXA:

Descrição	Regulatório	31/12/2025
Índice de capital principal (1)	8,00%	14,28%
Índice de capital nível I (1)	9,50%	15,05%
Índice de basileia (1)	11,50%	16,39%
Índice de imobilização (2)	até 50% do PR	9,79%

(1) Inclui os adicionais de capital principal de conservação, contracíclico e sistêmico, totalizando 3,50%.
(2) Conforme Resolução CMN nº 4.957/2021.

CAIXA

CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA FAZENDA

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

Nota 34 – Valor justo de ativos e passivos financeiros

(a) Hierarquia do valor justo

Individual					
Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo no balanço patrimonial de forma recorrente	Valor contábil em 31/12/2025	Valor Justo em 31/12/2025	Níveis de valor justo		
			Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo	**2.140.132.491**	**1.932.069.618**	**446.277.333**	**1.465.460.595**	**20.331.690**
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	**157.198.435**	**157.199.001**	**153.166.180**	**2.193.348**	**1.839.473**
Títulos e valores mobiliários (líquidos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito)	156.938.782	156.939.348	153.166.134	1.933.741	1.839.473
Instrumentos financeiros derivativos	46	46	46	-	-
Outros ativos financeiros	259.607	259.607	-	259.607	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**451.991.763**	**450.574.931**	**293.111.153**	**141.210.492**	**16.253.286**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	139.988.308	139.991.952	-	139.991.952	-
Títulos e valores mobiliários (líquidos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito)	312.003.455	310.582.979	293.111.153	1.218.540	16.253.286
Ativos financeiros ao custo amortizado	**1.530.942.293**	**1.324.295.686**	**-**	**1.322.056.755**	**2.238.931**
Depósitos no banco central	116.891.800	109.496.183	-	109.496.183	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	7.808.018	7.808.222	-	7.808.222	-
Títulos e valores mobiliários (líquidos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito)	2.238.931	2.238.931	-	-	2.238.931
Operações de crédito	1.359.382.759	1.163.634.903	-	1.163.634.903	-
Outros ativos financeiros (líquidos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito)	44.620.785	41.117.447	-	41.117.447	-
Passivo	**2.021.376.597**	**1.732.138.074**	**-**	**978.957.230**	**753.180.844**
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	**372.346**	**372.342**	**-**	**372.342**	**-**
Instrumentos financeiros derivativos	372.346	372.342	-	372.342	-
Passivos financeiros ao custo amortizado	**2.021.004.251**	**1.731.765.732**	**-**	**978.584.888**	**753.180.844**
Recursos de clientes	821.927.213	753.180.844	-	-	753.180.844
Recursos de instituições financeiras e outras	793.405.932	578.105.351	-	578.105.351	-
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	371.507.164	366.315.595	-	366.315.595	-
Outros passivos financeiros	34.163.942	34.163.942	-	34.163.942	-

Consolidado					
Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo no balanço patrimonial de forma recorrente	Valor contábil em 31/12/2025	Valor Justo em 31/12/2025	Níveis de valor justo		
			Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo	**2.162.306.387**	**1.948.585.116**	**446.277.333**	**1.481.976.093**	**20.331.690**
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	**161.363.222**	**157.199.001**	**153.166.180**	**2.193.348**	**1.839.473**
Títulos e valores mobiliários (líquidos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito)	161.103.569	156.939.348	153.166.134	1.933.741	1.839.473
Instrumentos financeiros derivativos	46	46	46	-	-
Outros ativos financeiros	259.607	259.607	-	259.607	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**450.970.105**	**450.765.977**	**293.111.153**	**141.401.538**	**16.253.286**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	139.988.308	140.182.998	-	140.182.998	-
Títulos e valores mobiliários (líquidos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito)	310.981.797	310.582.979	293.111.153	1.218.540	16.253.286
Ativos financeiros ao custo amortizado	**1.549.973.060**	**1.340.620.138**	**-**	**1.338.381.207**	**2.238.931**
Depósitos no banco central	116.891.800	109.496.183	-	109.496.183	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	7.808.018	7.808.222	-	7.808.222	-
Títulos e valores mobiliários (líquidos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito)	2.238.931	2.238.931	-	-	2.238.931
Operações de crédito	1.377.893.253	1.179.479.931	-	1.179.479.931	-
Outros ativos financeiros (líquidos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito)	45.141.058	41.596.871	-	41.596.871	-
Passivo	**1.986.161.824**	**1.698.573.911**	**-**	**945.899.526**	**752.674.385**
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	**372.406**	**372.342**	**-**	**372.342**	**-**
Instrumentos financeiros derivativos	372.406	372.342	-	372.342	-
Passivos financeiros ao custo amortizado	**1.985.789.418**	**1.698.201.569**	**-**	**945.527.184**	**752.674.385**
Recursos de clientes	821.343.025	752.674.385	-	-	752.674.385
Recursos de instituições financeiras e outras	791.926.312	577.166.444	-	577.166.444	-
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	336.405.906	332.246.565	-	332.246.565	-
Outros passivos financeiros	36.114.175	36.114.175	-	36.114.175	-

Não houve transferência entre o nível 1 e o nível 2 no período. Para os ativos avaliados no Nível 3, os ganhos, perdas, transferências entre os níveis e o efeito das mensurações estão descritas no quadro abaixo:

(b) Movimentação dos ativos financeiros mensurados a valor justo de forma recorrente no nível 3 de hierarquia de valor justo

Individual						
Descrição	Valor justo em 01/01/2025	Total de ganhos e perdas (realizado/ não realizado)	Compras	Vendas/ liquidações	Transferência do Nível 3 (1)	Valor Justo em 31/12/2025
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado						
Títulos e valores mobiliários	286.312	(6.013)	1.559.174	-	-	1.839.473
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes						
Títulos e valores mobiliários	9.981.209	(182.963)	7.330.147	(617.186)	(257.921)	16.253.286
Total	**10.267.521**	**(188.976)**	**8.889.321**	**(617.186)**	**(257.921)**	**18.092.759**

Consolidado						
Descrição	Valor justo em 01/01/2025	Total de ganhos e perdas (realizado/ não realizado)	Compras	Vendas/ liquidações	Transferência do Nível 3 (1)	Valor Justo em 31/12/2025
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado						
Títulos e valores mobiliários	336.590	(56.291)	1.559.174	-	-	1.839.473
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes						
Títulos e valores mobiliários	11.276.251	(1.478.005)	7.330.147	(617.186)	(257.921)	16.253.286
Total	**11.612.841**	**(1.534.296)**	**8.889.321**	**(617.186)**	**(257.921)**	**18.092.759**

(1) Títulos transferidos do nível 3 para o nível 2 em virtude de mensuração a partir de taxa indicativa de mercado divulgada pela ANBIMA.

Para mensurações de Nível 3 na hierarquia de valor justo foram utilizados os seguintes dados não observáveis:

Instrumento financeiro	Descrição da técnica de avaliação para instrumentos classificados no nível 3
Títulos e valores mobiliários (VJR, VJORA e CA)	Metodologia de fluxo de caixa descontado, onde os instrumentos são evoluídos até o vencimento pela taxa contratada e descontados a valor presente pela curva livre de risco + *spread* de crédito calculado com base no *rating* estipulado pela caixa + *spread* de resgate antecipado (se houver).
Instrumentos financeiros derivativos - Derivativo FGTS (1)	Metodologia própria para garantir a rentabilidade aos cotistas dos fundos: CA-FGTS (TR+6%) e FI-FGTS (TR+3%). Se os investimentos forem suficientes para garantir a rentabilidade, não há derivativo, caso sejam insuficientes, é calculado o derivativo passivo que é avaliado através do fluxo de caixa descontado.
Recursos de clientes	Metodologia interna de fluxos sem vencimentos.

(1) Derivativo sem registro no balanço em virtude do cumprimento de garantia de rentabilidade.

Nota 35 – Balanço patrimonial por prazo

Ativo	Individual			Consolidado		
	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Disponibilidades	**10.057.712**	**-**	**10.057.712**	**10.070.353**	**-**	**10.070.353**
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	**1.008.036**	**156.190.399**	**157.198.435**	**1.162.440**	**160.200.782**	**161.363.222**
Títulos e valores mobiliários (líquidos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito)	1.007.990	155.930.792	156.938.782	1.162.394	159.941.175	161.103.569
Instrumentos financeiros derivativos	46	-	46	46	-	46
Outros ativos financeiros	-	259.607	259.607	-	259.607	259.607
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**151.753.564**	**300.238.199**	**451.991.763**	**150.731.906**	**300.238.199**	**450.970.105**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	139.988.308	-	139.988.308	139.988.308	-	139.988.308
Títulos e valores mobiliários (líquidos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito)	11.765.256	300.238.199	312.003.455	10.743.598	300.238.199	310.981.797
Ativos financeiros ao custo amortizado	**378.190.759**	**1.152.751.534**	**1.530.942.293**	**396.018.212**	**1.153.954.848**	**1.549.973.060**
Depósitos no Banco Central	116.891.800	-	116.891.800	116.891.800	-	116.891.800
Aplicações interfinanceiras de liquidez	7.700.213	107.805	7.808.018	7.700.213	107.805	7.808.018
Títulos e valores mobiliários (líquidos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito)	-	2.238.931	2.238.931	-	2.238.931	2.238.931
Operações de crédito	250.628.755	1.108.754.004	1.359.382.759	267.893.884	1.109.999.369	1.377.893.253
Outros ativos financeiros (líquidos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito)	2.969.991	41.650.794	44.620.785	3.532.315	41.608.743	45.141.058
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	**(11.321.574)**	**(50.085.395)**	**(61.406.969)**	**(12.192.038)**	**(50.516.845)**	**(62.708.883)**
Ativos fiscais	**12.158.150**	**64.050.412**	**76.208.562**	**12.159.387**	**64.204.883**	**76.364.270**
Correntes	4.459.344	-	4.459.344	4.460.581	-	4.460.581
Diferidos	7.698.806	64.050.412	71.749.218	7.698.806	64.204.883	71.903.689
Outros ativos	**12.430.370**	**82.091**	**12.512.461**	**6.661.458**	**5.368.484**	**12.029.942**
Investimentos em controladas e coligadas em conjunto	**-**	**13.831.309**	**13.831.309**	**-**	**13.698.375**	**13.698.375**
Imobilizado de uso	**-**	**7.155.400**	**7.155.400**	**-**	**7.165.069**	**7.165.069**
Intangível	**-**	**4.607.542**	**4.607.542**	**-**	**4.631.582**	**4.631.582**
Total do ativo	**554.277.017**	**1.648.821.491**	**2.203.098.508**	**564.611.718**	**1.658.945.377**	**2.223.557.095**

Passivo e patrimônio líquido	Individual			Consolidado		
	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	**21.290**	**351.056**	**372.346**	**21.350**	**351.056**	**372.406**
Instrumentos financeiros derivativos	21.290	351.056	372.346	21.350	351.056	372.406
Passivos financeiros ao custo amortizado	**1.025.344.056**	**995.660.195**	**2.021.004.251**	**1.023.280.248**	**962.509.170**	**1.985.789.418**
Recursos de clientes	675.949.123	145.978.090	821.927.213	675.364.935	145.978.090	821.343.025
Recursos de instituições financeiras e outras	210.830.651	582.575.281	793.405.932	209.351.031	582.575.281	791.926.312
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	120.308.749	251.198.415	371.507.164	120.308.749	216.097.157	336.405.906
Outros passivos financeiros	18.255.533	15.908.409	34.163.942	18.255.533	17.858.642	36.114.175
Provisões	**3.256.700**	**6.168.729**	**9.425.429**	**3.271.448**	**6.168.729**	**9.440.177**
Perdas esperadas com garantias prestadas e compromissos de empréstimos	**2.390.011**	**675.332**	**3.065.343**	**1.133.445**	**629.984**	**1.763.429**
Passivos fiscais	**6.188.544**	**-**	**6.188.544**	**6.628.630**	**-**	**6.628.630**
Correntes	1.710.920	-	1.710.920	2.150.508	-	2.150.508
Diferidos	4.477.624	-	4.477.624	4.478.122	-	4.478.122
Passivos atuariais	**8.281.808**	**13.654.905**	**21.936.713**	**8.281.808**	**13.654.905**	**21.936.713**
Outros passivos	**29.310.058**	**-**	**29.310.058**	**47.953.950**	**-**	**47.953.950**
Patrimônio líquido	**-**	**111.795.824**	**111.795.824**	**-**	**149.672.372**	**149.672.372**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**1.074.792.467**	**1.128.306.041**	**2.203.098.508**	**1.090.570.879**	**1.132.986.216**	**2.223.557.095**

Nota 36 – Resultado recorrente e não recorrente

Conforme Resolução BCB n° 2/2020, destacamos, a seguir, o resultado recorrente e não recorrente, líquido dos efeitos fiscais:

Evento	Individual		Consolidado	
	2025			
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Lucro líquido contábil (a)	**5.862.059**	**14.580.723**	**6.268.067**	**16.051.819**
Eventos não recorrentes (b)	**(581.098)**	**1.066.288**	**(581.098)**	**1.066.288**
PDV 2024 (1)	-	(92.862)	-	(92.862)
Avaliação atuarial REG REPLAN (2)	-	900.784	-	900.784
Ganho na alienação - CAIXA Seguridade (3)	-	839.464	-	839.464
Saúde CAIXA (4)	(581.098)	(581.098)	(581.098)	(581.098)
Despesas impactadas pelos eventos (c) (5)	**311.020**	**(529.608)**	**318.037**	**(483.672)**
Resultado não recorrente (d = b + c)	**(270.078)**	**536.680**	**(263.061)**	**582.617**
Resultado recorrente regulatório (e = a - d)	**6.132.137**	**14.044.043**	**6.531.128**	**15.469.202**

- **2025**

(1) Indenização de benefício futuro com auxílio alimentação para aposentados que aderiram ao Programa de Desligamento Voluntário (PDV) 2024;

(2) Avaliação atuarial extraordinária do REG/REPLAN por alterações regulamentares aprovadas pelos órgãos competentes;

(3) Relativo à alienação de 82.380.893 ações ordinárias, de emissão da CAIXA Seguridade Participações S.A., por meio de oferta pública secundária;

(4) Referente à contribuição da CAIXA ao plano decorrente de legado de ações judiciais, conforme aditivo ao ACT 2024/2026; e

(5) Despesas impactadas pelos eventos incluem efeitos tributários, de despesas de PLR e de IHCD sobre os itens não recorrentes.

Nota 37 – Outras informações

(a) Ativos de fundos de investimento administrados pela CAIXA

Individual	
Descrição (1)	31/12/2025
Fundos de investimento financeiro	543.567.757
Fundos de investimento em cotas – FIC (2)	366.102.847
Fundos de ações	17.883.859
Total	**927.554.463**

(1) A informação apresentada não é auditada pela auditoria independente.

(2) Inclui fundos de aplicação em cotas, que não são considerados no ranking ANBIMA.

(b) Informações extra balanço - Garantias

Em dezembro de 2025, a carteira de crédito da CAIXA apresentou cobertura por garantias reais de 86,8% da sua exposição. O valor de cobertura por garantias corresponde ao valor das garantias consideradas para cobertura do saldo devedor, observados os limites e critérios de elegibilidade aplicáveis.

Descrição	31/12/2025	
	Valor da Exposição	Valor da Garantia
Empréstimos e direitos creditórios descontados	236.975.990	82.461.836
Financiamentos	13.516.909	6.177.735
Financiamentos rurais	62.053.408	52.821.140
Financiamentos imobiliários	930.687.442	930.503.299
Financiamentos de infraestrutura	110.146.098	102.822.645
Cessão de créditos	2.870.790	2.868.855
Outros ativos com características de concessão de crédito	3.132.122	2.474.330
Total	**1.359.382.759**	**1.180.129.840**

Nota 38 – Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes no período.

Carlos Antonio Vieira Fernandes
Presidente

Adriano Assis Matias
Vice-presidente

Anderson Aorivan da Cunha Possa
Vice-presidente

Cintia Lima Gonçalves Teixeira
Vice-presidente em exercício

Henriete Alexandra Sartori Bernabé
Vice-presidente

Inês da Silva Magalhães
Vice-presidente

José Marcos de Carvalho Araujo
Vice-presidente

Lúcio Camilo Oliva Pereira
Vice-Presidente

Marcos Brasiliano Rosa
Vice-presidente

Paulo César Leopoldino Palácios Seabra
Vice-presidente

Tarso Duarte de Assis
Vice-presidente

Juliana Grigol Fonsechi
Diretora de Contadoria e Controladoria

Ana Paula Fernandes de Rezende Soares
Superintendente Nacional
Contador CRC/DF 021323

CAIXA
CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA **FAZENDA**

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria
31 de Dezembro de 2025

1 Introdução

O Comitê de Auditoria da CAIXA Econômica Federal (COAUD ou Comitê), órgão estatutário vinculado diretamente ao Conselho de Administração (CA), exerce suas funções de forma unificada para a Instituição Financeira Caixa Econômica Federal (CAIXA) e para as subsidiárias que adotam o regime de COAUD único: (i) CAIXA Loterias S.A. e (ii) CAIXA *Asset*. O Comitê atua de forma permanente, com autonomia e independência, como órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, sem poder decisório ou funções executivas. Suas competências estão definidas pela Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), pelo Decreto nº 8.945/2016, pela Resolução Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.910/2021, pelo Estatuto Social da CAIXA e por seu próprio Regimento Interno, disponível no site https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/Regimento_Comite_Auditoria.pdf.

O Comitê é composto por quatro participantes independentes, nomeados pelo Conselho de Administração (CA), com mandatos de 2 anos, permitida uma recondução.

O COAUD tem como principais atribuições acompanhar e avaliar: (i) a qualidade, transparência e integridade das Demonstrações Contábeis; (ii) a independência e qualidade dos trabalhos da Auditoria Independente e da Auditoria Interna; (iii) o cumprimento, pela administração, das recomendações feitas pelos auditores independentes, auditores internos, órgão regulador e demais órgãos de controle; (iv) a efetividade dos controles internos para a mitigação dos riscos relevantes a eles associados; (v) os procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e regulamentares; (vi) a correção ou o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos por parte da administração.

2 Responsabilidades

A Administração da CAIXA é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis, com base em processos e controles capazes de garantir sua qualidade e integridade. A Administração também é responsável por gerir os riscos, manter o sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades em atendimento às normas legais e regulamentares, bem como atender às recomendações dos órgãos de supervisão, de auditoria e de controle.

A KPMG Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas da CAIXA, devendo opinar se elas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da instituição, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

A Auditoria Interna, diretamente subordinada ao CA, inclui, entre seus trabalhos regulares, a verificação da qualidade e a aderência dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos e o cumprimento de políticas e normativos, inclusive aqueles com impacto na elaboração das demonstrações contábeis. A Auditoria interna atua como terceira linha de defesa.

O controle interno e a função *compliance* atuam de forma continuada para monitoramento da efetividade dos controles internos, para a mitigação dos riscos relevantes e para avaliação do cumprimento das normas legais e regulamentares e das políticas e normativos internos, atuando como segunda linha de defesa.

O Comitê Independente de Riscos e Capital (CORIS) assessora o CA em suas funções relativas à gestão de riscos e de capital, bem como opina sobre matérias submetidas ao Conselho, em seu âmbito de atuação, de acordo com as atribuições das Resoluções CMN nº 4.557/2017 e 4.926/2021.

O assessoramento desempenhado pelo COAUD baseia-se, principalmente: (i) nas informações recebidas da Administração, em apresentações realizadas pelas unidades negociais e funcionais, em especial, pelas áreas responsáveis pela elaboração das demonstrações contábeis, gerenciamento de riscos, corregedoria, ouvidoria, integridade, controles internos e conformidade; (ii) no resultado dos trabalhos dos auditores independentes e da auditoria interna; (iii) nas análises decorrentes da atuação direta de supervisão e monitoramento do Comitê.

3 Atividades do período

O Regimento Interno prevê que o Comitê se reúna, ordinariamente, no mínimo, 4 vezes por mês, conforme calendário anual aprovado e, extraordinariamente, por convocação de seu Presidente.

Em cumprimento ao Plano Anual de Trabalho de 2025 e considerando as responsabilidade e atribuições do Comitê, foram examinados e avaliados assuntos relacionados a contabilidade e tributos, controladoria, resultado atuarial, controles internos, conformidade, gerenciamento de riscos, integridade, ouvidoria, canal de denúncias, corregedoria, Tecnologia da Informação (TI), entre outros.

Conforme previsto no Art. 66, §1º, do Estatuto da CAIXA, o presidente, como membro do Conselho de Administração, participou também das reuniões do CA da CAIXA, apresentando os posicionamentos e recomendações do Comitê em matérias que lhe são correlatas.

4 Destaques

Durante o segundo semestre de 2025, o Comitê apreciou 133 matérias, sendo 13 para emissão de parecer enviados ao Conselho de Administração para deliberação e 120, para conhecimento.

Entre os assuntos apresentados destacam-se os seguintes: (i) adequação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas; (ii) adequação das demonstrações contábeis em *International Financial Reporting Standards (IFRS)*; (iii) monitoramento dos ofícios recebidos dos órgãos reguladores, assim como o acompanhamento dos planos de ação para atender às respectivas demandas; (iv) provisões para devedores duvidosos, perdas operacionais e contingências judiciais; (v) acompanhamento das ações relacionadas ao processo de novação de créditos do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS); (vi) gestão de riscos; (vii) conhecimento do Relatório Circunstanciado sobre o Sistema de Controles Internos (RCCI) da CAIXA; (viii) Segurança Cibernética; (ix) acompanhamento das temáticas relacionadas ao ecossistema Integridade, que inclui temas afetos à área de atuação da Corregedoria, da Ouvidoria e da área de controles internos, bem como o tratamento de denúncias vindas do canal de denúncias; (x) regras gerais da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT); (xi) acompanhamento do Plano de Implementação da Resolução CMN nº 4.966, de 2021, que trata de instrumentos financeiros; (xii) acompanhamento das ações desenvolvidas no âmbito do Sistema de Controles Internos CAIXA; (xiii) providências adotadas para a implantação da Reforma Tributária Nacional.

O Comitê de Auditoria avaliou e monitorou, em conjunto com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das Transações com Partes Relacionadas, verificando a conformidade aos princípios e diretrizes estabelecidos, na forma definida pelo Conselho de Administração.

O COAUD também se dedicou ao acompanhamento da evolução do ambiente de controle da Fundação dos Economiários Federais (Funcef), aos temas de ambiência tecnológica e de Compras e Contratações na CAIXA, entre outros.

4.1 Demonstrações Contábeis

4.1.1 CAIXA

O Comitê revisou as Demonstrações Contábeis da CAIXA, individuais e consolidadas, para o semestre findo em 31 de dezembro de 2025, o Relatório da Administração e a minuta do Relatório dos Auditores Independentes. Adicionalmente, examinou as demonstrações contábeis intermediárias em *International Financial Reporting Standards (IFRS)*.

Durante o segundo semestre de 2025 e até a data de emissão deste relatório, o Comitê reuniu-se com os auditores independentes e responsáveis pela elaboração dessas demonstrações para discussão de práticas e temas contábeis relevantes.

E, tomou conhecimento do remanejamento orçamentário CAIXA 2025 e da Revisão Semestral do Estudo do Crédito Tributário.

4.1.2 Subsidiárias

CAIXA LOTERIAS

O Comitê realizou nove reuniões com a Caixa Loterias no segundo semestre de 2025, nas quais opinou sobre proposições referente as Demonstrações Contábeis Intermediárias da CAIXA Loterias, entre outros assuntos.

Opinou sobre as proposições da reprogramação orçamentária de 2025.

CAIXA *ASSET*

O Comitê examinou as Demonstrações Contábeis da CAIXA Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A (CAIXA ASSET) e o Relatório da Administração, relativas ao 2º semestre de 2025, com deliberação favorável à aprovação das referidas demonstrações.

Opinou sobre as proposições da reprogramação orçamentária para o ano de 2026 e do Programa de Dispêndios Globais (PDG) da companhia, entre outras matérias.

4.2 Auditorias

4.2.1 Auditoria Independente

O Comitê avalia anualmente a objetividade e a independência dos auditores independentes, a qualidade e a efetividade dos trabalhos realizados e seu relacionamento com o Comitê. Referente às Demonstrações Contábeis, foram ouvidos previamente às publicações do semestre.

4.2.2 Auditoria Interna

No período, o COAUD acompanhou a execução do Plano Anual da Auditoria Interna (PAINT) 2025, bem como opinou sobre a proposta referente ao PAINT 2026, encaminhada à Controladoria Geral da União (CGU). Também acompanhou o cumprimento das deliberações do Conselho de Administração e a atuação da Auditoria Interna no processo de conciliação contábil.

Foram apreciados ainda os relatórios síntese e o resultado de trabalho de auditoria na Funcef.

4.3 Controles

4.3.1 Controles internos

O Comitê realizou reuniões com a Diretoria Executiva de Controle Interno e Integridade com o objetivo de acompanhar as avaliações, recomendações e ações realizadas, para assegurar a qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos da instituição, além de monitorar os processos de verificação do cumprimento, pela Administração, dos dispositivos legais e regulamentares e das normas internas, assim como a evolução da implementação da cultura de risco e do Programa de Integridade da CAIXA.

4.3.2 Órgãos Reguladores e de Controle

O COAUD tomou conhecimento do resultado das inspeções dos órgãos reguladores e de controle, bem como das respectivas providências adotadas pela Administração para seu atendimento, interagindo com a Auditoria Interna e com a área de Controles Internos.

A propósito do relacionamento do COAUD com o Regulador, pode-se destacar, o acompanhamento das ações implementadas que atendem às orientações técnicas emitidas pelo Banco Central.

Referente aos assuntos de Controle Externo, o Comitê tomou conhecimento dos temas relacionados à Caixa e às demais empresas sob acompanhamento do Comitê, no âmbito de atuação do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Controladoria Geral da União (CGU).

4.4 Conformidade

Os aspectos de conformidade são observados e acompanhados pelo COAUD nos diversos assuntos abordados nas reuniões. Não obstante o acompanhamento geral, pode-se destacar como ação específica em relação ao *compliance*, o monitoramento das ações apresentadas no Relatório de *Compliance* CAIXA, de forma a assessorar o Conselho de Administração no cumprimento de suas atribuições quanto à Política de Conformidade, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.595, de 2017.

4.5 Gerenciamento de Riscos

De forma análoga ao acompanhamento da função conformidade, os aspectos relativos ao gerenciamento de risco da CAIXA são examinados e acompanhados ao longo da execução do Plano de Trabalho do COAUD, mediante identificação dos fatores de risco inerentes a cada tema discutido no âmbito do Comitê. Não obstante o acompanhamento geral, o Comitê aloca tempo específico aos temas que, em função da relevância ou complexidade, demandam exame mais apurado.

4.6 Integridade

Em atenção ao Código de Ética, Conduta e Integridade da CAIXA, à Política de Controle Interno, Compliance e Integridade da instituição e ao compromisso com a prevenção e o combate à corrupção e demais ilícitos previstos em lei, o COAUD acompanhou diversas ações no âmbito do Programa de Integridade CAIXA, que inclui assuntos relacionados à Ouvidoria, à Corregedoria, às Linhas de Defesa, à Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo e da Proliferação de Armas de Destruição em Massa (PLD/FTP).

4.7 Outros Temas

Em complemento, como parte dos trabalhos inerentes às suas atribuições, o Comitê esteve envolvido no acompanhamento, junto às vice-presidências responsáveis, de assuntos atinentes às carteiras de créditos, tecnologia da informação, compras e contratações, provisões judiciais, prevenção de fraudes, entre outros temas.

5 Conclusão

O Comitê de Auditoria, em razão das atividades desenvolvidas no período e ponderadas devidamente suas atribuições, responsabilidades e as limitações decorrentes do escopo de sua atuação, considerando a necessidade de melhorias da estrutura de tecnologia da instituição e dos respectivos controles, concluiu que:

i) os sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos da CAIXA revelam crescente nível de melhoria;

ii) a auditoria interna mostra-se efetiva, atuando com adequada independência e objetividade;

iii) a auditoria independente é efetiva e não foram identificadas situações que pudessem comprometer sua independência;

iv) todos os assuntos pertinentes que chegaram ao seu conhecimento estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Contábeis da CAIXA, individuais e consolidadas, relativas ao semestre findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Relatório da Administração e da minuta do Relatório dos Auditores Independentes, emitida sem ressalva, recomendando a sua aprovação pelo Conselho de Administração da CAIXA.

Brasília, 26 de fevereiro de 2026.

BRENO DO CARMO MOREIRA VIEIRA

JOSE ANTONIO MENDES FERNANDES

SÍLVIA MARQUES DE BRITO E SILVA

JOSÉ LUIZ TREVISAN RIBEIRO
Presidente

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Ao

Acionista, ao Conselho de Administração e aos Administradores da Caixa Econômica Federal - CAIXA

Brasília – DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Caixa Econômica Federal ("CAIXA"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da CAIXA, em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BCB").

Base para opiniaõ

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à CAIXA, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966/2021 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Estes assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração da provisão para perdas esperadas com operações de crédito e outros ativos com características de concessão de crédito

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2 (d), 3 (p), (s), (t) e 8.4 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a CAIXA registrou em 31 de dezembro de 2025, R$ 61.406.969 mil no individual e R$ 62.708.883 no consolidado de provisão para perdas esperadas associadas com operações de crédito e outros ativos com características de concessão de crédito.

A CAIXA classifica os instrumentos financeiros em estágios baseado na qualidade de crédito, cenários macroeconômicos e prazo de inadimplência onde é avaliada a deterioração do risco de crédito desde o reconhecimento inicial. A realocação ocorre quando fica evidenciado que a qualidade de crédito de um instrumento financeiro foi alterada significativamente desde o reconhecimento inicial (Estágio 2) ou quando são classificados como ativos problemáticos (Estágio 3), para as demais operações a perda esperada é calculada para os próximos 12 meses (Estágio 1). A perda esperada é calculada em grupos homogêneos que possuem características semelhantes que permitem a avaliação e a quantificação do risco de crédito de forma coletiva. A avaliação da provisão para perdas esperadas com operações de crédito e outros créditos com características de concessão é uma estimativa ponderada por probabilidade de perdas de crédito e, para alcançar esse resultado, é utilizada uma combinação de três parâmetros: (i) probabilidade de descumprimento (Probability of Default – PD); (ii) perda dado o descumprimento (Loss Given Default - LGD); e (iii) exposição no momento de descumprimento (Exposure at Default - EAD); Ademais, a CAIXA realiza análises individualizadas com premissas que envolvem indicadores financeiros e aspectos qualitativos das empresas, do ambiente de negócios.

Devido a relevância e complexidade da provisão para perdas esperadas com operações de crédito e outros ativos com características de concessão de crédito, principalmente como resultado das incertezas relacionadas às premissas e métodos utilizados no cálculo dos parâmetros mencionados acima, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho e efetividade dos controles internos chaves relacionados aos processos de: (i) Aprovação dos modelos utilizados no cálculo da provisão para perdas esperadas; (ii) marcação de operações como ativos problemáticos; e (iii) análise de perda esperada sobre operações analisadas individualmente;
- Com o auxílio dos nossos especialistas internos com conhecimentos especializados em risco de crédito realizamos: (i) avaliação qualitativa das metodologias de perda esperada através da revisão dos modelos com base nos requisitos técnicos da Resolução CMN 4.966/21; (ii) recálculo independente das PDs, LGDs, EAD e cenários macroeconômicos ponderados, incluindo a aplicação dos percentuais mínimos definidos pela Res. BCB 352/23 e alocação por estágios; e
- Avaliação sobre se as divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideram todas as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o saldo de provisão para perdas esperadas com operações de crédito e outros ativos com características de concessão de crédito, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025.

Reconhecimento e mensuração dos passivos contingentes e provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3 (k) e 16 (b) das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a CAIXA é parte demandada em processos judiciais e administrativos de natureza tributária (fiscal), cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de seus negócios, com as respectivas provisões registradas no montante de R$ 8.545.334 mil no individual e R$ 8.560.082 no consolidado.

Parte dessas provisões foram constituídas considerando: (i) a análise individualizada realizada por advogados internos da CAIXA para as ações relevantes, baseada na repercussão econômica dos pedidos feitos pelo autor, ponderada pela situação do expediente e jurisprudência predominante em causas similares, para determinar a probabilidade de perda e valor estimado de condenação; ou (ii) modelo estatístico para os processos massificados que consistem na mensuração da probabilidade e do impacto do resultado desfavorável à CAIXA.

Devido à relevância dos montantes e as incertezas e julgamentos envolvidos na determinação da probabilidade de perda e valor estimado de desembolso, consideramos que este é assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho e da efetividade de certos controles internos relacionados à: (i) revisão realizada pela administração sobre os modelos massificados utilizados na mensuração da provisão para passivos contingentes; (ii) revisão da estimativa da probabilidade de perda e do valor atribuído às ações relevantes analisadas de forma individualizada pelos advogados internos da CAIXA; e (iii) controle de revisão retrospectiva da suficiência de provisão pela CAIXA;
- Avaliação, com o auxílio dos nossos profissionais com conhecimentos em estatística, da metodologia massificada utilizada na mensuração e recálculo da referida provisão de acordo com os critérios estabelecidos;
- Para as ações relevantes (análise individualizada), avaliação, por meio de amostragem estatística e seleção de itens específicos, dos estudos técnicos preparados pelos consultores jurídicos internos da CAIXA, com a fundamentação para definição da probabilidade de perda e valor estimado de condenação dos processos, e avaliação da consistência das informações dos estudos técnicos por meio de consultas nos sites dos tribunais. Para uma seleção específica, envolvemos nossos especialistas jurídicos que nos auxiliaram na avaliação dos méritos técnicos e da documentação suporte para definição da probabilidade e estimativa de perda;
- Avaliação, da suficiência de provisão para as ações cíveis e trabalhistas, através do histórico de desembolso em relação aos respectivos valores de provisão, intensificando as análises em relação ao entendimento de casos individualmente relevantes que tenham divergido em relação ao valor provisionado; e
- Avaliação da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, especificamente relacionadas aos critérios de determinação da probabilidade de perda e valor estimado de condenação das ações relevantes analisadas individualmente, e do método estatístico massificado utilizado na mensuração das provisões relacionadas às ações de natureza cíveis e trabalhistas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento e mensuração das provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025.

Mensuração das provisões dos benefícios pós-emprego

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3 (m) e 18 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a CAIXA registrou em 31 de dezembro de 2025 Provisões dos Benefícios Pós-Emprego nos valores de R$ 21.936.713 mil (individual e consolidado).

A CAIXA é patrocinadora de planos de aposentadoria, pensão, saúde complementar e auxílio/cesta- alimentação. Esses benefícios são disponibilizados a seus empregados, dirigentes, aposentados e pensionistas em decorrência das relações de trabalho ou da sucessão, em direitos e obrigações de outras entidades. Parte relevante destes planos são classificados como planos de benefícios definidos, e a mensuração desses passivos requer a utilização de técnicas atuariais e julgamento na definição de premissas, tais como: taxa de desconto, taxa de inflação e tábuas de mortalidade

Devido à complexidade e julgamento na mensuração dos passivos atuariais e ao impacto relevante que eventuais mudanças nas referidas premissas teriam sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consideramos que este é um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho e efetividade dos controles internos chave relacionados à definição e aprovação das premissas utilizadas para mensuração dos passivos atuariais;
- Análise, com auxílio de nossos especialistas atuariais, das reconciliações dos resultados atuariais, bem como da razoabilidade e sensibilidade das premissas, que incluem taxa de desconto, taxa de inflação, tábuas de mortalidade, entre outras, utilizadas e informadas nos relatórios atuariais dos planos de benefícios relevantes. Adicionalmente, analisamos por meio de amostragem, se as informações relevantes cadastradas na base de dados utilizada pelos atuários externos no cálculo das provisões dos benefícios pós-emprego estavam completas e precisas; e
- Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideram todas as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração dos passivos atuariais no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025.

Avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3 (u) e 10 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a CAIXA registrou créditos tributários no valor de R$ 71.749.218 no individual e R$ 71.903.689 no consolidado, referente a prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

A constituição dos créditos tributários é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudos técnicos e análises realizadas pela CAIXA. Os créditos tributários originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição enquanto a realização dos créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis. A expectativa de realização dos créditos tributários está baseada em projeções de lucros tributários futuros que requerem a aplicação de julgamento por parte da Administração da CAIXA.

Devido ao alto grau de julgamento necessário na avaliação das premissas relevantes que são consideradas na projeção de lucros tributáveis futuros, e ao impacto relevante que eventuais mudanças nessas premissas teriam sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho e efetividade dos controles internos chave referentes a elaboração e aprovação do estudo de realização dos créditos tributários preparados pela CAIXA, de acordo com as projeções de lucros tributáveis futuros;
- Com auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas: (i) avaliamos as premissas consideradas nas projeções de lucros tributáveis futuros preparadas pela CAIXA considerando se estão consistentes com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas, e se são fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado; (ii) Recalculamos os valores incluídos no estudo técnico de realização dos créditos tributários;
- Envolvimento dos nossos especialistas em impostos para revisão da base de constituição dos créditos tributários e revisão das divulgações das demonstrações contábeis; e
- Avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis os saldos de créditos tributários registrados, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025.

Mensuração das provisões para créditos junto ao Fundo de Compensação de Variação Salarial – FCVS

Conforme descrito na nota explicativa nº 8.5 (b) das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a CAIXA possui créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) no montante de R$ 31.402.290 mil (individual e consolidado), e provisão FCVS no montante de R$ 12.278.326 mil (individual e consolidado).

A realização dos créditos cobertos pelo FCVS depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação específica e segue um processo de novação por status (Habilitado, Não habilitado, Habilitado e não homologado, Homologado com recurso, Homologado sem recurso e Negativa de cobertura). A apuração da provisão para o ativo do FCVS é realizada por um conjunto de regras, metodologia estatística e baseada em conceitos de risco operacional; uma vez que a novação dos créditos depende da documentação dos contratos, não há processo de crédito envolvido, ou seja, a constituição da provisão é para fazer frente às perdas esperadas decorrentes do processo de novação dos contratos cobertos pelo FCVS. Adicionalmente os contratos do FCVS homologados e com impedimentos financeiros, em razão de dívidas com o FGTS, estão sujeitos ao risco de crédito, caracterizados como ativos problemáticos.

Devido ao alto grau de julgamento para determinação do método e das premissas utilizadas para mensuração destas provisões, consideramos este assunto como um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho e efetividade dos controles internos chave relacionados à revisão e aprovação da metodologia de cálculo da provisão para créditos junto ao FCVS (risco operacional e risco de crédito), processamento e contabilização das provisões;
- Avaliação, com o auxílio dos nossos profissionais com conhecimento em estatística, dos métodos e premissas através de: (i) análise se a metodologia permite capturar a possibilidade de sinistro para as operações cobertas pelo FCVS para todas as fases do processo de novação; e (ii) teste sobre a precisão matemática dos cálculos efetuados para determinar a provisão operacional e para créditos junto ao FCVS;
- Identificação das operações com risco de crédito com a respectiva avaliação da mensuração do valor da provisão de perda esperada, assim como a consistência dos valores alocados por estágio;
- Avaliação, por meio de amostragem, da documentação suporte para classificação da situação operacional dos créditos junto ao FCVS, bem como confronto dos saldos contábeis; e
- Avaliação sobre se as divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideram todas as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o saldo das provisões para crédito junto ao FCVS no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025.

CAIXA

CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA FAZENDA

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

Ambiente de Tecnologia da Informação

O ambiente de tecnologia da CAIXA possui processos de gerenciamento de acessos e de mudanças nos sistemas e aplicativos, de desenvolvimento de novos programas, além de controles internos automatizados nos diversos processos relevantes. Para manter suas operações em funcionamento, a CAIXA fornece acesso a sistemas e aplicações para seus funcionários, levando em consideração as funções executadas por eles e sua estrutura organizacional.

Os controles para autorizar, monitorar, restringir e/ou revogar os respectivos acessos a esse ambiente devem prover segurança razoável de que os acessos e as atualizações das informações sejam efetivados de forma íntegra e precisa e pelos profissionais apropriados, para mitigar o potencial risco de fraude ou erro decorrentes de acesso indevido ou mudança em um sistema ou informação, e para garantir a integridade das informações financeiras e dos registros contábeis.

Devido a elevada dependência da CAIXA de seus sistemas de tecnologia, do alto volume de transações processadas diariamente, e da importância dos controles de acesso e de gerenciamento de mudança nos seus sistemas e aplicativos para planejar a natureza, época e extensão de nossos procedimentos de auditoria, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

Com auxílio de nossos profissionais de tecnologia da informação (i) testamos o desenho e a efetividade dos controles gerais de TI e automatizados no nível dos processos de negócio, tais como: autorização de novos usuários, de revogação de usuários desligados e de revisão dos usuários ativos; e (ii) nas áreas em que, pelo nosso julgamento, existe uma alta dependência de tecnologia da informação, nossos testes incluíram também, a avaliação das políticas de senhas, das configurações de segurança e de controles internos sobre desenvolvimentos e mudanças em sistemas e aplicativos.

As evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos nos permitiram considerar as informações extraídas de determinados sistemas para planejar a natureza, época e extensão de nossos testes substantivos no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da CAIXA, e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da CAIXA. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Demonstrações contábeis consolidadas

Essas demonstrações contábeis consolidadas para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), estão sendo apresentadas de maneira adicional, conforme faculdade prevista no Art. nº 77 da Resolução CMN nº 4.966, às demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), que até a presente data não foram elaboradas e divulgadas pela CAIXA.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da CAIXA é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a CAIXA continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a CAIXA ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da CAIXA e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da CAIXA e suas controladas;

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da CAIXA. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a CAIXA a não mais se manter em continuidade operacional; e

Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referentes às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 02 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-0

Carlos Massao Takauthi
Contador CRC 1SP-206103/O-4

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Parecer nº 117/2026 – Ata nº 901, de 03/03/2026

Assunto: Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da CAIXA, referente ao exercício 2025; da Revisão do Estudo do Crédito Tributário, referente ao 2º semestre de 2025; da Distribuição dos Resultados e de Incorporação das Reservas de Loterias ao Capital Social; e do acompanhamento da Execução Orçamentária da CAIXA, referente ao exercício 2025.

O Conselho Fiscal da Caixa Econômica Federal, em cumprimento ao disposto nos incisos II, III e XIV do Artigo 60, do Estatuto Social da CAIXA, **examinou: 1)** as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da CAIXA, referente ao exercício 2025; **2)** o Estudo do Crédito Tributário, referente ao 2º semestre de 2025; **3)** a Distribuição dos Resultados no valor de de R$ 1.976.964.518,02 (um bilhão e novecentos e setenta e seis milhões novecentos e sessenta e quatro mil quinhentos e dezoito reais e dois centavos), acrescido de atualização monetária até a data do efetivo pagamento; **4)** a Incorporação das Reservas de Loterias ao Capital Social no valor de R$ 1.386.823.812,80 (um bilhão e trezentos e oitenta e seis milhões oitocentos e vinte e três mil oitocentos e doze reais e oitenta centavos) ao Capital Social da CAIXA; e **5)** o acompanhamento da Execução Orçamentária da CAIXA, referente ao exercício 2025, aprovada pela Resolução do Conselho de Administração n° 1818, de 02/03/2026, e considerando o Parecer do Comitê de Auditoria n° 174, de 26/02/2026, a manifestação da empresa de auditoria independente, KPMG Auditores Independentes, bem como os subsídios e esclarecimentos obtidos durante a reunião, e **opinou favoravelmente, por unanimidade,** sobre a aprovação da matéria.

Brasília, 03 de março de 2026.

CAROLINA YUMI DE SOUZA
Conselheira Titular

WAGNER PRIMO FIGUEIREDO NETO
Conselheiro Titular

MARCELO PEREIRA DE AMORIM
Presidente

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Parecer nº 026 – Ata nº 958, de 02/03/2026

Assunto: Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, referentes ao exercício de 2025; a Revisão Semestral do Estudo do Crédito Tributário; Distribuição dos Resultados e de Incorporação das Reservas de Loterias ao Capital Social; e o Acompanhamento da Execução Orçamentária da CAIXA, referente ao exercício de 2025.

O Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal, considerando a Resolução n° 9472, de 24/02/2026, do Conselho Diretor, e o Parecer n° 174, de 26/02/2026, do Comitê de Auditoria, e em cumprimento ao disposto no Artigo 40, incisos XXXI, alínea "d", e XXXII, alínea "g", do Estatuto Social da CAIXA, aprovou: 1) as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da CAIXA, referente ao exercício 2025; 2) o Estudo do Crédito Tributário, referente ao 2º semestre de 2025; 3) a Distribuição dos Resultados no valor de R$ 1.976.964.518,02 (um bilhão e novecentos e setenta e seis milhões novecentos e sessenta e quatro mil quinhentos e dezoito reais e dois centavos), acrescido de atualização monetária até a data do efetivo pagamento; 4) a Incorporação das Reservas de Loterias ao Capital Social no valor de R$ 1.386.823.812,80 (um bilhão e trezentos e oitenta e seis milhões oitocentos e vinte e três mil oitocentos e doze reais e oitenta centavos) ao Capital Social da CAIXA; e 5) o acompanhamento da Execução Orçamentária da CAIXA, referente ao exercício 2025.

Brasília, 02 de março de 2026.

CARLOS ANTÔNIO VIEIRA FERNANDES

FRANCISCO PETROS OLIVEIRA LIMA PAPATHANASIADIS

ISADORA MARIA BELEM ROCHA CARTAXO ARRUDA

JOSÉ LUIZ TREVISAN RIBEIRO

PEDRO LUIZ COSTA CAVALCANTE

RAQUEL NADAL CESAR GONÇALVES

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA

CONJUNTURA

IRPF tem 1 milhão de envios

Receita contabiliza 1.001.411 declarações encaminhadas no primeiro dia. Maioria foi entregue na versão pré-preenchida

» PEDRO JOSÉ*

A Receita Federal iniciou, ontem, o prazo para envio da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física (DIRPF) 2026, referente ao ano-base 2025. Os contribuintes têm até o dia 29 de maio para entregar o documento.

Neste ano, o período de envio foi reduzido após o adiamento do início em uma semana em relação ao calendário tradicional. A expectativa do Fisco é receber cerca de 44 milhões de declarações.

Até o fim da tarde de ontem, a Receita contabilizou mais de 1 milhão de declarações entregues. O total de envios chegou a 1.001.411 documentos.

Desse total, 82,8% indicam valores a restituir, enquanto 8,6% têm imposto a pagar e 8,6% não apresentam imposto devido nem a receber. Entre as declarações entregues, 51,5% foram pré-preenchidas, 57% contêm o desconto simplificado e 1,7% são retificadoras. Os dados mostram, ainda, que 36% foram enviadas por contribuintes do sexo feminino e que a média de idade é de 45 anos.

O preenchimento pode ser feito por meio do Programa Gerador da Declaração ou pela plataforma online Meu Imposto de Renda. O calendário de restituições terá quatro lotes, com pagamentos previstos para 29 de maio, 30 de junho, 31 de julho e 28 de agosto.

A ordem de pagamento considera a data de envio e critérios legais de prioridade, com preferência para idosos acima de 80 anos, seguidos por pessoas a partir de 60 anos, contribuintes com deficiência ou doença grave e profissionais do magistério. Também têm prioridade aqueles que utilizarem a declaração pré-preenchida e optarem pelo recebimento via Pix.

Durante o primeiro dia, contribuintes relataram instabilidade no sistema da Receita Federal. Registros em plataformas de monitoramento indicaram problemas no site, no aplicativo e no login durante o período da manhã.

Maior adesão

Para o economista e professor da Universidade de Brasília (UnB) César Bergo, a declaração pré-preenchida tem ampliado a adesão dos contribuintes. "Não é novidade que a declaração pré-preenchida vem, de fato, ganhando aos poucos a confiança do contribuinte devido à sua aplicabilidade e facilidade. Ela já traz os elementos relacionados à cobrança de impostos", observa.

Segundo ele, apesar da automatização, é necessário revisar as informações antes do envio. "Obviamente, as pessoas devem fazer uma verificação atenta, sobretudo nas declarações mais complexas e que possuem muitas deduções", alerta.

Bergo também destacou o impacto da tecnologia no processo. "Não há dúvidas de que toda essa tecnologia aplicada à declaração de Imposto de Renda facilita muito o trabalho, tanto da Receita Federal quanto do próprio contribuinte", afirma.

*** Estagiário sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza**

Diogo Zacarias/MF

Dario Durigan: equipe confirma continuidade ao trabalho de Haddad

Durigan define equipe

O novo ministro da Fazenda, Dario Durigan, anunciou, ontem, em rede social, os novos nomes da equipe do ministério. Rogério Ceron deixará o comando do Tesouro Nacional e será o novo secretário-executivo. "Confio na sua capacidade de entrega, e destaco que seu trabalho à frente do Tesouro foi fundamental para avançarmos com nossa agenda nos últimos anos", escreveu Durigan.

Como secretária-executiva adjunta, assumirá Úrsula Peres, professora da Universidade de São Paulo (USP) e especialista em políticas públicas. O comando do Tesouro Nacional passará para o subsecretário da Dívida Pública, Daniel Leal.

O então assessor especial Mathias Alencastro já assumiu a Secretaria de Assuntos Internacionais (Sain), no lugar de Tatiana Rosito, que havia sido exonerada no início de março, e Daniele Cardoso está na chefia da Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA) — esta última tinha ficado sob o comando de Regis Dudena desde a criação, em 2024, e ficou sem titular porque Dudena tinha sido transferido para a Secretaria de Reformas Econômicas (SRE) em janeiro deste ano.

Outras mudanças contemplam Fábio Terra como chefe de gabinete do ministro e Flavia Renó, assessora especial. Boa parte das alterações foram acertadas com o ex-ministro Fernando Haddad. Ele foi exonerado na sexta-feira, após comandar a Fazenda desde o primeiro dia do governo Lula. Haddad é o pré-candidato do PT para a disputa pela cadeira de governador de São Paulo.

Editor: José Carlos Vieira (Cidades)
josecarlos.df@dabr.com.br e
Tels. : 3214-1119/3214-1113
Atendimento ao leitor: 3342-1000
cidades.df@dabr.com.br

CASO MASTER

Ibaneis critica oposição "por agir contra o BRB"

Com o banco correndo contra o tempo para se recapitalizar e entregar os balanços ao BC, em meio a disputas judiciais, Ibaneis Rocha criticou a oposição e disse estar tranquilo quanto ao seu seu dever de apresentar soluções

» ADRIANA BERNARDES
» PAULO GONTIJO

"Eu fiz minha parte arrumando uma saída viável." A declaração do governador Ibaneis Rocha (MDB) foi uma reação direta às críticas do mercado financeiro. Na última semana, ao rebaixarem a avaliação do BRB, analistas da S&P Global Ratings apontaram que o governador não estaria se empenhando o suficiente para garantir o aporte financeiro necessário ao equilíbrio fiscal do banco.

Em entrevista do **Correio**, o governador descartou a antecipação de dividendos da Companhia Energética de Brasília (CEB) e da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb) para aumentar o capital do banco público, e voltou a criticar a oposição pela batalha na Justiça contra o uso da área da Serrinha para salvar o banco.

Ao afirmar que fez sua parte "arrumando uma saída viável", Ibaneis refere-se a destinação de nove imóveis públicos e a aprovação da Lei do BRB para cobrir o rombo de cerca de R$ 12,2 bilhões na compra de carteiras "podres" do Banco Master, segundo investigação da Polícia Federal (PF). O **Correio** perguntou se vai autorizar o uso de dividendos das estatais CEB e Caesb — uma das alternativas citadas pelo presidente do BRB, Nelson de Souza, na semana passada, Ibaneis foi direto: "Não".

É a segunda vez que o governador tem posicionamento divergente de Nelson de Souza. A primeira foi quando o presidente do banco ventilou a possibilidade de excluir a área da Serrinha e do Centrad da lista de imóveis do Fundo de Investimento Imobiliário (FII) devido às disputas judiciais e pendências envolvendo os dois bens. Isso, na avaliação de Souza, acalmaria os investidores qualificados e poderia agilizar a consolidação do FII. Na época, ao ser questionado se os dois bens seriam excluídos da lei de socorro ao banco, Ibaneis disse que "não serão retirados." Mas completou em seguida. "Não dou palpite em negócio de banco. Ele (Nelson de Souza) tem autonomia". Uma confiança que foi reforçada pelo chefe do Executivo em reportagem publicada na última quinta-feira pelo **Correio**. " (O) Nelson vai salvar o BRB", declarou.

Marcelo Ferreira

Governador descartou antecipação de dividendos da CEB e da Caesb para aumentar o capital do BRB

Reprodução: Mila Ferreira

PL de aporte ao BRB foi aprovado na CLDF por 14 a 10, um dia depois da ida do presidente do banco, Nelson de Souza, à Casa

Disputa judicial

Desde que o Projeto de Lei 2.175/2026 começou a tramitar, foi aprovado e deu origem à Lei nº 7.845/2026, foram impetradas ações ou requerimentos no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) para tentar excluir a Gleba A dos imóveis usados para socorrer o Banco de Brasília.

Entre sexta e domingo passados, houve duas decisões importantes. Na mais recente delas, pelo o juiz Carlos Frederico Maroja de Medeiros, da Vara de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Fundiário do DF, que concedeu uma liminar que impede a Terracap de fazer qualquer negócio com a área da Serrinha.

A ação é assinada, entre outros, pela senadora Leila Barros (PDT) e pelo presidente do PV-DF, Eduardo Brandão. Ibaneis reagiu com críticas aos parlamentares da oposição que, segundo ele, estão em campanha política. "O que me espanta é a falta de compromisso dos autores (da ação) com o BRB. Todos de oposição que só estão pensando nas eleições", afirmou o chefe do Executivo.

Na decisão de sexta, que só veio a público na tarde de ontem, o desembargador Rômulo de Araújo Mendes, do TJDFT, decidiu acelerar a análise da ação direta de inconstitucionalidade (ADI) apresentada pelos partidos PSol e Rede Sustentabilidade, questionando a lei de capitalização do BRB. Mas também decidiu que o julgamento será pelo pleno. Ibaneis não soube dizer se recebeu a notificação judicial. "Mas gostei que tenha sido o rito abreviado", avaliou.

O processo tramita no Conselho Especial do Tribunal. O desembargador deu 10 dias de prazo para que o governador Ibaneis e a Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) apresentem explicações sobre a lei aprovada.

Depois dessa etapa, o processo seguirá para análise do procurador-geral do Distrito Federal, Márcio Wanderley de Azevedo, e do procurador-geral de Justiça do DF, Georges Seigneur, que terão cinco dias para se manifestar. Em seguida, a ação será levada para julgamento pelo colegiado do TJDFT.

Ao justificar a decisão, o desembargador afirmou que não há, neste momento, uma urgência extrema que justifique uma decisão individual, sem ouvir previamente os órgãos envolvidos na criação da lei. Ainda assim, ele optou por um rito abreviado, que permite dar mais rapidez ao andamento do processo sem pular etapas importantes.

Os partidos também citam investigações que apuram transações consideradas suspeitas entre o BRB e o Banco Master, apontando que essas operações levantam dúvidas sobre a gestão e o uso de recursos do banco público.

O tema ocorre em meio a um momento de maior atenção sobre as decisões envolvendo o BRB, o que aumenta a importância do julgamento. A expectativa é de que, com o rito mais rápido, o tribunal consiga dar uma resposta em menos tempo sobre a validade da lei.

Contra o tempo

Enquanto isso, executivos do BRB, que têm como missão garantir a liquidez e a credibilidade da instituição, buscam soluções num curto intervalo de tempo. Na quinta passada, a S&P Global Ratings rebaixou a avaliação do Banco de Brasília no rating de crédito de "brBB" para "brB-" na escala nacional. Na prática, o rebaixamento pode ter implicações num momento em que o banco enfrenta o desafio de incorporar capital ao caixa.

Com uma nota mais baixa, se o BRB precisar de dinheiro de terceiros para fazer empréstimos aos seus clientes, por exemplo, o mercado entende que negócios com ele são mais arriscados. E, com isso, aumentam a taxa de juros. Assim que o rebaixamento tornou-se público, o presidente do banco, Nelson de Souza, minimizou os impactos, dizendo que era esperado. "Considerando o momento que estamos vivendo, é natural que haja uma percepção mais negativa. Isso não impede o banco de operar normalmente. Estamos cumprindo todas as nossas obrigações com clientes", destacou.

O Banco Central deu até 31 de março para que os dirigentes do BRB apresentem o balanço e um plano de reestruturação econômico-financeira após o rombo estimado pela Polícia Federal em R$ 12,2 bilhões, com a compra de carteiras podres do Master.

Na mesma data, a instituição também terá de divulgar seus resultados financeiros, incluindo os balanços de 2025 e os dados referentes ao primeiro trimestre deste ano. A apresentação dessas informações é uma exigência regulatória e serve para dar maior transparência à situação do banco, permitindo que investidores, órgãos de controle e o mercado avaliem com mais precisão o impacto das operações recentes e a real condição financeira da instituição.

Antes disso, porém, os acionistas terão de se reunir na Assembleia-Geral Extraordinária (AGE) para fazer o aporte de capital, crucial para a entrega do plano de capitalização e dos balanços. Até o fechamento desta edição, a nova data não havia sido divulgada.

Imóveis dados como garantia

Endereço: SIA Trecho Serviço Publico LT F
Proprietário: CAESB
Área (m2): 192.000
Valor: 632.000.000,00

Endereço: SIA Trecho Serviço Publico LT G
Proprietário: Distrito Federal
Área (m2): 192.000
Valor: 632.000.000,00

Endereço: SIA Trecho Serviço Publico LT I
Proprietário: Distrito Federal
Área (m2): 96.000
Valor: 364.000.000,00

Endereço: SIA Trecho Serviço Publico LT H
Proprietário: Distrito Federal
Área (m2): 94.800
Valor: 361.000.000,00

Endereço: SIA Trech Serviço Publico LT C
Proprietário: CEB
Área (m2): 160.000
Valor: 547.000.000,00

Endereço: SIA Trecho Serviço Publico LT B
Proprietário: Novacap
Área (m2): 400.000
Valor: 1.020.000.000,00

Endereço: Taguatinga qd, 3 conj. A LT I
Proprietário: Distrito Federal (CENTRAD)
Área (m2): 97.891
Valor: 491.418.000,00

Endereço: SAI/N
Proprietário: Distrito Federal
Área (m2): 149.757
Valor: 239.000.000,00

Endereço: Gleba 'A'
Proprietário: Terracap
Área (m2): 7.160.000
Valor: 2.300.000.000,00

Total: 6.586.418.000,00

Eixo Capital

MILA FERREIRA (INTERINA)
milaneivaf@gmail.com

Lideranças do DF no aniversário de Michelle Bolsonaro

A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro fez aniversário no último domingo e, para comemorar, realizou um culto de ação de graças em Brasília. Michelle completou 44 anos. O evento foi prestigiado por lideranças políticas de direita no Distrito Federal. Estiveram presentes o deputado distrital Thiago Manzoni (PL), a deputada federal Bia Kicis (PL), a senadora Damares Alves (Republicanos), a vice-governadora do DF e amiga pessoal de Michelle, Celina Leão (PP); e o distrital Iolando (MDB).

Redes sociais

MDB presente

Chamou atenção a presença de Iolando, que é do mesmo partido do governador Ibaneis Rocha. Atualmente, há uma tensão entre o PL, partido da aniversariante, e o governador do DF na Câmara Legislativa (CLDF). Thiago Manzoni anunciou recentemente a saída da base aliada, a qual Iolando é fiel, e o PL manifestou intenção de apresentar um pedido de instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a situação que envolve o BRB e o Banco Master e, consequentemente, o GDF. Além disso, o PL deve apresentar uma chapa pura ao Senado, com Michelle e Bia Kicis, disputando com Ibaneis as duas cadeiras abertas na Casa. No dia seguinte ao culto, após postar imagens do culto no Instagram, Iolando postou um vídeo com Ibaneis e a frase: "Sua determinação, hoje, é o que te aproxima dos seus sonhos amanhã".

"Não sou candidata"

A secretária da Mulher do DF, Giselle Ferreira, declarou que não será candidata nas eleições de 2026. Com bagagem acumulada como secretária de Esporte e chefe de gabinete na CLDF, Giselle terá papel central na campanha majoritária de Celina.

ED ALVES/CB/D.A Press

Sua missão será estratégica: mobilizar o eleitorado feminino e fortalecer a representatividade política das mulheres. "Não sou candidata, fico feliz com o reconhecimento. Meu propósito é eleger cada vez mais candidatas e consolidar a presença feminina nos espaços de decisão", afirma a secretária.

Oposição pede mais transparência

Os distritais petistas Chico Vigilante (líder do PT), Ricardo Vale (vice-presidente da CLDF) e Gabriel Magno (líder da Minoria) protocolaram, no último sábado, um ofício formal direcionado à presidência do Banco de Brasília (BRB) exigindo a abertura imediata de dados e contratos críticos da instituição.

Os parlamentares baseiam o pedido na Lei de Acesso à Informação (LAI) para cobrar detalhes sobre a avaliação de nove terrenos que o GDF pretende utilizar para capitalizar o banco em até R$ 6,6 bilhões. Além dos imóveis, os deputados exigem acesso ao contrato com o escritório Machado, Meyer, Sendacz, Opice e Romano Advogados, contratado para conduzir uma auditoria independente sobre os fatos mencionados na operação Compliance Zero.

Os parlamentares cobram valores do contrato e os resultados produzidos até o presente momento dos trabalhos. A iniciativa se estende à auditoria das demonstrações financeiras de 2025 e 2026, sob responsabilidade da empresa Grant Thornton.

Reprodução/CB

Oitavo pedido de impeachment arquivado

Foi arquivado, ontem, mais um pedido de impeachment do governador Ibaneis Rocha (MDB). A ação havia sido protocolada pela deputada distrital Paula Belmonte (PSDB). O arquivamento foi publicado no Diário da Câmara Legislativa (DCL). Este foi o oitavo pedido protocolado somente este ano.

"Recebo com preocupação a decisão de arquivamento sem a devida apuração dos fatos. O que está em jogo é sério e exige transparência, responsabilidade e compromisso com a verdade. Quando não se avança na investigação, a população fica sem respostas. O Distrito Federal merece clareza", disse Paula à coluna.

O despacho que determinou o arquivamento se baseou no parecer da Procuradoria-Geral da Casa, que sugeriu o arquivamento sumário da denúncia. Ainda resta um pedido para ser analisado pela Câmara. Este último foi protocolado em conjunto pelos partidos Partido Socialismo e Liberdade (Psol) e Rede Sustentabilidade (Rede).

Ibaneis foi procurado para comentar o arquivamento, mas não se manifestou.

Caesb condecora autoridades e empregados

A Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb) realizou, ontem, a entrega da Medalha Mérito Caesb. O evento aconteceu no Iate Clube de Brasília e a data foi escolhida devido à proximidade com o Dia Mundial da Água, celebrado no dia 22. Nesta edição, um total de 100 agraciados receberam a comenda, entre empregados da Caesb e representantes de outros órgãos e instituições parceiras. Entre os contemplados, estavam o secretário de Meio Ambiente do DF, Gutemberg Gomes; e o presidente da Câmara Legislativa, Wellington Luiz.

A vice-governadora Celina Leão esteve presente e destacou a água como um dos ativos mais importantes em gestão de planejamento. "Quero deixar um legado nessa área, porque nós já perdemos mais de 50% das nossas nascentes aqui, nós estamos no Cerrado. Se a gente não tiver água, não tem nada. O ser humano até vive sem energia, mas sem água ele não vive. Falar sobre água não é pauta nem de direita nem de centro nem de esquerda. Falar sobre água é pauta de gestores públicos que se comprometem com presente e com futuro", enfatizou Celina Leão.

Redes sociais

Redes sociais

2ª edição do *Anuário de Segurança do DF* será divulgada hoje

A Secretaria de Segurança Pública (SSP-DF) apresenta o *2º Anuário da Segurança Pública do DF*. A publicação consolida a análise dos principais indicadores criminais do Distrito Federal.

A nova edição reforça o uso estratégico de dados como ferramenta central para planejamento, prevenção e tomada de decisão. Com metodologia aprimorada, o anuário avança na leitura dos fenômenos criminais.

O evento deve contar com a presença da vice-governadora, Celina Leão (PP), e marca os últimos dias do secretário Sandro Avelar na pasta. Avelar vai se desincompatibilizar para concorrer às eleições. Ainda não há confirmação, mas, nos bastidores, circula a informação de que quem deve ficar em seu lugar será o subsecretário Alexandre Patury.

Em defesa da Polícia Penal

Carlos Vieira/CB/D.A Press

O presidente da Câmara Legislativa, Wellington Luiz (MDB), marcou presença, ontem, na assembleia dos policiais penais, realizada em frente à CLDF. A corporação cobra a regulamentação da carreira e o cumprimento de acordos salariais firmados com o GDF, mas que precisam ser executados pelo governo federal. A mobilização reuniu agentes que denunciam a falta de avanços desde 2019, quando a categoria iniciou a luta pela regulamentação.

Em discurso no carro de som, o distrital disse que é preciso apresentar uma proposta viável que possa ser feita dentro do prazo. "A gente corre contra o tempo. Na próxima semana, talvez, todo esse esforço pode ser em vão", disse, referindo-se à saída do governador Ibaneis do cargo, que acontece neste sábado (28).

Ao **Correio**, Wellington disse que esperava da União uma resposta mais rápida. "Nós não seremos negligentes e vamos tentar achar uma solução. Não é fácil, mas é possível. Eu vou procurar me encontrar com o governador Ibaneis, com a vice Celina Leão e as equipes econômicas para tentar acharmos uma solução o mais rápido possível. Não podemos ter uma categoria dessa importância com as atividades paradas", ressaltou.

Acompanhe a cobertura da política local com *@anacampos_cb*

SEGURANÇA / Em convocação emergencial, bombeiros militares da Defesa Civil passam a remover e a liberar corpos para suprir paralisação dos serviços do Instituto de Medicina Legal. Acionado, Ministério Público investiga desvio de função

Servidores do IML em greve

» VITÓRIA TORRES
» BEATRIZ MASCARENHAS

Defesa Civil

Agentes da Defesa Civil assumem, temporariamente, remoção dos corpos durante greve de servidores do IML

Para evitar a interrupção das atividades nos serviços de remoção, necropsia e liberação de corpos durante a paralisação de servidores do Instituto de Medicina Legal (IML), os bombeiros militares da Subsecretaria de Defesa Civil (Sudec) foram convocados para suprir a demanda. Diante da suspeita de desvio de função, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) foi acionado.

A medida foi adotada após solicitação da Diretoria do IML e determinação da Secretaria de Segurança Pública (SSP-DF), com o objetivo de garantir a continuidade dos serviços. Desde então, os agentes têm sido deslocados para realizar remoções de cadáveres em vias públicas, hospitais e residências — funções que não integram a rotina da corporação.

A principal alegação é de que a Defesa Civil estaria sendo utilizada como intermediária para direcionar bombeiros a atividades fora de suas atribuições legais. O presidente da Associação dos Técnicos em Necropsia (Asten) e diretor do Sindicato dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta (Sindireta-DF), José Romildo Soares, classificou a medida como irregular. "Trata-se de ilegalidade flagrante. É desvio de função dos bombeiros, que estão exercendo uma atividade que não é deles", afirmou. A situação pode configurar também usurpação de função pública. "Invadem atribuições que não são do cargo deles", acrescentou.

Segundo o representante da categoria, os servidores do IML seguem em negociação com o GDF. Entre as principais demandas estão a autorização de concurso público, a criação de serviço voluntário gratificado e mudanças na legislação que rege a carreira de Atividades Complementares de Segurança Pública. O prazo para alterações que impliquem aumento de despesas se encerra em 4 de abril.

Improviso

Ao **Correio**, bombeiros militares que preferiram não se identificar relataram que a medida representa um "improviso perigoso", pois a falta de preparo adequado expõe os profissionais a riscos. "Estamos sendo lançados em uma atividade de alto risco biológico sem o treinamento de biossegurança exigido por lei", afirmou um militar ouvido pela reportagem.

"Uma palestra de poucas horas não capacita um bombeiro para manejar cadáveres em decomposição ou fluidos infecto-contagiosos. É um improviso perigoso que ignora a nossa saúde", completou o bombeiro, que também questiona o impacto da decisão na atuação do órgão: "Desvia a Defesa Civil de sua missão real de coordenação para tapar um buraco operacional da Polícia Civil".

Em nota, a Defesa Civil alertou que a paralisação dos agentes da carreira provoca acúmulo de corpos em unidades hospitalares à espera de remoção. Segundo o órgão, o cenário pode levar ao aumento da demanda por exames necroscópicos e ao atraso na liberação dos corpos às famílias. "Ações emergenciais foram adotadas para assegurar a continuidade mínima das atividades periciais, com foco na preservação de vestígios, priorização de casos mais sensíveis e mitigação dos impactos humanitários e operacionais", informou.

O IML, ainda de acordo com a nota, segue monitorando a situação e ajustando procedimentos para reduzir prejuízos à população e às investigações.

Normalidade

Apesar disso, a Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES-DF) afirmou que o fluxo de recolhimento de corpos nas unidades públicas permanece inalterado. "Ressaltamos que a greve do IML atinge as ocorrências de mortes violentas ou de causas externas, que dependem de perícia criminal. O recolhimento de corpos por mortes naturais nas unidades hospitalares segue o protocolo padrão", garantiu. Nos casos de mortes naturais, o atendimento segue normalmente, com transporte e liberação realizados pelo Serviço de Verificação de Óbitos (SVO) e por concessionárias funerárias, sem interrupções.

Ao **Correio**, o secretário de Segurança Pública do DF, Sandro Avelar, afirmou que o governo já iniciou negociações com a categoria e reconheceu a legitimidade das demandas. "Vamos lançar concurso, tratar de serviço voluntário e o pleito deles sobre a resolução da carreira é justo", disse. Ele ainda avalia que a situação está sob controle. "As coisas estão caminhando na normalidade. Os corpos vão para o sistema de saúde e, nos casos de violência, seguem para o IML", concluiu.

Em nota, o Corpo de Bombeiros Militar (CBMDF) informou que as ações para remoção de corpos estão sendo empreendidas pela Subsecretaria de Defesa Civil, sem participação da corporação, com exceção daqueles já cedidos à Defesa Civil.

SAÚDE / Em 2026, a Vigilância Sanitária fiscalizou 565 estabelecimentos de estética, com 36 endereços interditados e mais de 1,1 mil produtos apreendidos. Denúncias aumentam, e especialista reforça riscos de aplicações irregulares

Beleza aliada à segurança

» ARTUR MALDANER*

A segurança em procedimentos estéticos tornou-se prioridade para a Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES-DF). Somente neste ano, o órgão inspecionou 565 estabelecimentos, resultando na autuação de 80 clínicas e na interdição de 36 delas. A ação, que mirou a infraestrutura e a regularidade documental, apreendeu 1.118 produtos irregulares, incluindo medicamentos e cosméticos sem registro.

Segundo a diretora da Vigilância Sanitária do DF, Márcia Olivé, um dos problemas mais recorrentes é a falsa autodeclaração, quando as empresas ofertam serviços que não são previstos em seu licenciamento sanitário. "Clínicas de risco II não podem ofertar procedimentos invasivos, como o botox; elas precisam do nível III de categorização e acompanhamento médico", explica. O aumento nas denúncias — de 38% entre 2023 e 2025 — reflete uma preocupação crescente da população com serviços que, muitas vezes, operam sem profissionais habilitados ou protocolos de biossegurança.

Outra irregularidade recorrente são profissionais sem a devida habilitação do conselho de classe. Além disso, os servidores da Vigilância Sanitária observaram, durante a vistoria, ambientes que não seguem protocolos de biossegurança, uso de materiais de baixa qualidade, equipamentos e produtos sem registro da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Reprodução/Matheus Oliveira/Agência Saúde DF

Vistorias são resposta a aumento no número de reclamações. Foram 38% a mais entre 2023 e 2025

No ano passado, 1.429 clínicas foram fiscalizadas no segmento de estética, o que resultou na interdição de 205 estabelecimentos, um número 10 vezes maior do que em 2024, quando foram interditadas 18 clínicas das 443 auditadas à época.

Competências

A intensificação da fiscalização ocorre em meio a um complexo cenário jurídico sobre as competências profissionais na estética. Recentemente, a 7ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) anulou em segunda instância a Resolução nº 241/2014 do Conselho Federal de Biomedicina (CFBM), que autorizava a categoria a realizar procedimentos, ainda que minimamente invasivos, como aplicação de toxina botulínica e laserterapia.

A decisão judicial atendeu a um pedido do Conselho Federal de Medicina (CFM), e foi acatada na primeira instância, quando a Justiça Federal entendeu que a resolução ultrapassa limites da atuação do biomédico. O relator do caso, desembargador José Amilcar de Queiroz Machado, fundamentou que a execução de procedimentos invasivos é atividade privativa do médico, conforme a Lei do Ato Médico (Lei 12.842/2013), e que a atuação dos biomédicos deve ser complementar e auxiliar.

O Conselho Federal de Biomedicina (CFBM) classificou a decisão do TRF1 como "equivocada" e destacou que não possui caráter terminativo, cabendo recurso da categoria. Em nota, o órgão defende que a formação acadêmica dos biomédicos oferece base científica sólida para a prática estética. Ressalta, ainda, que a anulação da Resolução nº 241/2014 não impede a atuação da classe, uma vez respaldada por outras normas vigentes e instruções normativas do CFBM.

Alerta de perigo

A médica dermatologista do Hospital Santa Lúcia Norte Paola Canabrava alerta que as complicações mais comuns em procedimentos estéticos são infecções pela aplicação de botox, preenchedor e estimulador, decorrentes de aplicações inadequadas, sem higiene, e produtos falsificados. A especialista destaca, também, que certos pacientes podem ter reações aos produtos e, para evitar esse tipo de problema, é necessário que seja feito uma anamnese dos clientes para identificar possíveis contraindicações. "Algo que, infelizmente, raramente é feito", destaca.

Paola destaca que, após a realização de um procedimento invasivo, é essencial que o paciente permaneça atento para qualquer tipo de irritação, vermelhidão ou nódulos, mesmo após meses da realização da cirurgia. Na opinião da médica, o ideal é que o próprio profissional que faça a aplicação também trate possíveis complicações, mas, se não for o caso, a pessoa deve procurar um dermatologista o mais rápido possível, e então poderá ser tratada ou encaminhada a um infectologista. "Muitas vezes, os médicos recusam esse tipo de paciente, porque é um tratamento difícil e não queremos assumir a responsabilidade por um procedimento de outra pessoa", diz.

"É muito importante trazer educação sanitária para a população, e a pessoa, por conta própria, pode decidir se deve ou não confiar em uma clínica", defende a diretora da Vigilância Sanitária, Marcia Olivé. Segundo ela, é essencial verificar que o local escolhido para um procedimento possui licenciamento, que deveria estar pendurado e visível para os consumidores, além de prestar atenção nas condições do ambiente.

Márcia destaca que é essencial perguntar sobre a qualificação do profissional e a integridade do produto ou medicamento, que deve ser registrado na Anvisa, estar na data de validade e ter sido armazenado de forma correta. "O orçamento também deve estar claro, detalhando todos os serviços e produtos que serão utilizados, além de verificar se a clínica oferece acompanhamento após procedimento", comenta. As denúncias podem ser feitas pelos canais de ouvidoria do ParticipaDF, pelo telefone 162 ou presencialmente, especificando o nome e endereço completo do estabelecimento.

***Estagiário sob a supervisão de Patrick Selvatti**

Obituário

Envie uma foto e um texto de no máximo três linhas sobre o seu ente querido para: SIG, Quadra 2, Lote 340, Setor Gráfico. Ou pelo e-mail: *cidades.df@dabr.com.br*

Sepultamentos realizados em 23/03/2026

» Campo da Esperança

Alexandre Machado Bitencourt, 48 anos
Aroldo Maud Rocha Nogueira, 77 anos
Beatriz Emília de Mariz Dantas, 88 anos
Cláudio Gontijo da Silva, 72 anos
Elza Falcão Saback, 87 anos
Getúlio da Gama Volnei, 92 anos
Jair Ferreira Gonçalves, 66 anos
Jo sé Carlos Ramalho Júnior, 66 anos
Marcelo Antônio Rodrigues Reis, 55 anos
Marcos do Nascimento Costa, 62 anos
Maria Cândida Rosa Cardoso, 100 anos
Rafael Firmino da Silva, 83 anos
Samuel Hilton de Lima Neto, 78 anos
Stela Maris Akegawa Pierre, 55 anos

» Taguatinga

Antônia Misquita Carvalho, 74 anos
Benedito Pereira da Silva, 85 anos
Dioclides Evangelista de Faria, 75 anos
Elizeth Alves de Oliveira, 59 anos
Felipe Próspero da Silva Santos, 13 anos
Fernando Pereira da Silva, 57 anos
José Muniz da Silva, 72 anos
Maria Antônia Oliveira Brandão, 47 anos
Maria Zilma Rodrigues da Silva, 66 anos
Paulo Pinheiro Alves, 69 anos
Roberta Lima Alves Brito, 49 anos
Sebastião Abreu do Nascimento, 77 anos
Ubiratan Gomes da Costa, 58 anos
Wallysson Pereira de Macedo, 28 anos

» Gama

Deolina Madalena Nunes, 74 anos
João Neto de Souza, 73 anos
Mônica Giseuda Guedes Rezende, 58 anos
Yan Calleb Nunes da Silva, menos de 1 ano

» Planaltina

Gildásio Alves de Jesus, 72 anos
Paulo Miguel Nascimento Oliveira, 4 anos
Sebastião Vieira da Silva, 75 anos

» Sobradinho

Antônio Carlos Ferreira, 65 anos
Elaine Cristina Alves Rodrigues de Faria, 49 anos
Agnes Vitória Sousa Lima, menos de 1 ano
Ana Cláudia Medrado da Silva, menos de 1 ano

» Jardim Metropolitano

Joaquim Ferreira de Almeida, 77 anos (cremação)
Geane Gonçalves dos Santos, 67 anos (cremação)

LABORATÓRIO SABIN DE ANÁLISES CLÍNICAS S.A.
CNPJ Nº 00.718.528/0001-09

Senhores Acionistas, atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração do Laboratório Sabin de Análises Clínicas S.A. submete à apreciação dos Senhores as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas referentes ao encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **A Diretoria**

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 - (Em milhares de reais)

ATIVO	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	17.575	8.602	123.322	86.959
Contas a receber	217.853	191.528	314.841	252.429
Estoques	19.445	16.041	29.258	25.595
Tributos a recuperar	5.800	5.595	13.296	15.130
Outros créditos	6.264	5.537	15.202	13.511
Total	**266.937**	**227.303**	**495.919**	**393.624**
NÃO CIRCULANTE				
Partes relacionadas	83.172	70.888	10.753	3.116
Depósito judicial	640	538	2.177	1.843
Tributos diferidos	4.769	4.769	4.769	4.769
Outros créditos	82.656	11.563	6.823	13.215
Investimentos	415.420	435.027	19.761	19.679
Propriedade para investimentos	11.115	11.203	11.115	11.203
Outros investimentos	1.984	1.732	2.635	2.331
Imobilizado	92.199	90.642	171.048	166.012
Intangível	11.809	10.915	279.454	278.147
Direito de uso	195.751	144.581	373.224	309.323
Total	**899.515**	**781.858**	**881.759**	**809.638**
TOTAL DO ATIVO	**1.166.452**	**1.009.161**	**1.377.678**	**1.203.262**

PASSIVO	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
CIRCULANTE				
Fornecedores	64.794	49.947	103.799	73.759
Empréstimos e financiamentos	61.042	69.517	65.774	77.255
Obrigações sociais e trabalhistas	59.599	57.282	96.321	91.114
Obrigações tributárias	17.786	14.360	28.233	23.162
Dividendos a pagar	74.739	23.247	76.086	28.020
Obrigações com investimentos	10.026	12.035	10.026	12.035
Arrendamentos a pagar	35.024	29.129	73.376	60.786
Outras obrigações	7.126	3.861	13.839	8.842
Total	**330.136**	**259.378**	**467.454**	**374.973**
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos	194.970	235.057	196.331	239.724
Partes relacionadas	25.696	27.474	-	-
Tributos diferidos	-	-	2.611	2.744
Obrigações tributárias	-	-	3.824	5.329
Obrigações com investimentos	23.844	28.497	23.844	28.497
Provisão para perda com investimentos	77.359	67.713	680	-
Provisão para riscos	1.095	31	2.734	2.033
Arrendamentos a pagar	171.472	123.878	330.909	273.653
Dividendos a pagar	101.000	-	103.609	-
Outras obrigações	5	14	1.811	4.510
Total	**595.441**	**482.664**	**666.353**	**556.490**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	172.500	74.657	172.500	74.657
Reserva de capital	-	82.023	-	82.023
Reserva legal	23.217	14.931	23.217	14.931
Reserva de lucros	45.158	95.508	45.158	95.508
Participaçao de não controladores	-	-	2.996	4.680
Total	**240.875**	**267.119**	**243.871**	**271.799**
TOTAL DO PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**1.166.452**	**1.009.161**	**1.377.678**	**1.203.262**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 - (Em milhares de reais)

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Receita operacional líquida	**1.072.286**	**986.558**	**1.737.928**	**1.573.768**
Custos da prestação de serviços	(525.228)	(496.941)	(895.027)	(826.461)
Lucro bruto	**547.058**	**489.617**	**842.901**	**747.307**
Receitas (Despesas) operacionais	(270.055)	(282.888)	(530.628)	(509.465)
Lucro operacional	**277.003**	**206.729**	**312.273**	**237.842**
Resultado financeiro líquido	(59.173)	(69.666)	(69.402)	(80.806)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**217.830**	**137.063**	**242.871**	**157.036**
Imposto de renda/contribuição social	(52.115)	(42.134)	(73.457)	(59.863)
Resultado líquido do exercício	**165.715**	**94.929**	**169.414**	**97.173**
Participação dos acionistas não controladores			3.699	2.244
Participação dos acionistas controladores			165.715	94.929

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Lucro líquido do exercício	**165.715**	**94.929**	**169.414**	**97.173**
Resultado abrangente do exercício	**165.715**	**94.929**	**169.414**	**97.173**
Participações dos acionistas não controladores	**-**	**-**	**3.699**	**2.244**
Participações dos acionistas controladores	**-**	**-**	**165.715**	**94.929**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 - (Em milhares de reais)

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
A - FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro antes do IRPJ e CSLL	**217.830**	**137.063**	**242.871**	**157.036**
Ajuste ao lucro	**38.764**	**78.958**	**172.360**	**179.329**
Variações nos ativos e passivos	(62.783)	(70.820)	(102.031)	(95.401)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**193.811**	**145.201**	**313.200**	**240.964**
B - FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(14.817)**	**857**	**(46.954)**	**(43.630)**
C - FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(170.021)**	**(166.004)**	**(229.883)**	**(214.891)**
AUMENTO / REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**8.973**	**(19.946)**	**36.363**	**(17.557)**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
No início do exercício	8.602	28.548	86.959	104.516
No fim do exercício	17.575	8.602	123.322	86.959
Variação no exercício	**8.973**	**(19.946)**	**36.363**	**(17.557)**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 - (Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Patrimônio Líquido Controladores	Patrimônio Líquido Não Controladores	Total Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**64.952**	**82.782**	**12.990**	**70.625**	**231.349**	**5.077**	**236.426**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	94.929	94.929	2.244	97.173
Apropriação à reserva legal	-	-	1.941	(1.941)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(23.247)	(23.247)	-	(23.247)
Dividendos pagos de 2024	-	-	-	(35.164)	(35.164)	(2.557)	(37.721)
Realização à reserva de lucros	9.694	-	-	(9.694)	-	(84)	(84)
Ações em tesouraria/ágio na emissão de ações	11	(759)	-	-	(748)	-	(748)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**74.657**	**82.023**	**14.931**	**95.508**	**267.119**	**4.680**	**271.799**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	165.715	165.715	3.699	169.414
Apropriação à reserva legal	-	-	8.286	(8.286)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(24.239)	(24.239)	-	(24.239)
Dividendos pagos de 2025	-	-	-	(15.118)	(15.118)	(1.741)	(16.859)
Dividendos a pagar	-	-	-	(151.500)	(151.500)	(3.956)	(155.456)
Realização da reserva de capital	80.909	(80.909)	-	-	-	-	-
Realização à reserva de lucros	16.922	-	-	(16.922)	-	314	314
Ações em tesouraria/ágio na emissão de ações	12	(1.114)	-	-	(1.102)	-	(1.102)
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**172.500**	**-**	**23.217**	**45.158**	**240.875**	**2.996**	**243.871**

Diretores Estatutários

Lídia Freire Abdalla Nery — **José Francisco Viana de Sousa**

Diretores Executivos

Andrea Pinheiro dos Santos — Dir. de Rel. Inst. e Com. Corporativa
Bruno Ganem Siqueira — Dir. de Rel. com o Mercado
Cyra Mesquita de Araújo — Dir. Téc. de Expansão
Guilherme Ferreira de Oliveira — Dir. Adm. de Expansão
Marly Vidal Silva Macedo — Dir. Adm. e de Pessoas
Rafael Henriques Jácomo — Dir. Técnico
Renata Castellani da Silva — Dir. Financeira Adjunta

Contadora

Lourivana Rodrigues de Lima
CRC-DF 017.015/O-8

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentadas a seguir, são demonstrações contábeis resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações contábeis completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

O Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis do Laboratório Sabin de Análises Clínicas S.A. na data base de 31/12/2025, foi emitido com opinião sem modificação pela *Grant Thornton* Auditores Independentes Ltda. Auditores Independentes no dia 23/03/2026.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

As demonstrações contábeis apresentadas são resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações contábeis completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, que está disponível nos seguintes endereços eletrônicos: **www.correiobraziliense.com.br** e **www.rad.cvm.gov.br/ENET**

Contexto operacional: O Laboratório Sabin de Análises Clínicas S.A. ("Companhia" e, em conjunto com suas Controladas, "Grupo Sabin"), é o maior da região Centro-Oeste, se estendendo a outros estados tais como: AM, BA, MA, MG, MT, MS, PA, PI, PR, RR, SC, SP e TO. Fundado em 1984, o Laboratório Sabin de Análises Clínicas S.A. é reconhecido por instituições nacionais e internacionais pela qualidade dos seus serviços de saúde, gestão de pessoas, responsabilidade socioambiental e pesquisas técnico-científicas. O Grupo está presente nas 5 regiões do país com cerca de 364 pontos de atendimento e conta com um amplo portfólio de produtos e de prestação de serviços nas áreas de: (i) análises e pesquisas clínicas e patológicas;(ii) análises de biologia molecular e citogenética; (iii) exames de imagem; (iv) vacinação e imunização em pessoas humanas; (v) *check – up* executivo; e (vi) atenção primária. Em 20/12/2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (EC) n° 132, que foi regulamenta pela Lei Complementar n° 214/2025. A Reforma tributária está baseada em um modelo IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)), que substituirá o ICMS e o ISS. Em 2026, iniciará o período de transição até 2032, em que os dois sistemas tributários coexistirão. Os impactos da reforma na apuração desses tributos somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar.

1) Apresentação das demonstrações contábeis: as demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (*BRGAAP*), considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPCs aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelas disposições contidas na Leis de Sociedades por Ações.

2) Mudanças de práticas contábeis em relação ao exercício social anterior: não houve mudança nas práticas contábeis.

3) Políticas contábeis:

a) Ativo Circulante: são representados por caixa e equivalentes de caixa, aplicações contábeis, contas a receber e estoques.

b) Ativo Não Circulante: são representados por investimentos, imobilizado, intangível e direito de uso.

c) Passivo Circulante e Não Circulante: são representados por fornecedores, empréstimos e financiamentos, obrigações trabalhistas e tributárias, partes relacionadas e arrendamentos.

4) PL: é representado pelo capital social, reserva legal e reserva de lucro.

Capital S/A

SAMANTA SALLUM
samantasallum.df@cbnet.com.br

Ler fornece ao espírito materiais para o conhecimento, mas só o pensar faz nosso o que lemos.
John Locke

Assista à playlist da Capital S/A no Youtube

Ibaneis comparece ao Codese, anunciando medidas antes de deixar GDF

Codese

O governador Ibaneis Rocha apresentou um detalhado balanço de gestão que sinaliza o tom da campanha dele para o Senado e de Celina Leão para o Buriti. Fez questão de comparecer, na manhã de ontem, à reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Estratégico do DF (Codese-DF). Ao lado do secretário de Governo, José Humberto Pires, responsável pelo levantamento das entregas do mandato, apresentou realizações em todas as áreas do GDF. Pouco falou do BRB. Limitou-se a citar o banco como imprescindível na gestão de diversos projetos sociais. Sobre outro tema sensível, a saúde pública, quis falar mais e anunciou a contratação de 1,3 mil profissionais. "Em breve, faremos as contratações. Temos grandes programas que colocamos para funcionar em parceria com a iniciativa privada, para agilizar a demanda. Também tivemos a contratação das cooperativas de anestesistas, o que tem feito aumentar o número de cirurgias na rede pública", lembrou Ibaneis. Ele destacou, ainda, o PPCUB e PDOT como legados de sua gestão.

Diretrizes para desenvolvimento socioeconômico

A reunião do Codese foi na sede do Sinduscon, liderada pelo presidente do conselho, o empresário Dionyzio Klavdianos. A entidade, que tem representantes da sociedade civil, vai formular um novo documento com diretrizes voltadas ao fortalecimento do ambiente de negócios, à inovação e ao desenvolvimento socioeconômico do DF, para servir como referência para o planejamento de políticas públicas nos próximos anos. Esse documento será apresentado a todos os candidatos ao GDF.

Carteira da OAB reativada

Em tom de despedida do cargo, Ibaneis mostrou-se convicto da decisão de deixar o GDF na próxima sexta-feira para se dedicar à campanha e, também no meio-tempo, à advocacia. Ele afirmou que vai reativar a carteira da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) na próxima segunda-feira. Ibaneis Rocha não exerce a advocacia desde 2019, quando assumiu o GDF. "Eu retorno, pelo menos até a eleição ou pouco depois para a vida na advocacia", contou. Em meio à crise do BRB e aos apontamentos de envolvimento do escritório com pontas das operações com Master, Ibneis negou relação com o caso.

Celina inaugura gestão no Itapoã

A previsão é de que Celina Leão tome posse na CLDF, na próxima segunda-feira, 30 de março. Na mesma data, já inicia uma agenda de gestão relâmpago visitando, a cada dia, uma cidade. Deve começar pelo Itapoã.

Debate sobre o desenvolvimento tecnológico brasileiro

P&D/Divulgação

Brasília será palco, hoje, no Sesi Lab, do seminário Espaço Indústria — Onde o Brasil antecipa seu futuro, iniciativa da P&D Brasil — Associação de Empresas de Desenvolvimento Tecnológico Nacional e Inovação. O encontro reunirá representantes da indústria, do governo, de instituições científicas e do setor produtivo para discutir caminhos que fortaleçam o desenvolvimento tecnológico nacional e ampliem a competitividade do setor. A presidente da P&D Brasil, Rosilda Prates, defende políticas públicas consistentes e previsibilidade institucional para estimular investimentos de longo prazo. "A inovação envolve risco e exige planejamento. O Brasil precisa de um ambiente regulatório estável e de instrumentos de financiamento que permitam às empresas investir em pesquisa, desenvolvimento e inovação com segurança", destaca.

Páscoa: setor supermercadista projeta aumento de até 10% no consumo

Guilherme Felix CB/DA Press

Apesar da alta do cacau, os supermercados projetam crescimento de até 10% no volume de consumo das famílias na Páscoa de 2026. Preços dos ovos de chocolate e dos alimentos típicos do almoço variam, em média, 3,8%. "O comportamento recente dos valores indica que parte relevante da pressão de custos já foi incorporada ao longo dos últimos meses, com reajustes adicionais mais moderados esperados para a Páscoa deste ano", analisa o vice-presidente da Abras, Marcio Milan.

Chocolates acima da inflação

De acordo com dados do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo IBGE, chocolate em barra e bombom acumulam alta de 26,36% em 12 meses até fevereiro de 2026 — bem acima da inflação geral de 3,81% acumulada no mesmo período.

Restaurante adota escala 5x2 e testa novo modelo de gestão

Divulgação

A cadeia de restaurantes Gurumê iniciou a implementação da escala de trabalho 5x2 — modelo no qual o colaborador trabalha cinco dias e descansa dois consecutivos — em seis unidades da rede. A iniciativa começou como projeto piloto em junho de 2025 na unidade do Rio Sul, no Rio de Janeiro, e foi posteriormente expandida para outras operações, incluindo Brasília. A empresa afirma que a mudança foi motivada, principalmente, pela busca de melhor qualidade de vida para os colaboradores, além de ganhos de eficiência na gestão de pessoas. A adoção do modelo ocorre em paralelo ao debate legislativo sobre jornadas de trabalho no país.

Estratégia para gestão de talentos

Restaurantes operam sob uma lógica distinta de setores tradicionais da economia. A maior parte do faturamento se concentra em noites e fins de semana, o que, historicamente, leva a escalas fragmentadas e jornadas irregulares. Esse modelo de trabalho contribui para níveis elevados de rotatividade e dificuldades de retenção de profissionais qualificados — um desafio recorrente em toda a indústria de alimentação fora do lar. Nos últimos anos, empresas do setor passaram a revisar políticas de jornada e benefícios como parte de estratégias de gestão de talentos e sustentabilidade operacional, buscando reduzir custos de turnover e melhorar a experiência do funcionário.

AMBIENTAL
CONTROLE DE PRAGAS URBANAS

A SOLUÇÃO PARA AS PRAGAS DENTRO DE SUA CASA

COMERCIAL - INDUSTRIAL - RESIDENCIAL

• DESINSETIZAÇÃO;
• DESRATIZAÇÃO;
• DESCUPINIZAÇÃO;
• CONTROLE DE INSETOS ALADOS;
• LIMPEZA DE ESPELHOS D'ÁGUA;
• LIMPEZA DE RESERVATÓRIOS DE ÁGUAS POTÁVEL.

(61) 3364-4050

CB.DEBATE/ Evento na manhã de hoje reúne especialistas para discutir formação e enfrentamento à violência de gênero

Correio discute proteção às mulheres

» BEATRIZ MASCARENHAS

Ed Alves/CB/DA Press

Ministra da Mulher, Márcia Lopes vai abrir o primeiro painel

O **Correio Braziliense** promove, hoje, mais uma edição do *CB.Debate* com o tema *O Brasil — pelas Mulheres: formação para uma cultura de proteção*. O encontro, gratuito, coloca em pauta a atuação das instituições da educação e da sociedade na construção de ambientes mais seguros e igualitários para as mulheres.

A iniciativa reúne representantes do poder público, especialistas, profissionais da educação e integrantes da sociedade civil em torno de um objetivo comum: fortalecer o enfrentamento à violência de gênero por meio de ações estruturais. A proposta busca superar iniciativas pontuais e aposta no diálogo e na formação como caminhos para mudanças duradouras.

Estão confirmadas as presenças da ministra do Tribunal Superior do Trabalho Delaíde Miranda; da ministra das Mulheres, Márcia Lopes; da vice-governadora do Distrito Federal, Celina Leão; da desembargadora e conselheira do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) Jaceguara Dantas da Silva; da secretária da Mulher, Giselle Ferreira, da vice-presidente da Comissão de Combate à Violência Doméstica e Familiar da OAB/DF, Isabelle de Sousa Duarte; Nildete Santana, diretora da Diretoria da Mulher da OAB/DF; da advogada e assessora no Superior Tribunal de Justiça (STJ) Cristina Tubino; da professora e pesquisadora da UnB Lia Zanotta Machado; Katharine Bernardes, do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do DF (Sinepe); da juíza do TJRJ e presidente do Fórum Nacional de Juízas e Juízes de Violência doméstica e Familiar Contra a Mulher (fonavid), Camila Guerin.

Entre as participantes, a advogada Nildete Santana destaca a importância de ampliar o debate para além do campo jurídico. Para ela, a proteção às mulheres exige uma atuação contínua e integrada. "Debater a proteção às mulheres em um fórum que reúne vozes tão expressivas é fundamental para transformarmos o Direito em uma ferramenta viva de acolhimento. Não basta termos leis; precisamos de uma cultura de proteção que passe pela formação contínua e pelo fortalecimento das instituições", afirma.

A presidente do Fonavid, Camila Guerin, reforça o papel coletivo no enfrentamento da violência. Segundo ela, diferentes setores da sociedade precisam atuar de forma articulada para ampliar a proteção às vítimas. "Os meios de comunicação são uma importante ponte entre o privado e o público em todos os temas e, na violência doméstica, não é diferente. É essencial que mídia, sistema de justiça e educação trabalhem juntos, compartilhando informações e abrindo espaço para o enfrentamento efetivo dessa violência", diz.

O debate integra uma série de encontros promovidos pelo **Correio** ao longo do ano voltados à valorização das mulheres e à discussão de políticas públicas. Em edições anteriores, autoridades e especialistas já tratam de temas como proteção integral e enfrentamento à violência em diferentes fases da vida.

Realizado durante o Mês da Mulher, o evento ocorre em um contexto de alerta diante dos casos de feminicídio no Distrito Federal. Somente neste ano, são registrados cinco casos. Em 2025, o número chega a 29 ocorrências, evidenciando os desafios na consolidação de uma cultura de proteção.

O seminário começa às 8h30, no auditório do **Correio**, no Setor de Indústrias Gráficas (SIG). As inscrições são gratuitas e podem ser feitas pela internet. O público participa com perguntas ao fim de cada painel.

Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | *severinofrancisco.df@dabr.com.br*

História de renascimentos

Enquanto o mundo explode, eu faço uma varredura em busca de histórias e fatos alentadores. E tanto procurei que encontrei, em matéria do portal deutschland.de, sobre o nosso mestre da fotografia e da vida Sebastião Salgado. Depois de viajar até Ruanda, para fazer uma série de fotos sobre um dos conflitos mais sangrentos do século 20, ele voltou devastado pelas cenas de atrocidades que viu por lá a ponto de sentir vergonha de pertencer à espécie humana.

Na verdade, o trauma foi tão grave que Sebastião ficou aterrado, em profundo estado de depressão, doente do corpo e da alma. Em busca de um pouco de sanidade, ele resolveu se refugiar na fazenda dos pais, onde passou a infância, em Aimorés, interior de Minas Gerais, com a memória viva da floresta tropical que impregnava a região.

Só que, para novo choque, quando retornou, em vez de floresta tropical, ele se deparou com uma paisagem deteriorada, infértil e esgotada. A princípio, pensou em semear grama e criar gado, como fizera seu pai. No entanto, Lélia, a mulher de Sebastião, refutou a proposta e sentenciou: "Temos que replantar a floresta que estava aqui antes".

Com esse objetivo, Sebastião Salgado registrou mais de 600 hectares do local como uma reserva natural privada e fundou a organização não governamental Instituto Terra em 1998 para administrá-la. Desde 2023, o apoio à organização vem da Alemanha, por meio do Instituto de Crédito para Reconstrução (KfW).

Não foi um deslizar de lança sobre camélias, diria Carlos Drummond de Andrade. No início, eles enfrentaram empecilhos desanimadores, pois 60% das mudas morreram. Por falta de chuvas e de nutrientes, a terra estava estéril. No entanto, o investimento e a persistência deram frutos e, 26 anos depois, as colinas da Fazenda Bulcão foram reflorestadas e se desdobraram em uma série de outros projetos.

As nascentes desprotegidas pelo sol e pelo gado renasceram. O Instituto Terra "plantou" mais de 2 mil nascentes, quer dizer, reflorestou e recompôs a vegetação nativa na área vizinha às nascentes, até que começassem a brotar água novamente: "A vida voltou, insetos, pássaros, os primeiros mamíferos e, com a vida na fazenda, minha vontade de viver também voltou", diz Sebastião Salgado em reportagem da Rede Globo.

O projeto é financiado com recursos do KfW, no valor de 13 milhões de euros e consta do reflorestamento de mais de 2.200 hectares de vegetação florestal, da reativação de 2 mil nascentes e cursos d'água e de um programa de educação. Um dos desafios é convencer os agricultores da região do benefício da reabilitação das nascentes, pois é preciso resguardar algumas áreas que ficam inaptas para a produção. A meta é introduzir áreas agroflorestais, que melhoram o nível hídrico e geram rendimentos para os agricultores.

O sonho de Sebastião Salgado e Lélia era ver 3.600 nascentes brotando novamente. O desafio é grande, pois cobre uma área de 90 mil quilômetros quadrados, quase o tamanho de Portugal. É um projeto para 30 anos, um presente para o futuro das gerações. "Nos dias de hoje, precisamos simplesmente de plantar árvores e viver em paz no mundo", disse Sebastião Salgado em entrevista ao programa especial da Rede Globo, sem saber que o mundo estaria mergulhado em novas guerras.

Mas a experiência da fazenda Bulcão, em Aimorés, mostrou que é plenamente viável a utopia de reflorestar. Salgado ficou tão feliz que encomendou a Gilberto Gil e o baiano compôs a canção *Reflorestar* para celebrar a conquista e para nos sensibilizar para o tema tão urgente, premente e candente ante às mudanças climáticas: "Manter em pé o que resta não basta/ Que alguém virá derrubar o que resta/ O jeito é convencer quem devasta/ A respeitar a floresta/ Manter em pé o que resta não basta/ Que a motosserra voraz faz a festa/ O jeito é compreender que já basta/ E replantar a floresta".

Fotos: Minervino Júnior/CB/D.A.Press

O borboletário do Zoológico de Brasília possui de 800 a mil espécies e recebe cerca de 8 mil visitantes por mês. Em destaque, as borboletas-coruja (2ª, da esquerda para a direita)

Os diamantes do Cerrado

No Zoológico de Brasília, é possível ter contato direto com diferentes espécies de borboletas em um espaço imersivo que reúne plantas e estruturas para reproduzir o ambiente natural dos insetos

» MANUELA SÁ*

Em diferentes tons de amarelo, azul, laranja e marrom, centenas de borboletas voam no borboletário do Zoológico de Brasília. O espaço, que, em 2025, completou 20 anos, é um convite para o público entrar em contato e conhecer 11 espécies desse inseto. O local reproduz características naturais para a melhor adaptação dos bichos. Com uma estrutura de telas, laguinhos e diferentes plantas, o espaço atrai cerca de oito mil frequentadores por mês.

Entre as espécies, destaca-se a borboleta-coruja pela grande quantidade e pela aparência. O nome popular faz referência ao desenho nas asas, que se assemelha aos olhos abertos dessa ave noturna. Ainda nas asas, os padrões também formam a cabeça de uma cobra, com olhos e narinas. Essas características conferem ao animal um aspecto ameaçador responsável por afastar predadores.

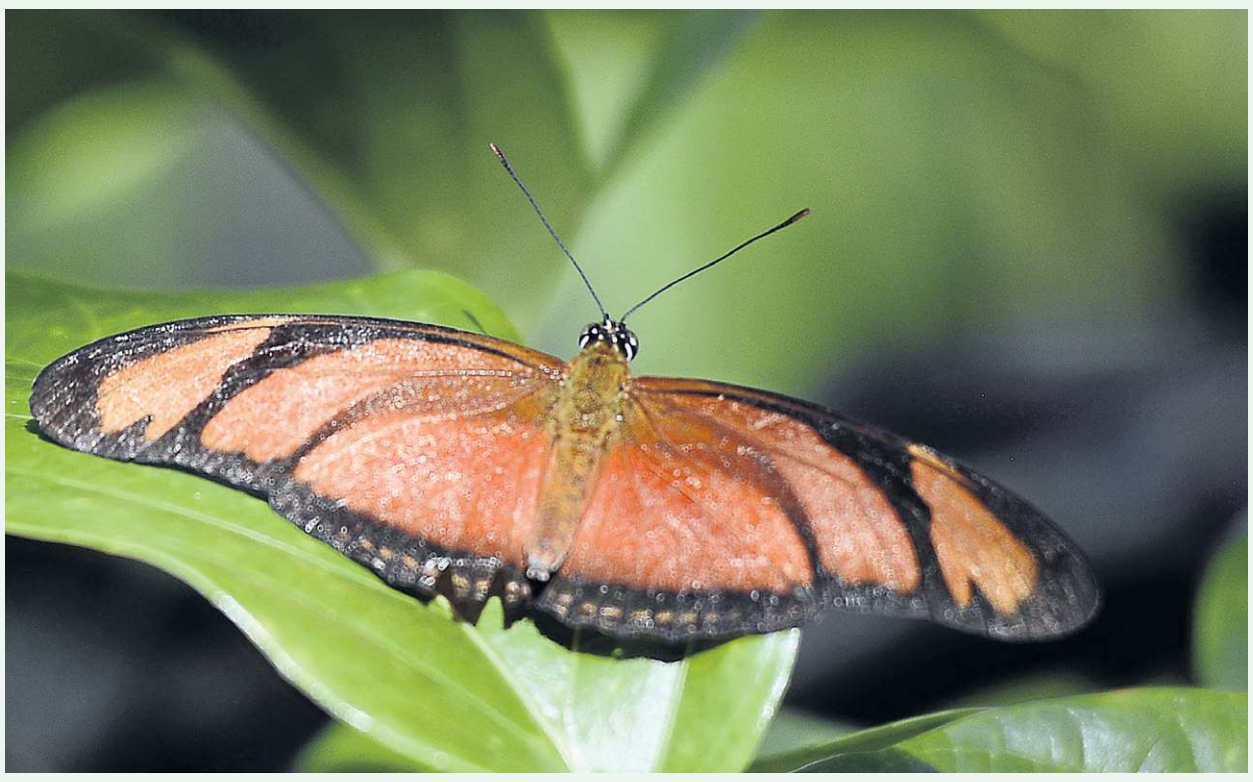
Reunidas na parte sombreada e úmida do espaço, as borboletas-coruja podem ser vistas voando e pousadas em massa em frutas apodrecidas, alimento dessa espécie. Quando se sentem ameaçadas, elas abrem as asas, evidenciando um tom vibrante de azul. Trata-se de outra característica responsável por evitar predadores. O uso de cores para se proteger não é exclusivo dessa espécie. Apesar de encantarem pela beleza, os tons chamativos desses insetos sinalizam aos outros animais que elas têm um gosto ruim.

Para passear pelo ambiente, os visitantes entram com um educador ambiental, responsável por guiar o grupo e dar mais detalhes sobre esses insetos. O chefe do Núcleo de Artrópodes do Zoo, Renan Cassemiro de Sousa, 33 anos, explica que esse acompanhamento é fundamental para a educação ambiental. O objetivo do espaço imersivo é fazer com que as pessoas aprendam sobre o valor das borboletas e possam sair da experiência capazes de passar informações para outras pessoas.

"O que a gente faz é abrir essa porta para o público entender o porquê de as borboletas estarem entrando em extinção. Em Brasília, temos muito privilégio, mas se você for para outros lugares, onde há muita agricultura, já não é mais possível ver borboletas. Quem é mais velho lembra que, antigamente, era possível ver vários desses bichos. Hoje em dia, a gente não tem mais a oportunidade de ver tantas", relata Sousa.

O especialista, que descreve as borboletas como os diamantes do Cerrado, diz que, diante de ameaças como a mudança climática e a destruição de habitats, o Zoológico atua como uma forma de preservar esses animais. "Uma borboleta que está aqui vai substituir, na questão da educação ambiental, as outras que estão fora. Se esse bicho sumir da natureza, a gente tem um banco genético dele aqui", explica.

O tratador Alan Rodrigues, 33, também destaca a importância da educação ambiental. "Eu acredito que ela é fundamental. Vejo que, em Brasília e no Brasil como um todo, há uma carência muito grande em compartilhar essas informações. Se pararmos para pensar, cada vez mais a gente vem destruindo os espaços desses animais de uma forma que, hoje, a gente não consegue mais ver esses bichos na cidade", reflete.



Espaço funciona de quarta-feira a domingo

O biólogo Renan de Sousa e a tratadora Gorete Leão

Cuidados

Ele conta que cuidar das borboletas é um trabalho que exige muita dedicação. Seu interesse por esses pequenos animais se desenvolveu no Zoológico, mas sua curiosidade vem desde a infância por causa de sua mãe, que cuida de um jardim. "Ela adora plantas e flores. Sempre tem uns animais que visitam a gente. É algo bem legal", comenta.

A também tratadora Gorete Leão, 58, detalha como funcionam os cuidados com as borboletas. No borboletário, é possível ver pequenos pontos brancos que contrastam com o verde de algumas plantas. Esses são os ovos colocados pelos insetos nas plantas hospedeiras. Cada espécie faz esse processo em uma planta específica. As espécies conhecidas como Sara, de asas longas em azul, preto e branco, e Júlia, que tem asas laranjas, colocam ovos apenas em pés de maracujá, por exemplo.

Todos os dias, os tratadores coletam esses ovos e levam para a Casa de Criação, outro espaço no Zoológico onde as borboletas passam pela fase larval e de metamorfose. Quando já viraram borboleta, elas são liberadas no local. Gorete conta que, há dias, em que eles recolhem mais de cinco mil ovos.

Para Gorete, esse trabalho é muito gratificante. Segundo ela, a mágica do lugar está em sua beleza e em como o trabalho delicado é feito. "Eu acho que o carinho que a gente tem com o manejo daqui é o que faz o borboletário ser especial. Este é o lugar que mais tem frequentadores do Zoo. A beleza também é responsável por atrair vários visitantes. O verde, os laguinhos com os peixes, tudo deixa o borboletário muito bonito", avalia.

O borboletário funciona de quarta-feira a domingo, das 9h às 12h e das 13h30 às 15h30. Para conhecer, basta comprar o ingresso de visitação do Zoo. É importante ficar atento porque, em dias de chuva, o local é fechado. Isso acontece porque as borboletas se escondem embaixo das folhas.

***Estagiária sob a supervisão de Tharsila Prates**

Tome Nota

As informações para esta seção são publicadas gratuitamente. O material de divulgação deve ser enviado com informações completas do evento (inclusive data e preço), no mínimo cinco dias úteis antes de sua realização.

CURSOS

Artes marciais

Estão abertas as inscrições gratuitas para o Projeto Artes Marciais Comunitárias da Universidade de Brasília (UnB), voltado a iniciantes e praticantes experientes. As aulas de jiu-jitsu são realizadas no campus UnB Ceilândia (FCTS), às segundas, quintas e sextas, das 18h30 às 20h30. As de karatê e autodefesa ocorrem às quartas, das 18h30 às 20h30, no FCTS, e às sextas, das 16h30 às 18h30, no campus Darcy Ribeiro, na Asa Norte. O projeto tem professores especializados e a oportunidade de fortalecer corpo e mente. O link para o formulário de inscrição pode ser encontrado na bio do Instagram *@culturaunb*.

Cultura escrita

A agência Itaú Social promove o curso Cultura Escrita na Educação Infantil para professores da educação infantil que buscam encontrar formas lúdicas de inserir os alunos do ensino básico no meio da cultura escrita. A agência ressalta que o curso não tem como foco estimular uma alfabetização precoce, mas, sim, incentivar o contato da criança com a linguagem em suas várias formas, como literatura e escrita. A atividade possui duração de 30 horas e oferece certificação para aqueles que o concluírem. A inscrição é gratuita e deve ser realizada por meio do site da Escola Fundação Itaú (*https://fundacaoitau.org.br/escola/*).

OUTROS

Palestra

A Sociedade Brasileira de Eubiose - Departamento de Brasília convida o público para a palestra Egrégoras: Os Campos Invisíveis da Consciência, com o palestrante Gustavo Baião. O encontro busca explorar as egrégoras sob a perspectiva mental espiritualista. Gustavo Baião, psicólogo, consultor empresarial e especialista em psicologia profunda, abordará como as formas de pensamento podem influenciar o comportamento humano e os ambientes à nossa volta. O evento ocorre em 28 de março, no SGAN 603, L2 Norte, Módulo C, na Asa Norte.

Festival europeu

Em 16 de maio, o Museu de Arte de Brasília (MAB) será palco do Festival Cultural Europeu. Com a participação de 17 representações europeias, o evento contará com estandes institucionais trazendo atividades culturais, apresentações artísticas, oficinas infantis, experiências gastronômicas com chefs convidados, área de food trucks, sorteios e diversas atrações para o público. Entre as apresentações já confirmadas estão Georgia Alô e banda (Alemanha), show de flamenco (Espanha), oficina de contação de histórias em espanhol (Instituto Cervantes), entre outros. A entrada é gratuita com arrecadação de alimentos.

Sábado Divertido

O próximo sábado, dia 28 de março, é a última oportunidade para a apresentação de espetáculos gratuitos, interativos e para toda a família, com entrada gratuita, às 14h, no Venâncio Shopping. A Cia Teatral Néia e Nando apresenta clássicos infantis, aventuras cheias de fantasia e histórias que ensinam sobre amizade e escolhas. Com montagens pensadas para envolver diferentes gerações, o projeto reforça o compromisso do shopping com o acesso à cultura e com a oferta de atrações que unem entretenimento e conteúdo educativo, em um ambiente acolhedor.

Blues e jazz

O Manhattan Shopping celebra o mês das mulheres com edição especial do Manhattan Jazz, protagonizada por artistas femininas. As atrações serão Ellas Tocam, Georgia W. Alô, Juninho di Sousa Trio e Eliza Borges. O evento está marcado para 28 de março e contará com interpretações de Aretha Franklin, Chaka Khan, Etta James e Ella Fitzgerald, que são grandes vozes do soul, blues e jazz. O evento é gratuito, com horário das 17h30 às 19h, em ambas as datas.

Vestígios de carnaval

O artista Badu apresenta a exposição Carnavalesco Canibalesco na galeria "A Pilastra", localizada em Guará II, QE 40, rua 09, lote 8. O evento conta com obras que transitam entre o bordado, a pintura e o desenho. Trata-se de produtos do que o artista chama de "limbo pós-folia", obras compostas por fragmentos de fantasias e alegorias recolhidos diretamente dos sambódromos do Anhembi (SP), Marquês de Sapucaí (RJ) e Sambão do Povo (ES). O nome "Canibalesco" surge devido à ressignificação que as peças recebem ao serem transformadas nesse outro modelo de arte. A exposição permanece na galeria até 25 de abril. A curadoria das obras é realizada por Geovanna Belizze.

Musicalização infantil

De 25 a 27 de março, a Caixa Cultural realiza uma oficina conduzida por Lucas dos Prazeres, que dedica sua trajetória à preservação e difusão dos saberes do Quilombo dos Prazeres. A atividade propõe um mergulho nas brincadeiras e ritmos da cultura popular pernambucana, apresentando manifestações como frevo, maracatu, ciranda, capoeira e coco de roda como experiências vivas de aprendizagem. A partir de práticas sensoriais e corporais, as crianças são convidadas a reconhecer o corpo como instrumento ancestral de memória e oralidade, despertando criatividade, espontaneidade e consciência coletiva por meio da música e do brincar. As inscrições, para crianças a partir de seis anos, podem ser feitas no site: *https://www.caixacultural.gov.br/*.

Fotos

A Referência Galeria apresenta, até 9 de maio, a exposição Habitar o Interlúdio, nova mostra do fotógrafo Fred Lamego, com curadoria de Léo Tavares. A exposição convida o público a vivenciar uma experiência de contemplação e introspecção por meio de 37 fotografias inéditas, explorando o diálogo entre tempo, espaço e paisagem. Produzidas nos últimos três anos — com algumas imagens desde 2016 —, as fotografias foram realizadas em cidades e paisagens do Brasil e do mundo, incluindo Macapá, Tóquio, Jerusalém, Abu Dhabi, Montreal, Nova Déli, Três Marias, Fátima e Aparecida. A entrada é gratuita.

Vida selvagem

Até 11 de maio, o Zoológico de Brasília apresenta a Experiência Animal, uma mostra imersiva e sensorial inédita que propõe ao público uma nova forma de experenciar a vida selvagem. Ao longo do circuito, os visitantes são convidados a ouvir sons da fauna, tocar texturas que reproduzem pelos e penas e explorar cenários inspirados em diferentes ecossistemas. A atividade pode ser feita de terça a domingo, das 10h às 16h. Gratuito aos domingos e feriados.

Desligamentos programados de energia

Não há desligamentos previstos para esta data.

Telefones úteis

Polícia Militar	190
Polícia Civil	197
Aeroporto Internacional	3364-9000
SLU - Limpeza	3213-0153
Caesb	115
CEB - Plantão	116
Corpo de Bombeiros	193
Correios	3003-0100
Defesa Civil	3355-8199
Delegacia da Mulher	3442-4301
Detran	154
DF Trans	156, opção 6
Doação de Órgãos	3325-5055
Farmácias de Plantão	132
GDF - Atendimento ao Cidadão	156
Metrô - Atendimento ao Usuário	3353-7373
Passaporte (DPF)	3245-1288
Previsão do Tempo	3344-0500
Procon - Defesa do Consumidor	151
Programação de Filmes	3481-0139
Pronto-Socorro (Ambulância)	192
Receita Federal	3412-4000
Rodoferroviária	3363-2281

Autorização para vaga especial

Divtran I - Plano Piloto
SAIN, Lote A, Bloco B, Ed. Sede - Detran/DF 12h e 14h às 18h
Divpol - Plano Piloto SAM, Bloco T, Depósito do Detran
Divtran II - Taguatinga QNL 30, Conjunto A, Lotes 2 a 6, Tag. Norte
Sertran I - Sobradinho Quadra 14 - ao lado do Colégio La Salle
Sertran II - Gama SAIN, Lote 3, Av. Contorno - Gama-DF

Tel: 3214-1146 • e-mail: *grita.df@dabr.com.br*

Isto é Brasília

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

Torre de TV Digital

Com 182 metros de altura, 60 metros de estrutura metálica e 2 metros de antena, a Torre de TV Digital, no Setor Taquari, é o ponto turístico mais jovem de Brasília, reaberto em 2015. Apelidado de "flor do Cerrado", é o último projeto de Oscar Niemeyer executado antes de sua morte, em 2012. O local possui mirante, com vista de 360 graus da cidade, e um charmoso café.

Poste sua foto com a hashtag *#istoebrasiliacb* e ela pode ser publicada nesta coluna aos domingos ***#istoebrasiliacb***

» Destaques

História de museus

» O Museu de Arte de Brasília apresenta, de hoje (24) até 24 de maio, a exposição MAB: Você está aqui, que conta a história da estrutura do museu e as várias funções que o local exerceu no decorrer de sua história na capital federal. Ao longo do percurso expositivo, o visitante é convidado a um exercício de imaginação crítica sobre o futuro dos museus, da cidade e da memória coletiva. Fotografias e documentos raros, projetos arquitetônicos esquecidos e obras do acervo público se entrelaçam para revelar como a história do MAB reflete, em grande medida, as contradições, impasses e potências da própria Brasília. O projeto é um resultado da pesquisa de Maíra Guimarães, e a entrada para a exposição é gratuita.

Arte de mulheres

» A exposição A mulher em sua essência toma conta do Espaço Lucio Costa, na Praça dos Três Poderes, para promover a valorização das mulheres e reforçar o protagonismo feminino nas representações artísticas. Valéria Teixeira, artista autora das obras expostas e organizadora do evento, dispõe exemplares com métodos de confecção que vão de óleo sobre tela ao nanquim. Valéria também utiliza suas obras para valorizar a cultura e a natureza do Cerrado, fazendo uso de flores secas e mais materiais típicos da região. O evento também conta com referências a mulheres notórias como Sarah Kubitschek e Frida Kahlo. A exposição permanecerá aberta até 30 de abril, e a entrada é gratuita e livre para todos os públicos.

Acompanhe o Correio nas redes sociais

(61) 99256.3846

Quem quiser fazer sugestões ao **Correio** pode usar o canal de interação com a redação do jornal por meio do WhatsApp. Com o programa instalado em um smartphone, adicione o telefone à sua lista de contatos.

/correiobraziliense
@correio.braziliense
@correio
@correio.braziliense

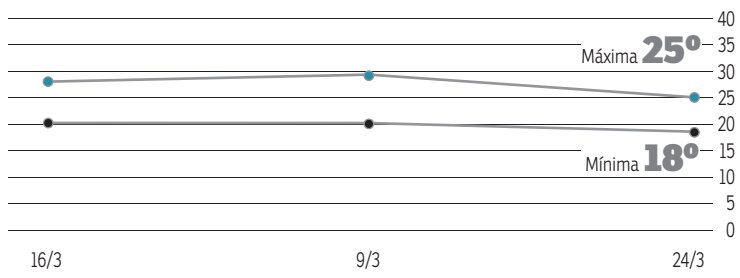
O tempo em Brasilia

Sol e aumento de nuvens de manhã. Pancadas de chuva à tarde e à noite.

Umidade relativa

Máxima **100%** Mínima **69%**

A temperatura



O sol

Nascente **6h16**

Poente **18h20**

A lua

Cheia **1º/4** | Minguante **10/4** | Nova **17/4** | Crescente **25/3**

grita geral

grita.df@dabr.com.br **(cartas: SIG, Quadra 2, Lote 340 / CEP 70.610-901)**

ASA SUL

FALHAS NA ILUMINAÇÃO

O morador da Asa Sul Helio Campagnucio reclama de problemas constantes na iluminação pública e de mato alto. "No dia oito de fevereiro, solicitamos reparos em postes de iluminação pública na área verde da 713 Sul. A situação está caótica e, normalmente, esses pontos dão problemas todos os meses. Sempre conseguimos, apesar de grandes atrasos, o reparo prometido. Agora, estamos há 30 dias em total escuridão em área com grande incidência de consumo de drogas e assaltos", afirma.

» *A Administração Regional do Plano Piloto informa que, após tomar conhecimento do relato mencionado, enviou uma equipe ao local para a realização de vistoria técnica. O relatório da inspeção ainda está em elaboração e, assim que concluído, permitirá uma avaliação mais detalhada da situação e dos encaminhamentos necessários. Já a Companhia Energética de Brasília informa que o local mencionado apresenta vegetação densa que dificulta o acesso das equipes à janela de inspeção dos postes — localizada próxima à base —, o que impede a realização dos serviços de manutenção da iluminação pública. A ocorrência já consta no sistema com solicitação de manutenção, que será executada assim que o acesso aos equipamentos estiver desobstruído.*

GAMA

BURACO

A moradora do Gama Magna Costa solicita que a administração tome providências para manter a qualidade do asfalto. "É só andar pelo Gama que é possível notar vários buracos para fechar. É preciso que o serviço de tapa-buraco vá para a Quadra 8 do setor Sul e Quadra 10 do Leste. A descida das quadras 19 e 20 do Leste em direção à quadra 23/24 do Leste também está em uma situação preocupante", afirma Magna.

» *Em resposta à reclamação, a Administração Regional do Gama informa que foram iniciados os serviços na Quadra 24. Já foram realizadas ações nas quadras 16, 30, 34 e 27 do Setor Leste, e o cronograma da operação tapa-buracos seguiria na cidade.*

CORREIO BRAZILIENSE

ESPORTES

correiobraziliense.com.br/esportes - Subeditor: Marcos Paulo Lima E-mail: esportes.df@dabr.com.br Telefone: (61) 3214-1176

Candangão

A Federação de Futebol do DF homenageou, ontem, os melhores do Candangão 2026. A seleção ficou assim: Michael (Sobradinho); Michel Henrique (Gama), Medeiros (Sobradinho) Darlan (Gama) e Renan (Capital); Moisés (Gama) Talisca (Samambaia) e Lila (Samambaia); Marquinhos (Ceilândia), Felipe Clemente (Gama) e Vitor Xavier (Samambaia). Técnico: Luiz Carlos Souza. Lima (Capital) ganhou como revelação, Felipe Clemente o Craque da Galera e Sávio Sampaio o melhor árbitro da competição.

SELEÇÃO Em entrevista ao **Correio**, Endrick fala sobre a "montanha-russa" de emoções no relacionamento com a Amarelinha, do retorno à Disney em busca do *"Fastpass"* para se divertir na primeira Copa da carreira e do encontro com o conterrâneo Igor Thiago

Adivinha quem voltou?

MARCOS PAULO LIMA

Em janeiro de 2022, o técnico Abel Ferreira recomendava a Endrick a realização de um sonho de adolescência em vez de convocá-lo para a campanha do Palmeiras na Copa Intercontinental. "Não tenham pressa nem ansiedade. Vamos para o Mundial, e se o clube achar por bem comprar uma passagem para a Disneylândia para ele e a família, é o que ele precisa", recomendou o português à diretoria alviverde.

Quatro anos depois, o craque curtiu os parques temáticos, assumiu o protagonismo na arrancada para o título brasileiro de 2023, foi vendido ao Real Madrid por 47,5 milhões de euros, curte o empréstimo ao Lyon, está novamente em Orlando, mas sem direito a entretenimento.

A missão do centroavante de 19 anos é tentar um "Fastpass". Furar a fila e convencer o dono do parque verde-amarelo a levá-lo à Disney da bola: a Copa do Mundo de 2026.

Em entrevista ao **Correio** antes de se apresentar ao técnico italiano Carlo Ancelotti para os amistosos contra a França, nesta quinta, em Boston; e a Croácia, na terça, em Orlando, Endrick falou sobre o retorno à Seleção. Emprestado ao Lyon, o jogador do Real Madrid não era lembrado desde março de 2025, quando ficou no banco na vitória de virada contra a Colômbia por 2 x 1 no Mané.

"Defender o Brasil é a maior glória que um jogador pode ter. Uma recompensa, um reconhecimento. Vim para o Lyon trabalhar, buscar um bom lugar, com desafios, e vou fazer o possível para vencer todos até o fim da temporada", projeta um dos candidatos a vestir a camisa 9 na Copa.

Em 2024, Endrick tinha a favor o clamor popular pela utilização dele como titular na Copa América dos EUA. Dorival Júnior resistiu. Ele só iniciou o jogo no clássico contra o Uruguai nas quartas de final. A Celeste eliminou o Brasil nos pênaltis. O atacante iniciou no lugar de Vinicius Junior, suspenso. Formou trio com Raphinha e Rodrygo.

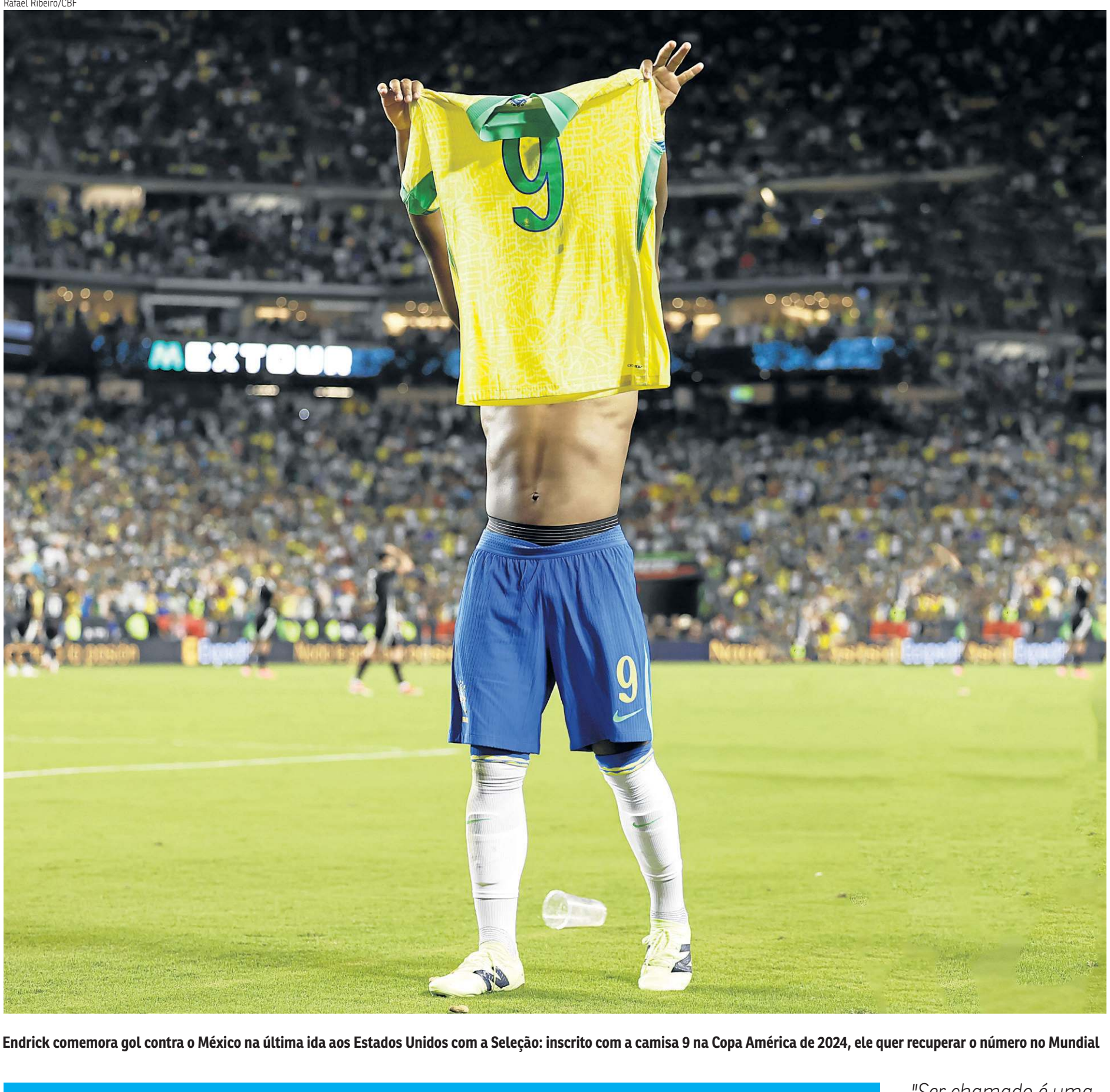
"Estava bem, depois de marcar gols contra a Inglaterra e a Espanha, e depois contra o México, um pouco antes da Copa América, mas só comecei o ultimo jogo, contra o Uruguai, que foi muito pegado, com muitas faltas, desleal. Nosso time tinha mais qualidade, mas não conseguimos o gol. Foi um empate que não mostrou tudo que os dois podiam fazer, mas temos que saber que, às vezes, o adversário não vai querer jogar, só vai querer nos parar".

Endrick não é o único brasiliense na Seleção. Criado em Valparaíso, ele conheceu ontem o colega Igor Thiago. Vice-artilheiro do Campeonato Inglês com 19 gols, atrás do norueguês Haaland do Manchester City (22), o jogador tem uma história semelhante à do colega. Nasceu no Gama, porém passou a infância e a adolescência na Cidade Ocidental.

"Acho que é a primeira vez que isso acontece, não é? Brasília e as cidades em volta (Entorno) não têm um time nas primeiras divisões, mas muitos garotos saem cedo para buscar oportunidade. Tem muita gente de lá nos clubes grandes do Brasil. Cada um vai para um lugar diferente, e a gente acaba se encontrando muitos anos depois de sair. Vai ser legal conhecer o Igor. Ele já deve ter jogado em muitos torneios em que eu joguei lá", imagina.

Endrick espera convencer Ancelotti de que pode finalmente sair da arquibancada para as quatro linhas em uma Copa. "A minha maior lembrança é a Copa no Brasil. Eu entendia pouco, só comemorava os gols. Hoje, sei que não acabou bem, mas comemorei muito os jogos que a gente ganhou", recorda Endrick. Ele tinha 13 anos. Em 2026, pode repetir com Igor Thiago a dupla do penta formada por Lúcio e Kaká.

Rafael Ribeiro/CBF



Endrick comemora gol contra o México na última ida aos Estados Unidos com a Seleção: inscrito com a camisa 9 na Copa América de 2024, ele quer recuperar o número no Mundial

Ponto a ponto com...

IGOR THIAGO, centroavante brasiliense em entrevista à CBFTV

» Convocação

"Estar aqui é o maior sonho da minha vida. É a maior realização da minha vida. Nem parece que é real. Quando eu acordar amanhã, vai ser real? É um sentimento que não tem como descrever, só quem vive este momento e está aqui vai saber do que estou falando".

» Experiência

"É uma sensação incrível, que não tem como descrever. Só vivendo e passando por isso para poder sentir esse momento, a forma como todos te recebem e te deixam à vontade é incrível. É algo que você se sente como se estivesse em casa, todo mundo te dando uma moral, te ajuda. Ver jogadores que eu só via pela televisão é uma sensação ainda mais incrível. Não tem como descrever o que estou sentindo no momento".

» Carletto

"É o Ancelotti, não tem palavras, não tem o que eu falar. É um treinador vitorioso, que tem uma experiência absurda. Em cada momento que eu estiver com ele, se eu puder adquirir 1% daquilo que ele tem para falar comigo, sem dúvida vou aproveitar".

RAFAEL RIBEIRO/CBF....

» Oportunidade

"Essas oportunidades estão vindo no momento em que tenho que dar tudo de mim, tenho que mostrar as minhas características e as minhas qualidades em cada treino e em cada jogo. Mostrar que estou pronto para essa chance, mostrar minha garra e determinação e mostrar que as oportunidades que aproveitei no passado, em nome de Jesus, vou aproveitar aqui também. Quero aprender também com grandes jogadores que aqui estão, o que torna as coisas ainda mais fáceis".

» Criação

"Quando criança, trabalhei muito na feira, em lava-jato, fui panfleteiro, já capinei lote demais quando era mais novo, fui servente de pedreiro também, e esses trabalhos me ajudaram a ser o homem que sou hoje, a formar o meu caráter, a valorizar as coisas simples da vida e a desfrutar de cada momento e de cada pessoa. Tento aproveitar o máximo possível, porque me traz à memória o que passei no passado, as dificuldades que tive, e isso só me dá a sensação de que tenho que aproveitar este momento único na minha vida".

» Competitividade

"Nossa seleção é gigantesca. Acho que para poder chegar aqui, você tem que ter atuações como essa. Estar atrás do Haaland e buscar a artilharia com ele, que é uma máquina de fazer gols, me dá ainda mais impulso de mostrar que estou pronto para essa oportunidade que foi colocada na minha vida de poder representar meu país e o nosso povo".

» Vida Cigana

"Em cada país, passei por momentos diferentes na minha carreira, o que me forjou para poder chegar aqui com uma mentalidade totalmente diferente. De poder estar mais calmo, de poder entender que existem processos em tudo na vida, e aqui não vai ser diferente. (Tudo isso) Forjou o meu caráter e a experiência que tenho hoje tão novo, com 24 anos".

"Ser chamado é uma recompensa, é um reconhecimento do que estou fazendo. Vim para o Lyon para trabalhar, buscar um bom lugar, com desafios, e vou fazer o possível para vencer todos até o fim da temporada"

"Tem muita gente de lá (do Entorno) nos clubes grandes do Brasil. Cada um vai para um lugar diferente, e a gente acaba se encontrando muitos anos depois de sair. Vai ser legal conhecer o Igor. Ele já deve ter jogado em muitos torneios em que eu joguei lá"

Endrick, atacante

ESPORTES

COPA DO BRASIL Com entrada dos clubes da Série A do Brasileirão, CBF diagrama sequência do mata-mata nacional

O pelotão de elite em cena

DANILO QUEIROZ

Fabio Souza/CBF

O início da Data Fifa trouxe ao torcedor brasileiro o roteiro completo da sequência da Copa do Brasil. Ontem, sorteio realizado na sede da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), no Rio de Janeiro, definiu os duelos da quinta fase da competição nacional. O chaveamento colocou frente a frente 32 equipes e abriu, oficialmente, a entrada dos clubes da Série A do Campeonato Brasileiro, fato responsável por elevar o nível técnico e ampliar o grau de dificuldade do mata-mata nacional logo na largada da etapa.

A maioria das equipes envolvidas na quinta fase vai estrear na competição. No novo formato da Copa do Brasil ampliada, os 20 times da elite do futebol nacional começam a competir apenas agora, ao lado das 12 equipes sobreviventes das quatro eliminatórias anteriores do mata-mata nacional. Os maiores clubes do Brasil, inclusive, serão as principais atrações.

O atual campeão, Corinthians, inicia a defesa do título diante do Barra, de Santa Catarina, em confronto com claro contraste entre tradição e novidade. O clube catarinense construiu trajetória sólida até aqui, com eliminações relevantes no caminho (passou, por exemplo, pelo América-MG), enquanto o time paulista chega pressionado pelo peso da taça recente e pela responsabilidade de confirmar favoritismo dentro do cenário nacional.

O Palmeiras, em busca do quinto título, terá pela frente o Jacuipense, representante baiano com status de surpresa viva na competição. Participante da Série D do Brasileirão, a equipe nordestina superou adversários de divisões superiores e mantém campanha consistente, enquanto o time paulista aposta no elenco qualificado para evitar qualquer tipo de susto em confronto com características típicas de "jogo armadilha".

O São Paulo encara o Juventude em duelo com mistura de tradição e reconstrução, com o primeiro capítulo em território paulista. Já o Santos mede forças com o Coritiba em embate direto entre clubes da elite nacional, cenário semelhante ao confronto entre Red Bull Bragantino e Mirassol, colocando frente a frente dois projetos organizados do futebol paulista em crescimento recente.

Outros encontros também reforçam o equilíbrio da fase, como Flamengo diante do Vitória, Bahia contra o Remo e Botafogo frente à Chapecoense, todos envolvendo participantes da Série A do Brasileirão. Ao mesmo tempo, jogos como Grêmio contra Confiança e Vasco diante do Paysandu adicionam componente geográfico relevante, com deslocamentos longos: os gremistas terminam a eliminatória em Sergipe, enquanto os vascaínos começam a decidir a classificação no Pará.

O sorteio também determinou os mandos de campo da quinta fase, respeitando critérios de segurança, sobretudo em cidades com mais de um representante. A dinâmica da fase prevê partidas de ida e volta, com datas-base distribuídas entre os dias 22 e 23 de abriel para os primeiros jogos e 13 e 14 de maio para as decisões das vagas, consolidando um período decisivo dentro do calendário nacional.

A quinta fase reforça o caráter democrático da Copa do Brasil, ao reunir clubes de 12 estados do país — com todas as cinco regiões ainda representadas na disputa —, investimentos e realidades esportivas em um mesmo cenário. Entre favoritos consolidados e candidatos à surpresa, o mata-mata ganha contornos imprevisíveis, fator que sustenta o torneio como um dos mais atrativos esportivamente do país.

Quinta fase

Aponte o celular para o QR Code e veja a análise das partidas

Atlético-MG x Ceará
Goiás x Cruzeiro
Athletico-PR x Atlético-GO
Flamengo x Vitória
Grêmio x Confiança-SE
Paysandu x Vasco
Fortaleza x CRB
Bahia x Remo
Botafogo x Chapecoense
Bragantino x Mirassol
Barra-SC x Corinthians
Operário-PR x Fluminense
Palmeiras x Jacuipense-BA
Athletic-MG x Internacional
Santos x Coritiba
São Paulo x Juventude

Times à direita decidem em casa

HOMENAGEM

Robert Renan recebe título na CLDF

ANNA JÚLIA CASTRO*

Zagueiro do Vasco da Gama, Robert Renan, de 22 anos, foi homenageado, ontem, com o título de Cidadão Benemérito de Brasília, em cerimônia no Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF). A honraria foi proposta pelo deputado distrital Max Maciel (PSOL), com o objetivo de reconhecer a trajetória do atleta de Ceilândia no futebol e a representatividade social construída ao longo da carreira.

"Como sempre falo para meus amigos, não represento Brasília. Eu represento Ceilândia, a Expansão (do Setor O). Represento cada criança que está aqui hoje, as tias que pegam ônibus cedo, saem de casa para limpar casas no Lago Sul", discursou Robert Renan.

A sessão reuniu diversas crianças de escolinhas de futebol e moradores de Ceilândia, que prestigiaram o jogador e o têm como inspiração. A presença popular no plenário reforçou a ligação de Robert com a origem na região mais populosa do DF e evidenciou o impacto da história dele na comunidade.

Carlos Gandra/Agência CLDF

Zagueiro foi reconhecido como Cidadão Benemérito de Brasília

"Ele serve de inspiração para novas gerações de jovens esportistas e reafirma o papel do esporte como instrumento de inclusão social, esperança e transformação", celebrou o deputado Max Maciel.

Também compuseram a mesa autoridades e convidados, entre eles o deputado Fábio Félix (PSOL), além do pai do jogador, Roberto, conhecido como Preto Beto, o rapper Eduardo Taddeo, representantes de projetos sociais e o presidente do Instituto Robert Renan, com criação anunciada no evento.

Entre os aplausos, memórias e projetos para o futuro, a trajetória do jogador se consolida como exemplo de que, mesmo diante das dificuldades, é possível transformar realidade em conquista e inspirar uma nova geração a acreditar no próprio potencial.

Titular do Vasco na temporada, Robert Renan disputou 16 jogos pelo clube: empatou cinco, perdeu cinco e venceu seis. O último triunfo foi sobre o Grêmio, no domingo, no 2 x 1 em São Januário. Devido à Data Fifa, o defensor e o elenco estão de folga e se reapresentam amanhã.

*** Estagiária sob a supervisão de Victor Parrini**

BASQUETE

Brasília bate o Mogi na prorrogação

Foi por um fio, mas o Brasília manteve a sequência invicta como mandante do Novo Basquete Brasil (NBB). Depois de 10 triunfos consecutivos no Ginásio Nilson Nelson, o time do Distrito Federal viveu perigosamente contra o Mogi, levou a partida para a prorrogação, mas triunfou, ontem, por 72 x 69 no duelo.

O Brasília chega a 11 triunfos seguidos como anfitrião e ao 14º na temporada. Assim como o líder Pinheiros, o representante da capital federal na elite do basquete nacional perdeu apenas uma em casa. A última derrota foi justamente contra os paulistanos, em 1º de novembro de 2025, por 69 x 67.

Acostumado a ser o garçom das partidas, o armador argentino do Brasília, Facundo Corvalán, viveu noite de cestinha, com 22 pontos anotados. O ala americano do Mogi, Charles Hinkle, foi o destaque paulista, com 18 anotados.

Para conquistar a vitória, o Brasília precisou ter sangue frio. O time correu o risco da derrota até os últimos segundos do quarto final, mas conteve os ânimos para levar o jogo à prorrogação, por 62 x 62.

No tempo extra, brilhou a estrela de Rafael Paulichi, com bola de três trivial. Brunão e Corvalan também colaboraram na quinta parcial. Daniel Von Haydin foi providencial ao converter o chute para três a três segundos do fim.

Em toda a temporada 2025/2026, o Brasília ostenta 24 triunfos e nove derrotas. O time comandado por Dedé Barbosa é o quinto colocado da disputa com 20 clubes e disputará o mata-mata com os 16 melhores.

Restam quatro jogos na primeira fase para o Brasília. O próximo compromisso será amanhã, às 20h15, no Ginásio Nilson Nelson, contra o Flamengo, terceiro colocado na classificação. Até 18 de abril, o time do DF enfrentará, em casa, São José, Sesi Franca e Bauru.

HORÓSCOPO

www.quiroga.net // astrologia@oscarquiroga.net

POR OSCAR QUIROGA

Data estelar: Lua cresce em Gêmeos. Viver na civilização é investir tempo tentando ser pertinentes, desempenhando papéis com os quais não concordamos, mas aos quais nos submetemos em nome de "sermos alguém", ou de, pelo menos, não passarmos por entidades subversivas da ordem reinante. Se a vida na civilização fosse tudo que um ser humano precisa, então não haveria desânimo em ninguém, mas o desânimo existe e se tornou epidêmico ao longo dos anos, porque sermos quem somos não se satisfaz em sermos pertinentes a uma civilização. Pressentimos haver mais, o que nos motiva a trilharmos caminhos espirituais em busca de alimento para a alma, que não é identificada como real pelos parâmetros da civilização, e como as religiões estão decadentes, não há um lugar específico para encontrar esse alimento.

ÁRIES
21/03 a 20/04

Mais uma vez, você terá de liderar a situação para motivar as pessoas que, cheias de temores e dúvidas, ainda não contribuem do jeito que elas são capazes. Tome a iniciativa e elas seguirão seus passos, com certeza.

TOURO
21/04 a 20/05

A confiança é uma moeda rara nos relacionamentos, porque as pessoas andam com muito medo e se fecham em si mesmas. Porém, o que poderia ser uma manobra de sobrevivência se volta contra elas. É preciso confiar.

GÊMEOS
21/05 a 20/06

Escolher direito as pessoas que você vai envolver em seus projetos de vida, sejam esses profissionais ou íntimos, é a questão mais importante, porque as pessoas podem ajudar, mas também atrapalhar muito. É assim.

CÂNCER
21/06 a 21/07

Enquanto você preservar o ritmo da atividade, mesmo que você não veja resultados imediatos, perceberá que sua ansiedade diminui e que o temor de tudo dar errado vai desaparecendo como que por artes mágicas. Em frente.

LEÃO
22/07 a 22/08

Superar os perrengues e contrariedades que atormentaram você durante um bom tempo é um objetivo muito perto de ser realizado. Procure prestar toda a atenção possível para que a oportunidade não seja perdida. Isso não.

VIRGEM
23/08 a 22/09

É muita coisa para arrumar e colocar em ordem, mas isso não há de eclipsar o que este momento apresenta para você, a oportunidade de você fazer uma enorme transformação e adquirir mais autonomia no futuro. Em frente.

LIBRA
23/09 a 22/10

Use o discernimento, esse poder da mente que é capaz de selecionar, para distinguir as pessoas que ajudarão e serão positivas para seus projetos, porque elas estão misturadas com outras, que é melhor perder.

ESCORPIÃO
23/10 a 21/11

Agora é um momento de sua vida em que tudo está se transformando de um jeito diferente de como você experimentou as transformações no passado. Dessa vez, tudo acontece sem terremotos demolidores.

SAGITÁRIO
22/11 a 21/12

Ao você se apressar para colocar tudo em prática, mesmo se atrapalhando um pouco, você ganha a oportunidade de comprovar se as promessas que as pessoas fazem são verdadeiras ou se elas são pura fantasia.

CAPRICÓRNIO
22/12 a 20/01

Todas as mudanças que andam acontecendo se sintonizam muito bem com seus anseios íntimos e, por isso, precisam ser aproveitadas para consolidar uma visão da realidade que veio para ficar e se expressar com vigor.

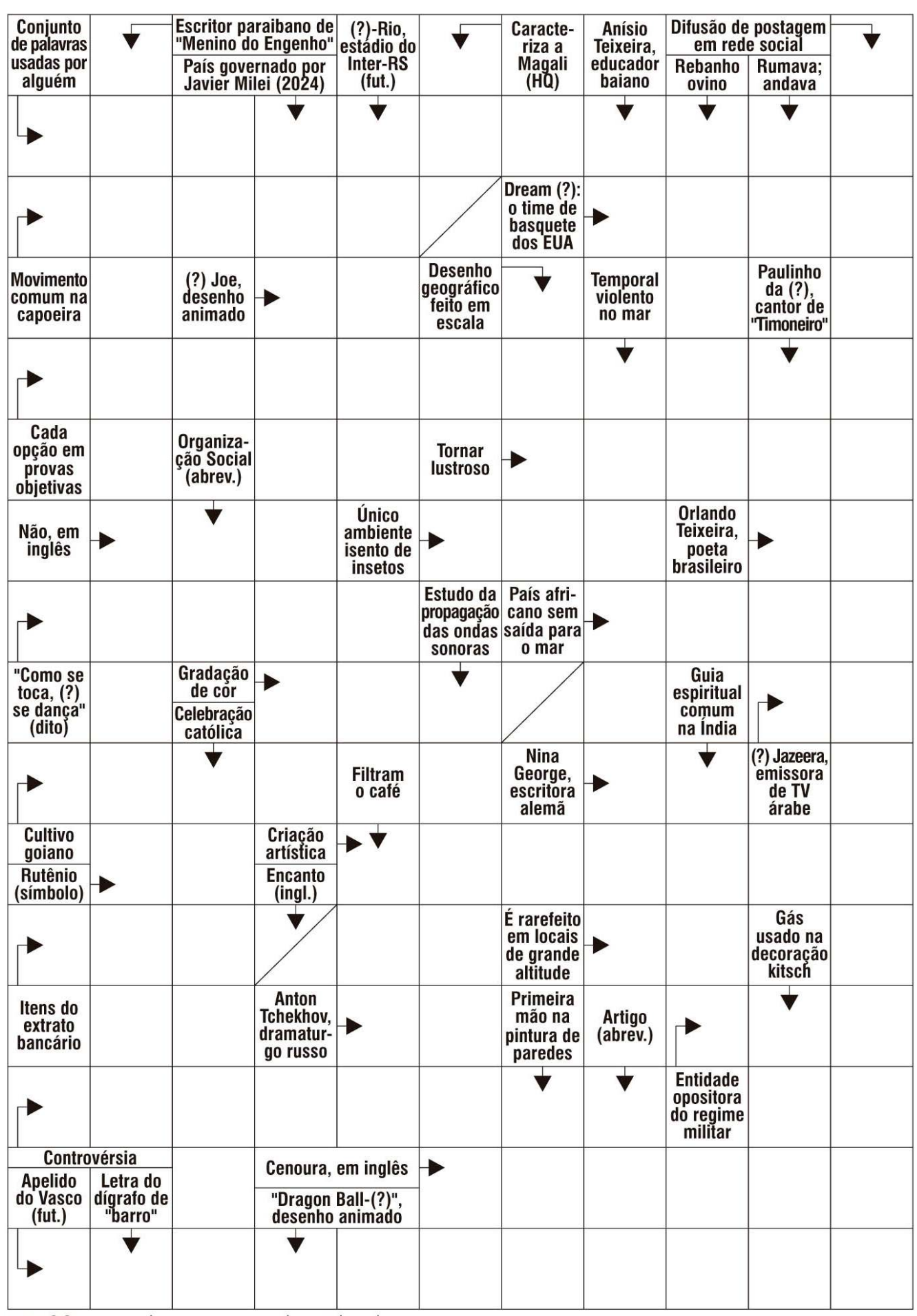
AQUÁRIO
21/01 a 19/02

As conversas são promissoras, mas é necessário superar a etapa das promessas, para que sua alma não fique esperando resultados de onde não vai vir absolutamente nada. Use o discernimento para selecionar as conversas.

PEIXES
20/02 a 20/03

Dá medo e angústia de tudo que anda ocorrendo e, também, dos riscos que você precisa assumir nesta parte do caminho. Porém, depois de colocar tudo em marcha você verá que o medo não era profecia de tudo dar errado.

CRUZADAS



BANCO 2/it. 3/not. 4/néon — team. 6/carrot.

4

© Ediouro Publicações — Licenciado ao **Correio Braziliense** para esta edição

DIRETAS DE DOMINGO

	M				P				V	
S	U	B	M	E	R	S	I	V	E	L
	S		O	P	E	R	A		R	E
	I	L		O	G		G	E	M	I
	C	A	I	X	A	M	O	V	E	L
	A	T		I	D	E		A	L	A
	D	I	A		O		C	N	H	
T	E	M	P	O	R	A	R	I	O	S
	T		I	N	D	I	A		E	E
	R	C		D	E		I	D	A	D E
C	A	R	C	E	R	A	G	E	M	
	B	E			O			L	A	R
	A	R	A	T	U		M	A	R	I
	L		L	E	P	R	A		E	M
T	H	A	I	L	A	A	Y	A	L	A
	O	R	A	L		M	A	J	O	R

DIRETAS DE DOMINGO

SUDOKU DE DOMINGO

1	3	9	2	5	6	7	8	4
8	6	2	4	7	3	9	1	5
7	4	5	1	8	9	2	6	3
3	9	6	7	4	2	8	5	1
4	5	1	6	9	8	3	7	2
2	7	8	3	1	5	4	9	6
9	8	4	5	3	1	6	2	7
6	1	7	8	2	4	5	3	9
5	2	3	9	6	7	1	4	8

MÚSICA

O canto eterno de Nara

Vinícius Barros

Espetáculo Verônica Ferriani canta Nara Leão, amanhã, no Clube do Choro

» ISABELA BERROGAIN

Verônica Ferriani considera ter sido "daquelas crianças sortudas" porque cresceu ouvindo Nara Leão, por incentivo dos pais. Desde então, conta a paulista, a Musa da Bossa Nova, sem nem saber, plantou um repertório estrutural na formação musical da cantora, que lembra do samba carioca chegando a Ribeirão Preto (SP), onde nasceu, com *Diz que fui por aí*, *Opinião* e *O Sol nascerá*, na voz da artista que morreu precocemente, aos 47 anos. Amanhã, Verônica apresenta esses e outros sucessos interpretados por Nara no palco do Clube do Choro, a partir das 20h30.

"Para além da memória afetiva que o repertório da Nara desperta em nós — tantas canções lembram histórias de nossa vida, não é? — vejo nela três símbolos artísticos muito inspiradores a nós, artistas que viemos depois: o trânsito livre entre gêneros musicais, sempre mantendo sua personalidade na forma de tocar e interpretar canções de diversas geografias e épocas; a autonomia da mulher que empunha o violão e se apresenta sozinha no palco, pouco comum à época; e também certa despretensão vocal em seu canto, tanto pela pouca importância do volume de voz quanto pela interpretação sem exageros, recursos estilísticos que fizeram escola", lista a cantora paulista.

Para Verônica, ter uma voz tão diferente de Nara, além de uma forma distinta de se expressar, é o que a faz se sentir livre para buscar interpretações próprias sobre o repertório da Musa da Bossa Nova. "Mesmo ao violão, sigo sua linguagem harmônica, mas também faço escolhas ou intervenções sentindo, de toda maneira, que seu legado me atravessa por ouvi-la desde pequena. A proximidade com sua obra me deixa à vontade", revela a artista. No formato voz e violão, o show marca a primeira apresentação da cantora paulista sozinha no palco.

Quase quatro décadas após a morte da musa, Verônica se propõe a apresentar um breve resumo da grandiosidade que foi Nara Leão. "Busco não só reunir um vasto cancioneiro gravado por ela, como também contar histórias, contextualizar os períodos, mostrar mais detalhes musicais até, dentro daquele meio musical do qual ela fez parte", descreve a cantora. No show, são apresentadas mais de 30 músicas, costuradas por meio de uma viagem no tempo, adianta a paulista.

"Nara segue sendo chamada de Musa da Bossa Nova e seu reconhecimento vem desde as reuniões em seu apartamento", aponta Verônica. Mas, para ela, o mais encantador é observar como a cantora capixaba rapidamente ampliou horizontes, tornando-se, também, Musa da Tropicália. "Ela fez ponte com compositores de samba do morro que provavelmente não se popularizaram tanto se não fosse pela sua voz", destaca a cantora. "Gravou chachas, boleros, guarânias e valsas, e revisitou, à sua maneira, o repertório caipira, sempre com versões muito pessoais", acrescenta.

VERÔNICA FERRIANI CANTA NARA LEÃO

Amanhã, às 20h30, no Clube do Choro. Ingressos podem ser adquiridos por meio da plataforma on-line Bilheteria Digital, a partir de R$ 45

TANTAS Palavras

POR JOSÉ CARLOS VIEIRA

O QUE FINDA

Poesia não é pra ser linda
É pra eternizar o que finda
E destruir o que ainda
Nos prende.
Quem se rende
aos pés da poesia rende
e faz a vida render

Juliana Zancanaro

ESTA SEÇÃO CIRCULA DE TERÇA A SÁBADO/ CARTAS: SIG, QUADRA 2, LOTE 340 / CEP 70.610-901

SUDOKU

	7		1	5				6
					8		9	
2				8				
6	8			3		9		
						4	6	
5	3							
	9			2			3	
7		1	4			2		

Grau de dificuldade: médio

www.cruzadas.net

cultura.df@dabr.com.br
3214-1178/3214-1179
Editor: José Carlos Vieira
josecarlos.df@dabr.com.br

Correio Braziliense
Brasília, terça-feira, 24 de março de 2026

Fotos: Divulgação

Poeta da alma brasileira

Em entrevista ao **Correio**, o professor Júlio Diniz fala sobre a fotobiografia dedicada a Paulo César Pinheiro, um dos mais inspirados letristas da música popular brasileira

» SEVERINO FRANCISCO

"Portela/Eu nunca vi coisa mais bela/Quando ela pisa na passarela/E vai entrando na avenida/E ecoa noite e dia/É ensurdecedor/Ai, mas que agonia/O canto do trabalhador/Esse canto que devia/Ser um canto de agonia/Soa apenas como um soluçar de dor/Quando eu morrer/Me enterra na Lapinha/Calça culote paletó almofadinha". Esses são versos de Portela na avenida, Canto das três raças e Lapinha, sambas memoráveis de Paulo César Pinheiro, um dos mais inspirados poetas da canção popular brasileira, que ganha, agora, uma fotobiografia, organizada por Júlio Diniz: O poeta de todos nós (Ed.Numa).

Paulo César é um operário da poesia, que se destaca mesmo na constelação de poetas da música popular brasileira, que tem Vincius de Moraes, Capinam, Aldir Blanc, Guilherme Brito, Nelson Cavaquinho, Cartola. Compôs mais de 2 mil canções, em parcerias que vão de Pixiguinha até Lenine, passando por Tom Jobim, Baden Powell, João Nogueira, Mauro Duarte, Dori Caymmi, Francis Hime, Toquinho, Sueli Costa, entre tantos outros.

Poeta, cronista, romancista, letrista e compositor, Paulo César é um dos mais sensíveis intérpretes da alma popular brasileira. A fotobiografia reúne flagrantes de Paulo com os parceiros, imagens da infância, depoimentos (Lenine, Francis Hime, Maria Bethânia, Ivan Lins) e minibiografia por Conceição Campos. E, nesta entrevista, Júlio Diniz, professor da PUC-RJ, organizador da fotobiografia, fala sobre o projeto, a mestria de Paulo César Pinheiro, os parceiros e o lugar do poeta na música popular brasileira.

"Para esse Brasil que a gente guardou, que prometeram à gente, e não cumpriram, para esse Brasil é que a gente faz música. A gente faz música para esse rio que a gente viu, o Rio Amazonas que a gente viu, a gente faz música para ele. A gente faz música para as coisas bonitas que o Brasil tem e deixou no peito da gente, cravado."

Paulo César Pinheiro

ENTREVISTA//Júlio Diniz

Como construiu a fotobiografia de Paulo César e que momentos considera preciosas na montagem de imagens, fotos, poemas e depoimentos sobre o compositor?

A ideia, proposta e autoria do livro são minhas, mas a realização é de uma equipe. Não se faz um livro hoje em dia de uma personagem tão importante para a nossa cultura como é Paulo César Pinheiro, sem o apoio de outros pesquisadores e colaboradores. O projeto gráfico é da Dupla Design, referência de qualidade e originalidade, com a inestimável ajuda da Adriana Maciel, Ana Basbaum, Ana Rabello e Rodrigo Alzuguir, além de Conceição Campos, autora da biografia A Letra Brasileira de Paulo Cesar Pinheiro. Não tenho nenhuma predileção explícita, o produto final me agrada, e muito! Sempre privilegio o diálogo entre o texto e a imagem, um atravessamento de linguagens artísticas que parecem estar em constante movimento. A noção de parceria, em particular no campo das artes, tem sofrido constantes modificações. Realizar um projeto que envolve distintas mãos não se resume a uma soma de esforços e busca de complemento. Mais do que isso, a necessária comunhão entre o texto e a fotografia reforça a integração entre forma e conteúdo, grafismo e imagem. Há uma tradição de diálogo já firmada entre o livro e as artes visuais, em especial a fotografia. As imagens selecionadas para o livro, no meio de inúmeras possibilidades de escolha, não são meras ilustrações do texto, representam um único campo de sentidos, afetos e sensações.

Paulo César Pinheiro — O poeta de todos nós

Organização: Júlio Diniz
Editora Numa
192 páginas

Paulo César revelou a alma brasileira como poucos na poesia das canções que criou com parceiros. A que atribui esse conhecimento tão profundo da alma brasileira pelo poeta?

Como eu digo no livro, a educação sentimental/emocional do nosso poeta passou por três espaços de formação e sociabilidade, três grandes e poderosas metáforas: a biblioteca (livros, textos, escritos, leitura, escutas, arquivos, acervos); a rua (incluindo aí cidades, praças, botequins, morros, terreiros, quadras das escolas de samba e tudo mais relacionado ao convívio social); e as viagens (pelos quatro cantos do país e pelas esquinas do mundo). Os três elementos metafóricos que formam e dão rumo, ao nosso ver, à visão e aos valores da vida e da arte de Paulo César Pinheiro — a biblioteca, a rua e as viagens — não estão nunca separados, convivem mutuamente, são entrecortados e atravessados pelas suas distintas expressões artísticas — literatura e música. O lugar de encontro de tudo que o poeta cria é a paixão, em particular, pelo Brasil. Ele incorpora a alma brasileira, com suas diversidades, sotaques e maneiras de existir.

Na fotobiografia, Paulo César aparece, bem novo, em foto, ao lado de Clara Nunes, e de Vinicius de Moraes. Vinicius foi o primeiro grande poeta do modernismo que debandou para a canção popular. É possível afirmar que Paulo César pertence a essa linhagem?

Acho que Vinicius não debandou para a canção popular, apenas abriu uma possibilidade muito mais popular e rápida de tocar as pessoas com a sua incrível poesia, sem nunca a deixar de lado. Assim é Paulinho, um gigante da poesia escrita, falada e cantada. O seu processo de criação é dinâmico, diversificado e com vida própria, como ele mesmo brinca. As letras chamam a melodia, as palavras esperam o momento certo de ocupar as frases, os versos ficam em suspensão aguardando a dança das estrofes. Poeta, letrista, compositor, romancista, contista, cronista...o que esperar mais desse criador?

O coração dele é o mapa do Brasil, afirma alguém na fotobiografia. Por que Paulo César consegue falar, não apenas do Rio de Janeiro, mas também de outras regiões do Brasil com tanta pertinência e inspiração?

Quem afirma isso é a Luciana Rabello, parceira e companheira de toda uma vida, e ela tem razão. O coração do Paulinho é o mapa do Brasil. Ele fala não só do Rio de Janeiro, sua cidade natal, como também de lugares que ele conheceu pessoalmente e/ou pelos livros, imagens e narrativas. A sensibilidade dele para a diversidade, a multiplicidade e o respeito pelas diferenças geográficas, culturais, artísticas e humanas é incrível. Em certas canções ou poemas ele é mineiro, pernambucano, amazonense, gaúcho...e por aí vai.

É verdade que Paulo César compôs mais de 2 mil canções? Quais os principais parceiros e o que eles dizem sobre ele?

Inventariar a sua produção é uma tarefa de enorme complexidade. É verdade, sim. São inúmeros parceiros, a nobreza do Brasil musical, de Pixinguinha às novíssimas gerações. Principais parceiros? Todos e todas.

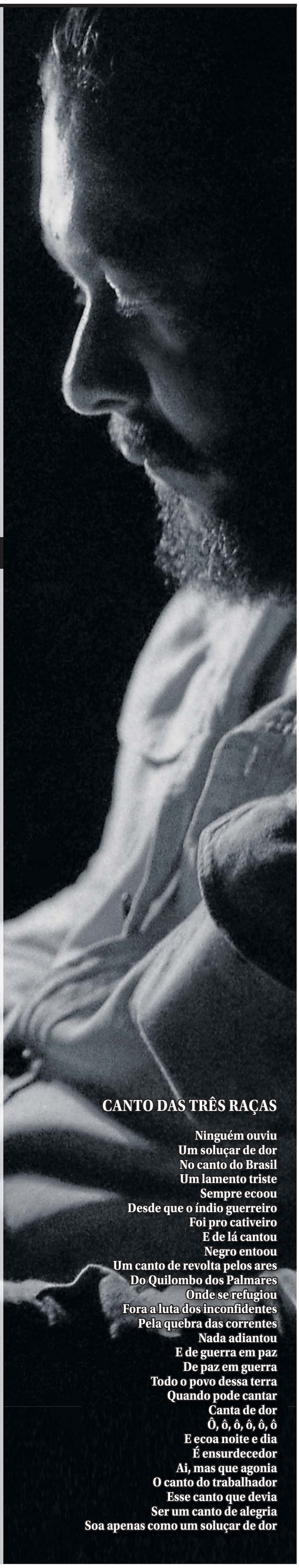
Com você vê o lugar de Paulo César Pinheiro no olimpo dos grandes poetas da canção brasileira?

Antes de tudo, como diz a Luciana, e até pela sua própria história de vida, Paulinho é um operário, e sempre o foi. Um operário das palavras e dos sons. Senhor de frases impactantes, estrofes perfeitas e acordes que seduzem quem admira a potência da vida. O Olimpo não é o lugar de operários. O Brasil, sim.

Paulo César Pinheiro e João Nogueira

Paulo Cesar Pinheiro e Clementina de Jesus

Paulo Cesar Pinheiro e Baden Powell



CANTO DAS TRÊS RAÇAS

**Ninguém ouviu
Um soluçar de dor
No canto do Brasil
Um lamento triste
Sempre ecoou
Desde que o índio guerreiro
Foi pro cativeiro
E de lá cantou
Negro entoou
Um canto de revolta pelos ares
Do Quilombo dos Palmares
Onde se refugiou
Fora a luta dos inconfidentes
Pela quebra das correntes
Nada adiantou
E de guerra em paz
De paz em guerra
Todo o povo dessa terra
Quando pode cantar
Canta de dor
Ô, ô, ô, ô, ô, ô
E ecoa noite e dia
É ensurdecedor
Ai, mas que agonia
O canto do trabalhador
Esse canto que devia
Ser um canto de alegria
Soa apenas como um soluçar de dor**

CORREIO BRAZILIENSE

CLASSIFICADOS

Brasília, Distrito Federal, terça-feira 23 de março de 2026

Para anunciar ▸ 3342-1000

1 IMÓVEIS COMPRA E VENDA

1.1 Apart Hotel
1.2 Apartamentos
1.3 Casas
1.4 Lojas e Salas
1.5 Lotes, Áreas e Galpões
1.6 Sítios, Chácaras e Fazendas
1.7 Serviços e Crédito Imobiliário

1.1 APARTHOTEL

INVEST FLAT VENDE
FUSION HPLUS Express and alto. Lindo apto 34m2 c/ 2 camas solteiro 3033-3865 cj21229

1.2 APARTAMENTOS

ÁGUAS CLARAS

1 QUARTO

ADELSON IMÓVEIS
R MACAUBA 1 qto sala cozinha banheiro nascente quit R$ 250mil á Tr.99857115 c1533

MEU IMÓVEL IMOB
LUGARCERTO Melhores imóveis prontos e na planta em todo DF você encontra aqui!

Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 ÁGUAS CLARAS

2 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
AV PARQUE guas Claras 2 qtos 1 banheiro, 1 suíite, 1 vaga 99562-4472 cj25698

3 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
QD 107 cobertura 3 qtos 3banhs 1 suíte 2 vagas, coz. c/arms planej. 99562-4472 cj25698

ACHEI IMÓVEIS DF
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!

Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

ASA NORTE

QUITINETES

PLANO EMPREEND.
IMOBILIÁRIOS Os melhores imóveis de BSB você encontra aqui:lugarcerto.com.br

Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 ASA NORTE

3 QUARTOS

PLANO EMPREEND.
404 BLOCO I Apto 78m2 3qts 2banhs local privilegiado 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

ASA SUL

4 OU MAIS QUARTOS

J RIBEIRO VENDE
112 COBERTURA de luxo 411m2 4 qtos (3 su ções) 3 vgs cj5211 3322-3443

CRUZEIRO

3 QUARTOS

PLANO EMPREEND.
QD 409 Apto 3qts Bairro novo 79m2 2vagas 2banhs 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

GUARÁ

2 QUARTOS

ADELSON IMÓVEIS
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!

Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

3 QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!

Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 NOROESTE

NOROESTE

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
SQNW 102 Ap 101m2 3 qtos 2 vgas 98311-5595

NÚCLEO BANDEIRANTE

2 QUARTOS

RITA LANDIM
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!

Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

RIACHO FUNDO

2 QUARTOS

QS 25 RF II Apto 59m2 2qts sl coz wc gar. cond R$ 430,00 doc Ok , c/ todas as contas pagas, inclusive IPTU 2026 pago Quit. R$140.000,à vista ou R$ 150.000 financ (61) 98429-9615

SAMAMBAIA

2 QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV
QN 412 Apto 2 qtos 49m2 1 suíte 1 vaga 2 banheiros Tr: 99418-8477 cj21694

SUDOESTE

2 QUARTOS

INVEST FLAT VENDE
105 APTO 6 and., localização privilegiada , garagem Tr: 3033-3865/ 98581-0151 cj21229

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
SQSW 500 Moderno apto 3qtos 109m2 2 vagas. Tr: 98311-5595

1.2 TAGUATINGA

TAGUATINGA

2 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
QSF 01 Apto 2qt 60m² 1 vaga 98311-5595/ 99112-3991 c/19540

1.3 CASAS

ÁGUAS CLARAS

4 OU MAIS QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA
QS 06 reformada 2 pavimentos casa 5 qtos porcelanato 226m2 área construída 2 vagas 2 banhs 3344-4112

GAMA

3 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
PONTE ALTA Norte, 3 qts, 3 banhs. 1 ste, área laze, espaço gourmet 99562-4472 cj25698

LAGO NORTE

4 OU MAIS QUARTOS

J RIBEIRO VENDE
QL 16 706m2, terreno 2.000m2, 3 suítes 2 c/ closet cj5211 33223443

NÚCLEO BANDEIRANTE

3 QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
3ª AV Casa 245m² 3qtos 1suite 2 vagas 2 banhs 99673-2538

PARK WAY

4 OU MAIS QUARTOS

ADELSON IMÓVEIS
QD 01 MSPW (5 stes) 4 gar lt 2.500m2 504m2 const. Ac. Apt Guará 3q 99985-7115 c11533

ADELSON IMÓVEIS
QD 01 MSPW (5 stes) 4 gar lt 2.500m2 504m2 const. Ac. Apt Guará 3q 99985-7115 c11533

1.3 SOBRADINHO

SOBRADINHO

4 OU MAIS QUARTOS

PLANO EMPREEND.
QD 10 Melhor quadra! Sobrado área privativa 582,28m2 c/ 9 banhs 6qts 98313-0206 cj5179

TAGUATINGA

3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVES VENDE
QNL 18 casa 3qts 120m2, área serv. garagem 3386-9000 cj22002

4 OU MAIS QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
COND PREMIUM excel casa 280m2 cond fechado, porteiro 24 horas 3552-4358 c/12179

1.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

SUDOESTE

TRATO FEITO IMÓV
CCSW 02 Loja de esquina. Alugada. › tima localização. Exc Oportunidade 99418-8477 cj21694

VICENTE PIRES

MEU IMÓVEL IMOB
R 08 chác. 332 loja St Habitacion al V.Pires , localiz. privilegiada 30m2. 99562-4472 cj25698

1.4 ÁGUAS CLARAS

SALAS

ÁGUAS CLARAS

PLANO EMPREEND.
AV PAU BRASIL sala área 173m2 c/ 5 vagas 4 banhs, próx estação metrô 3032-7700 98313-0206 cj5179

ASA SUL

ACONTECE IMOBILIÁRIA
SHS QD 06 Complexo Brasil 21 Asa Sul vendo vaga de garagem 12m2 área comercial 3344-4112

ACONTECE IMOBILIÁRIA
SHS QD 06 Complexo Brasil 21 Asa Sul vendo vaga de garagem 12m2 área comercial 3344-4112

GUARÁ

QI 31 Consei sala 40m2 próximo QE 19, nascente , canto R$ 250 mil financio Tr: 98135-1919

SUDOESTE

INVEST FLAT
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as Ofertas!

Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.5 ASA NORTE

1.5 LOTES, ÁREAS E GALPÕES

ASA NORTE

TRATO FEITO IMÓV
SAAN QD 02 Lote à venda no Bairro Asa Norte, 2.500m2 área 99418-8477 cj21694

LAGO NORTE

J RIBEIRO VENDE
SHTQ QD 04 Excel. lote Bairro Taquari 742m2, quitado, esquina, ótima localização CJ 5211 3322-3443

SAAN/SIA/SIG/SOF

OPORTUNIDADE ÚNICA NO DF
ÚLTIMO LOTE
TERRENO EXCLUSIVO no Setor de Inflamáveis com 31.500 m2, área rara no Distrito Federal, ideal para centros logísticos, distribuição, armazenagem ou atividades industriais. Localização estratégica, próximo ao SIA e ao STRC, com acesso rápido à Via Estrutural e à EPTG, facilitando transporte e mobilidade. Zoneamento CSIIND3(LUOS/DF), permitindo diversas atividades industriais e logísticas. Excelente oportunidade para empresas que buscam expansão ou instalação em um dos principais polos logísticos de Brasília. R$ 55.000.000,00 (61) 99880-9872 - Corporate

PARA CADA MOMENTO DA VIDA, EXISTE UM LUGAR CERTO.

Acesse e encontre o seu.

+ de 200 mil ofertas

LUGARCERTO.COM.BR
O portal de imóveis para quem quer comprar ou alugar.

CORREIO BRAZILIENSE
Você à frente de tudo

CONFIRA TAMBÉM OFERTAS NO JORNAL CORREIO BRAZILIENSE.

1.6 DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

1.6 SÍTIOS, CHÁCARAS E FAZENDAS

DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

FAZENDA A VENDA
MUNICIPIO Goianésia - GO de Pirenópolis, sentido a Goianésia, 19 alqueires, ou seja 35 hectares, ótima para criação de gado, 6km de estrada de chão. Para mais informações: . (62)99104-1161 zap

SANTA MARIA-DF Chácara 5.000m² em Santa Maria/DF, (direitos), c/ casa e suas benfs., as masrgens da Rod. DF-495. Inicial R$250.000,00 (Parcelável) brunoleiloes.com.br 0800 500 9916

OUTROS ESTADOS

FAZENDA EM GOIÁS
200KM DISTANTE DE BRASÍLIA 2.800 ha, aberta, dupla aptidão: Lavoura, Pecuária, bastante água. Boa Sede. Com muitas benfeitorias. ›timo preço! Excelente oportunidade. Tratar direto com o proprietário (61) 99978-1485

2 IMÓVEIS ALUGUEL

2.1 Apart Hotel
2.2 Apartamentos
2.3 Casas
2.4 Lojas e Salas
2.5 Lotes, Áreas e Galpões
2.6 Quartos e Pensões
2.7 Sítios, Chácaras e Fazendas

2.2 APARTAMENTOS

ÁGUAS CLARAS

2 QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV
R DAS PITANGUEIRAS lt 10, 53m2, 2qtos, 1 suíte, 1 vaga, 2banhs 99418-8477 cj21694

ASA SUL

2 QUARTOS

J. RIBEIRO
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!

Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

2.2 GUARÁ

GUARÁ

1 QUARTO

CONVICTA IMÓVES ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz á99112-3703 / 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVES ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz á99112-3703 / 3386-9000 cj22002

SUDOESTE

QUITINETES

QMSW 04 - Particular aluga kit mobiliada . Tr (61) 99377-5353

2 QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA
LUGARCERTO.COM.BR Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui!

Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

2.3 CASAS

RECANTO DAS EMAS

2 QUARTOS

CONVICTA IMOVEIS
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!

Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

SUDOESTE

3 QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA
101 BLOCO I alugo apto 3 qtos 110m2 1 su çite Tr: 3344-4112

ACONTECE IMOBILIÁRIA
101 BLOCO I alugo apto 3 qtos 110m2 1 su çite Tr: 3344-4112

TAGUATINGA

3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVES ALUGA
QSF 05 casa 3 qtos 120m2. 99112-3703 / 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVES ALUGA
QSF 05 casa 3 qtos 120m2. 99112-3703 / 3386-9000 cj22002

2.4 CANDANGOLÂNDIA

2.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

CANDANGOLÂNDIA

CONVICTA IMÓVES ALUGA
QOF conj G loja 40m2 para alugar Tr: 3386-9000 cj22002

SALAS

ASA SUL

J RIBEIRO ALUGA
SHLS 716 sala 54m2 no C. Clínico Sul 5211 3322-3443

3 VEÍCULOS

3.1 Automóveis
3.2 Caminhonetes e Utilitários
3.3 Caminhões
3.4 Motos
3.5 Outros Veículos
3.6 Peças e Serviços

3.1 AUTOMÓVEIS

FABRICANTES

AUDI

A3 15/15 Sedan 1.4 Prata florete metálico. Revisões em dias todas na Audi. Ipva 2026 pago.164 mil km. R$ 67 mil. Tr: 61 99976-3908 whatsapp

A3 15/15 Sedan 1.4 Prata florete metálico. Revisões em dias todas na Audi. Ipva 2026 pago.164 mil km. R$ 67 mil. Tr: 61 99976-3908 whatsapp

HONDA

CITY 19/19 1.5 completo, automático, preto, IPVA pg 120.000km carro de primeira. Pronto p/ viajar. R$ 79.900, 00 Tr (61) 99985-2193

FIT 18/18 EXL prata 100.000Km revisado. Completo couro câmbio aut. farol led R$76.500 Tr: 6199294-4880

CITY 19/19 1.5 completo, automático, preto, IPVA pg 120.000km carro de primeira. Pronto p/ viajar. R$ 79.900, 00 Tr (61) 99985-2193

FIT 18/18 EXL prata 100.000Km revisado. Completo couro câmbio aut. farol led R$76.500 Tr: 6199294-4880

5 NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

5.1 Agricultura e Pecuária
5.2 Comunicados, Mensagens e Editais
5.3 Infomática
5.4 Oportunidades
5.5 Pontos Comerciais
5.6 Telecomunicações
5.7 Turismo e Lazer

5.2 COMUNICADOS, MENSAGENS E EDITAIS

MÍSTICOS

AMOR DE VOLTA EM 6 HORAS
ABA traz seu amor de volta em 6 horas. Faz trabalhos inclusive p/ saúde . Desmancha feitiços mandados e afasta rivais, causas em justiça e trazer sorte em negócios. Sigilo total. Resultado garantido. Não cobro consulta e nem trabalho 61.99149-8430 Carmem

5.4 OPORTUNIDADES

CRÉDITO

DINHEIRO E FINANÇAS

DINHEIRO NA HORA
DINHEIRO NA HORA para funcionário público em geral com cheque, desc. em folha, déb. em conta sem consulta spc/ serasa. Tel: 4101-6727 98449-3461

5.4 FRANQUIAS E SOCIEDADES

NEGÓCIOS

FRANQUIAS E SOCIEDADES

PROCURO PARCERIA
ADVOCATICIA p/ ocupão de espaço em escritório , afim, de otimizar demandas judiciais. Interessados (as) contactar via e-mail ou whatsapp. hamiltonlima261155@gmail.com ou (61) 99646-1315

5.5 PONTOS COMERCIAIS

CIDADES SATÉLITES E ENTORNO

VENDE-SE REDE DE SUPERMERCADOS
09 LOJAS - Em Quatro Cidades de Goiás, entorno de BSB, 11 anos de operação consolidada; faturamento $ 190 milhões/ano. Tratar fone watsapp 61 99885-5017

5.7 TURISMO E LAZER

OUTROS

ACOMPANHANTE

RUIVA GATA
ESTILO CAPA De Revista! Branquinha mulherão 1.65 alt 22a Ex Miss Goiás (61) 99906-7716

LOIRA GOSTOSA em guas Lindas, 61) 99639-3199 BumbumG boca quente rosada

SENADO FEDERAL
COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 90032/2026

OBJETO: Fornecimento de fone de ouvido monoauricular com microfone USB, para utilização nas centrais de atendimento do Senado Federal.
ABERTURA: 15/04/2026, às 09h30, pelo sistema Compras.gov.br.
EDITAL E INFORMAÇÕES: www.senado.leg.br (Portal da Transparência do Senado Federal/Licitações e Contratos), www.compras.gov.br ou na COPEL, Bloco de Apoio 16, 1º andar, telefone (61) 3303-3036.

FELIPE GUIMARÃES CÔRTES
Pregoeiro

Disque-Denúncia
Secretaria de Segurança Pública.
Uma nova arma contra a criminalidade
Sigilo absoluto.
197

5.7 MASSAGEM RELAX

MASSAGEM RELAX

AS+TOPS DAS GALÁXIAS
AS 20 TODAS lindas bemestarmassagens.com.br Fones: 61 985621273/ 3340-8627

MASSAGEM PROSTÁTICA
INVERSÃO DE papéis s/ frescura, nova equipe 6133267752/992004541

6 TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

6.1 Oferta de Emprego
6.2 Procura por Emprego
6.3 Ensino e Treinamento

6.1 OFERTA DE EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

PRECISA-SE DE:
AJUDANTE DE SERRALHEIRO Pedreiro e Pintor somente com experiência comprovada. Tr: Zap (61) 98360-8268

6.1 NIVEL BÁSICO

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS E AUXILIAR DE PRODUÇÃO Contrata-se para trabalhar em indústria de alimentos na Samambaia. Com experiência comprovada em CTPS. Currículo para: rh@germana.com.br

DANÇARINAS(OS) COM/SEM exp p boate, ót.ganhos 99917-1403

DOMÉSTICA
SEM EXPERIÊNCIA p/ morar , tenha disponibilidade de horário. Tr. (61) 99455-5814 Zap

INSTALADOR E AUXILIAR DE AR CONDICIONADO
CONTRATA-SE. Oferemos salário acima da categoria. Enviar curriculo para: contato@rfarcondicionado.com

MÃE SOCIAL p /dormir em:- Instituição Lar de Crianças salário R$ 2.650, Tr:61 3475-5210

ÓTIMOS GANHOS!!
MASSAGISTA PRECISA-SE com ou sem exper.99414-1086 zap

6.1 NIVEL BÁSICO

MASSAGISTA PRECISA-SE
COM OU SEM Experiência p/Semana ou Fim Semana. Pagamento diário. Tr: 61 98474-3116

NÍVEL MÉDIO

CCAA TAGUATINGA
ATENDENTE DE VENDAS de Curso de Idiomas. Contrata CV : taguatinga@ccaa.com.br ou Whatsapp (61) 98274-5720

PRECISA-SE
CHAPEIRO Com Experiência p/trab. na Vila Planalto. Enviar currículo no e-mail: vaga.navilaplanalto@gmail.com

COMUNICAÇÃO VISUAL
CONTRATA Impressor experiente e Design Gráfico experiente em corel . Para trabalhar Recanto das Emas . Enviar curriculo: bervan.sucesso@gmail.com

6.1 NÍVEL MÉDIO

CONTRATA-SE
DESIGNER GRÁFICO para trabalhar c/ comunicação visual .Enviar currículo (61) 98424-5020

NÍVEL SUPERIOR

RENDA EXTRA BRASÍLIA
REVENDA NUTRIÇÃO Ganhe R$ 127,00 dia. Flexível (Presencial/Híbrido) Ensino do zero. Treinamento incluso 61 99975-2030 Oscar Reis

6.3 AULA PARTICULAR

6.3 ENSINO E TREINAMENTO

SERVIÇOS

AULA PARTICULAR

AULAS DE INFORMÁTICA e Celular. Segurança digital para 3ª idade. Conhecimento é tudo! Agende: 99601-1535 / 983798447

6.3 CURSOS

CURSOS

CURSOS TÉCNICOS
TEMOS TODOS os cursos técnicos com registro no CFT por competência. Seja técnico, a profissão que mais cresce no mercado. (31) 98573-8332 Whats.

ANUNCIE O SEU IMÓVEL
LIGUE PARA:
61 3342-1000
CLASSIFICADOS

EDITAL
7º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO DISTRITO FEDERAL

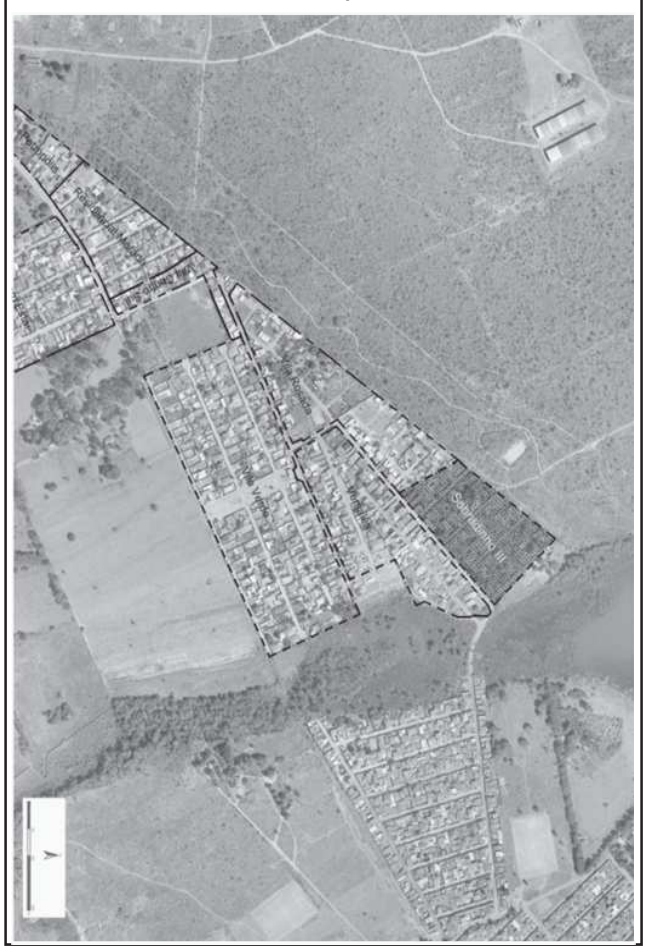
RICARDO RODRIGUES ALVES DOS SANTOS, titular do 7º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, situado na Quadra 05, Área Reservada 01, Ed. Mirante da Serra, Loja 01, Sobradinho-DF, nos termos do art. 19, caput, da Lei federal nº 6.766/79, FAZ SABER aos que virem o presente EDITAL, ou dele tomarem conhecimento, que a URBANIZADORA PARANOAZINHO S/A, com sede nesta Capital, CNPJ nº 09.615.218/0001-25, depositou nesta Serventia, nos termos do art. 18 da Lei federal nº 6.766/79, o memorial do LOTEAMENTO urbano denominado **"VILA ROSADA"**, com definição de 148 unidades imobiliárias, situado no Setor Habitacional Contagem, Região Administrativa de Sobradinho II, dentro do perímetro de uma gleba de terras na Fazenda Paranoazinho, objeto da matrícula nº 22.224 desta Serventia. A área a ser loteada, que totaliza 5,2876 hectares, confronta ao norte e ao oeste com a matrícula nº 22.226, ao leste com a ocupação denominadas Sobradinho III e com a matrícula nº 22.224 e ao sul com a matrícula nº 22.224, e se encontra dentro dos seguintes limites: inicia-se a descrição desse perímetro no vértice P-01, de coordenadas N=8.268.403,8988 e E=195.893,0349, situado no extremo norte da propriedade; deste segue com as distâncias e azimutes de 18,914 m e 151°06'49,3" até o vértice P-02, de coordenadas N=8.268.387,3286 e E=195.902,1769; 5,051 m e 158°31'40,8" até o vértice P-03, de coordenadas N=8.268.382,6258 e E=195.904,0268; 40,875 m e 152°56'39,1" até o vértice P-04, de coordenadas N=8.268.346,2024 e E=195.922,6302; 63,691 m e 152°53'00,6" até o vértice P-05, de coordenadas N=8.268.289,4789 e E=195.951,6776; 128,405 m e 228°00'47,5" até o vértice P-06, de coordenadas N=8.268.203,5306 e E=195.856,1782; 38,747 m e 228°07'36,8" até o vértice P-07, de coordenadas N=8.268.177,6523 e E=195.827,3091; 12,091 m e 229°37'44,4" até o vértice P-08, de coordenadas N=8.268.169,8159 e E=195.818,0919; 12,009 m e 144°48'26,3" até o vértice P-09, de coordenadas N=8.268.159,9961 e E=195.825,0171; 19,279 m e 148°19'14,9" até o vértice P-10, de coordenadas N=8.268.143,5802 e E=195.835,1475; 16,981 m e 150°30'35,6" até o vértice P-11, de coordenadas N=8.268.128,7902 e E=195.843,5119; 29,947 m e 148°22'50,9" até o vértice P-12, de coordenadas N=8.268.103,2741 e E=195.859,2213; 9,187 m e 154°52'51,6" até o vértice P-13, de coordenadas N=8.268.094,9509 e E=195.863,1236; 0,718 m e 245°41'39,8" até o vértice P-14, de coordenadas N=8.268.094,6552 e E=195.862,4688; 12,081 m e 176°32'11,8" até o vértice P-15, de coordenadas N=8.268.082,5887 e E=195.863,1991; 81,047 m e 246°04'07,0" até o vértice P-16, de coordenadas N=8.268.049,6933 e E=195.789,0761; 40,126 m e 245°16'05,2" até o vértice P-17, de coordenadas N=8.268.032,8960 e E=195.752,6096; 97,129 m e 245°55'18,1" até o vértice P-18, de coordenadas N=8.267.993,2459 e E=195.663,8803; 22,680 m e 245°43'40,8" até o vértice P-19, de coordenadas N=8.267.983,9176 e E=195.643,1934; 46,972 m e 246°10'39,4" até o vértice P-20, de coordenadas N=8.267.964,9344 e E=195.600,1983; 44,435 m e 245°44'02,8" até o vértice P-21, de coordenadas N=8.267.946,6622 e E=195.559,6655; 11,373 m e 307°10'52,7" até o vértice P-22, de coordenadas N=8.267.953,5394 e E=195.550,5989; e 565,430 m e azimute de 37°14'52,8" até o vértice P-01, vértice inicial da descrição deste perímetro, sendo que as coordenadas estão representadas no sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 45°WGr e georreferenciadas ao sistema SIRGAS2000. Ficam os documentos do citado memorial à disposição dos interessados. Aqueles que se sentirem prejudicados pelo registro do loteamento poderão impugná-lo fundamentadamente no prazo de quinze dias corridos, contados da terceira e última publicação deste edital, ao qual foi anexado desenho de localização da área. Findo o referido prazo sem impugnações, será feito imediatamente o registro. Dado e passado nesta Capital em 19 de março de 2026.

Ricardo Rodrigues Alves dos Santos
Oficial de Registro

EDITAL
7º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO DISTRITO FEDERAL

RICARDO RODRIGUES ALVES DOS SANTOS, titular do 7º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, situado na Quadra 05, Área Reservada 01, Ed. Mirante da Serra, Loja 01, Sobradinho-DF, nos termos do art. 19, caput, da Lei federal nº 6.766/79, FAZ SABER aos que virem o presente EDITAL, ou dele tomarem conhecimento, que a URBANIZADORA PARANOAZINHO S/A, com sede nesta Capital, CNPJ nº 09.615.218/0001-25, depositou nesta Serventia, nos termos do art. 18 da Lei federal nº 6.766/79, o memorial do LOTEAMENTO urbano denominado **"SOBRADINHO III"**, com definição de 104 unidades imobiliárias, situado no Setor Habitacional Contagem, Região Administrativa de Sobradinho II, dentro do perímetro de uma gleba de terras na Fazenda Paranoazinho, objeto da matrícula nº 22.224 desta Serventia. A área a ser loteada, que totaliza 3,6198 hectares, confronta ao norte com a matrícula nº 22.226, ao leste com as matrículas nºs 22.224 e 22.226, ao oeste com a matrícula nº 22.226 e ao sul com a matrícula nº 22.224 e com a ocupação denominada Vila Rosada, e se encontra dentro dos seguintes limites: inicia-se a descrição desse perímetro no vértice P-01, de coordenadas N=8.268.592,5300 e E=196.036,4600, situado no extremo norte da propriedade; deste segue as distâncias e azimutes de 25,610m e 137°41'19,3" até o vértice P-02 de coordenadas N=8.268.573,5800 e E=196.053,7100; 35,963m e 138°22'46,9" até o vértice P-03 de coordenadas N=8.268.546,6800 e E=196.077,6100; 11,990m e 136°29'09.0" até o vértice P-04 de coordenadas N=8.268.537,9800 e E=196.085,8700; 96,091m e 138°17'03,5" até o vértice P-05 de coordenadas N=8.268.466,2100 e E=196.149,8500; 30,792m e 227°57'42,8" até o vértice P-06 de coordenadas N=8.268.445,5786 e E=196.126,9671; 38,390m e 228°32'21,5" até o vértice P-07 de coordenadas N=8.268.420,1457 e E=196.098,1807; 30,076m e 228°05'18.0" até o vértice P-08 de coordenadas N=8.268.400,0436 e E=196.075,7855; 29,887m e 228°18'32,4" até o vértice P-09 de coordenadas N=8.268.380,1536 e E=196.053,4544; 9,211m e 240°17'27.0" até o vértice P-10 de coordenadas N=8.268.375,5861 e E=196.045,4496; 29,844m e 226°47'42,4" até o vértice P-11 de coordenadas N=8.268.355,1424 e E=196.023,6830; 29,660m e 227°49'42.0" até o vértice P-12 de coordenadas N=8.268.335,2184 e E=196.001,6878; 10,306m e 220°00'25,2" até o vértice P-13 de coordenadas N=8.268.327,3200 e E=195.995,0586; 26,147m e 228°45'57.0" até o vértice P-14 de coordenadas N=8.268.310,0758 e E=195.975,3842; 13,500m e 227°47'14,6" até o vértice P-15 de coordenadas N=8.268.301,0000 e E=195.965,3794; 17,953m e 229°06'22,3" até o vértice P-16 de coordenadas N=8.268.289,2398 e E=195.951,8001; 0,268m e 332°52'19,9" até o vértice P-17 de coordenadas N=8.268.289,4789 e E=195.951,6776; 63,691m e 332°53'0.0" até o vértice P-18 de coordenadas N=8.268.346,2024 e E=195.922,6302; 40,875m e 332°56'38,8" até o vértice P-19 de coordenadas N=8.268.382,6258 e E=195.904,0268; 5,051m e 338°31'37,9" até o vértice P-20 de coordenadas N=8.268.387,3286 e E=195.902,1769; 18,914m e 331°06'50,0" até o vértice P-21 de coordenadas N=8.268.403,8988 e E=195.893,0349; 0,002m e 330°15'18,4" até o vértice P-22 de coordenadas N=8.268.403,9009 e E=195.893,0337; e 236,826m e 37°14'52,8" até o vértice P-01, vértice inicial da descrição deste perímetro, sendo que as coordenadas estão representadas no sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 45°WGr e georreferenciadas ao sistema SIRGAS2000. Ficam os documentos do citado memorial à disposição dos interessados. Aqueles que se sentirem prejudicados pelo registro do loteamento poderão impugná-lo fundamentadamente no prazo de quinze dias corridos, contados da terceira e última publicação deste edital, ao qual foi anexado desenho de localização da área. Findo o referido prazo sem impugnações, será feito imediatamente o registro. Dado e passado nesta Capital em 19 de março de 2026.

Ricardo Rodrigues Alves dos Santos
Oficial de Registro



SEU ANÚNCIO EM DESTAQUE!

Saiba como entrar em contato com o Classificados do Correio Braziliense.

Pequenos anúncios
(61) 3342-1000 opção 05 ou
(61) 3214-1215

Editais, Avisos e Comunicados
(61) 3342-1000 opção 04 ou (61) 3214-1245

Whatsapp
61 98167-9999

E-mail:
classificados.df@cbnet.com.br

Endereço:
Sig QD 02 Bl 02 lote 340
ao lado da Câmara Legislativa

Siga-nos nas redes sociais e acompanhe todas as novidades e promoções

@classificadoscb @classificadoscb

CLASSIFICADOS
CORREIO BRAZILIENSE